



Sumário

Ministério da Defesa.....	1
Ministério da Educação.....	39
Ministério da Justiça e Segurança Pública	49
Ministério do Turismo.....	58

..... Esta edição completa do DOU é composta de 62 páginas

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.220/GM-MD, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 60532.000016/2020-98, resolve:

Art. 1º Esta Portaria divulga, na forma do Anexo, a listagem dos atos normativos inferiores a decreto e que se encontram vigentes, editados no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.

Parágrafo único. Os atos normativos constantes na listagem de que trata o caput encontram-se disponíveis no Banco de Dados de Legislação do Ministério da Defesa - MDLEGIS, no endereço eletrônico https://mdlegis.defesa.gov.br/pesquisar_normas/.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

ANEXO

PORTARIA NORMATIVA SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

PORTARIA NORMATIVA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGÃO	EMENTA
1.013	2000	23/02/2000	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1013&ANO=2000&SER=A	SEORI	Aprova normas e modelos para o pronunciamento ministerial sobre os processos de tomada e prestação de contas no âmbito do Ministério da Defesa.
329	2001	17/05/2001	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=329&ANO=2001&SER=A	SEORI	Normatiza as funções relacionadas com a Programação e Execução Financeira e a Contabilidade, no âmbito do Ministério da Defesa.
439	2001	20/07/2001	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=439&ANO=2001&SER=A	SEORI	Estabelece normas administrativas a serem observadas, no âmbito do Ministério da Defesa, para o pagamento de vantagens pecuniárias de exercícios anteriores relativos a pessoal e a encargos sociais, decorrentes de decisão administrativa ou judicial.
369	2002	27/06/2002	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=369&ANO=2002&SER=A - Alterada pela PN nº 936, de 24.9.2004. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=936&ANO=2004&SER=A	SEORI	Estabelece as regras, critérios e procedimentos de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, para os servidores do Ministério da Defesa, Comandos das FA, Escola Superior de Guerra e Hospital das Forças Armadas.
582	2002	15/10/2002	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=582&ANO=2002&SER=A	SEORI	Estabelece critério de preferência para a utilização de Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, no âmbito do Ministério da Defesa.
356	2003	30/04/2003	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=356&ANO=2003&SER=A	SEORI	Classifica unidades administrativas do Ministério da Defesa para fim de pagamento de Auxílio-Alimentação.
83	2004	30/01/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=83&ANO=2004&SER=A Alterada pela PN nº 4, de 04.01.2014. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4&ANO=2014&SER=A Alterada pela PN nº 32, de 12.01.2005. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=32&ANO=2005&SER=A	SEORI	Estabelece a diretriz para a implantação do Sistema de Certificação Digital de Defesa baseado na Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), e dá outras providência
936	2004	24/09/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=936&ANO=2004&SER=A - Altera a PN nº 369, de 27.6.2002. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=369&ANO=2002&SER=A	SEORI	Altera os arts. 12 e 14, da Portaria Normativa nº 369/MD, de 27 de junho de 2002, que estabelece as regras, critérios e procedimentos de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, para os servidores do Ministério da Defesa, Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica, Escola Superior de Guerra e do Hospital das Forças Armadas.
937	2004	24/09/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=937&ANO=2004&SER=A	SEORI	Institui o PRÓ- SAÚDE - programa de assistência à saúde dos servidores da administração central do Ministério da Defesa, no Hospital das Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra.
1.263	2004	20/10/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1263&ANO=2004&SER=A	SEORI	Estabelece, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, as normas para seleção dos servidores ao prêmio Mérito Funcional.
1.381	2004	01/12/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1381&ANO=2004&SER=A - Altera a Portaria nº 79, de 10.2.2003. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=79&ANO=2003&SER=B	SEORI em articulação com COMAER	Altera o art. 23 da Portaria nº 79/MD, de 10 de fevereiro de 2003, que estabelece as normas regulamentadoras da Gratificação de desempenho de atividade de controle de segurança de tráfego Aéreo - GDASA
559	2005	03/05/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=559&ANO=2005&SER=A - Alterada pela PN nº 2.495, de 26.3.2013. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2495&ANO=2013&SER=A	SEORI	Dispõe sobre a padronização de procedimentos na elaboração de atos normativos, ordinários e de comunicação expedidos no âmbito do Ministério da Defesa e dá outras providências



			- Alterada pela PN nº 3.072, de 24.11.2014. h ttps://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3072&ANO=2014&SFR=A - Alterada pela PN nº 2.743, de 21.12.2015. h ttps://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2743&ANO=2015&SFR=A - Alterada pela PN nº 82, de 16.9.2019. h ttps://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=82&ANO=2019&SFR=A		
577	2005	06/05/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=577&ANO=2005&SFR=A	SEORI	Classifica as Organizações Militares, no âmbito do Ministério da Defesa, como organizações industriais, para efeito do disposto no § 6º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
1.082	2005	12/09/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1082&ANO=2005&SFR=A Alterada pela PN nº 1.075, de 22.08.2007. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1075&ANO=2007&SFR=A - Alterada pela PN nº 658, de 23.04.2008. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=658&ANO=2008&SFR=A	SEORI	Dispõe sobre a aplicação de recursos da atividade "Ações de Caráter Sigiloso", prevista no Orçamento Geral da União, para emprego no âmbito da administração central do Ministério da Defesa
65	2006	13/01/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=65&ANO=2006&SFR=A	SEORI	Dispõe sobre a utilização dos meios de comunicação telefônica no âmbito da administração central do Ministério da Defesa
192	2006	16/02/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=192&ANO=2006&SFR=A	SEORI	Estabelece os critérios a serem observados para a seleção de militares no órgão de origem e a permanência no Departamento de Segurança, da Subchefia do Gabinete de Segurança Institucional, como Agentes de Segurança Pessoal.
1.563	2006	11/10/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1563&ANO=2006&SFR=A	SEORI	Dispõe sobre a inscrição dos servidores ativos e inativos da AC/MD, do HFA e da ESG, seus dependentes e pensionistas no Cadastro de Assistência à Saúde, para fins deatendimento no HFA, e fixa procedimentos para o faturamento e pagamento dos serviços prestados.
890	2007	27/06/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=890&ANO=2007&SFR=A	SEORI	Constitui, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, a Comissão para a Coleta Seletiva Solidária e dá outras providências
892	2007	27/06/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=892&ANO=2007&SFR=A	SEORI	Dispõe sobre a assistência à saúde aos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa, do Hospital das Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra, bem como a seus dependentes e pensionistas
1.075	2007	22/08/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1075&ANO=2007&SFR=A Altera a PN nº 1.082, de 12.9.2005. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1082&ANO=2005&SFR=A	SEORI	Altera a Portaria Normativa nº 1.082/MD, de 12 de setembro de 2005, que dispõe sobre a aplicação de recursos da atividade "Ações de Caráter Sigiloso", prevista no Orçamento Geral da União, para emprego no âmbito da Administração central do MD
1.454	2007	08/11/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1454&ANO=2007&SFR=A	SEORI	Dispõe sobre o cartão de identidade funcional expedido no âmbito do Ministério da Defesa.
658	2008	23/04/2008	h ttps://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=658&ANO=2008&SFR=A	SEORI	Altera o § 3º do art.5º da Portaria Normativa nº 1.082/MD, de 12 de setembro de 2005, que dispõe sobre a aplicação de recursos da atividade"Ações de Caráter Sigiloso, prevista no Orçamento Geral da União, para emprego no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.

899	2008	09/06/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=899&ANO=2008&SER=A	SEORI	Aprova a Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares no âmbito do Ministério da Defesa.
110	2009	23/01/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=110&ANO=2009&SER=A	SEORI	Dispõe sobre o recurso administrativo e a revisão das decisões eminentemente administrativas no âmbito do Ministério da Defesa.
1.387	2009	21/10/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1387&ANO=2009&SER=A	SEORI	Estabelece as diretrizes para a cooperação entre o Comando do Exército e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária INFRAERO para realização de trabalhos pertinentes à engenharia e à tecnologia em infraestrutura aeroportuária e dá outras providências.
1.448	2009	06/11/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1448&ANO=2009&SER=A - Alterada pela PN nº 1.571, de 3.12.2009. https://bdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1571&ANO=2009&SER=A	SEORI em articulação com COMAER?	Aprovar, na forma do anexo a esta Portaria Normativa, o Plano de Investimentos de 2009 do PROFAA, alocando os recursos previstos para as Ações 12CE e 5154, do Programa 0631 Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária).
1.571	2009	03/12/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1571&ANO=2009&SER=A - Altera a PN nº 1.448, de 6.11.2009. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1448&ANO=2009&SER=A	SEORI	Altera a Portaria Normativa nº 1.448/MD, de 6 de novembro de 2009.
357	2010	05/03/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=357&ANO=2010&SER=A Altera a PN nº 935, de 26.6.2009.	SEORI	Altera dispositivos do Anexo da Portaria Normativa nº 935/MD, de 26 de junho de 2009, que aprovou o Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (RLCI).
700	2010	28/04/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=700&ANO=2010&SER=A - Alterada pela PN nº 852, de 21.5.2010. https://bdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=852&ANO=2010&SER=A - Alterada pela PN nº 1.867, de 14.12.2010. https://bdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1867&ANO=2010&SER=A	SEORI	Aprova a primeira fase do Plano de Investimentos de 2010 do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA), e dá outras providências.
852	2010	21/05/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=852&ANO=2010&SER=A - Altera a PN nº 700, de 28.4.2010. https://bdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=700&ANO=2010&SER=A	SEORI	Altera a Portaria Normativa nº 700/MD, de 28 de abril de 2010, que aprova a primeira fase do Plano de Investimentos de 2010 do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA)
1.443	2010	09/09/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1443&ANO=2010&SER=A	SEORI	Dispõe sobre a prestação dos serviços de Telecomunicações aeronáuticas e de tráfego aéreo no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante - ASGA
1.867	2010	14/12/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1867&ANO=2010&SER=A Altera a PN nº 700, de 28.04.2010 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=700&ANO=2010&SER=A	SEORI	Altera o anexo da Portaria Normativa nº 70/MD, de 28 de abril de 2010, que aprova a primeira fase do Plano de Investimentos 2010 do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA), e dá outras providências.
1.887	2010	22/12/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1887&ANO=2010&SER=A - Alterada pela PN nº 54, de 15.7.2019. https://bdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=54&ANO=2019&SER=A	SEORI	Estabelecer diretrizes que visam à mitigação dos riscos à segurança operacional da aviação decorrentes da colisão de aeronaves com aves nos aeródromos e suas imediações.
2.532	2011	31/08/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2532&ANO=2011&SER=A - Alterada pela PN nº 48, de 10.7.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=48&ANO=2019&SER=A	SEORI	Aprova critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo GDPGE, que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, no âmbito do MD.
24	2012	04/01/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=24&ANO=2012&SER=A	SEORI	Dispõe sobre a provisão e a remuneração dos serviços de navegação aérea e dá outras providências.
524	2012	02/03/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=524&ANO=2012&SER=A	SEORI	Estabelece diretrizes gerais para a implementação do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) e constitui GT no âmbito do MD, com a finalidade de elaborar e articular estratégias, planos e metas para a implementação da Lei nº 12.527 de 18 de novembro 2011.
1.233	2012	11/05/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1233&ANO=2012&SER=A	SEORI	Dispõe sobre as hipóteses de cessão de uso de bens imóveis da União sujeitos à administração do Ministério da Defesa para atividades de apoio de que trata o inciso VI, do art. 12, do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001



1.235	2012	11/05/2012	h ttps://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1235&ANO=2012&SER=A - Alterada pela PN nº 2.229, de 23.8.2012. h ttps://bdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2229&ANO=2012&SER=A - Alterada pela PN nº 1.813, de 13.6.2013. h ttps://bdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1813&ANO=2013&SER=A	SEORI SIC	Estabelece normas para o funcionamento e a tramitação de demandas do Sistema de Informações ao Cidadão no âmbito da AC/MD (SIC-MD), nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
2.229	2012	23/08/2012	h ttps://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2229&ANO=2012&SER=A - Alterada pela PN nº 1.235, de 11.5.2012. h ttps://bdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1235&ANO=2012&SER=A	SEORI	Altera a Portaria Normativa nº 1.235/MD, de 11 de maio de 2012.
3.005	2012	14/11/2012	h ttps://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3005&ANO=2012&SER=A	SEORI	Aprova a Diretriz de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos na Aviação Militar Brasileira.
2.879	2012	31/10/2012	h ttps://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2879&ANO=2012&SER=A	SEORI	Dispõe sobre normas referentes à ocupação de cargos em comissão no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa.
1.813	2013	13/06/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1813&ANO=2013&SER=A Altera a Portaria Normativa nº 1.235/MD, de 11 de maio de 2012. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1235&ANO=2012&SER=A	SEORI	Altera a Portaria Normativa nº 1.235/MD, De 11 de maio de 2012.
2.032	2013	04/07/2013	h ttps://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2032&ANO=2013&SER=A	SEORI	Aprova as diretrizes para a aquisição, a doação e a alienação do patrimônio imobiliário administrado pelas Forças Armadas.
2.495	2013	26/08/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2495&ANO=2013&SER=A - Altera a PN nº 559, de 3.5.2005. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=559&ANO=2005&SER=A	SEORI	Altera a Portaria Normativa nº 559/MD, de 3 de maio de 2005, que dispõe sobre a padronização de procedimentos na elaboração de atos normativos, ordinatórios e de comunicação expedidos no âmbito do Ministério da Defesa e dá outras providências.
2.723	2013	20/09/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2723&ANO=2013&SER=A	SEORI	Altera o art. 6º da Portaria Normativa nº 927/MD, de 1º de agosto de 2005, que estabelece procedimentos para a tramitação de atos normativos, ordinatórios e demais documentos ostensivos.
4	2014	04/01/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4&ANO=2014&SER=A Altera a PN nº 83, de 30.01.2004. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=83&ANO=2004&SER=A	SEORI	Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 83/MD, de 30 de janeiro de 2004, que estabelece a diretriz para a implantação do Sistema de Certificação Digital de Defesa baseado na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
24	2014	21/01/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=24&ANO=2014&SER=A	SEORI	Dispõe sobre os procedimentos para a elaboração dos Planos de Zoneamento Civil/Militar em sítios aeroportuários sob jurisdição patrimonial do Comando da Aeronáutica e da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
1.422	2014	05/06/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1422&ANO=2014&SER=A	SEORI	Aprova a Diretriz sobre provisão de segurança às operações aéreas nos helideques em operação nas águas jurisdicionais brasileiras
3.072	2014	24/11/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3072&ANO=2014&SER=A - Altera pela PN nº 559, de 3.5.2005. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=559&ANO=2005&SER=A	SEORI	Altera a Portaria Normativa nº 559/MD, de 3 de maio de 2005
3.087	2014	26/11/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3087&ANO=2014&SER=A	SEORI	Dispõe sobre a participação de agentes públicos do Ministério da Defesa em conselhos de entidades públicas que menciona sociedades privadas e demais órgãos de natureza colegiada, e dá outras providências
997	2015	30/04/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=997&ANO=2015&SER=A - Altera a PN nº 2.039, de 14.8.2014. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2039&ANO=2014&SER=A	SEORI	Altera o Anexo da Portaria Normativa nº 2.039/MD, de 14 de agosto de 2014.
1.000	2015	30/04/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1000&ANO=2015&SER=A - Alterada pela PN nº 3.695, de 3.9.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3695&ANO=2019&SER=A	SEORI	Aprova a Política de Gestão da Informação do Ministério da Defesa, no âmbito do Ministério da Defesa, e dá outras providências
1.553	2015	14/07/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1553&ANO=2015&SER=A	SEORI	Dispõe sobre a utilização do Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (SIORG), no âmbito do Ministério a Defesa e dos Comandos Militares.
1.689	2015	05/08/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1689&ANO=2015&SER=A	SEORI	Disciplina no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.



2.743	2015	21/12/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2743&ANO=2015&SER=A - Altera a PN nº 559, de 3.5.2005. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=559&ANO=2005&SER=A	SEORI	Altera a Portaria Normativa nº 559/MD, de 3 de maio de 2005, que dispõe sobre a padronização de procedimentos na elaboração de atos normativos, ordinatórios e de comunicação no âmbito do Ministério da Defesa e dá outras providências
20	2016	17/03/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=20&ANO=2016&SER=B	SEORI	Delega competência aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a prática dos atos de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e dá outras providências.
57	2016	21/09/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=57&ANO=2016&SER=A - Alterada pela PN nº 60, de 17.10.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=60&ANO=2018&SER=A	SEORI	Dispõe sobre a implantação da Política de Governança Digital no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, e dá outras providências.
71	2016	29/11/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=71&ANO=2016&SER=A	SEORI	Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor da Autoridade Certificadora de Defesa.
22	2017	11/07/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=22&ANO=2017&SER=A	SEORI	Delega competência às autoridades a que se refere, para a prática dos atos de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
48	2017	11/12/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=48&ANO=2017&SER=A	SEORI	Aprova a Política de Uso do Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados (CGU-PJ) no âmbito do Ministério da Defesa.
4	2018	29/01/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4&ANO=2018&SER=A	SEORI	Distribui para os órgãos que compõem o Ministério da Defesa Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE) de nível superior, de nível intermediário e de nível auxiliar.
60	2018	17/10/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=60&ANO=2018&SER=A Altera a PN 57 de 21.09.2016 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=57&ANO=2016&SER=A	SEORI	Altera a Portaria Normativa nº 57/MD, de 21 de setembro de 2016, que dispõe sobre a implantação da Política de Governança Digital no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.
63	2018	22/10/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=63&ANO=2018&SER=A	SEORI	Aprova a metodologia de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.
69	2018	14/11/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=69&ANO=2018&SER=A	SEORI	Dispõe sobre o horário de funcionamento do expediente administrativo, a jornada de trabalho e o registro eletrônico de frequência dos servidores, empregados públicos e militares que exercem cargo na administração central do Ministério da Defesa
2	2019	03/01/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2&ANO=2019&SER=A	SEORI	Aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações da administração central do Ministério da Defesa e dá outras providências.
12	2019	14/02/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=12&ANO=2019&SER=A Alterada pela PN nº 27, de 24.4.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=27&ANO=2019&SER=A Alterada pela PN nº 87, de 21.10.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=87&ANO=2019&SER=A Alterada pela Portaria Normativa nº 48, de 18 de maio de 2020. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_pdf/?NUM=48&ANO=2020&SER=A	SEORI	Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.
15	2019	11/03/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=15&ANO=2019&SER=A - Alterada pela PN nº 86, de 14.10.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=86&ANO=2019&SER=A	SEORI	Classifica as organizações militares que menciona como organizações industriais, no âmbito do Ministério da Defesa, e dá outras providências.
27	2019	24/04/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=27&ANO=2019&SER=A - Altera a PN nº 12, de 14.2.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=12&ANO=2019&SER=A	SEORI	Altera a Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019.
31	2019	04/06/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=31&ANO=2019&SER=A	SEORI	Institui a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais da administração central do Ministério da Defesa (ETIR- ACMD) e dá outras providências.
48	2019	10/07/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=48&ANO=2019&SER=A	SEORI	Altera a Portaria Normativa nº 2.532/MD, de 31 de agosto de 2011, que aprova critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, no âmbito do Ministério da Defesa



80	2019	13/09/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=80&ANO=2019&SER=A	SEORI	Altera a Portaria Normativa nº 1.233, de 11 de maio de 2012, que dispõe sobre as hipóteses de cessão de uso de bens imóveis da União sujeitos à administração do Ministério da Defesa para atividades de apoio de que trata o art. 12, inciso VI, do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.
82	2019	16/09/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=82&ANO=2019&SER=A - Altera a PN nº 559, de 3.5.2005. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=559&ANO=2005&SER=A	SEORI	Estabelece procedimentos para a tramitação de atos normativos, ordinatórios e demais documentos no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, e dá outras providências.
86	2019	14/10/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=86&ANO=2019&SER=A Altera a PN nº 15, de 11/03/2019 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=15&ANO=2019&SER=A	SEORI	Altera a Portaria Normativa nº 15/GM-MD, de 11 de março de 2019, que classifica as organizações militares que menciona como organizações industriais, no âmbito do Ministério da Defesa.
8	2020	24/01/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=8&ANO=2020&SER=A	SEORI	Delega competência para autorizar a concessão de diárias e passagens aos militares, aos servidores, aos empregados públicos e aos colaboradores eventuais e dá outras providências.
13	2020	05/02/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=13&ANO=2020&SER=A	SEORI	Aprova a Norma Complementar de segurança para utilização do serviço de internet na administração central do Ministério da Defesa.
15	2020	12/02/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=15&ANO=2020&SER=A	SEORI	Estabelece os procedimentos a serem adotados para a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto editados no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e dá outras providências

INSTRUÇÃO NORMATIVA

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Instrução Normativa	Ano	Data do Ato	Link de Acesso	Órgão	E menta
1	2001	10/04/2001	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2001&SER=A	SEORI	Dispõe sobre o destaque de créditos para os Comandos e para órgãos externos ao Ministério da Defesa.
1	2004	16/01/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2004&SER=A	SEORI	Disciplina, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, os procedimentos para prevenção e o combate a incêndio e a evacuação do edifício em caso de sinistro ou ameaça dos servidores e usuários.
1	2004	23/04/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2004&SER=B	SEORI	Disciplina os procedimentos para o planejamento e a programação de férias, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa
4	2004	12/07/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4&ANO=2004&SER=A	SEORI	Disciplina os procedimentos para a fiscalização das atividades de pagamento de pessoal no âmbito da administração central do Ministério da Defesa
5	2004	04/08/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=5&ANO=2004&SER=A	SEORI	Disciplina os procedimentos para o planejamento e a programação de férias, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa
1	2006	08/02/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2006&SER=A	SEORI	Disciplina os procedimentos para a utilização de estações de trabalho computacionais no âmbito da administração central do Ministério da Defesa
4	2006	03/05/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4&ANO=2006&SER=A	SEORI	Dispõe sobre o o Programa de Exames Médicos Periódicos- ProEMP, visando a avaliação de saúde dos servidores ativos da administração central do Ministério da Defesa
5	2006	12/12/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=5&ANO=2006&SER=A	SEORI	Dispõe sobre o controle de frequência do servidor e o acesso às dependências da administração central do Ministério da Defesa, e dá outras providências
3	2007	23/03/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3&ANO=2007&SER=A	SEORI	Estabelece normas para a utilização e a manutenção do conteúdo atinente ao Estado-Maior de Defesa (EMD) na Intranet e Internet do Ministério da Defesa (MD)
3	2007	03/04/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3&ANO=2007&SER=B	SEORI	Estabelece procedimentos e responsabilidades à para o cadastramento e acesso de usuários rede de dados da administração central do Ministério da Defesa, e dá outras providências
4	2007	09/04/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4&ANO=2007&SER=A	SEORI	Disciplina os procedimentos para o funcionamento do monitoramento de segurança, o acesso, a reprodução e a utilização de imagens geradas por meio do Sistema de Circuito Fechado de Televisão que integra a segurança do edifício-sede da administração central
5	2007	09/04/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=5&ANO=2007&SER=B	SEORI	Disciplinar o serviço dos agentes de segurança no controle de acesso às portarias A e B, na operação da Central de Monitoramento e do equipamento de raios X, no edifício-sede da administração central do Ministério da Defesa
4	2009	10/12/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4&ANO=2009&SER=A	SEORI	Estabelecer procedimentos para a descentralização de créditos destinados à realização dos 5º Jogos Mundiais Militares RIO2011.
1	2010	16/09/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2010&SER=C	SEORI	Estabelece os os procedimentos para o reembolso de despesa com aluguel de imóvel residencial, ao servidor civil nomeado ou designado para integrar missão no exterior
1	2011	30/05/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2011&SER=B	SEORI	Fica autorizado o desbloqueio dos empenhos emitidos à conta dos orçamentos dos exercícios findos em 2007 e 2008.



3	2011	16/08/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3&ANO=2011&SER=A	SEORI	Dispõe sobre a a execução orçamentária e financeira da folha salarial do Ministério da Defesa - administração central, inclusive da ESG, do HFA e do CENSIPAM, componentes do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.
11	2012	29/10/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=11&ANO=2012&SER=B	SEORI	Disciplina os procedimentos de desligamento de servidores, militares, contratados temporários e estagiários e dá outras providências
12	2012	28/11/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=12&ANO=2012&SER=A	SEORI	Estabelece a composição da da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho (CAD) do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa.
6	2013	06/09/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=6&ANO=2013&SER=A	SEORI	Disciplina os procedimentos relativos à aquisição de bens e serviços no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.
9	2013	24/09/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=9&ANO=2013&SER=A - Altera a IN nº 1, de 16.9.2010. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2010&SER=C	SEORI	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 001/SEORI/MD, de 16 de setembro de 2010, que estabelece os procedimentos para o reembolso de despesa com aluguel de imóvel residencial ao servidor civil nomeado.
6	2014	12/03/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=6&ANO=2014&SER=A	SEORI	Disciplina procedimentos para a concessão de diárias e passagens no País e no exterior.
6	2015	04/09/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=6&ANO=2015&SER=A	SEORI	Disciplina os procedimentos referentes aos claviculários do edifício-sede (Bloco "Q") e do Anexo ao Bloco "O" do Ministério da Defesa e dá outras providências.
8	2015	29/10/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=8&ANO=2015&SER=A	SEORI	Dispõe sobre os mecanismos de gestão da Secretaria de Organização Institucional, e dá outras providências.

2	2016	29/02/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2&ANO=2016&SER=E	SEORI	Aprova a 2ª edição da Cartilha de Orientações do Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério Da Defesa.
2	2017	02/05/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2&ANO=2017&SER=B	SEORI	Estabelece procedimentos relativos ao serviço de agenciamento de transporte terrestre de pessoal a serviço na administração central do Ministério da Defesa, por meio de táxi, no Distrito Federal e entorno.
1	2018	01/02/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2018&SER=B - Altera a IN nº 3, de 16.08.2011. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3&ANO=2011&SER=A	SEORI	Altera a Instrução Normativa nº 3/SEORI/MD, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira da folha salarial do Ministério da Defesa
2	2018	02/02/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2&ANO=2018&SER=A	SEORI	Estabelece as regras gerais relativas às escalas de serviço no âmbito do MD, e dá outras providências.
6	2018	20/03/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=6&ANO=2018&SER=A	SEORI	Estabelece Procedimentos administrativos para a realização de transferência de recursos mediante Termo de Execução Descentralizada pelos órgãos integrantes da administração central do Ministério da Defesa.
10	2018	11/06/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=10&ANO=2018&SER=B	SEORI	Estabelece normas para a classificação, identificação, finalidades e utilização dos veículos de representação, de serviços do MD, e dá outras providências.
1	2018	06/09/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2018&SER=F	SEORI	Dispõe sobre o apoio administrativo prestado pela SEORI ao Núcleo da Escola Superior de Guerra em Brasília.
7	2018	21/03/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=7&ANO=2018&SER=A	SEORI	Estabelece a diretriz que regulamenta a utilização, as especificações e os critérios de distribuição e uso de equipamentos e recursos de impressão corporativa.
18	2018	27/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=18&ANO=2018&SER=A	SEORI	Dispõe sobre o Apoio administrativo prestado pela Secretaria de Orçamento e Organização Institucional à Cúria do Ordinariado Militar em Brasília (DF)
4	2019	08/07/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4&ANO=2019&SER=A	SEORI	Dispõe sobre a delimitação de responsabilidades pelos atos relacionados a procedimentos de concessões de diárias e passagens, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.
5	2019	29/07/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=5&ANO=2019&SER=B - Altera a IN nº 16, de 06.12.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=16&ANO=2018&SER=B	SEORI	Altera a Instrução Normativa nº 16/SEORI/SG-MD, de 6 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes e os procedimentos relativos ao preparo e ao fornecimento de refeições e à utilização dos refeitórios no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e dá outras providências.
2	2020	10/03/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2&ANO=2020&SER=B	SEORI	Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no âmbito das Unidades Orçamentárias do Ministério da Defesa, referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no exercício de 2020.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

ORIENTAÇÃO NORMATIVA	ANO	DATA DOATO	LINK DE ACESSO	ÓRGÃO	EMENTA
1	2003	01/08/2003	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2003&SER=A - Alterada pela ON nº 9, de 30.01.2006. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=9&ANO=2006&SER=B	SEORI	Dispõe sobre a Elaboração e Publicação do Boletim Interno de Pessoal e Serviço do Ministério da Defesa.



1	2004	23/06/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2004&SER=C	SEORI	Estabelece as normas, as diretrizes e os procedimentos relativos à execução do Programa de Capacitação dos Servidores e Militares da administração central do Ministério da Defesa
2	2004	29/09/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2&ANO=2004&SER=A	SEORI	Disciplina os procedimentos relativos a nomeação, designação e movimentação dos servidores e dos militares, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.
3	2004	29/09/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3&ANO=2004&SER=B	SEORI	Disciplinar os procedimentos para gestão do patrimônio e do almoxarifado da administração central do Ministério da Defesa
6	2005	17/01/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=6&ANO=2005&SER=A	SEORI	Dispõe sobre as providências a serem adotadas em caso de sinistro envolvendo veículos oficiais da administração central do Ministério da Defesa
7	2005	29/04/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=7&ANO=2005&SER=A	SEORI	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto à destinação, à estrutura, a utilização e ao funcionamento do Auditório Térreo e da Sala de Reuniões do 8º andar do edifício da administração do Ministério da Defesa
8	2006	24/01/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=8&ANO=2006&SER=A	SEORI	Disciplina os procedimentos para a realização das conformidades diária e de suporte documental no âmbito da administração central do Ministério da Defesa
9	2006	30/01/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=9&ANO=2006&SER=B - Altera a ON nº 1, de 01.08.2003. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2003&SER=A	SEORI	Altera as Normas para Elaboração e Divulgação do Boletim Interno de Pessoal e Serviço do MD, anexas a Orientação Normativa nº 1/DEADI, de 01 de agosto de 2003.
9	2006	14/06/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=9&ANO=2006&SER=C	SEORI	Estabelece orientações reguladoras do Programa de Estágio, no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa.
11	2006	29/12/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=11&ANO=2006&SER=B	SEORI	Disciplina o funcionamento do Serviço de Saúde, no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa.
3	2015	23/12/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3&ANO=2015&SER=A	SEORI	Estabelece regras e procedimentos relativos ao funcionamento e à utilização do Sistema Eletrônico de Informações no âmbito do MD.
1	2017	19/12/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2017&SER=G	SEORI	Dispõe sobre a composição, aquisição, distribuição e utilização de uniformes especiais no âmbito da administração central do Ministério da Defesa
1	2018	18/04/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2018&SER=D	SEORI	Altera dispositivos da Orientação Normativa nº 003/DEADI, de 29 de setembro de 2004 , que disciplina os procedimentos para gestão do patrimônio e do almoxarifado da administração central do Ministério da Defesa.
2	2018	08/06/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2017&SER=G	SEORI	Dispõe sobre os procedimentos para a solicitação e a concessão do auxílio-alimentação aos militares, no âmbito da administração central do MD.
4	2018	29/06/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4&ANO=2018&SER=C	SEORI	Altera a Orientação Normativa nº 2/DEADI/SEORI/SG/MD, de 8 de junho de 2018, que dispõe sobre os procedimentos para a solicitação e a concessão do auxílio-alimentação aos militares, no âmbito da administração central do MD.
7	2018	12/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=7&ANO=2018&SER=B	SEORI	Altera a Orientação Normativa nº 2/DEADI/SEORI/SG/ MD, de 8 de junho de 2018, que dispõe sobre os procedimentos para a solicitação e a concessão do auxílio-alimentação aos militares, no âmbito da administração entral do MD.
6	2018	09/08/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=6&ANO=2018&SER=B	SEORI	Dispõe sobre a realização de pesquisa de preços na área de atuação do Departamento de Administração Interna, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa

PORTARIA

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Portaria	Ano	Data do Ato	Link de Acesso	Órgão	Ementa
672	2001	25/10/2001	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=672&ANO=2001&SER=A	SEORI	Institui o Sistema de Gestão de Documentos Eletrônicos (SGED/MD) para o Ministério da Defesa.
434	2002	17/07/2002	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=434&ANO=2002&SER=A	SEORI	Determina as áreas essenciais, subordinadas ao Ministério da Defesa, isentas da meta de consumo de energia elétrica de que trata o art. 1º do Decreto nº 4.131, de 14/02/2002, em complemento ao contido na Portaria nº 8, de 04/04/2002, da Casa Civil da PR.
467	2002	12/08/2002	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=467&ANO=2002&SER=A	SEORI	Ratifica as áreas essenciais, subordinadas ao Ministério da Defesa, isentas da meta de consumo de energia elétrica.



616	2002	24/10/2002	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=616&ANO=2002&SER=A	SEORI	Dispõe sobre as medidas de redução do consumo de energia elétrica no prédio sede do Ministério da Defesa.
748	2002	18/12/2002	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=748&ANO=2002&SER=A	SEORI	Fixa as metas de desempenho institucional do Ministério da Defesa, visando o pagamento de Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico- Administrativa - GDATA, conforme disposto no Decreto nº 4.247, de 22 de maio de 2002.
915	2003	26/09/2003	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=915&ANO=2003&SER=A	SEORI	Fixa as metas de desempenho institucional do Ministério da Defesa, visando ao Pagamento de Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico- Administrativa - GDATA, conforme disposto no Decreto nº 4.247, de 22 de maio de 2002.
1.007	2003	31/10/2003	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1007&ANO=2003&SER=A	SEORI	O ministro de Estado da Defesa, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art.87 da Constituição Federal.
28	2004	16/01/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=28&ANO=2004&SER=A	SEORI	O diretor do Departamento de Administração Interna, do Ministério da Defesa, instituirá as medidas de segurança e os procedimentos de guarda externa à residência do Ministro de Estado da Defesa.
87	2004	02/02/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=87&ANO=2004&SER=A	SEORI	Alterar, na forma dos anexos I e II desta Portaria, a modalidade de aplicação do orçamento do Ministério da Defesa - Unidade Orçamentária 52101.
487	2004	05/05/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=487&ANO=2004&SER=A	SEORI	Inclui o art. 23-A no Capítulo IX - Das Disposições Especiais do Anexo da Portaria nº 580/MD, de 10/10/2002
610	2004	14/06/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=610&ANO=2004&SER=A	SEORI	Altera, na forma dos Anexo I e II desta Portaria, a modalidade de aplicação do orçamento do Ministério da Defesa - Unidade Orçamentária 52101.
752	2004	03/08/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=752&ANO=2004&SER=A	SEORI	Estabelecer ligações com o órgãos executivos envolvidos, a fim de formalizar os procedimentos a serem adotados.
866	2004	03/09/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=866&ANO=2004&SER=A	SEORI	Subdelegar competência ao Secretário de Organização Institucional deste Ministério para praticar atos relativos à redistribuição de cargo ocupado por servidor do Quadro de Pessoal dos Extintos Territórios Federais.
939	2004	24/09/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=939&ANO=2004&SER=A	SEORI	Publicar, na forma do Anexo I, a relação nominal dos ocupantes de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, da estrutura regimental deste Ministério.
1.316	2004	04/11/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1316&ANO=2004&SER=A	SEORI	Estabelece diretrizes para o planejamento orçamentario e financeiro no âmbito da administração central do Ministério da Defesa
1.383	2004	02/12/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1383&ANO=2004&SER=A	SEORI	Altera a modalidade de aplicação do Orçamento do Fundo de Administração do HFA.
1.438	2004	14/12/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1438&ANO=2004&SER=A	SEORI	Revoga a portaria nº 262, de 21/12/1993
1.450	2004	20/12/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1450&ANO=2004&SER=A	SEORI	Altera a modalidade de aplicação do orçamento do MD - Unidade Orçamentária 52101
1.075	2005	09/09/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1075&ANO=2005&SER=A https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=802&ANO=2003&SER=A	SEORI	Prorroga o prazo que trata o art 4º da Portaria nº 802 de 18/08/2003 por mais doze meses (a Portaria 802 foi revogada)
1.081	2005	12/09/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1081&ANO=2005&SER=A - Altera a Portaria nº 848, de 04.09.2003. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=848&ANO=2003&SER=A	SEORI	Prorroga o prazo que trata o art 3º da Portaria nº 848, de 04/09/2003 por mais doze meses
1.148	2005	05/10/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1148&ANO=2005&SER=A	SEORI	resolve que os projetos e ações em andamento no Centro de Competência em Gestão Administrativa serão desenvolvidos pelas Secretarias e pelo Estado-Maior de Defesa
1.406	2007	26/10/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1406&ANO=2007&SER=A	SEORI	Delega competência ao Secretário de Organização Institucional para, no âmbito da AC/MD, decidir a respeito das propostas de concessão de suprimento de fundos em valores superiores aos limites fixados pelo MF.
1.450	2007	08/11/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1450&ANO=2007&SER=A https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=802&ANO=2003&SER=A	SEORI	O prazo de que trata o art. 4º - da Portaria nº - 802/SEORI, de 18 de agosto de 2003, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União do dia 20 de agosto de 2003, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 19 de setembro de 2007.
889	2008	06/06/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=889&ANO=2008&SER=A	SEORI	Aprova a regularização das edificações existentes e dos projetos arquitetônicos aprovados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre até o dia 31 de dezembro de 2007, no entorno do Aeroporto Internacional de Porto Alegre, Salgado Filho.
1.320	2008	19/09/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1320&ANO=2008&SER=A - Prorroga o prazo da Portaria nº 802, de 18.08.2003 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=802&ANO=2003&SER=A	SEORI	O prazo de que trata o art. 4º da Portaria nº 802/SEORI, de 18 de agosto de 2003, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União do dia 20 de agosto de 2003, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 19 de setembro de 2008.



1.500	2008	03/10/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1500&ANO=2008&SER=A	SEORI	Delegar Competência ao Comandante da Aeronáutica para praticar os Atos necessários à condução de concurso Público para provimento de cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (DACTA).
1.458	2008	24/10/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1458&ANO=2008&SER=A	SEORI	Altera na forma dos Anexos I e II desta Portaria, a modalidade de aplicação do Orçamento do Ministério da Defesa-Unidade Orçamentária 52101.
1.651	2008	02/12/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1651&ANO=2008&SER=A	SEORI	Alterar na forma dos anexos I e II desta portaria a modalidade de aplicação do orçamento do Ministério da Defesa- Unidade Orçamentária 52101.
1.742	2008	23/12/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1742&ANO=2008&SER=A	SEORI	Altera na forma dos anexos I e II desta portaria , na modalidade de aplicação do Orçamento do Ministério da Defesa - Unidade Orçamentária 52101.
1.748	2008	26/12/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1748&ANO=2008&SER=A	SEORI	Instituir a Coletânea de Legislação do Ministério da Defesa, publicação destinada a veicular a legislação de interesse do Ministério da Defesa.
1.248	2009	17/09/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1248&ANO=2009&SER=A - Prorroga o prazo da Portaria nº 802, de 18.08.2003. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=802&ANO=2003&SER=A	SEORI	O prazo de que trata o art. 4º da Portaria nº 802/SEORI, de 18 de agosto de 2003, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União do dia 20 de agosto de 2003, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 19 de setembro de 2009.
1.406	2009	23/10/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1406&ANO=2009&SER=A	SEORI	Alterar, na forma dos anexos I e II desta Portaria, a modalidade de aplicação do orçamento do Ministério da Defesa - Unidade Orçamentária 52101.
1.560	2009	01/12/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1560&ANO=2009&SER=A	SEORI	Alterar, na forma dos anexos I e II desta Portaria, a modalidade de aplicação do orçamento do Ministério da Defesa - Unidade Orçamentária 52101.
1.667	2009	27/12/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1667&ANO=2009&SER=A	SEORI	Alterar, na forma dos anexos I e II desta Portaria, a modalidade de aplicação do orçamento do Ministério da Defesa - Unidade Orçamentária 52101.
1.668	2009	28/12/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1668&ANO=2009&SER=A	SEORI	Alterar, na forma dos anexos I e II desta Portaria, a modalidade de aplicação do orçamento do Ministério da Defesa - Unidade Orçamentária 52101.
845	2010	20/05/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=845&ANO=2010&SER=A	SEORI	Alterar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, a modalidade de aplicação do orçamento do Ministério da Defesa - Unidade Orçamentária 52101.
1.502	2010	21/09/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1502&ANO=2010&SER=A - Prorroga o prazo da Portaria nº 802, de 18.8.2003. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=802&ANO=2003&SER=A	SEORI	O prazo de que trata o art. 4º da Portaria no 802/SEORI, de 18 de agosto de 2003, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União do dia 20 de agosto de 2003, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 14 de setembro de 2010.
1.839	2010	09/12/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1839&ANO=2010&SER=A Alterada pela Portaria nº 3.255, 18.12.2014 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3255&ANO=2014&SER=A	SEORI	Delega competências aos Comandantes das FA, ao Chefe do EMCFA, aos Secretários do MD e de Controle Interno, ao ChGab MD, ao Comandante da ESG e ao Diretor do HFA.
84	2011	14/01/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=84&ANO=2011&SER=A	SEORI	Delegar competência ao Hospital das Forças Armadas para atuar como Unidade Gestora Seccional de Contabilidade.
372	2011	03/03/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=372&ANO=2011&SER=A Altera a Portaria nº 1.839 de 09.12.2010 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1839&ANO=2010&SER=A	SEORI	Altera a Portaria nº 1.839/MD, de 9 de dezembro de 2010, que delega competências aos Comandantes das FA, ao Chefe do EMCFA, aos Secretários do MD e de Controle Interno, ao ChGab MD, ao Comandante da ESG e ao Diretor do HFA.
1.181	2011	13/05/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1181&ANO=2011&SER=A	SEORI	Fica subdelegada competência ao Comandante da Escola Superior de Guerra - ESG para a concessão de diárias, passagens e locomoção de seus respectivos servidores e militares.
1.430	2011	01/06/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1430&ANO=2011&SER=A	SEORI	Subdelega competência ao Chefe do EMCFA, aos Secretários, ao Diretor-Geral do CENSIPAM, ao Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa, ao Consultor Jurídico e ao Assessor de Planejamento Institucional para concessão de diárias, passagens e locomoção de seus servidores e militares.
2.833	2011	21/09/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2833&ANO=2011&SER=A - Prorroga o prazo da Portaria nº 802, de 18.8.2003. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=802&ANO=2003&SER=A	SEORI	O prazo de que trata o art. 4º da Portaria nº 802/SEORI, de 18 de agosto de 2003, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União do dia 20 de agosto de 2003, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 14 de setembro de 2011.
3.332	2011	04/11/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3332&ANO=2011&SER=A	SEORI	Alterar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, a modalidade de aplicação do orçamento do Ministério da Defesa - Unidade Orçamentária 52101.
3.485	2011	10/11/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3485&ANO=2011&SER=A - Alterada pela Portaria nº 1.685, de 21.6.2012. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1685&ANO=2012&SER=A	SEORI	Delega competência ao Coordenador-Geral do Programa Calha Norte para ordenação de despesas, gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, bem como registros de conformidade dos atos e fatos de gestão, atinentes ao Programa Calha Norte (PCN)
3.670	2011	24/11/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3670&ANO=2011&SER=A	SEORI	Alterar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, a modalidade de aplicação do orçamento do Ministério da Defesa - Unidade Orçamentária 52101.



1.532	2012	29/05/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1532&ANO=2012&SER=A	SEORI	Subdelega competência ao DEADI para autorizar a celebração de novos contratos administrativos e prorrogação dos contratos em vigor, com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) relativos a atividades de custeio.
1.685	2012	21/06/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1685&ANO=2012&SER=A - Altera a Portaria nº 3.485, de 10.11.2011. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3485&ANO=2011&SER=A	SEORI	Altera a Portaria nº 3.485/SEORI-MD, de 10 de novembro de 2011
2.482	2012	13/09/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2482&ANO=2012&SER=A Prorroga o prazo da Portaria nº 848, de 04.09.2003. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=848&ANO=2003&SER=A	SEORI	O prazo de que trata o art. 3º da Portaria nº 848/SEORI/DEADI, de 4 de setembro de 2003, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União do dia 5 de setembro de 2003, fica prorrogado por mais doze meses, a contar de 19 de setembro de 2012.
2.654	2012	01/10/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2654&ANO=2012&SER=A Alterada pela Portaria nº 3.371, de 20.12.2012. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3371&ANO=2012&SER=A	SEORI	Estabelece os limites para empenho de despesas com diárias e passagens no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa, para o exercício financeiro corrente, conforme os valores constantes dos Anexos I e II desta Portaria
2.680	2012	04/10/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2680&ANO=2012&SER=A	SEORI	Recolhe ao Arquivo Nacional os documentos arquivísticos públicos produzidos ou acumulados entre os anos de 1946 e 1990 pelo extinto Estado-Maior das Forças Armadas - EMFA, atualmente sob a custódia do Ministério da Defesa.
3.297	2012	10/12/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3297&ANO=2012&SER=A	SEORI	Divulga o resultado final da avaliação de desempenho institucional da Administração Central do Ministério da Defesa, referente ao período de 3 de dezembro de 2011 a 4 de dezembro de 2012, para fins de apuração da Gratificação de Desempenho.
3.364	2012	19/12/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3364&ANO=2012&SER=A	SEORI	Designa o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa como responsável para proceder às autorizações eletrônicas no SCDP para as viagens ao exterior que se refiram a deslocamento de servidores ou militares por prazo superior a dez dias.
3.371	2012	20/12/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3371&ANO=2012&SER=A - Altera a Portaria nº 2.654, de 01.10.2012. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2654&ANO=2012&SER=A	SEORI	Atualiza os limites para empenho de despesas com diárias e passagens no ano 2012, constante do Anexo II da Portaria nº 2.654/MD, de 1º de outubro de 2012, nos termos do Anexo desta Portaria.
617	2012	20/12/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=617&ANO=2012&SER=A	SEORI	Autorizar, para o período de 12 meses, os quantitativos máximos de pessoal civil contratado por tempo determinado, com dotação orçamentária específica, para atender a encargos temporários de obras e serviços de engenharia de excepcional interesse público.
858	2013	04/04/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=858&ANO=2013&SER=A	SEORI	Delega competência aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação, praticar os atos de que trata, ref. Gratificação de Qualificação.
892	2013	05/04/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=892&ANO=2013&SER=A	SEORI	Fixa, nos termos do Anexo desta Portaria, as metas de desempenho institucional da Administração Central do Ministério da Defesa, por Unidade Administrativa, para o terceiro ciclo de
900	2013	12/04/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=900&ANO=2013&SER=A - Altera a Portaria nº 918, de 04.04.2012. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=918&ANO=2012&SER=A	SEORI	Altera o art. 1º da Portaria nº 918/SEORI-MD, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre a Lei de Acesso à Informação - LAI.
2.976	2013	24/10/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2976&ANO=2013&SER=A	SEORI	Delega competência ao Diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria de Organização Institucional para autorizar o porte de arma de fogo institucional aos militares integrantes da Segurança Pessoal do Ministro de Estado da Defesa.
3.072	2013	13/11/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3072&ANO=2013&SER=A	SEORI	Aprova a atualização dos salários dos diretores e honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e dos titulares do Conselho Fiscal da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL).
81	2014	17/01/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=81&ANO=2014&SER=A	SEORI	Fixa, por Unidade Administrativa (UA), as metas institucionais da Administração Central do Ministério da Defesa para o quarto ciclo de avaliação de desempenho e dá outras providências.
521	2014	05/03/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=521&ANO=2014&SER=A	SEORI	Designa representante para Membro-Suplente da Comissão Setorial de Ética do Ministério da Defesa.
522	2014	05/03/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=522&ANO=2014&SER=A	SEORI	Designa representante para Membro-Suplente da Comissão Setorial de Ética do Ministério da Defesa.
523	2014	05/03/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=523&ANO=2014&SER=A	SEORI	Designa representante para Membro-Suplente da Comissão Setorial de Ética do Ministério da Defesa.
133	2014	25/04/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=133&ANO=2014&SER=A	SEORI	Implantação da Infraestrutura Geoespacial do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.
141	2014	02/05/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=141&ANO=2014&SER=A	SEORI	Dispõe sobre as comunicações de dados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.



1.851	2014	24/07/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1851&ANO=2014&SER=A	SEORI	Dispõe sobre as diretrizes para a formulação, a tramitação, a execução e o acompanhamento dos projetos de parcerias público- privadas (PPP) no âmbito do Ministério da Defesa e dá outras providências.
1	2014	06/08/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2014&SER=E	MPOG/	Dispõe sobre o envio e a captação de dados cadastrais, funcionais e financeiros dos militares e pensionistas das Forças Armadas e a estruturação da base de dados de Informações Gerenciais, na forma prevista no § 1º do art. 85 da Lei nº 12.919.
2.039	2014	14/08/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2039&ANO=2014&SER=A	SEORI	Dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação de suprimimento de fundos no âmbito do Ministério da Defesa.
3.255	2014	18/12/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3255&ANO=2014&SER=A - Altera a Portaria nº 1.839, de 09.12.2010. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1839&ANO=2010&SER=A	SEORI	Altera a Portaria nº 1.839/MD, de 9 de dezembro de 2010.
95	2015	16/01/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=95&ANO=2015&SER=A	SEORI	Fixa meta de de desempenho institucional do Ministério da Defesa - Administração Central para o período de avaliação de desempenho compreendido entre 04.12.2014 a 03.12.2015 e dá outras providências.
318	2015	09/02/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=318&ANO=2015&SER=A	SEORI	Divulga o resultado final da avaliação de desempenho institucional da Administração Central do Ministério da Defesa, para fins de apuração da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE.
2.234	2015	16/10/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2234&ANO=2015&SER=A	SEORI	Delega competência aos Comandantes das Forças Armadas e ao Secretário de Organização Institucional para excepcionalmente autorizar a realização de novas contratações, em face das restrições impostas pelo MPOG
2.334	2015	28/10/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2334&ANO=2015&SER=A	SEORI	Autoriza a contratação de aeronaves anfíbias, veículos terrestres e embarcações fluviais para o transporte e deslocamento e médicos, intercambistas, supervisores e suas respectivas bagagens no âmbito do Programa Mais Médicos
4	2016	13/01/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4&ANO=2016&SER=A - Alterada pela Portaria nº 1.220, de 03.8.2016. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1220&ANO=2016&SER=A	SEORI	Fixa meta de desempenho institucional do Ministério da Defesa - Administração Central, para o período de avaliação de desempenho compreendido entre 4 de dezembro de 2015 a 3 de dezembro de 2016.
17	2016	29/01/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=17&ANO=2016&SER=A	SEORI	Divulga o resultado final da avaliação de desempenho institucional da Administração Central do Ministério da Defesa, referente ao 5º ciclo avaliativo, para fins de apuração da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-GDPGPE
101	2016	16/03/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=101&ANO=2016&SER=A	SEORI	Delega competência ao Diretor e ao Gerente de Orçamento e Finanças do Departamento de Administração Interna para a prática dos atos de que trata.
36	2016	15/04/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=36&ANO=2016&SER=A	SEORI	Subdelega competência às autoridades de que trata para excepcionalmente, em casos de relevância e urgência, autorizar a realização de novas contratações referentes a locação de veículos, máquinas e equipamentos.
251	2016	04/05/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=251&ANO=2016&SER=A	SEORI	Autoriza, no âmbito do Programa Mais Médicos, a locação de veículos destinados ao apoio logístico, à recepção e distribuição dos Médicos intercambistas e às atividades de supervisão acadêmica.
604	2016	06/06/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=604&ANO=2016&SER=A	SEORI	Autoriza a locação de veículos para a consecução das atividades do Departamento de Ensino da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto.
839	2016	27/06/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=839&ANO=2016&SER=A	SEORI	Delega competência ao SEORI, Comandante da ESG, ao Comandante Logístico do HFA e ao Diretor-Geral do CENSIPAM, para solicitar à SPU do MPOG acesso ao Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis
1.121	2016	22/07/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1121&ANO=2016&SER=A	SEORI	Delega competência às autoridades de que trata para autorizar a concessão de diárias a servidores e militares, nos casos de deslocamentos relacionados às localidades e aos períodos especificados no Anexo do Decreto nº 8.808, de 15 de julho de 2016.
2.036	2016	13/10/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2036&ANO=2016&SER=A	SEORI	Designa o Secretário de Organização Institucional do Ministério da Defesa para praticar os atos de que trata, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 18.11.2011 (Lei de Acesso à Informação).



36	2017	03/01/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=36&ANO=2017&SER=A - Alterada pela Portaria nº 786, de 2.3.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=786&ANO=2018&SER=A	SEORI	Estabelece o prazo de doze meses para o exercício da função de pregoeiro no âmbito do Departamento de Administração Interna.
190	2017	17/01/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=190&ANO=2017&SER=A	SEORI	Fixa metas de desempenho institucional da Secretaria de Organização Institucional (SEORI), para o período de avaliação compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2017.
280	2017	24/01/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=280&ANO=2017&SER=A	SEORI	Divulga a previsão do planejamento orçamentário de contratações e aquisições da administração central do Ministério da Defesa sob a responsabilidade da Secretaria de Organização Institucional (Seori)
375	2017	30/01/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=375&ANO=2017&SER=A	SEORI	Divulga o resultado final das metas institucionais, referente ao 6º ciclo avaliativo, para fins de Avaliação de Desempenho dos servidores da administração central do Ministério da Defesa
427	2017	03/02/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=427&ANO=2017&SER=A - Alterada pela Portaria nº 4.456, de 26.12.2017. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4456&ANO=2017&SER=A	SEORI	Estabelece limites para empenho de despesas com diárias e passagens, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, para o exercício de 2017, conforme Anexo a esta Portaria.
436	2017	03/02/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=436&ANO=2017&SER=A	SEORI	Fixa as Metas Institucionais do Ministério da Defesa, para o 7º ciclo de avaliação de desempenho, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE).
658	2017	21/02/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=658&ANO=2017&SER=B	SEORI	Subdelega competência às autoridades a seguir elencadas para, no âmbito dos seus respectivos órgãos, praticar os atos de designação e dispensa de Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE).
1.680	2017	20/04/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1680&ANO=2017&SER=A	SEORI	Autoriza a locação de veículos para a consecução de atividades do Departamento de Ensino da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
1.707	2017	25/04/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1707&ANO=2017&SER=A	SEORI	Aprova o Plano Anual de Capacitação de 2017, divulga o planejamento de capacitação dos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa para o mesmo exercício.
2.715	2017	11/07/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2715&ANO=2017&SER=A	SEORI	Designa o Diretor do Departamento de Administração Interna, da Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa, para exercer a função de Coordenador do Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados - CGU-PJ.
3.610	2017	03/10/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3610&ANO=2017&SER=A	SEORI	Divulga a previsão do planejamento orçamentário de contratações e aquisições no âmbito da administração central do Ministério da Defesa (ACMD) sob a 8. responsabilidade da Secretaria de Organização Institucional, para o exercício de 201
4.398	2017	19/12/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4398&ANO=2017&SER=A	SEORI	Fixa, conforme disposto no Anexo, as metas de desempenho institucional desta Secretaria de Organização Institucional (SEORI), para o período de avaliação compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2018.
43	2018	08/01/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=43&ANO=2018&SER=A	SEORI	Fixa Metas Institucionais do Ministério da Defesa - Administração Central - para o 8º Ciclo de Avaliação de Desempenho, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE).
175	2018	17/01/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=175&ANO=2018&SER=A Alterada pela Portaria nº 411, de 2.2.2018. h https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=411&ANO=2018&SER=A	SEORI	Apostila os cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, os cargos de confiança privativos de militares, as gratificações de representação, as. gratificações temporárias do Sistema de Proteção da Amazônia e as funções comissionadas
219	2018	19/01/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=219&ANO=2018&SER=A	SEORI	Divulga o resultado final das Metas Institucionais aprovadas para o 7º Ciclo Avaliativo, para fins de Avaliação de Desempenho e consequente pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE).
258	2018	22/01/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=258&ANO=2018&SER=A Alterada pela Portaria nº 1.761, de 11.5.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1761&ANO=2018&SER=A Alterada pela Portaria nº 3.089, de 16.8.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3089&ANO=2018&SER=A Alterada pela Portaria nº 820, de 20.2.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=820&ANO=2019&SER=A	SEORI	Institui o Programa de Capacitação em Línguas Estrangeiras para servidores e militares no âmbito da administração central do Ministério da Defesa (ACMD).
411	2018	02/02/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=411&ANO=2018&SER=A Altera a Portaria nº 175, de 17.01.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=175&ANO=2018&SER=A	SEORI	Dá nova redação ao Anexo da Portaria nº 175/DEADI/MD, de 17.01.2018, que trata do apostilamento de cargos em comissão, cargos de confiança, gratificações de representação, gratificações temporárias e funções comissionadas no MD.
656	2018	22/02/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=656&ANO=2018&SER=A	SEORI	Põe em funcionamento, no âmbito do DEADI, as atividades de núcleo para a fiscalização administrativa de contratos.
786	2018	02/03/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=786&ANO=2018&SER=A - Altera a Portaria nº 36, de 03.01.2017. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=36&ANO=2017&SER=A	SEORI	Altera a redação do § 1º do art. 1º da Portaria nº 36/ASSADI/MD, de 3 de janeiro de 2017.



832	2018	06/03/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=832&ANO=2018&SER=A	SEORI	Aprova o Plano Anual de Capacitação de 2018, divulga o planejamento de capacitação dos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa para o mesmo exercício.
1.356	2018	13/04/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1356&ANO=2018&SER=A	SEORI	Solicita à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão acesso ao Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União (SISREI).
1.522	2018	24/04/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1522&ANO=2018&SER=A	SEORI	Põe em funcionamento, no âmbito do DEADI, as atividades de núcleo para o exercício das funções de órgão de correição e condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares.
1.602	2018	27/04/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1602&ANO=2018&SER=A	SEORI	Altera a Portaria nº 1.087/DEADI/MD, de 23 de março de 2018.
1.728	2018	09/05/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1728&ANO=2018&SER=A Alterada pela Portaria nº 1.821, de 15.05.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1821&ANO=2018&SER=A	SEORI	Divulga o resultado do procedimento seletivo para participar do Programa de Capacitação em Línguas Estrangeiras - idioma Inglês no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.
1.821	2018	15/05/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1821&ANO=2018&SER=A Altera a Portaria nº 1.728, de 09.05.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1728&ANO=2018&SER=A	SEORI	Dá nova redação ao Anexo da Portaria nº 1.728/DEADI/SEORI/S G-MD, de 09.05.2018, que divulga o resultado do procedimento seletivo para participar do Programa de Capacitação em Línguas Estrangeiras - idioma Inglês na AC-MD
1.836	2018	16/05/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1836&ANO=2018&SER=A	SEORI	Subdelegada competência ao Diretor de Administração Interna.
2.105	2018	01/06/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2105&ANO=2018&SER=A	SEORI	Põe em funcionamento, no âmbito do Departamento de Administração Interna, atividades, organizadas na forma de núcleos.
2.581	2018	10/07/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2581&ANO=2018&SER=A	SEORI	Põe em funcionamento no âmbito do DEADI, vinculado à estrutura regimental da GEPOS, atividades organizadas sob a forma de Núcleo.
2.967	2018	08/08/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2967&ANO=2018&SER=A	SEORI	Delega competência ao Gerente de Patrimônio, Obras e Serviços (GEPOS) e ao Gerente de Gestão de Pessoas (GEPES) para a prática dos atos de que trata.
3.089	2018	16/08/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3089&ANO=2018&SER=A Altera a Portaria nº 258, de 22.01.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=258&ANO=2018&SER=A	SEORI	Altera a Portaria nº 258/SEORI/MD, de 22 de janeiro de 2018.
4.386	2018	10/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4386&ANO=2018&SER=A	SEORI	Fica delegada competência às autoridade a seguir elencadas para aprovar, reprovav e alterar o Plano Anual de Contratações de que trata a Instrução Normativa nº 1/SEGES/MP, de 29 de março de 2018.
4.383	2018	10/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4383&ANO=2018&SER=A	SEORI	Publicar, na forma do Anexo, a relação nominal dos ocupantes de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das funções de confiança, da estrutura regimental deste Ministério.
4.468	2018	17/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4468&ANO=2018&SER=A Alterada pela Portaria nº 3.416, de 13.8.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3416&ANO=2019&SER=A	SEORI	Divulga a previsão do planejamento de aquisições e contratações no âmbito da administração central do Ministério da Defesa sob a responsabilidade da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, para o exercício de 2019.
4.567	2018	21/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4567&ANO=2018&SER=A	SEORI	Fixa Metas de Desempenho institucional da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, para o período de avaliação compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019
4.679	2018	28/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4679&ANO=2018&SER=A	SEORI	Reconhece, para fins de inscrição no Cadastro Ambiental Rural, o caráter especial dos imóveis militares, sob responsabilidade e gestão do Ministério da Defesa e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
114	2019	10/01/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=114&ANO=2019&SER=A Alterada pela Portaria nº 3.227, de 25.07.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3227&ANO=2019&SER=A	SEORI	Fixa as metas as metas institucionais da administração central do Ministério da Defesa para o 9º Ciclo de Avaliação de Desempenho para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
288	2019	18/01/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=288&ANO=2019&SER=A	SEORI	Constitui Comissão para subsidiar a consolidação, a análise e os lançamentos de demandas de planejamento de aquisições no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), instituído por intermédio da Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, observadas as áreas de atuação do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais (DESEG), do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DETIC) e do Departamento de Administração Interna (DEADI)
354	2019	22/01/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=354&ANO=2019&SER=A	SEORI	Divulga o resultado final das metas institucionais aprovadas para o 8º Ciclo Avaliativo, compreendido entre 4.12.17 e 3.12.18, para fins de Avaliação de Desempenho dos servidores da administração central do MD e consequente pagamento da GDPGPE.



718	2019	14/02/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=718&ANO=2019&SER=A	SEORI	Aprova o Plano Anual de Capacitação de 2019, bem como divulgar o planejamento de capacitação dos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa para o mesmo exercício, na forma dos Anexos I e II a esta Portaria.
820	2019	20/02/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=820&ANO=2019&SER=A - Altera a Portaria nº 258, de 22.01.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=258&ANO=2018&SER=A	SEORI	Altera o art. 2º da Portaria nº 258/SEORI/MD, de 22 de janeiro de 2018.
874	2019	22/02/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=874&ANO=2019&SER=A	SEORI	Institui no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CG-PLS), que terá como atribuição a elaboração, o monitoramento, a avaliação e a revisão do Plano de Logística Sustentável do Ministério da Defesa (PLS/MD)
1.808	2019	18/04/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1808&ANO=2019&SER=A	SEORI	Homologa a terceira revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) do Ministério da Defesa, quadriênio 2016-2019, aprovado pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações (COTINC), nos termos do Anexo a esta Portaria.
2.046	2019	07/05/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2046&ANO=2019&SER=A	SEORI	Subdelega competência às autoridades para autorizar novas contratações referentes à locação de veículos, máquinas e equipamentos
2.149	2019	14/05/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2149&ANO=2019&SER=A	SEORI	Designar os militares a seguir relacionados como Representantes legais do Ministério da Defesa junto ao Instituto Nacional de Tecnologia de Informação (ITI), para o trato das matérias afetas à Autoridade Certificadora De Defesa (AC Defesa)
3.227	2019	25/07/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3227&ANO=2019&SER=A - Altera a Portaria nº 114, de 10.01.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=114&ANO=2019&SER=A	SEORI	Altera Anexo da Portaria nº 114/SEORI/SG-MD, de 10 de janeiro de 2019.
3.416	2019	13/08/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3416&ANO=2019&SER=A - Altera a Portaria nº 4.468, de 17.12.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4468&ANO=2018&SER=A	SEORI	Inclui o item 15 na Tabela "Administração, Engenharia e Serviços Gerais", constante do Anexo à Portaria 4468/SEORI/SG-MD, de 17 de dezembro de 2018
4.065	2019	02/10/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4065&ANO=2019&SER=A	SEORI	Institui a modalidade de educação à distância (EaD) como instrumento de capacitação do público interno da administração central do Ministério da Defesa
98	2020	09/01/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=98&ANO=2020&SER=A	SEORI	Fixar, na forma do Anexo desta Portaria, as metas institucionais da administração central do Ministério da Defesa para o 10º Ciclo de Avaliação de Desempenho, período compreendido entre 4 de dezembro de 2019 e 3 de dezembro de 2020, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo(GDPGPE).
236	2020	17/01/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=236&ANO=2020&SER=A	SEORI	Divulga o resultado final das metas institucionais aprovadas para o 9º Ciclo Avaliativo.

PORTARIA NORMATIVA

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA NORMATIVA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGÃO	EMENTA
3.771	2011	30/11/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3771&ANO=2011&SER=A Altera a PN 38, de 29.09.2017 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=38&ANO=2017&SER=A	SG	Dispõe sobre as diretrizes para a aplicação de recursos públicos em solenidades, cerimoniais, homenagens, eventos comemorativos, recepções, troca de brindes e quaisquer outros do gênero por órgãos e unidades da administração
1.690	2015	05/08/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1690&ANO=2015&SER=A	SG	Dispõe sobre a Carta de Serviços ao Cidadão do Ministério da Defesa e estabelece diretrizes para sua elaboração, atualização e publicação, no âmbito da Pasta, e dá outras providências
21	2016	17/03/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=21&ANO=2016&SER=B	SG	Institui o Altar dos Defensores da Pátria.
38	2017	26/09/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=38&ANO=2017&SER=A Altera a PN 3771, de 30.11.2011 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3771&ANO=2011&SER=A	SG	Altera a Portaria Normativa nº 3.771, de 30 de novembro de 2011, que dispõe diretrizes para aplicação de recursos públicos em solenidades, recepções e quaisquer outros do gênero por órgãos e unidades da administração central do Ministério da Defesa
29	2018	22/05/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=29&ANO=2018&SER=A	SG	Institui as instâncias de supervisão da gestão da integridade, governança, riscos, controles internos da gestão e desburocratização e aprova a Política de Gestão de Riscos, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa (ACMD).
68	2018	13/11/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=68&ANO=2018&SER=A	SG	Institui o Programa de Integridade no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa.



78	2018	29/11/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=78&ANO=2018&SER=A	SG	Aprova o 1º Plano de Integridade da administração central do Ministério da Defesa.
99	2018	21/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=99&ANO=2018&SER=B	SG	Aprova a diretriz de implantação e funcionamento do processo decisório para novos projetos estratégicos de interesse do Ministério da Defesa e cria a Comissão Permanente para Projetos Estratégicos no Ministério da Defesa.
6	2019	14/01/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=6&ANO=2019&SER=A	SG	Estabelece as regras para a elaboração e a apresentação do relatório de gestão do Ministério da Defesa, referente ao exercício de 2018.
2	2020	07/01/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2&ANO=2020&SER=A	SG	Institui o Núcleo da Assessoria de Integridade, no âmbito

INSTRUÇÃO NORMATIVA

SECRETARIA-GERAL

Instrução Normativa	Ano	Data do Ato	Link de Acesso	Órgão	E menta
7	2014	22/05/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=7&ANO=2014&SER=A	SG	Institui o Núcleo do Escritório de Processos e Projetos.
9	2014	05/06/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=9&ANO=2014&SER=A	SG	Aprova as Diretrizes Gerais, o Plano de Trabalho Anual e a Agenda Estratégica da Secretaria Geral do Ministério da Defesa para o exercício de 2014.
10	2015	23/12/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=10&ANO=2015&SER=A	SG	Aprova o Plano de Gestão Estratégica da administração central do Ministério da Defesa
2	2016	20/10/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2&ANO=2016&SER=I	SG	Aprova o Planejamento Estratégico da Secretaria Geral para o período 2017 a 2019
4	2017	03/08/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4&ANO=2017&SER=B	SG	Aprova o Plano de Diretrizes da Secretaria-Geral, para 2017 a 2019.
1	2018	22/03/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2018&SER=C	SG	Aprova o Plano de Ação da Secretaria- Geral para 2018.
2	2018	05/04/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2&ANO=2018&SER=B	SG	Estabelece instruções para elaboração e apresentação do Relatório de Gestão da Secretaria Geral do MD, referente a 2017.
13	2018	30/11/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=13&ANO=2018&SER=B	SG	Estabelece procedimentos relativos aos contratos administrativos firmados e as responsabilidades dos gestores e fiscais designados pelo MD.
16	2018	06/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=16&ANO=2018&SER=B - Alterada pela IN nº 5, de 29.07.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=5&ANO=2019&SER=B	SG	Estabelece diretrizes e os procedimentos relativos ao preparo e ao fornecimento de refeições e à utilização dos refeitórios no âmbito do MD
3	2019	24/04/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3&ANO=2019&SER=B	SG	Aprova o Plano de Ação da Secretaria- Geral para 2019.

PORTARIA

SECRETARIA-GERAL

Portaria	Ano	Data do Ato	Link de Acesso	Órgão	E menta
544	2001	03/09/2001	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=544&ANO=2001&SER=A	SG	Aprova e manda por em execução o Regimento Interno da COMASSE.
350	2002	19/06/2002	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=350&ANO=2002&SER=A	SG	Aprova e manda pôr em execução o "PLANO GERENCIAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - PGPD".
358	2010	05/03/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=358&ANO=2010&SER=A	SG	Delega competência ao Chefe do Estado- Maior de Defesa, aos Secretários e ao Chefe de Gabinete do Ministro para autorizar, excepcionalmente, viagem com passagens aéreas solicitada em prazo inferior a dez dias.
2.798	2018	26/07/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2798&ANO=2018&SER=A	SG	Delegar competência às autoridades a seguir mencionadas, vedada a subdelegação, para a prática de atos no âmbito do Programa Calha Norte.

PORTARIA NORMATIVA

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

PORTARIA NORMATIVA	ANO	DATA DOATO	LINK DE ACESSO	ÓRGÃO	EMENTA
811	1994	25/03/1994	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=811&ANO=1994&SER=A	EMCFA	Aprova Normas sobre Comissões, Cursos e Estágios de Pessoal Civil do Estado-Maior das Forças Armadas e Órgãos Subordinados.
6.762	2000	31/10/2000	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=6762&ANO=2000&SER=A	EMCFA	Concedeaautorização ao Diretordo Departamento de Logística para praticar os atos de que trata.



227	2001	02/04/2001	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=227&ANO=2001&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o Projeto de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Militar de Comando e Controle - PRODISMC, instituído com o objetivo de ampliar e agilizar a capacidade de comando, controle, comunicações e informações no emprego das Forças Armadas.
295	2002	03/06/2002	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=295&ANO=2002&SER=A	EMCFA	Institui o Sistema de Inteligência de Defesa, e dá outras providências.
147	2004	16/02/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=147&ANO=2004&SER=A	EMCFA	Regulamenta o estabelecimento de convênios para prestação do Serviços Alternativo ao serviço Militar, concede dispensa do serviço alternativo ao serviço militar aos atuais eximidos e dá outras providências.
159	2004	19/02/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=159&ANO=2004&SER=A	EMCFA	Cria o Banco de Dados SELOM e aprova sua Política de Privacidade.
367	2004	06/04/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=367&ANO=2004&SER=A - Alterada pela PN nº 87, de 21.10.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=87&ANO=2019&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o recebimento, o registro, a tramitação e a guarda dos documentos sigilosos dirigidos ao Ministério da Defesa
606	2004	11/06/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=606&ANO=2004&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre Diretriz de Obtenção de Veículos Aéreos Não Tripulados e dá outras providências.
1.369	2004	25/11/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1369&ANO=2004&SER=A	EMCFA	Autoriza a emissão de Certificado de Registro de Arma de Fogo pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que poderá valer como autorização para Porte de Arma de Fogo, e dá outras providências.
537	2005	21/12/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=537&ANO=2005&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a Doutrina de Inteligência de Defesa.
1.336	2005	02/12/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1336&ANO=2005&SER=A - Altera a Portaria nº 3.227, de 06.10.1998. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3227&ANO=1998&SER=A - Alterada pela PN nº 1.642, de 17.12.2009. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1642&ANO=2009&SER=A	EMCFA	Altera a Portaria nº 3227, de 06 de outubro de 1998, que regulamenta as Normas Gerais sobre os auxiliares locais para a RBJD.
1.304	2006	04/10/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1304&ANO=2006&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o Grupo de Trabalho para estudar a viabilidade da instituição de uma estrutura integrada de informações de transporte para as Forças Armadas
1.800	2006	14/12/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1800&ANO=2006&SER=A	EMCFA	Estabelece cooperação técnica e financeira entre os Ministérios da Defesa e da Integração Nacional com vistas à realização de trabalhos cartográficos, bem como a capacitação de recursos humanos e apoio à utilização de tecnologias de geoprocessamento
113	2007	01/02/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=113&ANO=2007&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a "Doutrina Militar de Defesa - MD51-M-04".
484	2007	05/04/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=484&ANO=2007&SER=A	EMCFA	Constituir Grupo de Trabalho (GT) com finalidade de estudar e analisar as condicionantes para a criação de um Centro Combinado de Instruções de Operações de Paz (CCIOPAZ)
513	2008	26/03/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=513&ANO=2008&SER=A	EMCFA	Aprova o Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas- MD33-M-02 (3ª Edição 2008).
558	2008	01/05/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=558&ANO=2008&SER=A	EMCFA	Aprova as Diretrizes para Organização e Funcionamento do Sistema de Doutrina Militar Combinada - SIDOMC - (MD35-D-02).
916	2008	13/06/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=916&ANO=2008&SER=B	EMCFA	Aprova a Diretriz para a Difusão e Implementação do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) nas Forças Armadas.
1.416	2008	16/10/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1416&ANO=2008&SER=A	EMCFA	Aprova a Ração Operacional de Combate-R2
1.417	2008	16/10/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1417&ANO=2008&SER=A	EMCFA	Aprova a Ração Operacional de Emergência - R3.
1.669	2008	03/12/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1669&ANO=2008&SER=A	EMCFA	Aprova o Regimento Interno do Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA).
1.642	2009	17/12/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1642&ANO=2009&SER=A - Altera a PN nº 1.336, de 02.12.2005. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1336&ANO=2005&SER=A - Alterada pela PN nº 221, de 12.02.2010. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=221&ANO=2010&SER=A	EMCFA	Altera a Portaria no 1336/MD, de 02 de dezembro de 2005, que regulamenta as Normas Gerais sobre os auxiliares locais para a RBJD.
219	2010	12/02/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=219&ANO=2010&SER=A	EMCFA	Aprovar o Manual de Alimentação das Forças Armadas, destinado a orientar os responsáveis pela administração das unidades de alimentação e saúde das organizações militares, nos termos do Anexo a esta Portaria Normativa.
221	2010	12/02/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=221&ANO=2010&SER=A - Altera a PN nº 1.642, de 17.12.2009. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1642&ANO=2009&SER=A	EMCFA	Altera a Portaria Normativa nº 1642/MD, de 17 de dezembro de 2009, que regulamenta as Normas Gerais sobre os auxiliares locais para a RBJD.
1.069	2011	05/05/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1069&ANO=2011&SER=A	EMCFA	Aprova o Manual de Emprego do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) nas Forças Armadas -1ª Edição/2011(*), na forma dos Anexos a esta Portaria Normativa.
2.756	2011	19/09/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2756&ANO=2011&SER=A Alterada pela PN nº 1.513, de 13.5.2013. https://mdlegis.defesa.gov.br/pesquisar_normas/ (revogado) Alterada pela PN nº 56, de 11.10.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=56&ANO=2018&SER=A	EMCFA	O Conselheiro Militar é designado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Defesa.
3.885	2011	15/12/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3885&ANO=2011&SER=A	EMCFA	Ficam aprovados os Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) das Forças Armadas anexos a esta Portaria Normativa.
2.293	2012	28/08/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2293&ANO=2012&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o estabelecimento de Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para os produtos de defesa comuns às Forças Armadas e suas aquisições.
2.387	2012	05/09/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2387&ANO=2012&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o estabelecimento de Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para os produtos de defesa comuns às Forças Armadas e suas aquisições.
2.388	2012	05/09/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2388&ANO=2012&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o estabelecimento de Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para os produtos de defesa comuns às Forças Armadas e suas aquisições



2.970	2012	08/11/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2970&ANO=2012&SER=A	EMCFA	Aprova as "Normas de Elaboração de Publicações de Doutrina Combinada para o Emprego Militar das Forças Armadas da Argentina e do Brasil" - DC AR-BR 00-01 (1ª Edição/2012).
3.389	2012	21/12/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3389&ANO=2012&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a Política Cibernética de Defesa.
615	2013	08/03/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=615&ANO=2013&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o estabelecimento de Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para os produtos de defesa comuns às Forças Armadas.
620	2013	08/03/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=620&ANO=2013&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o "Manual de Transportes para Uso nas Forças Armadas"

747	2013	20/03/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=747&ANO=2013&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre as "Normas para o Transporte nas Forças Armadas".
862	2013	04/04/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=862&ANO=2013&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a publicação do "Manual de Apoio de Fogo em Operações Conjuntas"
1.064	2013	19/04/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1064&ANO=2013&SER=A	GM-MD EMCFA	Dispõe sobre o estabelecimento de Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para os produtos de defesa comuns às Forças Armadas.
1.866	2013	20/06/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1866&ANO=2013&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o estabelecimento de Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para os produtos de defesa comuns às Forças Armadas.
1.873	2013	20/06/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1873&ANO=2013&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a integração de simuladores entre as Forças Armadas.
1.984	2013	03/07/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1984&ANO=2013&SER=A	EMCFA	Dispões sobre o estabelecimento de Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para os produtos de defesa comum às Forças Armadas.
2.090	2013	12/07/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2090&ANO=2013&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o "Manual de Operações de Paz.
186	2014	31/01/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=186&ANO=2014&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a publicação "Garantia da Lei e da Ordem".
1.147	2014	08/05/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1147&ANO=2014&SER=A Alterada pela PN nº 87, de 21.10.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=87&ANO=2019&SER=A	EMCFA	Disciplina o processo de credenciamento de segurança de pessoas naturais, bem como de órgão e entidades públicas e privadas, como órgãos de registro e postos de controle, para o tratamento de informações classificadas, em qualquer grau de sigilo
1.771	2014	16/07/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1771&ANO=2014&SER=A	EMCFA	Aprova as diretrizes para o emprego e a atuação do serviço social das Forças Armadas em situações de emergência, desastres, calamidades públicas e ações humanitárias.
2.777	2014	27/10/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2777&ANO=2014&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a diretriz de implantação de medidas visando à potencialização da Defesa Cibernética Nacional e dá outras providências.
3.009	2014	18/11/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3009&ANO=2014&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre Medidas de Coordenação do Espaço Aéreo nas Operações Conjuntas.
3.010	2014	18/11/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3010&ANO=2014&SER=A	EMCFA	Aprova a Doutrina Militar de Defesa Cibernética.
3.011	2014	18/11/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3011&ANO=2014&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a gestão dos recursos do Fundo do Serviço Militar (FSM).
297	2015	05/02/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=297&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Aprova o Manual de Mobilização Militar - MD41-M-02 (1ª Edição/2015).
751	2015	30/03/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=751&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a Ração Operacional de Adestramento.
753	2015	30/03/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=753&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Aprova o Regulamento de Segurança dos Alimentos das Forças Armadas - MD42-R-01
826	2015	09/04/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=826&ANO=2015&SER=A - Alterada pela PN nº 71, de 20.11.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=71&ANO=2018&SER=A	EMCFA	Estabelece as Instruções Gerais para as relações entre o Ministério da Defesa, as Forças Armadas brasileiras e os adidos militares estrangeiros (1ª Edição/2015).
999	2015	30/04/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=999&ANO=2015&SER=A - Altera a PN nº 2.975, de 24.10.2013. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2975&ANO=2013&SER=A	EMCFA	Altera a Portaria Normativa nº 2.975/MD, de 24 de outubro de 2013.
1.130	2015	20/05/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1130&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Delega competência aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para autorizar o trânsito ou a permanência, em território nacional, de grupamento ou de contingente de força armada.
1.133	2015	20/05/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1133&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Aprova as instruções para o levantamento de soluções tecnológicas aplicáveis às operações conjuntas - MD42-I-01 (1ª Edição/2015).
1.349	2015	17/06/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1349&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o procedimento de solicitação de passaporte diplomático em favor de servidores e militares do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.
1.489	2015	03/07/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1489&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Aprova a Política de Mobilização Militar - MD41-P-01 (2ª Edição/2015).
1.684	2015	04/08/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1684&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o planejamento e a coordenação das atividades relacionadas aos destacamentos de segurança de representações diplomáticas brasileiras no exterior e dá outras providências.
1.691	2015	05/08/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1691&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle - MD31-M- 03 (3ª Edição/2015).
2.083	2015	23/09/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2083&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a atualização monetária da multa mínima prevista no art. 175 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar -RLSM)
2.327	2015	28/10/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2327&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação para o Sistema Militar de Comando e Controle - MD31-P-03 (2ª Edição/2015)
2.328	2015	28/10/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2328&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a Política para o Sistema Militar de Comando e Controle -MD31-P-01(3ª Edição/2015).
2.329	2015	28/10/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2329&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o estabelecimento de Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para os produtos de defesa comuns às Forças Armadas
2.330	2015	28/10/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2330&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Aprova a "Doutrina de Mobilização Militar - MD41-M-01 (2ª Edição/2015)".
2.506	2015	19/11/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2506&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o Sistema Tático de Enlace de Dados - SISTED.
2.513	2015	20/11/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2513&ANO=2015&SER=A - Altera a Portaria nº 3.227, de 06.10.1998. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3227&ANO=1998&SER=A	EMCFA	Altera o Anexo "B" da Portaria nº 3.227/GAB, de 6 de outubro de 1998, que aprova as Normas Gerais sobre os Auxiliares Locais para a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID).
2.652	2015	09/12/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2652&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Disciplina a aplicação do disposto no art. 6º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, e o Decreto nº 8.541, de 13 de outubro de 2015, o âmbito do Ministério da Defesa.



5	2016	05/04/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=5&ANO=2016&SER=B	EMCFA	Delega competência aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a edição de atos relativos a adidos, adjuntos e auxiliares de adidos militares junto às Missões Diplomáticas Brasileiras.
6	2016	13/01/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=6&ANO=2016&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o estabelecimento de Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para produtos de defesa comuns às Forças Armadas.
8	2016	13/01/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=8&ANO=2016&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o conjunto de Placas de Identificação em Campanha, confeccionado no âmbito do Ministério da Defesa e dá outras providências.
9	2016	13/01/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=9&ANO=2016&SER=A Alterada pela PN nº 17, de 15.5.2017. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=17&ANO=2017&SER=A Alterada pela PN nº 46, de 28.11.2017. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=48&ANO=2017&SER=A	EMCFA	Aprova o Glossário das Forças Armadas - MD35- G-01 (5ª Edição/2015).
10	2016	13/01/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=10&ANO=2016&SER=A	EMCFA	Aprova os Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para Hospital de Campanha das Forças Armadas.
14	2016	18/02/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=14&ANO=2016&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre as diretrizes para o acesso a áreas e instalações com material e informações classificadas ou que demandarem proteção no âmbito do Ministério da Defesa, e dá outras providências.
15	2016	23/02/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=15&ANO=2016&SER=C - Alterada pela PN nº 95, de 06.11.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=95&ANO=2019&SER=B	EMCFA	Estabelece diretrizes para a declaração do caráter militar de atividades e empreendimentos da União, destinados ao preparo e emprego das Forças Armadas.
17	2016	02/03/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=17&ANO=2016&SER=C	EMCFA	Dispõe sobre a ativação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED) e dá outras providências.
18	2016	02/03/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=18&ANO=2016&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o Conceito de Operações - MD31-S-02 (1ª Edição/2015) do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²).
22	2016	24/03/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=22&ANO=2016&SER=C	EMCFA	Dispõe sobre o Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas.
32	2016	25/05/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=32&ANO=2016&SER=A	EMCFA	Institui o Programa Olavo Bilac e dá outras providências.
35	2016	10/06/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=35&ANO=2016&SER=A - Revoga artigos da Portaria nº 2.681, de 28.07.1992. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2681&ANO=1992&SER=A	EMCFA	Fixa os modelos e as características dos Certificados Militares previstos no Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, e na Portaria nº 2.681-COSEMI, de 28 de julho de 1992, do Estado-Maior das Forças Armadas.

40	2016	23/06/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=40&ANO=2016&SER=A	EMCFA	Aprova a Doutrina de Logística Militar - MD42-M-02 (3ª Edição/2016).
45	2016	18/07/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=45&ANO=2016&SER=A	EMCFA	Aprova o Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL) - 2ª Edição.
72	2016	08/12/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=72&ANO=2016&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o Conceito de Operações do Sistema Estratégico de Comunicações em Alta Frequência (SECAF) e dá outras providências.
9	2017	14/03/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=9&ANO=2017&SER=A	EMCFA	Aprova as Normas Complementares para Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares das Forças Armadas junto às Missões Diplomáticas Brasileiras
17	2017	15/05/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=17&ANO=2017&SER=A - Altera a PN nº 9, de 13.01.2016. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=9&ANO=2016&SER=A	EMCFA	Altera a Portaria Normativa nº 9/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016, que versa sobre o Glossário das Forças Armadas - MD35-G 01 (5ª Edição/2015).
31	2017	29/08/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=31&ANO=2017&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a unificação do alistamento, da seleção, da distribuição e da designação de alistados para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas e dá outras providências.
32	2017	30/08/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=32&ANO=2017&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a publicação "Operações Interagências - MD33-M-12" (2ª Edição/2017).
33	2017	04/09/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=33&ANO=2017&SER=A	EMCFA	Aprova a Diretriz Ministerial que coordena as ações para a implantação e o funcionamento do Sistema de Atividades Internacionais do Ministério da Defesa (SIATI-MD).
46	2017	28/11/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=46&ANO=2017&SER=A - Altera a PN nº 9, de 13.01.2016. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=9&ANO=2016&SER=A	EMCFA	Altera os conceitos de "TEATRO DE GUERRA", "ZONA DE DEFESA" e "ZONA DO INTERIOR", dispostos no Anexo da Portaria Normativa nº 9/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016.
49	2017	12/12/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=49&ANO=2017&SER=A	EMCFA	Aprova a Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI).
52	2017	27/12/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=52&ANO=2017&SER=A	EMCFA	Aprova a "Doutrina de Meteorologia e Oceanografia de Defesa - MD32-M-03 (2ª Edição/2017)" e dá outras providências.
3	2018	25/01/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3&ANO=2018&SER=B	EMCFA	Aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2019, na forma do Anexo a esta Portaria Normativa e seus Apêndices de 1 a 7.
13	2018	23/03/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=13&ANO=2018&SER=A	EMCFA	Aprova a Doutrina de Alimentação e Nutrição - MD42-M-05 (2ª Edição/2018).
14	2018	23/03/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=14&ANO=2018&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o estabelecimento de Requisitos Operacionais Conjuntos para Produtos de Defesa Comuns às Forças Armadas.
16	2018	12/04/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=16&ANO=2018&SER=A	EMCFA	Aprova a Diretriz de Atendimento Pré-Hospitalar Tático do Ministério da Defesa para regular a atuação das classes profissionais, a capacitação, os procedimentos envolvidos e as situações previstas para a atividade.
25	2018	09/05/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=25&ANO=2018&SER=A	EMCFA	Dispõe critérios de seleção para designação de servidor na administração central do Ministério da Defesa ou na Escola Superior de Guerra para exercer a função de assessor especial da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - RBJID.
40	2018	11/07/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=40&ANO=2018&SER=A - Alterada pela PN nº 49, de 10.07.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=49&ANO=2019&SER=A	EMCFA	Institui o Sistema de Geoinformação de Defesa (SisGEODEF), sua Infraestrutura de Dados Espaciais de Defesa (IDEDefesa) e o Conselho de Geoinformação de Defesa (ConGEODEF) e dá outras providências.



56	2018	11/10/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=56&ANO=2018&SFR=A Altera a PN nº 2.756, de 19.09.2011. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2756&ANO=2011&SFR=A	EMCFA	Altera Portaria Normativa nº 2.756, de 19.09.2011. Dispõe sobre a função de Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto à ONU, em Nova Iorque, e do Conselheiro Militar da Representação do Brasil junto à Conferência do Desarmamento em Genebra.
71	2018	20/11/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=71&ANO=2018&SFR=A - Altera a PN nº 826, de 09.04.2015. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=826&ANO=2015&SFR=A	EMCFA	Altera o Anexo da Portaria Normativa nº 826/MD, de 9 de abril de 2015, que estabelece as Instruções Gerais para as relações entre o Ministério da Defesa, as Forças Armadas brasileiras e os adidos militares estrangeiros (1ª Edição/2015).
73	2018	20/11/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=73&ANO=2018&SFR=A - Alterada pela PN nº 7, de 14.01.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=7&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Aprova a Diretriz Ministerial para Gerenciamento da Participação Brasileira em Operações de Paz sob a égide das Nações Unidas ou de Outros Organismos Internacionais.
79	2018	29/11/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=79&ANO=2018&SFR=A	EMCFA	Aprova a Diretriz para a elaboração e acompanhamento dos Cenários de Defesa.
81	2018	03/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=81&ANO=2018&SFR=A - Alterada pela PN nº 73, de 22.08.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=73&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2020.
94	2018	20/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=94&ANO=2018&SFR=A	EMCFA	Aprova a Sistemática de Planejamento Estratégico Militar - SPEM no âmbito do Ministério da Defesa e dá outras providências.
101	2018	26/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=101&ANO=2018&SFR=A	EMCFA	Dispõe sobre os procedimentos para a atividade de aerolevanteamento no território nacional e dá outras providências.
3	2019	04/01/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Aprova o Regimento Interno da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa.
7	2019	14/01/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=7&ANO=2019&SFR=A - Altera a PN nº 73, de 20.11.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=73&ANO=2018&SFR=A	EMCFA	Altera o Anexo da Portaria Normativa nº 73/GM/MD, de 20.11.18, que aprova a Diretriz Ministerial para Gerenciamento da Participação Brasileira em Operações de Paz sob a égide das Nações Unidas ou de Outros Organismos Internacionais.
34	2019	17/06/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=34&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Aprova as Normas para o Cadastramento e Credenciamento de Empresas de Interesse da Mobilização - MD41-N-01 (1ª Edição/2019)
44	2019	03/07/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=44&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos do Ministério da Defesa.
46	2019	05/07/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=46&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Dispõe sobre a Comissão de Estudos de Alimentação para as Forças Armadas e dá outras providências.
49	2019	10/07/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=46&ANO=2019&SFR=A - Altera a PN nº 40, de 11.07.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=40&ANO=2018&SFR=A	EMCFA	Altera a Portaria Normativa nº 40/GM-MD, de 11 de julho de 2018, que institui o Sistema de Geoinformação de Defesa (SisGEODEF), sua Infraestrutura de Dados Espaciais de Defesa (IDEDefesa) e o Conselho de Geoinformação de Defesa (ConGEODEF).
50	2019	10/07/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=50&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Dispõe sobre a Comissão de Cartografia Militar.
51	2019	10/07/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=51&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Dispõe sobre a Comissão de Meteorologia.
57	2019	18/07/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=57&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Dispõe sobre a Comissão de Logística.
62	2019	29/07/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=62&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Dispõe sobre o Projeto Soldado-Cidadão e o respectivo Comitê Gestor.
69	2019	13/08/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=69&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Dispõe sobre o Conselho Diretor do Sistema Militar de Comando e Controle.
70	2019	13/08/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=70&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Dispõe sobre a Comissão de Gerenciamento do Espectro de Radiofrequência de Interesse do Ministério.
73	2019	22/08/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=73&ANO=2019&SFR=A - Altera a PN nº 81, de 03.12.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=81&ANO=2018&SFR=A	EMCFA	Altera a Portaria Normativa nº 81/GM-MD, de 3 de dezembro de 2018, que aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2020, para incluir o Município de São Raimundo Nonato como tributário para o Serviço Militar Inicial.
76	2019	26/08/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=76&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Dispõe sobre o Conselho Consultivo do Sistema de Inteligência de Defesa.
77	2019	29/08/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=77&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Aprova o Regimento Interno do Conselho de Geoinformação de Defesa.
87	2019	21/10/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=87&ANO=2019&SFR=A - Altera a PN nº 367, de 06.04.2004. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=367&ANO=2004&SFR=A - Altera a PN nº 1.243, de 21.09.2006 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1243&ANO=2006&SFR=A - Altera a PN nº 2.975, de 24.10.2013 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2975&ANO=2013&SFR=A - Altera a PN nº 1.147, de 08.05.2014. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1147&ANO=2014&SFR=A - Altera a PN nº 12, de 14.02.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=12&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Altera as Portarias Normativas nº 367/MD, de 6 de abril de 2004, nº 1.243/MD, de 21 de setembro de 2006, nº 2.975/MD, de 24 de outubro de 2013, nº 1.147/MD, de 8 de maio de 2014, nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019, e dá outras providências.
89	2019	22/10/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=89&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2021.
91	2019	24/10/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=91&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Aprova as normas para o funcionamento do Centro de Coordenação de Logística e Mobilização - MD40-N-01 (1ª Edição/2019).
96	2019	11/11/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=96&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Dispõe sobre os Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para os Produtos de Defesa comuns às Forças.
102	2019	19/11/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=102&ANO=2019&SFR=A	EMCFA	Aprova o Conceito Operacional (CONOPS) do Sistema de Informação e de Apoio à Decisão para Comando e Controle (SIADC²) - MD31-S-04 (1ª Edição/2019) e dá outras providências.
3	2020	09/01/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3&ANO=2020&SFR=A	EMCFA	Aprova o "Glossário de Termos Comuns entre as Forças Armadas da Argentina e do Brasil" - DC AR-BR 00-02 (1ª Edição/2018).



ORIENTAÇÃO NORMATIVA					
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS					
ORIENTAÇÃO NORMATIVA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGAO	EMENTA
3	2010	16/12/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3&ANO=2010&SER=A	EMCFA	Aprova a diretriz que estabelece as condições de funcionamento do estágio de orientação para os adidos militares de defesa e para os seus adjuntos e auxiliares.
2	2012	25/09/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2&ANO=2012&SER=B	EMCFA	Estabelece diretrizes para a rotina do expediente no Centro de Catalogação das Forças Armadas.

PORTARIA					
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS					
PORTARIA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGAO	EMENTA
2.962	1999	08/12/1999	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2962&ANO=1999&SER=A	EMCFA	Aprova a Instrução nº 01/99/SELOM/DivMob relativa à orientação do trabalho das FA quanto a declaração anual das empresas, estabelecimentos industriais de interesse militar, de transporte e comunicações para fins previstos na legislação do Serviço Militar.
2.507	2000	03/05/2000	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2507&ANO=2000&SER=A	EMCFA	Constitui Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no âmbito do Ministério da Defesa.
111	2001	13/02/2001	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=111&ANO=2001&SER=A	EMCFA	Aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar inicial nas Forças Armadas em 2002.
182	2001	13/03/2001	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=182&ANO=2001&SER=A	EMCFA	Determina que as entidades inscritas no Ministério da Defesa, detentoras da posse de originais de aerolevanteamento e responsáveis pela sua preservação e controle, realizem o inventário do acervo colocado sob suas guardas.
193	2001	19/03/2001	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=193&ANO=2001&SER=A - Alterada pela Portaria nº 495, de 17.08.2001.	EMCFA	Constitui Grupo de Trabalho com a finalidade de criar as condições de implementação da Agência Nacional de Aviação Civil.
495	2001	17/08/2001	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=495&ANO=2001&SER=A - Altera a Portaria nº 193, de 19.03.2001.	EMCFA	Altera o art. 3º da Portaria nº 193, de 19 de março de 2001, que dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho, com a finalidade de criar as condições de implementação da Agência Nacional de Aviação Civil.
349	2001	31/05/2001	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=349&ANO=2001&SER=A	EMCFA	Delega competência ao Comandante da Aeronáutica para, no âmbito da respectiva área de atribuição e obedecidas as disposições legais e regulamentares, assinar a Declaração Conjunta entre o Comando da Aeronáutica e a Força Aérea da Argentina.
362	2001	08/06/2001	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=362&ANO=2001&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o Sistema Militar de Catalogação.
683	2002	25/11/2002	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=683&ANO=2002&SER=A	EMCFA	Delega competência ao Secretário de Logística e Mobilização para, em nome deste Ministério, celebrar acordos e convênios na área de Catalogação de Material.
79	2003	10/02/2003	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=79&ANO=2003&SER=B	EMCFA	Disciplina as normas regulamentadoras da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo - GDASA
983	2003	17/10/2003	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=983&ANO=2003&SER=A	EMCFA	Aprova diretriz sobre relacionamento das Forças Armadas com comunidades indígenas.
921	2005	01/08/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=921&ANO=2005&SER=A - Altera a Portaria nº 3.227, de 06.10.1998.	EMCFA	Altera o Anexo "B" da Portaria nº 3.227/GAB, de 6 de outubro de 1998.
1.670	2006	14/11/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1670&ANO=2006&SER=A	EMCFA	Institui Grupo de Trabalho Interministerial para os fins que especifica.
751	2007	23/05/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=751&ANO=2007&SER=A	EMCFA	Grupo de trabalho incumbido de reavaliar a distribuição de arrecadação da Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea - TAN, da Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios Rádio e Visuais em Área Terminal de Tráfego Aéreo - TAT e do Adicional de Tarifa Aeroportuária - ATAERO.
472	2008	14/03/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=472&ANO=2008&SER=A - Alterada pela Portaria nº 626, de 30.03.2011.	EMCFA	Comissão Permanente de Interação de Estudos Militares - CPIEM.
1.593	2009	09/12/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1593&ANO=2009&SER=A	EMCFA	Instrui o Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa que acolha os atuais sistemas congêneres das Forças Armadas e estabeleça cenários, diretrizes e prioridades da defesa, bem como sirva de base integradora para o trabalho das Forças.
952	2010	15/06/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=952&ANO=2010&SER=A	EMCFA	Designar o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz), do EB, no âmbito do MD, para a preparação de militares e civis brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz e missões de desminagem humanitária
1.300	2010	12/08/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1300&ANO=2010&SER=A	EMCFA	Subdelegar competência ao Coordenador da Divisão de Cartografia e Aerolevanteamento, do Departamento de Ciência e Tecnologia, para execução do referido Acordo de Cooperação Técnica.
1.429	2010	06/09/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1429&ANO=2010&SER=A	EMCFA	Estabelecer Diretrizes preliminares ao (EMCFA) que constituem a síntese das linhas mestras da ação a ser desenvolvida com a cooperação irrestrita de todos os Comandantes, dos Estados-Maiores das Forças singulares e dos demais órgãos do MD.
1.586	2010	11/10/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1586&ANO=2010&SER=A	ECMFA	Estabelece mútua cooperação técnica entre os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores para apoio às atividades de demarcação, adensamento e reconstrução dos marcos de fronteira e dá outras providências.
377	2011	03/03/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=377&ANO=2011&SER=A	EMCFA	Criar o Brasão e o Estandarte do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, bem como a Insígnia de Chefia do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

589	2011	28/03/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=589&ANO=2011&SER=A	EMCFA	Fica mantida a Comissão de Meteorologia Militar - COMETMIL, com a finalidade de coordenar as atividades de meteorologia de interesse militar em território nacional.
1.350	2011	25/05/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1350&ANO=2011&SER=A	EMCFA	Delega competência ao Chefe de Logística do Estado- Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, para conceder, renovar e suspender inscrição a entidades, bem como conceder autorização para execução de serviços de aerolevanteamento
3.513	2011	16/11/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3513&ANO=2011&SER=A	ECMFA	Institui o prêmio intitulado "DIPLOMA DE COLABORADOR DO PROJETO SOLDADO - CIDADÃO", de outorga anual, a ser concedido a personalidades e instituições em reconhecimento aos excelentes serviços prestados ao PROJETO SOLDADO CIDADÃO.
1.199	2012	04/05/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1199&ANO=2012&SER=A	EMCFA	Constitui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para estabelecer os requisitos operacionais de alto nível para a nova Estação Antártica Comandante Ferraz, os quais servirão de base para a elaboração do seu projeto.
1.217	2012	07/05/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1217&ANO=2012&SER=A	EMCFA	Atribui ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das FA (CEMCFA) a competência para assessorar o Ministro de Estado da Defesa na supervisão das ações de coordenação dos setores estratégicos (nuclear, cibernético e espacial) definidos na END.
2.231	2012	23/08/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2231&ANO=2012&SER=A	EMCFA	Delega competência ao Comandante da Marinha para designar peritos, objetivando a elaboração de laudo de avaliação da parcela do patrimônio da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), a ser vertida, mediante cisão, para a (AMAZUL).
506	2013	26/02/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=506&ANO=2013&SER=A	EMCFA	Constitui Grupo de Trabalho (GT), no âmbito do Ministério da Defesa, em atenção à solicitação do Secretariado das Nações Unidas, com o objetivo de reunir propostas, visando à reunião trienal da ONU
1.808	2013	12/06/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1808&ANO=2013&SER=A	EMCFA	Constitui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com as seguintes finalidades, fundamentar o processo de aquisição de um sistema de defesa antiaéreo.
1.983	2013	03/07/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1983&ANO=2013&SER=B	EMCFA	Dispõe sobre o estabelecimento de Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para o Veículo Aéreo Não- Tripulado de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (VANT/ARP ISTAR) das Forças Armadas.
2.640	2013	10/09/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2640&ANO=2013&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre a composição e funcionamento da Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID).
2.900	2013	14/10/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2900&ANO=2013&SER=A	EMCFA	Delega competência ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas para assinar instrumentos de cooperação que versem sobre a participação das Forças Armadas.
1.424	2014	31/12/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1424&ANO=2014&SER=A	EMCFA	Institui o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Defesa Cibernética, e dá outras providências.
1.729	2014	10/07/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1729&ANO=2014&SER=A	EMCFA	Delega competência aos adidos de Defesa em missão no exterior para classificação no grau de sigilo reservado.
303	2015	27/07/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=303&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Autoriza a prorrogação dos contratos por tempo determinado de pessoal imprescindível ao controle de tráfego aéreo, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.458, de 19 de março de 2007, com dotação orçamentária específica de Pessoal do Comando da Aeronáutica.
1.194	2015	14/08/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1194&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Fixa índice para reajuste dos valores das Tarifas de Navegação Aérea.
1	2015	30/09/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2015&SER=D	EMCFA	Aprova o Plano Estratégico de Segurança Integrada para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.
2.151	2015	02/10/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2151&ANO=2015&SER=A	EMCFA	Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para o Setor Espacial (GTI - Setor Espacial) e dá outras providências.
2.745	2015	21/12/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2745&ANO=2015&SER=A	ECMFA	declara como de Interesse da Defesa Nacional as empresas e os estabelecimentos constantes da lista anexa, validados pelo MD, para fins de atendimento das necessidades de Mobilização Nacional e de aplicação da Lei do Serviço Militar e seu Regulamento.
28	2016	03/03/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=28&ANO=2016&SER=A	EMCFA	Delega competência ao Comandante do Exército para celebrar o Convênio Básico de Cooperação e Intercâmbio entre o MD e a Agência Nacional de Inteligência Geoespacial do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América.
768	2016	20/06/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=768&ANO=2016&SER=A	EMCFA	Delega competência ao Comandante da Marinha para assinar Termo de Confidencialidade, junto à OrganisationConjointe de Coopération em matière d'Armement-OCCAR, para participação da MB como Membro Obs. no Projeto Desenvolvimento do Navio de Apoio Logístico
2.561	2016	06/12/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2561&ANO=2016&SER=A - Altera a Portaria nº 1.811, de 03.12.2010. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1811&ANO=2010&SER=A (revogada)	EMCFA	Altera o art. 4º da Portaria nº 1.811/MD, de 3 de dezembro de 2010.
41	2017	17/10/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=41&ANO=2017&SER=A	EMCFA	Aprova as orientações para as Forças Armadas relativas à conciliação dos interesses da Defesa Nacional com os de conservação ambiental.
123	2017	10/01/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=123&ANO=2017&SER=A	EMCFA	Delega competência ao Adido de Defesa, Naval, Exército e Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil na Etiópia
162	2017	13/01/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=162&ANO=2017&SER=A	EMCFA	Subdelega competência ao Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, ao Secretário-Geral do Ministério da Defesa e ao Comandante da Escola Superior de Guerra.



644	2017	21/02/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=644&ANO=2017&SER=A	EMCFA	Institui, no âmbito do Ministério da Defesa, Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de elaborar nova versão do Plano de Articulação e de Equipamento de Defesa (PAED).
1.280	2017	23/03/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1280&ANO=2017&SER=A	EMCFA	Autoriza, no âmbito do Programa Mais Médicos, a locação de veículos destinados ao apoio logístico aos supervisores do Grupo Especial de Supervisão Acadêmica, que atuam nos estados da Amazônia Legal
1.357	2017	28/03/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1357&ANO=2017&SER=A	EMCFA	Delega competência aos Comandantes da Marinha e da Aeronáutica para celebrar os Anexos de Implementação ao Convênio Básico de Cooperação e Intercâmbio entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e a Agência Nacional de Inteligência
2.765	2017	20/10/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2765&ANO=2017&SER=A	EMCFA	Dispõe sobre o fluxo operacional de acionamento de missões da Força Aérea Brasileira (FAB) no transporte de órgãos, tecidos ou de equipes de retirada ou de transplantes.
264	2018	23/01/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=264&ANO=2018&SER=A	EMCFA	Aprova a Diretriz Ministerial nº 1/2018, que autoriza o Emprego das Forças Armadas em Apoio ao Programa Mais Médicos.
2.981	2018	09/08/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2981&ANO=2018&SER=A	EMCFA	Cria Grupo de Trabalho para analisar a pertinência e, propor a formulação do protocolo de abordagem da população em Operações de Garantia da Lei e da Ordem e de revista de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiências.
94	2019	09/01/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=94&ANO=2018&SER=A	EMCFA	Aprova a Diretriz Ministerial nº 5/2019, que autoriza o Emprego das Forças Armadas em Apoio ao Programa Mais Médicos, na forma do anexo a esta Portaria.
721	2019	14/02/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=721&ANO=2019&SER=A	EMCFA	Aprovar o Relatório Anual do Projeto Soldado Cidadão relativo ao ano de 2018, elaborado de acordo com o inciso VI, do art. 3º, da Portaria Normativa nº 1.227/MD, de 27 de agosto de 2008.
1.782	2019	17/04/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1782&ANO=2019&SER=A	EMCFA	Delega competência ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.
2.797	2019	27/06/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2797&ANO=2019&SER=A	EMCFA	Fica instituído o Grupo de Trabalho permanente com a finalidade de elaborar o Plano Estratégico de Defesa (PED), mediante a integração do Planejamento Estratégico Institucional, a cargo da Assessoria Especial de Planejamento , com o Planejamento Estratégico Militar, a cargo do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.
2.838	2019	01/07/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2838%20&ANO=2019&SER=A	EMCFA	Delega competência ao Adido de Defesa, Naval, Exército e Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil na Federação da Rússia.
2.909	2019	03/07/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2909&ANO=2019&SER=A - Altera a Portaria nº 1.346, de 28.05.2014. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1346&ANO=2014&SER=A	EMCFA	Altera a Portaria nº 1.346/MD, de 28 de maio de 2014.
3.593	2019	26/08/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3593&ANO=2019&SER=A	EMCFA	Delega competência ao Subchefe de Inteligência de Defesa.
4.670	2019	25/11/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4670&ANO=2019&SER=A	EMCFA	Delega competência ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.
4.760	2019	03/12/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4760&ANO=2019&SER=A	EMCFA	Delega competência ao Adido de Defesa e Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América.
4.855	2019	09/12/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4855&ANO=2019&SER=A	EMCFA	Delega competência ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.
41	2020	06/01/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=41&ANO=2020&SER=A	EMCFA	Aprova a Diretriz Ministerial nº 1 /2020, de 6 de janeiro de 2020, que autoriza o Emprego das Forças Armadas em Apoio ao Programa Mais Médicos e ao Programa Médicos Pelo Brasil, na forma do anexo a esta Portaria.
539	2020	04/02/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=539&ANO=2020&SER=A	EMCFA	Aprovar a Diretriz Ministerial nº 2/2020, de 4 de fevereiro de 2020, que regula o emprego das Forças Armadas.
646	2020	11/02/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=646&ANO=2020&SER=A	EMCFA	Institui, no âmbito do Ministério da Defesa, o Grupo de Trabalho de Planejamento Baseado em Capacidades (GT- PBC), com a finalidade de implantar a Metodologia do PBC no Setor de Defesa, o qual). compreende o Ministério da Defesa (MD), a Escola Superior de Guerra (ESG) e as Forças Armadas (FA

PORTARIA NORMATIVA

SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA

PORTARIA NORMATIVA	ANO	DATA ATO	DO	LINK DE ACESSO	ÓRGÃO	EMENTA
531	2004	21/05/2004		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=531&ANO=2004&SER=A - Alterada pela PN nº 630, de 15.05.2009. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=630&ANO=2009&SER=A - Alterada pela PN nº 2.667, de 10.10.2014. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2667&ANO=2014&SER=A	SEPROD	Dispõe sobre as Comissões Militares de Aquisição no Exterior, suas competências e dá outras providências
1.317	2004	04/11/2004		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1317&ANO=2004&SER=A	SEPROD	Aprova a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) para a Defesa Nacional.
899	2005	19/07/2005		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=899&ANO=2005&SER=A	SEPROD	Aprova a Política Nacional da Indústria de Defesa - PNID.
586	2006	24/04/2006		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=586&ANO=2006&SER=A	SEPROD	Aprova as Ações Estratégicas para a Política Nacional da Indústria de Defesa.
620	2006	04/05/2006		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=620&ANO=2006&SER=A	SEPROD	Dispõe sobre a importação de produtos controlados e dá outras providências.
630	2009	15/05/2009		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=630&ANO=2009&SER=A - Altera a PN nº 531, de 21.5.2004. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=351&ANO=2004&SER=A	SEPROD	Altera os arts.2º e 8º da Portaria Normativa nº 531/MD, de 21 de maio de 2004, que dispõe sobre as comissões Militares de aquisição no Exterior, suas competências e dá outras providências.
1.888	2010	23/12/2010		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1888&ANO=2010&SER=A	SEPROD	Aprova a Política de Propriedade Intelectual do Ministério da Defesa.



115	2011	19/01/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=115&ANO=2011&SER=A	SEPROD	Dispõe sobre a importação, pelas Forças Armadas, de armas de fogo suas partes e peças, munições e acessórios.
1.709	2012	27/06/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1709&ANO=2012&SER=A	SEPROD	Dispõe sobre a Diretriz para a participação do Ministério da Defesa em Feiras, Simpósios e eventos similares e dá outras providências.
1.810	2012	05/07/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1810&ANO=2012&SER=A	SEPROD	Estabelece instruções para os Comandos das Forças Singulares no que diz respeito à Resolução nº 78, de 5 de outubro de 2011, da Câmara de Comércio Exterior (Camex).
2.619	2013	10/09/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2619&ANO=2013&SER=A	SEPROD	Institui grupos de assessoramento à Comissão Mista da Indústria de Defesa, criada pelo Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013.
3.214	2013	26/11/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3214&ANO=2013&SER=A	SEPROD	Dispõe sobre a organização e o funciona mento da Comissão Mista da Indústria de Defesa, criada pelo Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013.
2.667	2014	10/10/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2667&ANO=2014&SER=A - Altera a PN nº 531, de 21.05.2004. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=531&ANO=2004&SER=A	SEPROD	Altera a Portaria Normativa nº 531/MD, de 21 de maio de 2004, que dispõe sobre as comissões militares de aquisição no exterior, suas competências, e dá outras providências.
15	2018	04/04/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=15&ANO=2018&SER=A	SEPROD	Aprova a Política de Obtenção de Produtos de Defesa - POBPRODE para a administração central do Ministério da Defesa e para as Forças Armadas.
61	2018	22/10/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=61&ANO=2018&SER=A	SEPROD	Estabelece a Política de Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial de Defesa - PComTIC Defesa.
86	2018	13/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=86&ANO=2018&SER=A	SEPROD	Procedimentos administrativos para o credenciamento, descredenciamento e avaliação de Empresas de Defesa - ED, Empresas Estratégicas de Defesa-EED e para a classificação e desclassificação de Produtos de Defesa-PRODE, e Produtos Estratégicos de Defesa-PED.
36	2019	25/06/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=36&ANO=2019&SER=A	SEPROD	Dispõe sobre a interveniência técnica nos casos em que houver solicitação de entes públicos internacionais para contratação de Empresas de Defesa - ED e de Empresas Estratégicas.
78	2019	02/09/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=78&ANO=2019&SER=A	SEPROD	Aprova a Diretriz de Obtenção Conjunta de Produtos de Defesa (PRODE) e de Sistemas de Defesa (SD) para a administração central do Ministério da Defesa e para as Forças Armadas.

PORTARIA
SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA

PORTARIA	ANO	DATA ATO	DO	LINK DE ACESSO	ÓRGÃO	EMENTA
631	2001	13/11/2001		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=631&ANO=2001&SER=A	SEPROD	Altera a Lista de Bens Sensíveis e a Lista de Material de Emprego Militar de Natureza Convencional sujeitos a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (PNEMEM).
1.068	2008	21/07/2008		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1068&ANO=2008&SER=A	SEPROD	Constituição no âmbito do MD e do MDIC, um GT para realizar estudos e identificar ou propor medidas de fomento para a ampliação da capacidade da indústria nacional, referente a produtos destinados às Forças Armadas.
2.139	2014	22/08/2014		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2139&ANO=2014&SER=A	SEPROD	Constitui Comissão Interministerial com a finalidade de identificar na Base Industrial de Defesa brasileira as capacitações produtivas de armamento de porte, vigentes e potenciais, que atendam às características e aos padrões do armamento de uso pessoal do Departamento de Polícia Federal
31	2016	28/03/2016		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=31&ANO=2016&SER=A	SEPROD	Subdelega a competência para emitir autorização de exportação de produtos de defesa às autoridades de que trata.
324	2016	10/05/2016		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=324&ANO=2016&SER=A	SEPROD	Delega competência ao Comandante do Exército para praticar os atos ref. cadastramento e atualização da relação de empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais para o setor de defesa e que objetivam usufruir da redução da base de cálculo do ICMS.
330	2016	10/05/2016		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=330&ANO=2016&SER=A	SEPROD	Autoriza o Comando da Marinha a atuar, por intermédio da EMGEPRON, como interveniente técnico do MD em contratações de Empresas de Defesa ou de Estratégicas de Defesa com governos de outros países, cujo objeto seja a venda de produtos de defesa.
333	2016	11/05/2016		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=333&ANO=2016&SER=A	SEPROD	Autorizar o Comandante do Exército a atuar, por intermédio da IMBEL, como interveniente técnico do MD em contratações de Empresas de Defesa ou de Empresas Estratégicas de Defesa com governos de outros países, cujo objeto seja a exportação de produtos de defesa.
3.769	2017	20/10/2017		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3769&ANO=2017&SER=A	SEPROD	Delega competência ao Comandante da Marinha para indicar empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais para o setor de defesa e que objetivam usufruir da redução da base de cálculo ICMS, de que trata o Convênio nº 95, de 28/09/2012.
3.520	2018	18/09/2018		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3520&ANO=2018&SER=A	SEPROD	Aprova a participação da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), como Interveniente Técnico, na contratação da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) pelo Ministério da Defesa da República da Colômbia. Tem relação com a Portaria nº 333- MD, de 11/05/2016, já referida nesta lista



3.630	2019	29/08/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3630&ANO=2019&SER=A	SEPROD	Delegar competência ao Secretário de Produtos de Defesa para, em observância às disposições legais e regulamentares, representando o Ministro de Estado da Defesa, assinar a "Carta de Intenções entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e a Organização de Defesa e Segurança do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre o Diálogo da Indústria de Defesa Brasil- Reino Unido", com a finalidade de estimular o comércio bilateral e investimento em defesa entre os dois países, em estrita conformidade com a legislação nacional aplicável e a tratados internacionais de que ambos os Estados sejam partes.
-------	------	------------	---	--------	--

PORTARIA NORMATIVA

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGÃO	EMENTA
601	2002	21/10/2002	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=601&ANO=2002&SER=A	GM-MD	Aprova a Diretriz para a Seleção de Candidatos aos Cursos da Escola Superior de Guerra em 2003.
751	2002	18/12/2002	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=751&ANO=2002&SER=A	GM-MD	Aprova a Norma que institui os Manuais no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa.
1.036	2003	13/11/2003	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1036&ANO=2003&SER=A	GM-MD	Dispõe sobre a valorização da Ordem do Mérito da Defesa
619	2004	16/06/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=619&ANO=2004&SER=A	GM-MD	Dispõe sobre a alienação por doação de uma Corveta da Marinha do Brasil.
1068	2005	08/09/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1068&ANO=2005&SER=A	GM-MD	Dispõe sobre a utilização do número único de processos relativos às atividades de comunicação administrativa no âmbito do Ministério da Defesa, dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica
1.243	2006	21/09/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1243&ANO=2006&SER=A - Alterada pela PN nº 87, de 21.10.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=87&ANO=2019&SER=A	GM-MD	Dispõe sobre os procedimentos gerais referentes à gestão de processos, no âmbito do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Armadas.
587	2008	08/04/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=587&ANO=2008&SER=A	GM-MD	Estabelece os procedimentos a serem adotados para a realização da Cerimônia de entrega da Medalha da Vitória, de que trata
660	2009	19/05/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=660&ANO=2009&SER=A Alterada pela PN nº 849, de 04.04.2013. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=849&ANO=2013&SER=A	GM-MD	o art. 11 da Portaria Normativa nº 982/MD, de 16 de agosto de 2005. Aprova Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas
882	2010	26/05/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=882&ANO=2010&SER=A	GM-MD	Dispõe sobre a aprovação e a execução do Hino do Ministério da Defesa.
1.217	2011	17/05/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1217&ANO=2011&SER=A	GM-MD	Constituir, no âmbito do Ministério da Defesa, o Sistema Parlamentar de Defesa (SisPaDe) com a finalidade de acompanhar as atividades legislativas no Congresso Nacional.
3.237	2011	27/10/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3237&ANO=2011&SER=A	GM-MD	Dispõe sobre a valorização da Medalha da Vitória.
2.880	2012	31/10/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2880&ANO=2012&SER=A	GM-MD	Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo e para o Processamento Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra, atinente ao ano de 2013.
849	2013	04/04/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=849&ANO=2013&SER=A - Altera a PN nº 660, de 19.05.2009. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=660&ANO=2009&SER=A	GM-MD	Altera os arts. 45, 81, 83, 92, 100,104, 110, 111, 124, 133, 136, 148 e 201 da Portaria Normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009, que aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.
2.975	2013	24/10/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2975&ANO=2013&SER=A - Alterada pela PN nº 1.195, de 16.05.2014. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1195&ANO=2014&SER=A Alterada pela PN nº 999, 08.04.2015 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=999&ANO=2015&SER=A - Alterada pela PN nº 87, de 21.10.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=87&ANO=2019&SER=A	GM-MD	Disciplina, no âmbito do Ministério da Defesa, os procedimentos de lavratura do Termo de Classificação de Informação (TCI), de classificação, desclassificação, reclassificação ou reavaliação da informação
2.978	2013	24/10/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2978&ANO=2013&SER=A	GM-MD	Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo e para o Processamento Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra, atinente ao ano de 2014
1.195	2014	16/05/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1195&ANO=2014&SER=A - Altera a PN nº 2.975, de 24.10.2013. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2975&ANO=2013&SER=A	GM-MD	Altera a Portaria Normativa nº 2.975/MD, de 24 de outubro de 2013, que disciplina, no âmbito do Ministério da Defesa, os procedimentos de lavratura do Termo de Classificação de Informação (TCI).
3.015	2014	18/11/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3015&ANO=2014&SER=A	GM-MD	Estabelece a precedência funcional dos cargos de nível superior da
			- Alterada pela PN nº 22, de 10.04.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=22&ANO=2019&SER=A		Administração Central do Ministério da Defesa e dá outras providências.
3.183	2014	04/12/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3183&ANO=2014&SER=A Alterada pela PN nº 678, de 20.3.2015. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=678&ANO=2015&SER=A Alterada pela PN nº 76, de 26.12.2016 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=76&ANO=2016&SER=A	GM-MD	Dispõe sobre o Programa de Serviço Voluntário do Instituto Pandiá Calógeras, do Ministério da Defesa.
24	2015	08/01/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=24&ANO=2015&SER=A	GM-MD	Aprova a metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (Sisped) no âmbito do Ministério da Defesa e dá outras providências.
309	2015	05/02/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=309&ANO=2015&SER=A Alterada pela PN nº 1.547, de 13.07.2015 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1547&ANO=2015&SER=A	GM-MD	Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo e para o Processo Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra, atinente ao ano de 2015
678	2015	20/03/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=678&ANO=2015&SER=A	GM-MD	Altera a Portaria Normativa nº 3.183/MD, de 4 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Programa
			- Altera a PN nº 3.183, de 4.12.2014. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3183&ANO=2014&SER=A	GM-MD	de Serviço Voluntário do Instituto Pandiá Calógeras, do Ministério da Defesa.



1.547	2015	13/07/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1547&ANO=2015&SER=A - Altera a PN nº 309, de 05.02.2015. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=309&ANO=2015&SER=A	GM-MD	Altera o Anexo da Portaria Normativa nº 309/MD, de 5 de fevereiro de 2015, que aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo e para o Processo Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG)
1.806	2015	20/08/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1806&ANO=2015&SER=A Alterada pela PN nº 2.623, de 07.12.2015 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2623&ANO=2015&SER=A	GM-MD	Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra, atinente ao ano de 2016.
2.048	2015	18/09/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2048&ANO=2015&SER=A	GM-MD	Dispõe sobre a aprovação do Manual de Identidade Visual do Ministério da Defesa.
2.623	2015	07/12/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2623&ANO=2015&SER=A Altera a PN nº 1.806, de 20.08.2015 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1806&ANO=2015&SER=A	GM-MD	Altera o Anexo da Portaria Normativa nº 1.806/MD, de 20 de agosto de 2015, que aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo e para o Processo Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), atinente ao ano de 2016.
28	2016	11/05/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=28&ANO=2016&SER=C	GM-MD	Designa os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a substituição do Ministro da Defesa em suas ausências do território nacional, nos seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo.

48	2016	15/08/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=48&ANO=2016&SER=A - Altera a PN nº 2.624, de 7.12.2015. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2624&ANO=2015&SER=A	GM-MD	Altera a Portaria Normativa nº 2.624/MD, de 7 de dezembro de 2015, que aprova a Política Setorial de Defesa.
68	2016	21/11/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=68&ANO=2016&SER=A Alterada pela PN nº 6, de 17.02.2017. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=6&ANO=2017&SER=B Alterada pela PN nº 13, de 21.03.2017. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=13&ANO=2017&SER=A	GM-MD	Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), referente ao ano de 2017.
76	2016	26/12/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=76&ANO=2016&SER=A - Altera a PN nº 3.183, de 04.12.2014. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3183&ANO=2014&SER=A	GM-MD	Altera a Portaria Normativa nº 3.183/MD, de 4 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Programa de Serviço Voluntário do Instituto Pandiá Calógeras, do Ministério da Defesa
4	2017	18/01/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4&ANO=2017&SER=A	GM-MD	Dispõe sobre a Diretriz para a implantação do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED).
6	2017	17/02/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=6&ANO=2017&SER=B Altera a PN nº 68, de 21.11.2016. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=68&ANO=2016&SER=A	GM-MD	Altera o Anexo da Portaria Normativa nº 68 de/MD, de 21 de novembro de 2016, que aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), referente ao ano de 2017.
13	2017	21/03/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=13&ANO=2017&SER=A Altera a PN nº 68, de 21.11.2016. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=68&ANO=2016&SER=A	GM-MD	Altera o Anexo da Portaria Normativa nº 68/MD, de 21 de novembro de 2016, que aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), atinente ao ano de 2017.
36	2017	08/09/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=36&ANO=2017&SER=B	GM-MD	Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), referente ao ano de 2018.
			Alterada pela PN nº 12, de 22.03.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=12&ANO=2018&SER=A Alterada pela PN nº 89, de 17.12.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=89&ANO=2018&SER=A		
12	2018	22/03/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=12&ANO=2018&SER=A Altera a PN nº 36, de 08.09.2017. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=36&ANO=2017&SER=B	GM-MD	Altera a Portaria Normativa nº 36/MD, de 8 de setembro de 2017, que aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG).
32	2018	05/06/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=32&ANO=2018&SER=A	GM-MD	Estabelece, no âmbito da Escola Superior de Guerra, os procedimentos para o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso e dá outras providências.
46	2018	24/08/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=46&ANO=2018&SER=A	GM-MD	Aprova o Regulamento da Medalha da Vitória.
72	2018	20/11/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=72&ANO=2018&SER=A	GM-MD	Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), referente ao ano de 2019.
89	2018	17/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=89&ANO=2018&SER=A - Altera a PN nº 36, de 08.09.2017. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=36&ANO=2017&SER=B	GM-MD	Altera a PN nº 36/MD de 8.09.2017, que aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), atinente ao ano de 2018.
10	2019	04/02/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=10&ANO=2019&SER=A	GM-MD	Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito da Defesa.
18	2019	18/03/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=18&ANO=2019&SER=A - Alterada pela PN nº 58, de 22.07.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=58&ANO=2019&SER=A	GM-MD	Dispõe sobre o Escritório de Representação do Gabinete do Ministro de Estado da Defesa.
22	2019	10/04/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=22&ANO=2019&SER=A Altera a PN nº 3.015, de 18.11.2014. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3015&ANO=2014&SER=A	GM-MD	Altera a Portaria Normativa nº 3.015/MD, de 18 de novembro de 2014, que estabelece a precedência funcional dos cargos de nível superior da administração central do Ministério da Defesa.
23	2019	15/04/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=23&ANO=2019&SER=A	GM-MD	Aprova o Método de Planejamento Estratégico Setorial 2020-2031.
24	2019	16/04/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=24&ANO=2019&SER=A	GM-MD	Aprova a Identidade Estratégica do Setor de Defesa.
25	2019	16/04/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=25&ANO=2019&SER=A	GM-MD	Aprova a Política Setorial de Defesa 2020-2031 e o Mapa Estratégico do Setor de Defesa.
26	2019	16/04/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=26&ANO=2019&SER=A	GM-MD	Aprova a Estratégia Setorial de Defesa 2020-2031.



58	2019	22/07/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=58&ANO=2019&SER=A - Altera a PN nº 18, de 18.03.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=18&ANO=2019&SER=A	GM-MD	Dispõe sobre o Escritório de Representação do Gabinete do Ministro de Estado da Defesa.
16	2020	13/02/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=16&ANO=2020&SER=A	GM-MD	Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), referente ao ano de 2020.

PORTARIA

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA	ANO	DATA ATO	DO	LINK DE ACESSO	ÓRGÃO	EMENTA
705	1999	12/08/1999		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=705&ANO=1999&SER=A	GM-MD	Institui o "Prêmio Ministério da Defesa".
3.029	1999	10/12/1999		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3029&ANO=1999&SER=A	GM-MD	Aprova a Diretriz para os Cursos da Escola Superior de Guerra, em 2000.
3.048	1999	10/12/1999		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3048&ANO=1999&SER=A	GM-MD	Institui o "Prêmio de Honra ao Mérito do Ministério da Defesa"
8.026	2000	22/12/2000		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=8026&ANO=2000&SER=A	GM-MD	Aprovar a diretriz, que estabelece a orientação para as atividades dos cursos da Escola Superior de Guerra, no ano de 2001.
195	2001	22/03/2001		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=195&ANO=2001&SER=A	GM-MD	Subdelega competência ao Diretor do Departamento de Logística da SELOM, para emitir
						autorizações de exportação de material de emprego militar.
244	2001	11/04/2001		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=244&ANO=2001&SER=A	GM-MD	Delega competência ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa para, em nome do Ministério da Defesa, assinar junto ao Governo do Distrito Federal, os Termos de Direito Real de Uso e praticar os demais atos necessários junto àquele Governo.
544	2001	03/09/2001		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=544&ANO=2001&SER=A	GM-MD	Aprova e manda pôr em execução o Regimento Interno da COMASSE.
69	2002	14/02/2002		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=69&ANO=2002&SER=A	GM-MD	Constitui, no âmbito do Ministério da Defesa, a Comissão de Ética.
350	2002	19/06/2002		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=350&ANO=2002&SER=A	GM-MD	Aprova e manda pôr em execução o "PLANO GERENCIAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - PGPD". Revoga a Portaria nº 04024/COMASSE, de 28 de novembro de 1994.
508	2002	06/09/2002		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=508&ANO=2002&SER=A - Alterada pela PN nº 83, de 30.01.2004. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=83&ANO=2004&SER=A	GM-MD	Atribui ao Gabinete do Ministro, órgão de assistência direta e imediata do Ministro de Estado da Defesa, a condução dos trabalhos destinados à elaboração de projeto destinado à adoção da Infraestrutura de Chaves Públicas no âmbito do MD.
580	2002	10/10/2002		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=580&ANO=2002&SER=A	GM-MD	Aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética do Ministério da Defesa.
615	2002	24/10/2002		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=615&ANO=2002&SER=A	GM-MD	Delega competência às autoridades que integram a estrutura organizacional do Gabinete do Ministro, para a prática dos atos públicos que indica.
676	2002	14/11/2002		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=676&ANO=2002&SER=A	GM-MD	Designa membros-suplentes para integrar a Comissão de Ética do Ministério da Defesa.
214	2003	20/03/2003		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=214&ANO=2003&SER=A	GM-MD	Subdelega competências aos Secretários do MD, ao Chefe do Estado-Maior de Defesa, ao Secretário de Controle Interno, ao Chefe de Gabinete do MD, ao Comandante da ESG e ao Diretor do HFA para a prática dos atos de que trata.
608	2003	07/07/2003		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=608&ANO=2003&SER=A	GM-MD	Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudos da Escola Superior de Guerra no ano de 2004.
906	2003	23/09/2003		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=906&ANO=2003&SER=A - Alterada pela Portaria nº 1.029, de 11.11.2003. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1029&ANO=2003&SER=A	GM-MD	Estabelece objetivos específicos do Ministério da Defesa, strictu sensu, no contexto do Projeto de Reengenharia de Gestão Administrativa das Forças Armadas.
909	2003	23/09/2003		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=909&ANO=2003&SER=A	GM-MD	Estabelece a precedência funcional dos cargos da administração de natureza civil de nível superior em face dos postos militares, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.
911	2003	25/09/2003		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=911&ANO=2003&SER=A	GM-MD	Aprova o distintivo do Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD) da Escola Superior de Guerra (ESG).
912	2003	25/09/2003		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=912&ANO=2003&SER=A	GM-MD	Dispõe sobre o Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD), da Escola Superior de Guerra, em 2003
1.029	2003	11/11/2003		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1029&ANO=2003&SER=A - Altera a Portaria nº 906, de 23.09.2003. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=906&ANO=2003&SER=A	GM-MD	Altera a Portaria nº 906/MD, de 23 de setembro de 2003, para incluir objetivo específico do Ministério da Defesa, strictu sensu, no contexto do Projeto de Reengenharia de Gestão Administrativa das Forças Armadas.
1.473	2004	23/12/2004		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1473&ANO=2004&SER=A	GM-MD	Constitui a Comissão Revisadora da Escola Superior de Guerra - CRESG.
201	2005	23/02/2005		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=201&ANO=2005&SER=A - Altera a Portaria nº 1.473, de 23.12.2004. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1473&ANO=2004&SER=A	GM-MD	Altera o art. 2º e seu Parágrafo único da Portaria nº 1473, que constitui a Comissão Revisora da Escola Superior de Guerra.
730	2005	06/06/2005		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=730&ANO=2005&SER=A	GM-MD	Torna sem efeito a Portaria nº 649, de 19/05/2005
778	2005	17/06/2005		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=778&ANO=2005&SER=A	GM-MD	Aprova o Plano de Trabalho da Comissão de Ética do Ministério da Defesa para o biênio 2005-2006
866	2005	08/07/2005		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=866&ANO=2005&SER=A	GM-MD	Cria o distintivo do Curso Superior de Inteligência Estratégica, de acordo com o modelo que acompanha esta Portaria
995	2005	24/08/2005		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=995&ANO=2005&SER=A	GM-MD	Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudos e para o Processo de Indicação e Seleção dos Candidatos aos Cursos da Escola Superior de Guerra, no ano de 2006.
74	2006	18/01/2006		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=74&ANO=2006&SER=A	GM-MD	Aprova a Diretriz para o Processo de Indicação e Seleção dos Candidatos aos Cursos de Gestão de Recursos de Defesa da Escola Superior de Guerra no ano de 2006



394	2006	27/03/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=394&ANO=2006&SER=A	GM-MD	Designa representante para compor a Comissão Técnica do Comitê-Gestor da Autoridade Certificadora da AC-Defesa
1.229	2006	20/09/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1229&ANO=2006&SER=A - Alterada pela Portaria nº 1.042, de 29.04.2014. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1042&ANO=2014&SER=A	GM-MD	Conceder o Prêmio de Honra ao Mérito do Ministério da Defesa aos alunos primeiros colocados, na classificação geral, de acordo com os critérios de cada Estabelecimento de Ensino
1.328	2006	11/10/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1328&ANO=2006&SER=A - Prorrogada pela Portaria nº 50, de 17.12.2007. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=50&ANO=2017&SER=A	GM-MD	Instituir Comissão Especial para coordenar os trabalhos de inventário dos bens e obrigações a serem transferidos para a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
50	2007	17/12/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=50&ANO=2017&SER=A - Prorroga a Portaria nº 1.328, de 11.10.2006. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1328&ANO=2006&SER=A	GM-MD	Prorrogar por noventa dias, a contar de 15 de janeiro de 2007, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial que trata a Portaria nº 1.328/MD, de 11 de outubro de 2006.
773	2007	31/05/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=773&ANO=2007&SER=A	GM-MD	Aprovar o Plano de Trabalho da Comissão de Ética do Ministério da Defesa para o biênio 2007- 2008.
996	2007	07/08/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=996&ANO=2007&SER=B	GM-MD	Aprova a Diretriz para o Processo de Indicação e Seleção dos Candidatos aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), no ano de 2008.
997	2007	07/08/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=997&ANO=2007&SER=A	GM-MD	Aprova a Diretriz para Planejamento e Execução das Atividades de Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG), no ano de 2008.
1.125	2007	31/08/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1125&ANO=2007&SER=A - Altera a Portaria nº 1.345, de 05.12.2005. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1345&ANO=2005&SER=A	GM-MD	Altera a Portaria Interministerial nº 1.345, de 5 de dezembro de 2005
206	2008	11/02/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=206&ANO=2008&SER=A	GM-MD	Delega Competência ao Comandante da Escola Superior de Guerra para dispor sobre o Regimento Interno da Escola Superior de Guerra
249	2008	14/02/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=249&ANO=2008&SER=A	GM-MD	Constituir Comissão para promover a revisão de Normas relativas ao Sistema Unificado de Arrecadação e Cobrança das Tarifas Aeroportuárias SUCOTAP e às tarifas e adicionais tarifários.
353	2008	28/02/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=353&ANO=2008&SER=A	GM-MD	Determinar aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica que adotem medidas e procedimentos a curto, médio e longo prazos para que os Oficiais indicados para o preenchimento de cargo no Ministério da Defesa sejam diplomados pela ESG.
974	2008	23/06/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=974&ANO=2008&SER=A	GM-MD	Aprova a Diretriz para o Processo de Indicação e Seleção dos Candidatos aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), no ano de 2009.
975	2008	23/06/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=975&ANO=2008&SER=A	GM-MD	Aprova a Diretriz para Planejamento e Execução das Atividades de Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG), no ano de 2009.
976	2008	23/06/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=976&ANO=2008&SER=A	GM-MD	Delegar Competência aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e ao Secretário de Organização Institucional do Ministério da Defesa para modificar as modalidades de aplicação aprovadas na Lei Orçamentária de 2008.
661	2009	19/05/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=661&ANO=2009&SER=A	GM-MD	Subdelegar aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica Competência para Aprovarem as Normas do Cerimonial.
849	2009	12/06/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=849&ANO=2009&SER=A	GM-MD	Dispõe sobre a prestação de assistência à saúde, pelo Hospital das Forças Armadas, aos membros do Corpo Diplomático acreditados no Brasil e respectivos dependentes legais e dá outras providências

1.088	2009	11/08/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1088&ANO=2009&SER=A	GM-MD	Aprova seleção para Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD), da Escola Superior de Guerra
1.118	2009	19/08/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1118&ANO=2009&SER=A	GM-MD	Aprovar a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG), no ano de 2010
1.119	2009	19/08/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1119&ANO=2009&SER=A	GM-MD	Aprovar a Diretriz para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), no ano de 2010
1.282	2009	29/09/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1282&ANO=2009&SER=A	GM-MD	Aprovar o regulamento do concurso público destinado a selecionar a composição do hino do Ministério da Defesa, na forma do anexo a esta Portaria.
1.376	2009	20/10/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1376&ANO=2009&SER=A - Altera a Portaria nº1.118, de 19.08.2009. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1118&ANO=2009&SER=A	GM-MD	Altera a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG), no ano de 2010.
1.549	2009	27/11/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1549&ANO=2009&SER=A	GM-MD	Delega competência ao Secretário de Organização Institucional para firmar Termo
				GM-MD	Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
1.430	2010	06/09/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1430&ANO=2010&SER=A	GM-MD	Determinar que o Chefe do Estado-Maior Conjunto das FA, conduza as atividades do atual Estado-Maior de Defesa (EMD), da Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia (SELOM) e da (SPEAI).
1.567	2010	08/10/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1567&ANO=2010&SER=A - Alterada pela Portaria nº 201, de 02.02.2011. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=201&ANO=2011&SER=A	GM-MD	APROVAR a diretriz para o planejamento e a execução das atividades de estudos da Escola Superior de Guerra no ano de 2011.
1.568	2010	08/10/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1568&ANO=2010&SER=A	GM-MD	APROVAR a diretriz para o processamento seletivo aos cursos da Escola Superior de Guerra no ano de 2011.
201	2011	02/02/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=201&ANO=2011&SER=A - Altera a Portaria nº 1.567, de 08.10.2010. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1567&ANO=2010&SER=A	GM-MD	Alterar e dar nova redação aos itens 3.2.2 e 3.2.6 e acrescentar o item 3.2.9 do anexo à Portaria nº 1.567/MD, de 08 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 195 de 11 de outubro de 2010, Seção 1, pág. 45.
1.815	2011	05/07/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1815&ANO=2011&SER=A	GM-MD	Instituir os serviços de ouvidoria no âmbito do Ministério da Defesa e disciplinar sua forma de execução.



2.757	2011	19/09/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2757&ANO=2011&SER=A	GM-MD	Aprovar a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo e para o Processamento Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), atinente ao ano de 2012.
3.238	2011	27/10/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3238&ANO=2011&SER=A	GM-MD	Instituir o distintivo do Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE).
316	2012	07/02/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=316&ANO=2012&SER=A	GM-MD	Instituir no âmbito do Ministério da Defesa, a Comissão Interescolar de Doutrina de Operações Conjuntas (CIDOC), com a finalidade de uniformizar o ensino da doutrina de operações conjuntas nos Estabelecimentos de Ensino (EE)
857	2012	28/03/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=857&ANO=2012&SER=A	GM-MD	Subdelega competência ao Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) para, no âmbito do respectivo órgão, praticar atos de concessão e cessação da Gratificação Temporária Sipam - GTS.
1.204	2012	07/05/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1204&ANO=2012&SER=A	GM-MD	Atribuir competências para o assessoramento ao Ministro de Estado da Defesa.
2.806	2013	04/10/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2806&ANO=2013&SER=A	GM-MD	Determina a execução do Projeto de Implantação da Autoridade Certificadora de Defesa (AC- Defesa), tomando como referência as Diretrizes de Implantação do Projeto Autoridade Certificadora do Ministério da Defesa e o Plano do Projeto AC-Defesa.
313	2015	05/02/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=313&ANO=2015&SER=A	GM-MD	Dispõe sobre a Medalha Mérito Desportivo Militar às personalidades civis e militares
1.300	2015	10/06/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1300&ANO=2015&SER=A	GM-MD	Cria o distintivo do Curso de Diplomacia de Defesa
25	2016	26/02/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=25&ANO=2016&SER=A	GM-MD	Cria o distintivo do Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados (CDICA).
467	2017	06/02/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=467&ANO=2017&SER=A	GM-MD	Aprova a Seleção procedida pela Escola Superior de Guerra (ESG), em conformidade com o que preconiza a Portaria Normativa nº 68/MD de 21 de novembro de 2016, publicada na Seção 1, página 40, do Diário Oficial da União nº 230 de 1º de dezembro de 2016
468	2017	06/02/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=468&ANO=2017&SER=A	GM-MD	Aprova a Seleção procedida pela Escola Superior de Guerra (ESG), para matrícula no Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE) da ESG
1.978	2017	11/05/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1978&ANO=2017&SER=A	GM-MD	Admite, no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, militares das Forças Auxiliares e personalidades civis.
2.171	2017	26/05/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2171&ANO=2017&SER=A https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2217&ANO=2017&SER=A https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2218&ANO=2017&SER=A	GM-MD	Admite no quadro suplementar da Ordem do Mérito da Defesa: no grau de Comendador.
2.172	2017	26/05/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2172&ANO=2017&SER=A	GM-MD	Promove no quadro suplementar da Ordem do Mérito da Defesa: ao grau de Comendador.
2.217	2017	31/05/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2217&ANO=2017&SER=A - Altera a Portaria nº 2.171, de 26.5.2017. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2171&ANO=2017&SER=A	GM-MD	Exclui do quadro suplementar da Ordem do Mérito da Defesa: ao grau de Cavaleiro.
2.218	2017	31/05/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2218&ANO=2017&SER=A - Altera a Portaria nº 2.171, de 26.5.2017. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2171&ANO=2017&SER=A	GM-MD	Admite no quadro suplementar da Ordem do Mérito da Defesa: ao grau de Cavaleiro.
2.494	2017	23/06/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2494&ANO=2017&SER=A	GM-MD	Admite no quadro suplementar da Ordem do Mérito da Defesa, no grau de Oficial.
3.138	2017	16/08/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3138&ANO=2017&SER=A	GM-MD	Concede a Medalha da Vitória aos ex-combatentes da II Guerra Mundial.
3.369	2017	12/09/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3369&ANO=2017&SER=A	GM-MD	Redução do prazo mínimo estabelecido para publicação do edital do concurso público da Escola Superior de Guerra (ESG).
4.381	2017	18/12/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4381&ANO=2017&SER=A	GM-MD	Inclui o item XIV no art. 3º da Portaria nº 4169/GM-MD, de 29 de novembro de 2017, publicada no DOU nº 238, de 13 de dezembro de 2017, seção 2, pág.6.
85	2018	11/01/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=85&ANO=2018&SER=A	GM-MD	Aprova o Regulamento da Medalha Mérito Desportivo Militar.
409	2018	02/02/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=409&ANO=2018&SER=A	GM-MD	Concede a Medalha Mérito Desportivo Militar a militares e civil, Post-Mortem.
1.426	2018	18/04/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1426&ANO=2018&SER=A	GM-MD	Admite, no grau de Comendador do Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, personalidade brasileira.
1.568	2018	27/04/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1568&ANO=2018&SER=A	GM-MD	Aprova a seleção, procedida pela Escola Superior de Guerra - ESG.

PORTARIA NORMATIVA

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

PORTARIA NORMATIVA	ANO	DATA ATO	DO	LINK DE ACESSO	ÓRGÃO	EMENTA
6.734	2000	30/10/2000		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=6734&ANO=2000&SER=A	SEPESD	Acrescenta dispositivo ao Regimento Interno do Hospital das Forças Armadas, aprovado pela Portaria nº 3.149 D1 - SECT, de 21 de novembro de 1984, e dá outras providências.
144	2002	15/03/2002		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=144&ANO=2002&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre o valor da Unidade de Serviço Médico - (USM), a ser utilizada pelo Hospital das Forças Armadas - (HFA).
543	2002	26/09/2002		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=543&ANO=2002&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre a aplicação do disposto no §1º do art. 20 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, que regulamenta a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.



1.035	2003	13/11/2003	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1035&ANO=2003&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre a composição do período aquisitivo necessário para fins de pagamento de Auxílio-Fardamento aos militares.
40	2004	21/01/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=40&ANO=2004&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre a aplicação do IPCA como indexador substituto da UFIR para cálculo de correção monetária de débitos da União para com o militar e beneficiário de pensão militar.
657	2004	25/06/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=657&ANO=2004&SER=A	SEPESD	Estabelece normas para execução, no âmbito do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, do parágrafo único do art.18 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e dá outras providências.
1.288	2004	27/10/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1288&ANO=2004&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre o pagamento da remuneração mensal no país, devida aos militares membros de tropa brasileira no exterior, integrante de força multinacional empregada em operações de paz, em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil.
930	2005	01/08/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=930&ANO=2005&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre diretrizes que estabelecem critérios e procedimentos específicos para o pagamento do adicional natalino aos militares das Forças Armadas
931	2005	01/08/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=931&ANO=2005&SER=A	SEPESD	Define o montante global que compõe a remuneração do militar da ativa e os proventos do militar inativo e do beneficiário de pensão militar.
13	2006	05/01/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=13&ANO=2006&SER=A - Alterada pela PN nº 181, de 08.12.2009. - Alterada pela PN nº 74, de 15.01.2015. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=74&ANO=2015&SER=A - Alterado pela PN nº 57, de 16.10.2018 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=57&ANO=2018&SER=A Alterada pela PN nº96, de 20.12.2018 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=96&ANO=2018&SER=A	SEPESD	Classifica as localidades e guarnições para efeito de pagamento da Gratificação de Localidade Especial, a que se refere a MP nº 2.215-10, de31/08/2001, e trata do acréscimo de tempo de serviço, constante na Lei nº 6.880, de 09/12/1980
1.173	2006	06/09/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1173&ANO=2006&SER=A	SEPESD	Aprova a Política de Assistência Social das Forças Armadas.
1.235	2006	21/09/2006	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1235&ANO=2006&SER=A	SEPESD	Estabelece normas para o cumprimento da Medida Provisória nº 300, de 29 de junho de 2006.
66	2007	19/01/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=66&ANO=2007&SER=A	SEPESD	Altera a classificação das localidades e guarnições para efeitos de pagamento da Gratificação de Localidade Especial a que se refere a Medida Provisória nº 2.215-10, 31 Ago 2001, e de acréscimo de tempo de serviço, constante da Lei nº 6.880, 09 Dez 1980
1.030	2007	13/08/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1030&ANO=2007&SER=A	SEPESD	Estabelece diretriz para as ações decorrentes do projeto-piloto destinado à inserção, no mercado de trabalho, de militares temporários dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, por término da prestação do serviço militar
1.104	2007	28/08/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1104&ANO=2007&SER=A - Alterado pela PN nº 1.834, de 09.12.2010. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1834&ANO=2010&SER=A	SEPESD	Institui a Comissão de Biossegurança (CBio- MD) no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e dá outras providências.
830	2008	23/05/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=830&ANO=2008&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre a equivalência dos cursos de formação de Oficiais das Forças Armadas.
972	2008	23/06/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=972&ANO=2008&SER=A - Altera a PN nº 13, de 05.01.2006. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=13&ANO=2006&SER=A	SEPESD	Altera a classificação das localidades e guarnições para efeito de pagamento da Gratificação de Localidade Especial a que se refere a Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001.
431	2009	02/04/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=431&ANO=2009&SER=A - Alterada pela PN nº 928, de 26.04.2011. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=928&ANO=2011&SER=A	SEPESD	Aprova, no âmbito do Ministério da Defesa, o Programa de Prevenção e Controle das DAT/AIDS, nos termos desta Portaria Normativa.
850	2009	12/06/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=850&ANO=2009&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre a prestação de assistência à saúde, pelo Hospital das Forças Armadas e pelas Organizações Militares de Saúde das Forças Armadas, aos Adidos Militares, Adjuntos e Auxiliares estrangeiros acreditados no Brasil e respectivos dependentes.
1.201	2009	04/09/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1201&ANO=2009&SER=A	SEPESD	Divulga os cargos de oficial-general existentes nas estruturas organizacionais as Forças Armadas.
181	2010	08/02/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=181&ANO=2010&SER=A - Altera a PN nº 13, de 05.01.2006. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=13&ANO=2006&SER=A	SEPESD	Altera a classificação das localidades e guarnições para efeitos de pagamento da Gratificação de Localidade Especial a que se refere a Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e de acréscimo de tempo de serviço, constante da Lei no 6.880, de 9 de dezembro de 1980.
602	2010	03/08/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=602&ANO=2010&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre a Composição da retribuição de que trata a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, nas missões no exterior de responsabilidade do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.
818	2010	18/05/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=818&ANO=2010&SER=A - Altera a Portaria nº 3.149, de 21.11.1984. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3149&ANO=1984&SER=A	SEPESD	Altera dispositivo da Portaria no 3.149/D1- SECT, de 21 de novembro de 1984, que aprova o Regimento Interno do Hospital das Forças Armadas
881	2010	26/05/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=881&ANO=2010&SER=A	SEPESD	Aprova as diretrizes para o desenvolvimento dos programas da Política de Assistência Social das Forças Armadas.
1.265	2010	03/08/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1265&ANO=2010&SER=A	SEPESD	Aprovar, nos termos desta Portaria Normativa, as diretrizes para a concessão de Bolsa Especial de Educação, em favor dos dependentes dos militares das Forças Armadas, falecidos no terremoto de janeiro de 2010, na República do Haiti
1.832	2010	09/12/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1832&ANO=2010&SER=A - Altera a Portaria nº 3.149, de 21.11.1984. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3149&ANO=1984&SER=A (revogada)	SEPESD	Altera a Portaria nº 3.149 DI-SECT, de 21 de novembro 1984, que aprovou o Regimento Interno do HFA, alterado pela Portaria nº 031117/FA-12, de 24 de setembro de 1986,pela Portaria Normativa nº 6.734, de 30 de outubro de 2000, pela P N 1113/MD, de 22/ 12/03
1.032	2011	29/04/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1032&ANO=2011&SER=A	SEPESD	Aprova a Diretriz para a produção do livro relativo à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial



1.318	2012	14/05/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1318&ANO=2012&SER=A	SEPESD	Estabelece critérios e procedimentos específicos de desenvolvimento individual para fins de promoção e do Bônus Semestral de Desempenho de Atividade Hospitalar - BDAH dos empregados públicos do Hospital das Forças Armadas - HFA.
2.499	2012	19/09/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2499&ANO=2012&SER=A - Alterada pela PN nº 102, de 22.01.2014. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=102&ANO=2014&SER=A	SEPESD	Estabelece os critérios e procedimentos específicos para a realização de avaliação de desempenho institucional e individual e de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo (GDATM).

585	2013	07/03/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=585&ANO=2013&SER=A	SEPESD	Aprova as Diretrizes de Biossegurança, Bioproteção e Defesa Biológica do Ministério da Defesa.
1.689	2013	28/05/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1689&ANO=2013&SER=A - Altera a PN nº 13, de 05.01.2006. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=13&ANO=2006&SER=A	SEPESD	Altera a Tabela III do Anexo II da Portaria Normativa nº 13/MD, de 5 de janeiro de 2006, que classifica as localidades e guarnições para efeito de pagamento da Gratificação de Localidade Especial.
2.093	2013	12/07/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2093&ANO=2013&SER=A	SEPESD	Estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção nas Carreiras de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.
2.203	2013	26/07/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2203&ANO=2013&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre o Programa Força no Esporte - PROFESP e dá outras providências.
2.799	2013	04/10/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2799&ANO=2013&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre a aplicação do inciso XI do art. 37 da Constituição à retribuição no exterior paga aos militares e servidores em serviço no exterior.
102	2014	22/01/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=102&ANO=2014&SER=A - Altera a PN nº 2.499, de 19.09.2012. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2499&ANO=2012&SER=A	SEPESD	Estabelece metas de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo (GDATM) e altera o Anexo III da Portaria Normativa nº 2.499/MD, de 19 de setembro de 2012.
1.631	2014	27/06/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1631&ANO=2014&SER=A	SEPESD	Institui o Calendário de Vacinação Militar.
2.432	2014	30/09/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2432&ANO=2014&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre o cronograma para envio das minutas de decreto anual de distribuição do efetivo de pessoal militar e de decreto anual de fixação de vagas para promoção obrigatória de oficiais.
3.270	2014	18/12/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3270&ANO=2014&SER=A - Altera a PN nº 13, de 05.01.2006 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=13&ANO=2006&SER=A - Alterada pela PN nº 74, de 15.01.2015. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=74&ANO=2015&SER=A	SEPESD	Altera a Tabela II do Anexo II da Portaria Normativa nº 13/MD, de 5 de janeiro de 2006, e reclassifica a cidade de Manaus/AM como Localidade ou Guarnição Especial Categoria A.
1	2015	26/08/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2015&SER=C	SEPESD	Dispõe sobre a equivalência de cursos nas instituições militares de ensino e na Escola Superior de Guerra em nível de pós-graduação lato sensu.
74	2015	15/01/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=74&ANO=2015&SER=A - Altera a PN nº 3.270, de 18.12.2014. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3270&ANO=2014&SER=A	SEPESD	Retifica o Anexo da Portaria Normativa no 3.270/MD, de 18 de dezembro de 2014
956	2015	23/04/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=956&ANO=2015&SER=A - Alterada pela PN nº 13, de 17.02.2016. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=13&ANO=2016&SER=A	SEPESD	Institui projeto para valorização pessoal e integração social por meio do esporte, para militares que adquiriram deficiência física.
998	2015	30/04/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=998&ANO=2015&SER=A	SEPESD	Estabelece metas de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo (GDATM)
2.138	2015	01/10/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2138&ANO=2015&SER=A	SEPESD	Estabelece diretrizes e procedimentos para a realização da avaliação financeira e atuarial dos compromissos financeiros da União com pensionistas de militares das Forças Armadas, no âmbito do Ministério da Defesa.
2.507	2015	19/11/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2507&ANO=2015&SER=A	SEPESD	Aprova os procedimentos para a concessão de Bolsa Especial de Educação, em favor dos dependentes dos militares da Marinha do Brasil, falecidos no acidente ocorrido na Estação Antártica Comandante Ferraz.
2.509	2015	19/11/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2509&ANO=2015&SER=A	SEPESD	Aprova o Catálogo de Indenizações dos Serviços de Saúde das Forças Armadas.
2.617	2015	07/12/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2617&ANO=2015&SER=A	SEPESD	Aprova a Concepção Política do Projeto Rondon.
13	2016	17/02/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=13&ANO=2016&SER=A - Altera a PN nº 956, de 23.04.2015. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=956&ANO=2015&SER=A	SEPESD	Altera a Portaria Normativa nº 956/MD, de 23 de abril de 2015, que instituiu projeto para valorização pessoal e integração social por meio do esporte, para militares que adquiriram deficiência física.
26	2016	10/05/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=26&ANO=2016&SER=A	SEPESD	Estabelece metas de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo (GDATM), a ser concedida ao Juiz- Presidente e aos Juizes do Tribunal Marítimo.
47	2016	21/07/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=47&ANO=2016&SER=A	SEPESD	Designa os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a substituição do Ministro da Defesa em suas ausências do território nacional, nos seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo
66	2016	14/11/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=66&ANO=2016&SER=A	SEPESD	Aprova Diretrizes de Saúde do Ministério da Defesa, na forma do Anexo a esta Portaria Normativa.
2	2017	10/01/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2&ANO=2017&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre a prestação de tarefa por tempo certo por militares inativos das Forças Armadas.
5	2017	03/02/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=5&ANO=2017&SER=A	SEPESD	Estabelece metas de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo (GDATM), a ser concedida ao Juiz- Presidente e aos Juizes do Tribunal Marítimo.



19	2017	01/06/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=19&ANO=2017&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre o valor da etapa comum de alimentação dos militares das Forças Armadas em todo o território nacional.
37	2017	13/09/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=37&ANO=2017&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre a indenização aos cofres públicos, em ressarcimento de despesas efetuadas pela União com a preparação, formação ou com a realização de cursos ou estágios por militares das Forças Armadas.
50	2017	15/12/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=50&ANO=2017&SER=A	SEPESD	Estabelece metas de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo (GDATM)
51	2017	21/12/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=51&ANO=2017&SER=A	SEPESD	Aprova, no âmbito do Ministério da Defesa, as instruções reguladoras para a atualização cadastral anual para prova de vida de militares inativos, pensionistas de militares, militares anistiados políticos e dependentes habilitados, conforme dispõe o Decreto nº 7.862, de 8 de dezembro de 2012.
10	2018	07/03/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=10&ANO=2018&SER=A	SEPESD	Aprova o Regimento Interno do Hospital das Forças Armadas.
31	2018	24/05/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=31&ANO=2018&SER=A Alterada pela PN nº 37, de 14.06.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=37&ANO=2018&SER=A Alterada pela PN nº 5, de 14.01.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=5&ANO=2019&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre a padronizaçãodo requerimento e dos procedimentos a serem adotados pelos Comandos das Forças Armadas para análise e pagamento aos militares inativos, aos ex-militares e aos seus sucessores,de conversão em pecúnia.
37	2018	14/06/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=37&ANO=2018&SER=A - Altera a Portaria nº 31, de 24.05.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=31&ANO=2018&SER=A	SEPESD	Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 31/GM/MD, de 24 de maio 2018.

38	2018	25/06/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=38&ANO=2018&SER=A - Alterada pela PN nº 74, de 23.08.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=74&ANO=2019&SER=A	SEPESD	Regulamenta o Procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros nos processos seletivos públicos para ingresso nas escolas de formação de militares de carreira das Forças Armadas.
57	2018	16/10/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=57&ANO=2018&SER=A - Altera a PN nº 13, de 05.01.2006. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=13&ANO=2006&SER=A	SEPESD	Altera a Tabela III do Anexo II da Portaria Normativa nº13/MD, de 5.01.2006, que classifica as localidades e guarnições para efeito de pagamento da Gratificação de Localidade Especial, a que se refere a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31.08.01.
84	2018	07/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=84&ANO=2018&SER=A	SEPESD	Estabelece metas de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo (GDATM)
87	2018	17/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=87&ANO=2018&SER=A - Revoga artigos da Portaria nº3.695, de 03.09.2019. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3695&ANO=2019&SER=A	SEPESD	Estabelece a obrigatoriedade de levantamento e confrontação periódica e sistemática dos dados cadastrais e remuneratórios dos militares das Forças Armadas e dos seus pensionistas.
96	2018	20/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=96&ANO=2018&SER=A - Altera a PN nº 13, de 05.01.2006. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=13&ANO=2006&SER=A	SEPESD	Altera a Tabela II do Anexo II da P N nº 13/MD, de 5.01.06, que classifica as localidades e guarnições para efeito de pagamento da Gratificação de Localidade Especial, a que se refere a MP nº 2.215-10,de 31.08.01 e trata do acréscimo de tempo de serviço.
5	2019	14/01/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=5&ANO=2019&SER=A - Altera a PN nº 31, de 24.05.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=31&ANO=2018&SER=A	SEPESD	Altera a Portaria Normativa nº 31, de 24.05.2018, que dispõe sobre os procedimentos adotados para análise e pagamento aos militares inativos, ex-militares e sucessores, de conversão em pecúnia, na forma de indenização, de licenças especiais não gozadas.
28	2019	03/05/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=28&ANO=2019&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre a padronização do requerimento e dos procedimentos a serem adotados pelos Comandos das Forças Armadas para análise e pagamento aos militares inativos, aos ex-militares e aos seus sucessores de indenização por férias não gozadas, inclusive aquelas não computadas em dobro para fins de inatividade.
29	2019	03/05/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=29&ANO=2019&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre o serviço de taifa, exercido por militares, nas residências ocupadas por autoridades que exercem função de natureza política, de direção, chefia ou comando.
68	2019	09/08/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=68&ANO=2019&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre parceria entre os Ministérios da Defesa e da Cidadania, para o apoio aos campeonatos mundiais militares do Conselho Internacional do Esporte Militar a realizar-se no Brasil, ao Programa Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas e às competições escolares das Forças Armadas.
71	2019	14/08/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=71&ANO=2019&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre o serviço militar temporário (SMT) prestado por voluntários com habilitação em desporto de alto rendimento para o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas (PAAR).
74	2019	23/08/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=74&ANO=2019&SER=A - Altera a PN nº 38, de 25.07.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=38&ANO=2018&SER=A	SEPESD	Altera a Portaria Normativa nº 38/GM- MD, de 25 de junho de 2018, que regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros nos processos seletivos públicos para ingresso nas escolas de formação de militares de carreira das Forças Armadas, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos termos da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014
79	2019	11/09/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=79&ANO=2019&SER=A	SEPESD	Estabelece ações para celebrar os cem anos da conquista da primeira medalha de ouro do Brasil em Jogos Olímpicos e das primeiras medalhas olímpicas brasileiras.
94	2019	05/11/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=94&ANO=2019&SER=A	SEPESD	Relaciona os cargos privativos de Oficial-General.



107	2019	02/12/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=107&ANO=2019&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre as normas e os procedimentos para os eventos esportivos das Forças Armadas.
108	2019	03/12/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=108&ANO=2019&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre o Conselho Consultivo do Hospital das Forças Armadas.
1	2020	06/01/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2020&SER=A	SEPESD	Estabelece metas de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo (GDATM).
5	2020	20/01/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=5&ANO=2020&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre os procedimentos para a captação de patrocínio para apoio às atividades relacionadas à inclusão social, à sustentabilidade social, ao desporto militar e à equoterapia militar no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, das Forças Singulares e suas organizações militares.
6	2020	20/01/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=6&ANO=2020&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre a Comissão dos Serviços de Saúde das Forças Armadas.
12	2020	29/01/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=12&ANO=2020&SER=A	SEPESD	Estabelece regras para a seleção, contratação e capacitação de militares inativos das Forças Armadas para atuarem no Programa Nacional

INSTRUÇÃO NORMATIVA

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

INSTRUÇÃO	NORMATIVA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGÃO	EMENTA
5		2013	25/07/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=5&ANO=2013&SER=A	SEPESD	Aprova a edição 2013 do Manual do Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais (BIEG), do Ministério da Defesa
1		2017	09/08/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2017&SER=E	SEPESD	Dispõe sobre o funcionamento do Conselho Consultivo do Hospital das Forças Armadas.
1		2018	10/10/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2018&SER=E	SEPESD	Aprova o Manual de Procedimentos da Divisão de Remuneração que tem por finalidade estabelecer procedimentos, objetivos, atividades e orientações que devem ser observados pelos setores e órgãos que lidam com a Gestão da Remuneração Militar.
1		2019	01/04/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2019&SER=C	SEPESD	Dispõe sobre o Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais - Módulo Remuneração do Ministério da Defesa e do seu Comitê Gestor.
1		2019	21/08/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2019&SER=E	SEPESD	Aprova o Manual de Procedimentos de Pessoal Civil.
1		2019	09/12/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2019&SER=E	SEPESD	Dispõe sobre a padronização de procedimentos para a realização do planejamento, acompanhamento, avaliação e encerramento de programas de fomento à formação de recursos humanos e à pesquisa em Defesa Nacional, no âmbito do Ministério da Defesa.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

ORIENTAÇÃO	NORMATIVA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGÃO	EMENTA
1		2019	02/04/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2019&SER=D	SEPESD	Estabelece orientações reguladoras do Manual do Banco de Informações Estratégicas e Gerencias de remuneração dos militares e da composição do Comitê Gestor do Banco de Informações Estratégicas e Gerencias de remuneração dos militares.

PORTARIA

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

PORTARIA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGÃO	EMENTA
37	2004	19/01/2004	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=37&ANO=2004&SER=A - Alterada pela Portaria nº 2.622, de 07.12.2015. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2622&ANO=2015&SER=A	SEPESD	Regulamenta o art. 4º, da Lei nº 10.821, de 18 de dezembro de 2003, que concede indenização, a título de reparação de danos, às famílias das vítimas do acidente de Alcântara e à família do Subtenente do Exército Alcir José Tomasi.
2.674	2005	29/07/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2674&ANO=2005&SER=A	SEPESD	Estabelece mútua cooperação entre os Ministérios da Defesa e da Educação para a criação do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional - PRO DEFESA e dá outras providências.
1.149	2005	05/10/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1149&ANO=2005&SER=A - Alterada pela Portaria nº 1.318, de 16.08.2010. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1318&ANO=2010&SER=A (Revogada)	SEPESD	Institui a obrigatoriedade da confrontação periódica e sistemática dos dados cadastrais dos militares reformados, integrantes da reserva remunerada e beneficiários da pensão militar com os registros cartorários dos óbitos ocorridos no território nacional.(BIEG)
1.131	2007	03/09/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1131&ANO=2007&SER=A - Altera a Portaria nº 1.149, de 05.10.2005. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1149&ANO=2005&SER=A	SEPESD	Altera o art. 3º da Portaria nº 1.149/MD, de 5 de outubro de 2005 Banco de Dados de Informações Gerenciais (BIEG).
1.218	2007	18/09/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1218&ANO=2007&SER=A	SEPESD	Processo seletivo para contratação temporário de médicos para o HFA.
1.062	2008	17/07/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1062&ANO=2008&SER=A	SEPESD	Constitui Comissão, no âmbito do MD, para relacionamento com o Congresso Nacional e o Instituto do Coração/Fundação Zerbini, com o intuito de acompanhar a execução dos instrumentos contratuais entre InCor e HFA.
1.368	2008	06/10/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1368&ANO=2008&SER=A	SEPESD	Delegar competência ao Diretor do Hospital das Forças Armadas para praticar os atos necessários à condução de concurso Público para provimento de cargos nos termos do art 1º da Portaria MP nº267, de 26 de agosto de 2008.



1.441	2008	23/10/2008	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1441&ANO=2008&SER=A	SEPESD	Constituir a Comissão Técnica de Auditoria de Contas Médicas, da Produção e dos Procedimentos Médico- hospitalares da Fundação Zerbini/Incor-DF(CTACM) no âmbito da Secretaria de Organização Institucional (SEORI), do Ministério da Defesa.
849	2009	12/06/2009	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=849&ANO=2009&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre a prestação de assistência à saúde, pelo Hospital das Forças Armadas, aos membros do Corpo Diplomático acreditados no Brasil e respectivos dependentes legais e dá outras providências.
15	2010	27/05/2010	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=15&ANO=2010&SER=A	SEPESD	Dispõe sobre equivalência dos Cursos Superiores de Tecnologia desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas, incluídos no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.
121	2011	01/06/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=121&ANO=2011&SER=A	SEPESD	Autorizar, para o exercício de 2011, os quantitativos máximos de pessoal civil contratado por tempo determinado.
928	2011	26/04/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=928&ANO=2011&SER=A - Altera a PN nº 431, de 02.04.2009. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=431&ANO=2009&SER=A	SEPESD	Altera O art. 2º da Portaria Normativa nº 431/MD, de 2 de abril de 2009.Que dispõe sobre criação do Programa de Prevenção e Controle das DST/Aids das Forças Armadas no âmbito do Ministério da Defesa.
3.598	2011	21/11/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3598&ANO=2011&SER=A	SEPESD	Criar o brasão e o estandarte do Hospital das Forças Armadas, bem como a insígnia do Diretor do Hospital das Forças Armadas.
577	2012	26/11/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=577&ANO=2012&SER=A	SEPESD	Fica instituída a Comissão de Verificação de que trata o art. 306 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, no âmbito do Ministério da Defesa - MD, que funcionará nos termos desta Portaria Interministerial.
1.321	2012	14/05/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1321&ANO=2012&SER=A Altera a Portaria nº 755, de 07.04.2011. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=755&ANO=2011&SER=A	SEPESD	Alterar o artigo. 1º e o artigo 3º da portaria nº 755/MD, de 7 de abril de 2011, que dispõe sobre a 3ºPlano Nacional de Direito Humanos (GT PNDH-3).
1.952	2012	19/07/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1952&ANO=2012&SER=A Alterada pela Portaria nº 406, de 01.02.2017 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=406&ANO=2017&SER=A	SEPESD	Institui o Concurso de Monografias sobre Defesa Nacional (CMDN), como atividade regular bianual do Ministério da Defesa.

288	2013	01/02/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=288&ANO=2013&SER=A	SEPESD	Designa para integrar a Comissão de Biossegurança do Ministério da Defesa (CBio-MD).
1	2014	14/03/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2014&SER=D	SEPESD	Dispõe sobre equivalência dos cursos de educação profissional técnica de nível médio desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas, incluídos no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.
776	2014	28/03/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=776&ANO=2014&SER=A	SEPESD	Autoriza o enquadramento de servidores do Comando da Marinha, relacionados no Anexo, na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.
1.042	2014	29/04/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1042&ANO=2014&SER=A - Alterada pela Portaria nº 1.229, de 20.09.2006 https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1229&ANO=2006&SER=A	SEPESD	Concede o Prêmio de Honra ao Mérito do Ministério da Defesa aos alunos primeiros colocados, na classificação geral, de acordo com os critérios de cada Estabelecimento de Ensino.
1.668	2014	03/07/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1668&ANO=2014&SER=A	SEPESD	Delega competência ao Diretor do Hospital das Forças Armadas para praticar os atos necessários à condução de concurso público para provimento de cargos.
1	2014	06/08/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2014&SER=E	SEPESD	Dispõe sobre o envio e a captação de dados cadastrais, funcionais e financeiros dos militares e pensionistas das Forças Armadas e a estruturação da base de dados de Informações Gerenciais, na forma prevista no § 1º do art. 85 da Lei nº 12.919.
3.256	2014	18/12/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3256&ANO=2014&SER=A	SEPESD	Altera a Portaria Interministerial nº 1/MI/MD, de 25 de julho de 2012, que dispõe sobre a mútua cooperação técnica e financeira entre os Ministérios da Integração Nacional e da Defesa.
2.315	2015	27/10/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2315&ANO=2015&SER=A	SEPESD	Designa militares e servidores para executar os procedimentos pertinentes à avaliação financeira e atuarial dos compromissos financeiros da União com pensionistas de militares das Forças Armadas.
2.622	2015	07/12/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2622&ANO=2015&SER=A - Altera a Portaria nº 37, de 19.01.2004. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=37&ANO=2004&SER=A	SEPESD	Altera o art. 4º da Portaria nº 37/MD, de 19 de janeiro de 2004, que regulamenta o art. 4º da Lei nº 10.821, de 18.12.2003.
10	2016	13/01/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=10&ANO=2016&SER=B	SEPESD	Estabelece o valor-teto para a Assistência Pré-Escolar, a ser pago aos militares e aos servidores da administração pública federal direta, suas autarquias e fundações.
21	2016	21/01/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=21&ANO=2016&SER=A	SEPESD	Institui o Concurso de Dissertações e Teses sobre Defesa Nacional - CDTDN, com atividade regular bianual.
100	2016	07/03/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=100&ANO=2016&SER=A	SEPESD	Constitui Comissão para examinar os Dados Individuais e os Registros Funcionais da Ficha Cadastro no Sistema de Cadastramento do Pessoal do Exército (SiCaPEx) dos militares incluídos nos limites quantitativos de antiguidade.
136	2016	28/04/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=136&ANO=2016&SER=A - Altera a Portaria Int. nº 107, de 28.04.2015. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=107&ANO=2015&SER=A	SEPESD	Altera a Portaria Interministerial nº 107/MP/MD, de 28 de abril de 2015, que autoriza os quantitativos máximos de pessoal civil contratado por tempo determinado para atender a encargos temporários de obras e serviços de engenharia.



319	2016	27/10/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=319&ANO=2016&SER=A Alterada pela Portaria Int. nº 281, de 25.08.2017. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=281&ANO=2017&SER=A Alterada pela Portaria Int. nº 6, de 13.01.2016. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=6&ANO=2016&SER=A Alterada pela Portaria Int. nº 438,e 26.12.2018. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=438&ANO=2018&SER=A	SEPESD	Autorizar o Comando do Exército a contratar por tempo determinado, o quantitativo máximo de seiscentos e vinte e dois profissionais, nos termos do Anexo, e com dotação orçamentária específica, para atender necessidade temporária de excepcional.
408	2016	21/12/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=408&ANO=2016&SER=A	SEPESD	Autoriza o Comando da Marinha a contratar o quantitativo de profissionais por tempo determinado, nos termos do Anexo a esta Portaria e com dotação orçamentária específica, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.
6	2017	13/01/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=6&ANO=2017&SER=A	SEPESD	Altera o art. 1º da Portaria Interministerial nº 319/MD, de 27 de outubro de 2016, que autoriza o Comando do Exército a contratar por tempo determinado, o quantitativo máximo de seiscentos e vinte e dois profissionais, nos termos do Anexo, e com dotação orçamentária específica, para atender necessidade temporária de excepcional.
281	2017	25/08/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=281&ANO=2017&SER=A - Altera a Portaria Int. nº 319, de 27.10.2016. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=319&ANO=2016&SER=A	SEPESD	Altera o § 1º do art. 1º da Portaria Interministerial MP/MD nº 319, de 27 de outubro de 2016, que autoriza o Comando do Exército a contratar por tempo determinado, o quantitativo máximo de seiscentos e vinte e dois profissionais, nos termos do Anexo, e com dotação orçamentária específica, para atender necessidade temporária de excepcional.
406	2017	01/02/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=406&ANO=2017&SER=A - Altera Portaria nº 1.952, de 19.07.2012. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1952&ANO=2012&SER=A	SEPESD	Altera o art. 2º da Portaria nº 1.952/MD, de 19 de julho de 2012, que institui o Concurso de Monografias sobre Defesa Nacional (CMDN), como atividade regular bianual do Ministério da Defesa.
91	2018	19/04/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=91&ANO=2018&SER=A	SEPESD	Portaria Interministerial nº 91 de 19 de abril de 2018. Autoriza o Comando da Aeronáutica a contratar o quantitativo máximo de seiscentos e trinta e sete profissionais civis por tempo determinado, com dotação orçamentária específica.
99	2018	11/01/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=99&ANO=2018&SER=A	SEPESD	Considera o Hospital das Forças Armadas (HFA) como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e do Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.
438	2018	26/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=438&ANO=2018&SER=A - Altera a Portaria Int. nº 319, de 27.10.2016. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=319&ANO=2016&SER=A	SEPESD	Altera o § 1º do art. 1º da Portaria Interministerial MP/MD nº 319, de 27 de outubro de 2016.
4.504	2018	19/12/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4504&ANO=2018&SER=A	SEPESD	Fica considerada a Escola Superior de Guerra como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT, nos termos da lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e do Decreto nº 9.823, de 7 de fevereiro de 2018.
3.351	2019	07/08/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3351&ANO=2019&SER=A	SEPESD	Fica constituída a Comissão Geral de Organização do IV Congresso Nacional do Projeto Rondon, a ser realizado na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), no período de 25 a 28 de setembro de 2019.
237	2020	20/01/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=237&ANO=2020&SER=A	SEPESD	Fica autorizado o Hospital das Forças Armadas a realizar programa de gestão em experiência-piloto, na modalidade semipresencial, nas atividades inerentes à sua competência, em conformidade com o Plano de Trabalho constante do Anexo a esta Portaria.

PORTARIA NORMATIVA

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

PORTARIA NORMATIVA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGÃO	EMENTA
623	2001	03/10/2001	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=623&ANO=2001&SER=A - Alterada pela PN nº 355, de 24.06.2002. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=355&ANO=2002&SER=A	CENSIPAM	Estabelece regras, critérios e procedimentos de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, GDACT, para servidores das Organizações Militares dos Comandos das FA, integrantes do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia.
355	2002	24/06/2002	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=355&ANO=2002&SER=A - Altera a PN nº 623, de 3.10.2001. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=623&ANO=2001&SER=A	CENSIPAM	Altera a Portaria Normativa nº 623/MD, de 03/10/2001, que estabelece as regras, critérios e procedimentos de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia-GDACT, para os servidores das Organizações Militares.
1.140	2005	03/10/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1140&ANO=2005&SER=A	CENSIPAM	Delega competência ao Diretor do Departamento de Inteligência Estratégica da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais para prática das atribuições que menciona
2 . 838	2014	31/10/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2838&ANO=2014&SER=A	CENSIPAM	Estabelece normas e procedimentos internos da avaliação individual e institucional para efeito de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT), devida aos servidores ocupantes de cargos efetivos.
5	2018	16/02/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=5&ANO=2018&SER=A	CENSIPAM	Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor do Projeto Amazônia Conectada.

30	2019	09/05/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=30&ANO=2019&SER=A	CENSIPAM	Institui a Rede Vitória Régia e dá outras providências.
8	2020	24/01/ 2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=8&ANO=2020&SER=A	CENSIPAM	Autorizar despesas com diárias e passagens de militares, de servidores, de empregados públicos e de colaboradores eventuais, em algumas hipóteses de deslocamento
14	2020	11/02/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=14&ANO=2020&SER=A	CENSIPAM	Delega competência para autorizar a celebração ou prorrogação de contratos administrativos e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA	ANO	DATA DO ATO	DO	LINK DE ACESSO	ÓRGAO	EMENTA
10	2013	10/10/2013		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=10&ANO=2013&SER=A	CENSIPAM	Dispõe sobre os critérios e os procedimentos para avaliação em estágio probatório para concursados ocupantes do cargo de Analista em C&T da Carreira de Ciência e Tecnologia, no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
3	2014	30/01/2014		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3&ANO=2014&SER=A - Alterada pela IN nº 10, de 05.06.2014. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=10&ANO=2014&SER=A	CENSIPAM	Dispõe sobre regras e procedimentos para o desenvolvimento dos servidores ocupantes do cargo de Analista em C&T da Carreira de Ciência e Tecnologia.
10	2014	05/06/2014		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=10&ANO=2014&SER=A	CENSIPAM	Altera a Instrução Normativa nº 3/CENSIPAM, de 30 de janeiro de 2014, que dispõe sobre regras e procedimentos para o desenvolvimento dos servidores ocupantes do cargo de Analista em C&T da Carreira de Ciência e Tecnologia, no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam.
2	2018	08/10/2018		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2&ANO=2018&SER=E	CENSIPAM	Dispõe sobre o expediente e a jornada de trabalho dos servidores, militares e empregados públicos em exercício no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam).

ORIENTAÇÃO NORMATIVA

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

ORIENTAÇÃO NORMATIVA	ANO	DATA DO ATO	DO	LINK DE ACESSO	ÓRGÃO	EMENTA
1	2015	23/03/2015		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2015&SER=B	CENSIPAM	Redistribui competência relacionada à análise, prévia e conclusiva, de consultas jurídicas referentes a pessoal civil do MD, CENSIPAM e HFA.
1.254	2015	08/06/2015		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1254&ANO=2015&SER=A	CENSIPAM	Aprova o Regimento Interno da Comissão de Avaliação de Desempenho, de que trata a carreira de Ciência e Tecnologia, no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)

PORTARIA

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

PORTARIA	ANO	DATA DO ATO	DO	LINK DE ACESSO	ÓRGAO	EMENTA
657	2001	22/10/2001		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=657&ANO=2001&SER=A	CENSIPAM	Delega competência ao Secretário-Executivo do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia para assinar os termos de Compromisso e de Cooperação Técnica entre a Secretaria-Executiva e os órgãos parceiros.
181	2009	25/11/2009		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=181&ANO=2009&SER=B	CENSIPAM	Portaria nº 181, de 25/11/2009, publicada no DOU de 26/11/2009.
1.430	2011	01/06/2011		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1430&ANO=2011&SER=A	CENSIPAM	Subdelega competência ao Chefe do EMCFa, aos Secretários, ao Diretor-Geral do CENSIPAM, ao Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa, ao Consultor Jurídico e ao Assessor de Planejamento Institucional para concessão de diárias, passagens e locomoção de seus servidores e militares.
857	2012	28/03/2012		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=857&ANO=2012&SER=A	CENSIPAM	Subdelega competência ao Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) para, no âmbito do respectivo órgão, praticar atos de concessão e cessação da Gratificação Temporária Sipam - GTS.
865	2012	30/03/2012		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=865&ANO=2012&SER=A	CENSIPAM	Delega competência ao Diretor-Geral do CENSIPAM, para adotar providências relativas à realização de concurso público para o provimento de quarenta cargos de Analista em Ciência e Tecnologia do referido órgão.
1.146	2012	26/04/2012		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1146&ANO=2012&SER=A	CENSIPAM	Subdelega competência ao Diretor de Administração e Finanças do Censipam para autorizar a celebração de novos contratos administrativos e para a prorrogação dos contratos em vigor com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) relativos a atividades de custeio classificadas no Programa 2108 - Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.
190	2013	24/01/2013		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=190&ANO=2013&SER=A	CENSIPAM	Autoriza, no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF para suprimento de fundos de caráter ostensivo na modalidade de saque.
961	2013	18/04/2013		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=961&ANO=2013&SER=A	CENSIPAM	Subdelega competência ao Diretor-Geral do CENSIPAM para praticar os atos de provimento e vacância de cargos efetivos, no seu âmbito de atuação.
586	2015	22/07/2015		https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=586&ANO=2015&SER=A	CENSIPAM	Institui o Projeto Amazônia Conectada e dá outras providências



2	2016	11/01/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2&ANO=2016&SER=F	CENSIPAM	Institui o dia 17 de abril como a data comemorativa de criação do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam).
29	2016	10/03/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=29&ANO=2016&SER=A	CENSIPAM	Delega competência ao Secretário-Geral do MD para celebrar o Memorando de Entendimento com o Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros da Confederação Suíça sobre Cooperação Relativa à Amazônia.
254	2017	27/06/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=254&ANO=2017&SER=A	CENSIPAM	Delegar competência ao Diretor de Administração e Finanças para praticar os seguintes atos.
761	2018	01/03/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=761&ANO=2018&SER=A	CENSIPAM	Designa representantes para compor o Comitê Gestor do Projeto Amazônia Conectada.
1.635	2018	02/05/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1635&ANO=2018&SER=A	CENSIPAM	Delega competência ao Diretor de Administração e Finanças do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, para autorizar a condução de veículo oficial de transporte individual de passageiros, por servidores públicos.
4.086	2018	16/11/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4086&ANO=2018&SER=A	CENSIPAM	Autoriza o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia a realizar programa de gestão em experiência-piloto, na modalidade de teletrabalho, nas atividades inerentes à sua competência.
1.970	2019	02/05/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1970&ANO=2019&SER=A	CENSIPAM	Delegar competência ao Diretor de Administração e Finanças para recebimento dos bens permanentes oriundos da extinta Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia - CCSivam.
2.330	2019	24/05/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2330&ANO=2019&SER=A	CENSIPAM	Designa servidor para supervisionar as ações relacionadas às atividades de regularização do Patrimônio Imobiliário dos Centros Regionais de Belém, Porto Velho e Manaus, conforme determinação do item 1.7.2 do Acórdão nº 912/2019 - TCU - 1ª Câmara.
2.431	2019	31/05/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2431&ANO=2019&SER=A	CENSIPAM	Designar os servidores JOSÉ AUGUSTO DOS REIS GOMES matrícula SIAPE nº 0.224.293, ARTHUR OLIVEIRA CHAGAS, matrícula SIAPE nº1.443.078 e GABRIELA DINIZ BARBOSA VEIGA, matrícula SIAPE nº 1.467.926, como membros de controle e atualização do Sistema CGU-PAD.
2.446	2019	03/06/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2446&ANO=2019&SER=A	CENSIPAM	Nomear os servidores a seguir para exercerem a função de Ordenador para a administração e bens patrimoniais nos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho.
2.506	2019	07/06/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2506&ANO=2019&SER=A	CENSIPAM	Designar os servidores a seguir para a função de Gestor Financeiro do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam/MD.
4.487	2019	08/11/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4487&ANO=2019&SER=A	CENSIPAM	Criar norma para disciplinar o desenvolvimento de novos sistemas e criação ou manutenção de bancos de dados.
4.682	2019	25/11/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=4682&ANO=2019&SER=A	CENSIPAM	Constituir a Comissão Especial de Licitação - CEL, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, com a incumbência de conduzir os procedimentos relativos à licitação, na modalidade Tomada de Preços, visando à contratação da implantação da infraestrutura lógica para o Sítio de Instalação da Antena do Projeto Amazônia-SAR, no CIF/6º GMF/EB, em Formosa/GO.
543	2020	05/02/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=543&ANO=2020&SER=A	CENSIPAM	Fica subdelegada competência ao Secretário de Orçamento e Organização Institucional, ao Secretário de Produtos de Defesa, ao Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, ao Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, ao Comandante Logístico do Hospital das Forças Armadas e ao Diretor do Programa Calha Norte para, no âmbito de sua atuação, autorizar a concessão de diárias e passagens aos militares, aos servidores, aos empregados públicos e aos colaboradores eventuais, em âmbito nacional.
1.020	2020	06/03/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1020&ANO=2020&SER=A	CENSIPAM	Designação de substituto eventual do Coordenador-Geral de Inteligência, deste Centro Gestor, nos impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo.
473	2020	29/01/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=473&ANO=2020&SER=A	CENSIPAM	Designar os servidores a seguir para realizarem o acompanhamento e a fiscalização do seguinte instrumento.
494	2020	31/01/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=494&ANO=2020&SER=A	CENSIPAM	Delegar à servidora EDILEUZA DE MELO NOGUEIRA, matrícula SIAPE 1.036.020, CPF nº ***.389.502-**, a representação institucional do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), para elaborar, emitir e aprovar os documentos a seguir, relativos às Condições de Liberações dos Recursos constantes na Cláusula IV, do Contrato de Colaboração Financeira não Reembolsável nº 15.2.0335.1, celebrado com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).
1.038	2020	09/03/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1038&ANO=2020&SER=A	CENSIPAM	Designa servidores para substituir o Secretário-Geral do Ministério da Defesa nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo.
1.402	2020	01/04/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1402&ANO=2020&SER=A	CENSIPAM	Designar os militares a seguir para desempenharem a função de Supervisor de Segurança Orgânica no âmbito do Centro de Coordenação-Geral (CCG) e dos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho.
1.907	2020	18/05/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1907&ANO=2020&SER=A	CENSIPAM	Ficam designados para exercer as atribuições de ordenador de despesas.



INSTRUÇÃO NORMATIVA					
SECRETARIA DE CONTROLE NTERNO					
INSTRUÇÃO NORMATIVA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGAO	EMENTA
1	2020	28/01/2020	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2020&SER=D Revoga a Portaria nº 3.292, de 06.12.2012. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3292&ANO=2012&SER=A	CISSET	Aprova o Regimento Interno da Comissão de Controle Interno do Ministério da Defesa.

PORTARIA					
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO					
PORTARIA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGAO	EMENTA
1.134	2005	29/09/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1134&ANO=2005&SER=A	CISSET	Fixa as metas da Secretaria de Controle Interno - CISSET/MD, para o período de outubro de 2005 a março de 2006.
1.136	2005	03/10/2005	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1136&ANO=2005&SER=A	CISSET	Divulga os resultados alcançados pelas Gerências de Auditoria, de Orientação e Avaliação e de Acompanhamento Financeiro e Orçamentário da Secretaria de Controle Interno - CISSET/MD

ORIENTAÇÃO NORMATIVA					
CONSULTORIA JURÍDICA					
ORIENTAÇÃO NORMATIVA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGAO	EMENTA
2	2014	17/04/2014	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2&ANO=2014&SER=C	CONJUR	Atribui à Coordenação-Geral de Direito Administrativo e Militar da Consultoria Jurídica junto ao MD o serviço de acompanhamento jurídico em apoio às operações militares decorrentes do emprego temporário das Forças Armadas em ações de GLO destinadas à preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio.
	2015	23/03/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2015&SER=B 1	CONJUR	Redistribui competência relacionada à análise, prévia e conclusiva, de consultas jurídicas referentes a pessoal civil do MD, CENSIPAM e HFA.
1	2017	28/03/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2017&SER=B	CONJUR	Delega competências ao Consultor Jurídico Substituto e aos Coordenadores-Gerais da Consultoria Jurídica junto ao MD e dá outras providências.

PORTARIA					
CONSULTORIA JURÍDICA					
PORTARIA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGAO	EMENTA
904	2003	22/09/2003	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=904&ANO=2003&SER=A	CONJUR	Constitui Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar as condições previstas nos instrumentos de convênio firmado entre a Empresa Brasileira INFRAERO, o DAC e o DECEA.

PORTARIA NORMATIVA					
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE					
PORTARIA NORMATIVA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGÃO	EMENTA
606	2007	24/04/2007	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=606&ANO=2007&SER=A - Alterada pela PN nº 1.709, de 16.11.2010. https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1709&ANO=2010&SER=A (revogada)	DPCN	Dispões sobre os procedimentos relativos à celebração de convênios no âmbito do Programa Calha Norte.
3.425	2013	16/12/2013	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=3425&ANO=2013&SER=A	DPCN	Dispõe sobre ações, a cargo do Diretor do Departamento do Programa Calha Norte, relativas a planejamento, execução e coordenação das atividades relacionadas com a execução orçamentária e financeira do Programa Calha Norte.
44	2017	01/11/2017	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=44&ANO=2017&SER=A	DPCN	Dispõe sobre o parcelamento de débitos oriundos de recursos repassados por meio de transferências voluntárias no âmbito do Ministério da Defesa e dá outras providências.
115	2019	26/12/2019	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=115&ANO=2019&SER=A	DPCN	Dispõe sobre o Programa Calha Norte, o Departamento do Programa Calha Norte e suas ações.

INSTRUÇÃO NORMATIVA					
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE					
INSTRUÇÃO NORMATIVA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGAO	EMENTA
1	2011	30/05/2011	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1&ANO=2011&SER=B	DPCN	Fica autorizado o desbloqueio dos empenhos emitidos à contados orçamentos dos exercícios findos em 2007 e 2008

PORTARIA					
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE					
PORTARIA	ANO	DATA DO ATO	LINK DE ACESSO	ÓRGAO	EMENTA
60	2012	06/01/2012	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=60&ANO=2012&SER=A	DPCN	Delega competências aos agentes públicos relacionados para exercerem as atribuições de Ordenador de Despesas, Gestor Financeiro e Responsável pela Conformidade de Registros de Gestão, titulares e substitutos eventuais, no que se refere aos atos e fatos da gestão orçamentária e financeira dos recursos alocados na Unidade Gestora (UG): 110594 - Coordenação-Geral do Programa Calha Norte
1.803	2015	19/08/2015	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=1803&ANO=2015&SER=A	DPCN	Delega competência ao Diretor do Departamento do Programa Calha Norte para apreciar, decidir e autorizar parcelamento de débitos oriundos de convênios do Programa Calha Norte.

563	2016	03/06/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=563&ANO=2016&SER=A	DPCN	Autoriza, no âmbito do Programa Calha Norte, a locação de veículo destinado ao transporte de pessoal do Departamento do Programa Calha Norte em visita de inspeção a Municípios do Estado do Acre.
2.344	2016	16/11/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2344&ANO=2016&SER=A	DPCN	Delega competência ao Diretor do Departamento do Programa Calha Norte para assinar termos de compromisso de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, destinados à Ação 1211
2.798	2018	26/07/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2798&ANO=2018&SER=A	DPCN	Delegar competência às autoridades a seguir mencionadas, vedada a subdelegação, para a prática de atos no âmbito do Programa Calha Norte.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 784, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

Publica listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no âmbito do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Publicar a listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes, identificados na etapa triagem, em consonância com o art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

ANEXO

Área: Secretaria de Alfabetização - Sealf

- Portaria nº 1.1460, de 15 de agosto de 2019 - institui a Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências;

- Portaria nº 1.1461, de 15 de agosto de 2019 - nomeia os pesquisadores para compor o painel de especialistas da Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe).

Área: Assessoria de Comunicação Social - Ascom

- Portaria nº 1.321, de 7 de dezembro de 2018 - delega competências à Assessoria de Comunicação Social - ACS, assim como suas Gerências, Coordenações e Núcleos.

Área: Corregedoria

- Portaria nº 788, de 23 de agosto de 2013, publicada no DOU de 26/08/2013 (nº 164, Seção 1, pág. 12), a qual fixa competência para julgamento de processos administrativos disciplinares no âmbito do Ministério da Educação e estabelece o regimento interno do antigo Núcleo de Assuntos Disciplinares. Considerando a publicação do Decreto nº. 10.195/2019, que trouxe inovações quanto à competência e quanto à estrutura da Corregedoria, será apresentada minuta de nova Portaria, através do processo de nº. 23123.003250/2019-29 até o dia 30.01.2020;

- Portaria nº. 451 de 9 de abril de 2010, que subdelega competência aos Reitores das Universidades e Institutos Federais e aos Diretores do CEFET/RJ e CEFET/MG para julgar processos administrativos disciplinares e aplicar penalidades superiores à suspensão de 30 dias.

Área: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO

- Portaria SPO/MEC nº 6, de 9 de dezembro de 2019, que trata da Subação Orçamentária e do Plano Interno;

- Portaria nº 2.413, de 22 de dezembro de 2017, que trata da emissão de Certificado de Disponibilidade Orçamentária dos Orçamentos alocados diretamente no Ministério da Educação;

- Portaria nº 1.672 de 20 de setembro de 2019, que estabelece critérios e procedimentos para a formalização de descentralização de créditos; orçamentários efetuados para execução das políticas públicas no âmbito do Ministério da Educação;

- Manual de Ações Judiciais, 2018 - Instrui as unidades orçamentárias quanto ao processo de cumprimento das ações judiciais com impacto sobre a folha de pagamento;

- Manual para estimativas de Receitas Próprias, 2018 - Instrui as unidades orçamentárias quanto aos processos de estimativa e reestimativa de arrecadação das fontes próprias.

Área: Secretaria de Educação Básica - SEB

- Resolução CNE/CEB nº 5 de 17 de dezembro de 2009 - estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

- Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de maio de 2013 (Proinfância) - estabelece critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros a municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil.

- Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013 (Brasil Carinhoso) - estabelece critérios e procedimentos sobre o apoio financeiro da União aos municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil.

- Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016 - institui o Programa Novo Mais Educação, com o objetivo geral de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar.

- Resoluções CD/FNDE nº 17, de 22 de dezembro de 2017 - destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, a fim de contribuir para que estas realizem atividades complementares de acompanhamento pedagógico, em conformidade com o Programa Novo Mais Educação.

- Resoluções CD/FNDE nº 17, de 20 de agosto de 2018 - prorroga o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução CD/FNDE nº 17, de 22 de dezembro de 2017, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que dispõe sobre o Programa Novo Mais Educação.

- Resoluções CD/FNDE nº 22, de 21 de novembro de 2018 - altera a Resolução CD/FNDE nº 17, de 22 de dezembro de 2017, do Conselho Deliberativo - CD do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

- Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018 - institui o Programa Mais Alfabetização, que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental.

- Resoluções CD/FNDE nº 7, de 22 de março de 2018 - autoriza a destinação de recursos financeiros para cobertura de despesas de custeio, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às unidades escolares públicas municipais, estaduais e distritais que possuam estudantes matriculados no 1º ano ou no 2º ano do ensino fundamental regular, por intermédio de suas Unidades Executoras Próprias - UEx, a fim de garantir apoio adicional ao processo de alfabetização, no que se refere à leitura, escrita e matemática, no âmbito do Programa Mais Alfabetização.

- Portaria nº 611, de 27 de junho de 2018 - institui a ação de apoio à formação de gestores do Programa Mais Alfabetização e dispõe sobre o pagamento de bolsas para coordenadores estaduais e sobre as funções e responsabilidades dos bolsistas.

- Resolução CD/FNDE nº 16/2018, de 30 de julho de 2018 - estabelece as orientações e diretrizes para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa pelo MEC e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE aos coordenadores estaduais do Programa Mais Alfabetização.

- Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018 - atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

- Portaria nº 1.432, de 28 de novembro de 2018 - estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio.

- Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018 - institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação.

- Portaria nº 1.023, de 04 de outubro de 2018 - estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para a realização de avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) e seleção de novas unidades escolares para o Programa.

- Portaria nº 1.024, de 04 de outubro de 2018 - define as diretrizes do apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola às unidades escolares pertencentes às Secretarias participantes do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, instituído pela Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, e às unidades escolares participantes da avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, instituída pela Portaria nº 1.023, de 4 de outubro de 2018.

- Resolução FNDE/CD nº 21, de 14 de novembro de 2018 - destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola, a escolas públicas estaduais e distritais, a fim de apoiar a implementação do Novo Ensino Médio e a realização da avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

- Portaria nº 2.116, de 06 de dezembro de 2019 - estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI).

- Portaria nº 46, de 20 de novembro de 2018 - estabelece a contratação e o pagamento de consultores individuais com recursos do acordo de empréstimo.

- Resolução nº 24, de 07 de dezembro de 2018 - estabelece os procedimentos de pagamento dos consultores individuais.

- Portaria nº 30, de 30 de outubro de 2019 - cria a estrutura da Unidade de Gestão de Projetos no âmbito do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e do Acordo de Empréstimo nº 8.812-BR e nº 8.813-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

- Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - aprova a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

- Portaria MEC nº 1.570, de 20 de dezembro de 2017 - homologa a BNCC para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

- Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018 - aprova a BNCC para o Ensino Médio.

- Portaria nº 1.348, de 14 de dezembro de 2018 - homologa a BNCC para o Ensino Médio.

- Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018 - estabelece o Programa de Apoio à Implementação BNCC (ProBNCC).

- Portaria nº 268, de 22 de março de 2018 - estabelece o Comitê Nacional de Implementação da BNCC.

- Resolução CD/FNDE nº 10, de 14 de maio de 2018 - estabelece os procedimentos para pagamento das bolsas do ProBNCC.

- Resolução CD/FNDE nº 14, de 27 de junho de 2018 - atualiza a Resolução nº 10/2018 sobre o pagamento das bolsas do ProBNCC.

- Portaria nº 756, de 03 de abril de 2019 - atualiza a Portaria nº 331/2018 sobre o ProBNCC.

- Portaria nº 757, de 03 de abril de 2019 - atualiza a Portaria nº 268/2018 sobre o Comitê Nacional de implementação da BNCC.

- Portaria nº 1371, de 16 de julho de 2019 - atualiza a Portaria nº 331/2018 sobre o ProBNCC.

- Resolução CD/FNDE nº 7, de 11 de dezembro de 2019 - atualiza a Resolução nº 10/2018 sobre o pagamento das bolsas do ProBNCC.

- Resolução FNDE/MEC nº 11/2017 - estabelece critérios e normas para os entes federados que dispõem de saldo na conta específica do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano e desejam participar de edição especial do Programa para entrada de estudantes em 2017.

- Resolução FNDE/MEC nº 13/2017 - estabelece critérios e normas para os entes federados que dispõem de saldo na conta específica do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo e desejam participar de edição especial do Programa para entrada de estudantes em 2017.

- Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012 - estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

- Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 04/2010 - estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

- Parecer CNE/CP nº 08/2012 - estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

- Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 07/2010 (art. 16 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos).

- Parecer CNE/CEB nº 03/2018 e Resolução CNE/CEB nº 03/2018 (art. 27 - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio).

- Resolução FNDE/CD nº 18 de 03 de setembro de 2014 - PDDE Escolas Sustentáveis.

- Resolução CNRH nº 98/2009 - Educação Ambiental na gestão de recursos hídricos.

- Resolução CONAMA nº 422/2010 - estabelece diretrizes para campanhas, ações e projetos de educação ambiental.

- Portaria Interministerial nº 390, de 18 de novembro de 2015 - Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Carta da Terra.

- Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010 (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos).

- Portaria Interministerial nº 1.010 de 2006 entre o Ministério da Saúde e Ministério da Educação.

- Portaria Conjunta do Ministério da Fazenda e da Educação, nº 413, de 31/12/2002 - estabelece Diretrizes para Educação Fiscal.

- Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012 - estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.



- Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004 - estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

- Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000 - estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

- Resolução CNE/CEB nº 1 de 05 de julho de 2000 - estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

- Parecer CNE/CEB nº 36, de 7 de dezembro de 2004 - reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

- Parecer CNE/CEB nº 23, de 8 de outubro de 2008 e Parecer CNE/CEB nº 6, de 7 de abril de 2010 - dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

- Parecer CNE/CEB nº 4, de 9 de março de 2010 - dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

- Resolução nº 02, de 19 de maio de 2010 - dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

- Resolução CNE/CEB nº3, de 15 de Junho de 2010 - estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA (idade mínima e certificação nos exames de EJA e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância).

- Parecer CNE/CP nº 15, de 15 de dezembro de 2017 - Base Nacional Comum Curricular.

- Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 - Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais.

- Portaria nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012 - Define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, na forma do art. 2º, inciso I, da Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012.

- Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013 - Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais, forma, condições e critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino médio público, nas redes estaduais e distrital de educação.

- Resolução FNDE/CD nº 51, de 11 de dezembro de 2013 - Estabelece critérios e normas para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa aos profissionais participantes da formação continuada no âmbito do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.

- Portaria nº 1.094, de 30 de setembro de 2016 - Altera dispositivos da Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012, que institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e define suas diretrizes gerais; da Portaria MEC nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012, que define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e da Portaria MEC nº 90, de 6 de fevereiro de 2013, que define o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

- Portaria nº 826, de 7 de julho de 2017 - Dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação - PNME.

- Portaria nº 851, de 13 de julho de 2017 - Define o valor das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores da pré-escola, alfabetizadores e do ensino fundamental, no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC e do Programa Novo Mais Educação - PNME.

- Portaria nº 2.167, de 19 de dezembro de 2019 - Homologa o Parecer CNE/CP nº 22/2019, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 7 de novembro de 2019, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC - Formação.

- Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC - Formação).

- Portaria nº 3.272, de 6 de novembro de 2003 - Institui o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - PRÓ-CONSELHO.

- RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 46, de 24 de setembro de 2012 - Estabelece orientações e diretrizes para a transferência de recursos financeiros às Instituições Públicas de Ensino Superior, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - PRÓ-CONSELHO.

- Portaria nº 2.896, de 16 de setembro de 2004 - Institui o Programa Nacional de de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

- Resolução CD/FNDE nº 45, de 24 de setembro de 2012 - Estabelece orientações, diretrizes e critérios para a implantação e execução da formação continuada no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, bem como orientações e diretrizes quanto à assistência financeira destinada às Instituições Federais de Ensino Superior para a oferta de cursos de formação de técnicos das Secretarias de Educação e de conselheiros escolares.

- Resolução CD/FNDE nº 55, de 27 de dezembro de 2012 - Estabelece orientações, diretrizes e define critérios e procedimentos para a concessão e pagamento de bolsas aos integrantes da rede de tutoria dos cursos de formação continuada de conselheiros escolares e conselheiros municipais de educação, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - PRÓ-CONSELHO.

- Portaria nº 2, de 17 de maio de 2006 - Institui o Prêmio Inovação em Gestão Educacional.

- Portaria nº 145, de 11 de fevereiro de 2009 - Institui o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública.

- RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 16, de 15 de junho de 2012 - Estabelece orientações e diretrizes para a transferência de recursos financeiros às Instituições Federais de Ensino Superior no âmbito do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação - Pradime.

- RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 16, de 20 de agosto de 2014 - Altera os arts. 3º a 12 da Resolução CD/FNDE nº 55, de 27 de dezembro de 2012, que estabelece orientações, diretrizes e define critérios e procedimentos para a concessão e pagamento de bolsas aos integrantes da rede de tutoria dos cursos de formação continuada de conselheiros escolares e conselheiros municipais de educação, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - PRÓ-CONSELHO.

- Resolução nº 53, de 11 de dezembro de 2013 - Estabelece diretrizes e procedimentos para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa aos coordenadores gerais dos Comitês Gestores Institucionais de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica nas Instituições de Educação Superior e nas Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

- Resolução nº 23, de 24 de outubro de 2014 - Estabelece novos procedimentos para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa aos profissionais da educação participantes de cursos e programas ofertados pela Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.

- Portaria nº 1.118, de 3 de dezembro de 2015 - Institui o Programa Nacional de Formação e Certificação de Diretores Escolares e cria o Comitê Gestor do Programa - PNFC.

- Portaria nº 826, de 15 de abril de 2019 - Institui a 12ª Edição do Prêmio Professores do Brasil.

- Portaria nº 1.474, de 26 de agosto de 2019 - Revoga a Portaria MEC nº 826, de 15 de abril de 2019, que instituiu a 12ª Edição do Prêmio Professores do Brasil.

- Portaria nº 1.938, de 06 de novembro de 2019 - Institui o Programa Educação em Prática.

- Portaria nº 1.716, de 3 outubro de 2019 - Dispõe sobre a instituição, a organização e o funcionamento da Instância Permanente de Negociação e Cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de que trata o art. 7º, § 5º, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

- Portaria nº 1.462, de 19 de agosto de 2019 - Institui o Comitê Estratégico do Plano de Ações Articuladas - PAR, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, e revoga a Portaria MEC nº 29, de 12 de janeiro de 2017.

- Portaria nº 12, de 23 de abril de 2019: Divulga as tecnologias educacionais com inscrição validada - Edital 25, de 02 de abril de 2018 - 2º ciclo.

- Portaria nº 851, de 22 de abril de 2019: Altera a Portaria nº 1.602, de 28 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a implementação, junto às redes de educação básica municipais, estaduais e do Distrito Federal, das ações do Programa de Inovação Educação Conectada.

- Portaria nº 29, de 25 de outubro de 2019: Define critérios da fase de expansão do Programa de Inovação Educação Conectada, para repasse de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica em 2019.

- Portaria nº 34, de 17 de dezembro de 2019: Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro, em caráter suplementar e voluntário, às redes públicas de educação básica dos estados, Distrito Federal e municípios, via Plano de Ações Articuladas (PAR), para atendimento da iniciativa de aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos, no âmbito do Programa Inovação Educação Conectada.

- Portaria nº 35, de 17 de dezembro de 2019: Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro, em caráter suplementar e voluntário, às redes públicas de educação básica dos estados, Distrito Federal e municípios, via Plano de Ações Articuladas (PAR), para o atendimento de iniciativas de aquisição de conjuntos de robótica educacional, no âmbito do Programa Inovação Educação Conectada.

- Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 - institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares;

- Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019 - Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - PECIM em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - ECIM nos estados, nos municípios e no Distrito federal.

Área: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec

- Portaria MP nº 79, de 28 de fevereiro de 2002 "Disciplinar os procedimentos relativos à redistribuição de cargos efetivos ocupados ou vagos do Ministério da Educação e das instituições federais de ensino a esse vinculadas, no interesse da Administração."

- Portaria MEC nº 451, de 9 de abril de 2010 - Subdelega competência aos Reitores das Universidades Federais, aos Reitores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ao Reitor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e aos Diretores Gerais dos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca -CEFET-RJ e de Minas Gerais -CEFET-MG para praticar para julgar processos administrativos disciplinares e aplicar penalidades a servidores pertencente a seu quadro de pessoal.

- Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012 - Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

- Portaria MEC nº 907, de 20 de setembro de 2013 - Estabelece as diretrizes e normas gerais para o funcionamento das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

- Portaria MEC nº 1.094, de 07 de novembro de 2013 - Aprova o Regulamento do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências-CPRSC da carreira do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico - EBTT.

- Portaria MEC nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013 - Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão.

- Portaria MEC nº 197, de 07 de março de 2014 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições de Educação Básica, de Educação Superior e de Educação Profissional e Tecnológica ofertantes de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional articulados à educação básica responderem anualmente o Censo Escolar da Educação Básica.

- Portaria nº 58, de 21 de novembro de 2014 - Regulamenta a concessão de bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

- Portaria MEC nº 31, de 15 de setembro de 2015 - Dispõe sobre a atualização da Marca IF dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

- Portaria SETEC nº 37, de 29 de outubro de 2015 - Dispõe sobre o funcionamento dos Polos de Inovação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

- Portaria MEC nº 92, de 16 de fevereiro de 2016 - Estabelece a forma de divulgação do cronograma para realização dos processos de consulta à comunidade escolar para os cargos de Reitor e Diretor-Geral de Campus no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

- Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016 - Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação.

- Portaria MEC nº 393, de 10 de maio de 2016 - Altera Portaria MEC no 1.291, de 30 de dezembro de 2013, que estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão.

- Portaria MEC nº 400, de 10 de maio de 2016 - Dispõe sobre as normas para funcionamento do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC.

- Portaria nº 15, de 11 de maio de 2016 - Institui o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - PLAFOR, e outras providências.

- Portaria nº 17, de 11 de maio de 2016 - Estabelece diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

- Portaria Interministerial MEC-MPDG nº 109, de 27 de abril de 2017 - Estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Instituições Federais de Ensino e pelo MEC para o encaminhamento das estimativas de acréscimo ao orçamento de pessoal, relativas ao exercício subsequente, visando sua inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), no que concerne a: i) bancos de professor-equivalente (BPEq); ii) quadros de referência de servidores técnico-administrativos em educação (QRTAE); e iii) quadro de pessoal de instituições de ensino subordinadas diretamente ao MEC.

- Portaria SETEC nº 01, de 03 de janeiro de 2018 - Institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - REVALIDE.

- Portaria SETEC 1.162, de 09 de novembro de 2018 - Regulamenta o conceito de Aluno-Equivalente e de Relação Aluno por Professor, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

- Portaria MEC nº 51, de 21 de novembro de 2018 - Define conceitos e estabelece fatores para uso na Plataforma Nilo Peçanha - PNP e para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

- Portaria MEC nº 1.392, de 20 de dezembro de 2018 - Altera a Portaria nº 491, de 10 de junho de 2013, que cria o Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

- Portaria SETEC nº 08, de 28 de maio de 2019 - Institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes de Rede Federal (CPPE) e dá outras providências.



- Portaria nº 2.123, de 10 de dezembro de 2019. - Altera a Portaria nº 451, de 09 de abril de 2010.

- Portaria nº 207, de 6 de fevereiro 2020 - Institui o Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências - CPRSC da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

- Portaria nº 204, de 6 de fevereiro 2020 - Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do País e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, no interesse da Administração, e delega competência a dirigentes do Ministério da Educação - MEC e das entidades vinculadas para a prática dos atos que menciona.

- Parecer CNE/CEB nº 5/2009, aprovado em 10 de março de 2009 - Credenciamento de instituições educacionais pertencentes à rede federal de ensino para a oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial na modalidade de Educação a Distância.

- Parecer CNE/CES nº 218/2010, aprovado em 10 de novembro de 2010 - Credenciamento do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 215/2013, aprovado em 5 de setembro de 2013 - Convalidação de estudos realizados em curso superior de tecnologia em Informática com habilitação em Sistemas de Informação, concluído no Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO).

- Parecer CNE/CES nº 354/2015, aprovado em 2 de setembro de 2015 - Credenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, com sede no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 489/2015, aprovado em 12 de novembro de 2015 - Credenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 167/2016, aprovado em 10 de março de 2016 - Credenciamento do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, com sede no município de Pouso Alegre, no estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 336/2016, aprovado em 8 de junho de 2016 - Credenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, com sede no município de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, para oferta de programas de pós-graduação lato sensu, na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 701 /2016, aprovado em 9 de novembro de 2016 - Credenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), com sede no município de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul, para a oferta de programas de pós-graduação lato sensu, na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 720 /2016, aprovado em 9 de novembro de 2016 - Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho SERES nº 282 de 18 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 19 de dezembro de 2014, aplicou medida cautelar de suspensão de ingressos de novos alunos no curso de Farmácia, bacharelado, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, com sede no município de Curitiba, estado do Paraná.

- Parecer CNE/CES nº 33/2017, aprovado em 25 de janeiro de 2017 - Recurso contra decisão do Instituto Federal de Santa Catarina, que indeferiu o pedido de revalidação do diploma do curso superior de graduação como "Constructor Civil", obtido na Universidade de Santiago do Chile.

- Parecer CNE/CES nº 83 /2017, aprovado em 15 de fevereiro de 2017 - Recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede no município de Fortaleza, estado do Ceará.

- Parecer CNE/CES nº 193/2017, aprovado em 5 de Abril de 2017 - Recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), com sede no município de Recife, estado de Pernambuco, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 196 /2017, aprovado em 10 de maio de 2017 - Credenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), com sede no município de Macapá, no estado do Amapá, para a oferta de programas de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 259 /2017, aprovado em 7 de junho de 2017 - Credenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), com sede no município de Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 577/2017, aprovado em 8 de novembro de 2017 - Recredenciamento Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca RJ (CEFET/RJ), com sede no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 254/2018, aprovado em 8 de maio de 2018 - Recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina.

- Parecer CNE/CES nº 266/2018, aprovado em 10 de maio de 2018 - Convalidação de estudos e a permissão para emitir os certificados de conclusão do curso de pós-graduação em Educação de Jovens na Diversidade e Inclusão Social, na modalidade EaD, ministrado pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amapá.

Área: Assessoria Especial de Controle Interno - Aeci

- Portaria MEC nº 1.306, de 06 de dezembro de 2018 - DOU de 16/3/2018, seção 1 - Aprova o Regimento Interno da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Educação;

- Portaria MEC nº 234, de 15 de março de 2018, DOU de 16/3/2018, seção 1 - Institui a Política de Gestão de Riscos e Controles do MEC - PGRI/MEC;

- Portaria MEC nº 313, de 07 de fevereiro de 2019, DOU de 8/2/2019, seção 1 - Institui o Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles do MEC - CGIRC/MEC;

- Portaria MEC nº 314, de 07 de fevereiro de 2019, DOU de 8/2/2019, seção 1 - Institui o Subcomitê Assessor ao CGIRC/MEC;

- Portaria MEC nº 315, de 07 de fevereiro de 2019, DOU de 8/2/2019, seção 1 - Designa a AECI como Unidade de Gestão de Integridade;

- Portaria MEC nº 503, de 28/05/2020 (DOU 29/05/2020, Seção 1) - Institui a Política de Governança do Ministério da Educação - MEC e dá outras providências.

- Portaria MEC nº 563, de 30/06/2020 (DOU 01/07/2020 - Seção 1) - Aprova a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Integridade do Ministério da Educação - PGRI/MEC e dá outras providências;

- Portaria MEC nº 1.624, de 19 de setembro 2019, DOU 20/09/2019, seção 1 - Estabelece procedimentos para tratamento de demandas oriundas de órgãos de controle, órgãos de defesa do estado, órgãos de defesa do consumidor, órgãos do poder judiciário e órgãos essenciais à função jurisdicional do Estado no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria MEC nº 1.917, de 1º de novembro de 2019, BS de 4/11/2019 - Recompõe a Comissão de Ética Pública Setorial do MEC;

- Portaria MEC nº 2.141, de 12 de dezembro de 2019, DOU de 13/12/2019, seção 1 - Estabelece os procedimentos para recebimento e tratamento de manifestações de usuários de serviço público no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

- Portaria MEC nº 2.171, de 20 de dezembro de 2019, DOU de 23/12/2019, seção 1 - Institui Comitê Técnico das Auditorias Internas dos entes vinculados ao MEC;

- Portaria MEC nº 64, de 16 de janeiro de 2020, BS nº 2 de 17/1/2020, Suplemento A - Retifica Portaria nº 1917/2019.

Área: Assessoria Parlamentar - Aspar

- Portaria nº 1998, de 12 de novembro de 2019 - disciplina o processamento de temas legislativos e parlamentares de interesse do Ministério da Educação - MEC.

Área: Secretaria de Mobilidades Especializadas de Educação - Semesp

- Portaria Nº 10, de 19 de março de 2018, com o objetivo de divulgar o Documento Orientador para Contratação de Consultorias no Âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica Internacional.

- PORTARIA NORMATIVA MEC 20/2010 - DOU: 08.10.2010 que dispõe sobre o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa - Prolibras.

- Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;

- Portaria MEC nº 976, de 05/05/2006 - Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme decreto 5296 de 2004;

- Portaria Normativa nº 13, de 24/04/2007 - Dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais";

- Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24/04/2007 - Instituiu o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - Programa BPC na Escola;

- Portaria nº 1.246, de 15/09/2011 - Altera a Portaria 1.061 de 10 de novembro de 2009, que dispõe sobre a instituição do Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas - a escola aprendendo com as diferenças, e dá outras providências;

- Portaria nº 243, de 15/04/2016 - Estabelece os critérios para o funcionamento, a avaliação e a supervisão de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

- Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/09/2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;

- RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 45 DE 29 DE AGOSTO DE 2011 - Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa concedidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC) e pagas pelo FNDE/MEC a profissionais que atuam em cursos nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos; educação do campo; educação escolar indígena; educação em áreas remanescentes de quilombos; educação em direitos humanos; educação ambiental e educação especial, ofertados pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Renafor).

- Resolução CNE/CEB nº 4, de 02/10/2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial; e a

- Resolução CNE/CEB nº 1, de 21/01/2004 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

- Portaria nº 1.129, de 17/11/2013: cria o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento;

- Portaria Normativa nº 21, de 28/08/2013: dispõe sobre a inclusão da Educação para as Relações Étnico-Raciais, do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo nos programas e ações do Ministério da Educação;

- Portaria do MEC nº 18, de 11/10/2012: dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29/08/2012, e o Decreto no 7.824, de 11/10/2012;

- Resolução CD/FNDE nº 10, de 02/04/2009: estabelece orientações e diretrizes para a operacionalização da assistência381 financeira suplementar a projetos educacionais de formação inicial e continuada de professores e elaboração de material didático específico para alunos e professores da educação básica no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra no Ensino Superior - UNIAFRO;

- Parecer CNE/CEB nº 2, de 31/01/2007: estabelece orientações quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

- Portaria nº 4.542, de 28/12/2005: institui a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros (CADARA);

- Resolução CNE/CP nº 01, de 17/06/2004: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de acordo com o Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004;

- Parecer CNE/CP nº 03, de 10/03/2004: trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

- Resolução CNE/CEB nº 08, de 20/11/2012: define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica;

- Parecer CNE/CEB nº 16, de 05/06/2012: trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola;

- Portaria MEC nº 10, de 28/02/2014: institui Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação da Resolução CNE/CEB nº 03/2012 que institui as Diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância, no que se refere às populações ciganas;

- Resolução CNE/CEB nº 03, de 16/05/2012: define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância;

- Parecer CNE/CEB nº 14, de 07/12/2011: trata das Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância;

- Portaria MEC nº 391, de 10/05/2016: estabelece orientações e diretrizes aos órgãos normativos dos sistemas de ensino para o processo de fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas;

- Portaria MEC nº 674, de 01/08/2013: institui a Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC), órgão colegiado de caráter consultivo, com a atribuição de assessorar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a Educação do Campo, altera sua composição;

- Resolução FNDE nº 38, de 08/10/2013: estabelece orientações e procedimentos para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito da Escola da Terra;

- Resolução CD/FNDE nº 40, de 26/07/2011: dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo) para as escolas do campo;

- Resolução CNE/CEB nº 04, de 13/07/2010: define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e estabelece a Educação do Campo como modalidade de ensino da Educação Básica;

- Resolução CNE/CEB nº 02, de 28/04/2008: estabelece Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo;

- Portaria nº 1.258, de 19/12/2007: institui a Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC), órgão colegiado de caráter consultivo, com a atribuição de assessorar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a Educação do Campo e identifica os movimentos sociais representados;

- Resolução CNE/CEB nº 01, de 03/04/2002: institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, incluindo os deveres dos Poderes Públicos na oferta de Educação Básica às comunidades rurais;

- Parecer CNE/CEB nº 36, de 04/12/2001: trata das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;

- Portaria MEC, de 07.07.2016: retifica a Portaria de convocação da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena - II CONEEI, a ser realizada em novembro de 2017, em Brasília-DF;

- Parecer CNE/CEB nº 14, de 11/11/2015: trata das Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na educação básica em decorrência da Lei nº 11.645/2008;

- Parecer CNE/CEB nº 09, de 07/10/2015: estabelece orientações para a promoção do acesso de Povos Indígenas de recente contato a processos educacionais;



- Resolução CNE/CP nº 01, de 07/01/2015: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências, de acordo com Parecer CNE/CP nº 06/2014;

- Portaria MEC nº 410, de 09/05/2014: aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena - CNEEI e altera a Portaria MEC nº 734, de 7 de junho de 2010, que instituiu a CNEEI, órgão colegiado de caráter consultivo, com a atribuição de assessorar o MEC na formulação de políticas para a educação escolar indígena;

- Parecer CNE/CP nº 06, de 02/04/2014: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas;

- Portaria MEC nº 52, de 24/01/2014: institui o Grupo de Trabalho com a finalidade de realizar estudos sobre a criação de instituição de educação superior intercultural indígena (Universidade Intercultural indígena);

- Portaria MEC nº 389, de 09/05/2013: cria o Programa Bolsa Permanência que estabelece valores diferenciados para estudantes indígenas e quilombolas, reconhecendo suas vulnerabilidades socioeconômicas na permanência e êxito no percurso acadêmico;

- Portaria nº 1.061, 30/10/2013: institui a Ação Saberes Indígenas na Escola;

- Resolução CNE/CEB nº 5, de 22/06/2012: define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica;

- Parecer CNE/CEB nº 13, de 10/05/2012: trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica;

- Parecer CNE/CEB nº 10, de 05/10/2011: trata da oferta de língua estrangeira nas escolas indígenas de Ensino Médio;

- Parecer CNE/CEB nº 01, de 10/02/2011: responde a questionamento do Conselho de Educação Escolar Indígena do Amazonas a respeito da transformação deste colegiado em órgão normativo, tendo em vista as características e especificidades da Educação Escolar Indígena;

- Portaria MEC nº 734, de 07/06/2010: institui a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena - CNEEI, órgão colegiado de caráter consultivo, com a atribuição de assessorar o MEC na formulação de políticas para a educação escolar indígena.

- Resolução CNE/CEB nº 3, de 10/11/1999: fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas;

- Parecer CNE/CEB nº 14, de 14/09/1999: dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas;

- Portaria Interministerial (MJ e MEC) nº 559, de 16/04/1991: dispõe sobre a Educação Escolar para as Populações Indígenas;

- Portaria nº 86 de 01 de janeiro de 2013, que institui o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), e define suas diretrizes gerais;

- Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013, que institui a Escola da Terra;

- Portaria nº 1.344, de 20 de novembro de 2015, que regulamenta o cômputo das matrículas em instituições comunitárias que ofertam educação do campo e que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância e dá outras providências;

- Portaria nº 98, de 06/12/2013, que regulamenta a ação Saberes Indígenas na Escola e define suas diretrizes complementares;

- Portaria nº 1.062, de 30/10/2013: institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais - PNTEE; e a

- Portaria Interministerial MEC/MDS nº 3.789, de 17/11/2004, publicada no DOU nº 221, em 18/11/2004, e que estabelece atribuições e normas para o cumprimento da condicionalidade da frequência escolar no Programa Bolsa Família (PBF).

Área: Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - Stic

- Portaria MEC nº 2.260, de 28 de novembro de 2017 - DOU de 30/11/2017 - Aprova a Política Corporativa de Governança de TIC do MEC PCGTIC;

- PORTARIA MEC Nº 1.350, DE 20 DE JUNHO DE 2017 - DOU de 21/06/17 - Aprova o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC;

- PORTARIA Nº 04, DE 28 DE JUNHO DE 2017, Boletim de Serviço Nº 21 DE 02/06/2017 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Configuração e Ativo de Serviço nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA MEC Nº 1.959, DE 28 de dezembro de 2016, DOU de 30/12/2016 - Instituição do Comitê de Governança Digital (CGD-MEC) do tipo estratégico, de natureza consultiva, tendo como objetivo deliberar sobre os assuntos relativos a Governança Digital, além de promover o alinhamento da área de negócio com a área de Tecnologia da Informação;

- PORTARIA MEC Nº 06 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016, Boletim de Serviço (não identificado) normativo consta citado na pág. 62 do PETIC - Criação da Comissão técnica responsável por executar, gerenciar, acompanhar e elaborar o PDTIC - MEC referente ao triênio 2017-2020;

- Portaria MEC nº 2.334, de 2 de setembro de 2015, DOU de 04/09/2015 - Instituição do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI-MEC);

- Portaria MEC nº 01, de 18 de junho de 2015, Boletim de Serviço Nº23/2015 - Instituição do Comitê de Governança da Diretoria de Tecnologia da Informação (COMITÊ-DTI);

- PORTARIA Nº 12, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014, Boletim de Serviço Nº 51 DE 29/12/2014 SUPLEMENTO C - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Nível de Serviço dos serviços de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA Nº 11, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014, Boletim de Serviço Nº 51 DE 29/12/2014 SUPLEMENTO B - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Catálogo de Serviço, para os serviços de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA Nº 10, REVOGADA, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014, Boletim de Serviço Nº 51 DE 26/12/2014 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Configuração e Ativo de Serviço nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério da Educação.

- Portaria MEC nº 09 de 19 de dezembro de 2014, Boletim de Serviço Nº 50/2014 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Portfólio de Serviço, para os serviços de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA Nº 08, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014, Boletim de Serviço Nº 49 DE 18/12/2014 SUPLEMENTO B - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Problema nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA Nº 07, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014, Boletim de Serviço Nº 46 DE 25/11/2014 SUPLEMENTO A - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Eventos nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA Nº 06, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014, Boletim de Serviço Nº 44 DE 13/11/ 2014 SUPLEMENTO B - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Incidentes e Cumprimento de Requisição nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA MEC Nº 1.404, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014, DOU de 24/09/14 - Publica o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, da Diretoria de Tecnologia da Informação, da Secretaria Executiva do Ministério da Educação - MEC, para o período 2014-2016, devidamente aprovado pelo Comitê de Tecnologia da Informação em reunião ocorrida no dia 4 de setembro de 2014, para o período 2012-2013.

- PORTARIA Nº 05, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014, Boletim de Serviço Nº 36 DE 18/09/2013 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Mudanças nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA MEC Nº 2.092, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013, DOU de 31/12/13. Aprovar o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, da Diretoria de Tecnologia da Informação, da Secretaria Executiva, do Ministério da Educação, para o período 2014-2016.

- RESOLUÇÃO Nº 03, DE 27 DE AGOSTO DE 2013, Boletim de Serviço Nº 33 DE 27/08/2013 - Publica conjunto de 9 (nove) normas deliberadas pelo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério da Educação, instituído pela Portaria MEC nº 942, de 22 de junho de 2012.

- RESOLUÇÃO Nº 02, DE 03 DE JULHO DE 2013, Boletim de Serviço Nº25 DE 04/07/2013 - Dispõe sobre os procedimentos do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério da Educação, instituído pela Portaria MEC nº 942, de 22 de junho de 2012.

- PORTARIA MEC Nº 996 de 6 de agosto de 2012, Boletim de Serviço Nº30/2012 - Altera a Portaria MEC nº 1.054, de 2 de agosto de 2011, que aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério da Educação;

- Portaria MEC nº 942, de 22 de junho de 2012, DOU de 25/06/2012 - Instituição do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC-MEC);

- PORTARIA MEC Nº 869, DE 6 DE JUNHO DE 2012, DOU de 11/06/12 - Aprova o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI, para o período 2012-2013.

- Portaria MEC nº 1.054, de 2 de agosto de 2011, Boletim de Serviço (não identificado) Aprovar a Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC do Ministério da Educação - MEC;

Área: Assessoria Internacional

- Portaria nº 403, de 24 de abril de 2009. Dispões sobre solicitação, autorização, concessão e prestação de contas de diárias, passagens e hospedagem no âmbito do Ministério da Educação, e da outras providências;

- Portaria 404, de 23 de abril de 2009:

- Art. 1º subdelega competência aos reitores de Universidades Federais, para autorizar o afastamento de seus servidores para o exterior;

- Art. 2º subdelega competência aos conselhos superiores das Universidades Federais, vedada nova subdelegação, para autorizar o afastamento do reitor para o exterior;

- Art. 4º subdelega competência aos Reitores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET e ao Reitor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, aos Diretores-Gerais dos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, para autorizar o afastamento do país de seus servidores para o exterior; e

- Art. 5º subdelega aos órgãos colegiados superiores dos IFET, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, dos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e CEFET-MG, vedada nova subdelegação para autorizar o afastamento do reitor para o exterior;

- Portaria nº 1.578, de 22 de dezembro de 2017. Subdelega a competência para autorizar afastamento do País no âmbito do Ministério da Educação e Suas entidades vinculadas e dá outras providências;

- Portaria nº 1.598, de 10 de setembro de 2019. Altera a Portaria nº 1.578, de 22 de dezembro de 2017, que dispõe sobre afastamentos do País no interesse do Ministério da Educação.

Área: Secretaria Executiva - SE

- PORTARIA Nº 1.391, DE 26 DE JULHO DE 2019 - Extinção do Comitê Gestor da Preparação e da Implementação de Projetos de Cooperação Técnica e Acordos de Empréstimos Internacionais do Ministério da Educação (CGCOP), publicada em 29/07/2019, seção 1, página 39 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.842, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019 - Designação de membro suplente, para na qualidade de representante do Ministério da Educação - MEC, integrar o Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, publicada em 29/10/2019, seção 2, página 24 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.843, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019 - Designação de membro suplente, para na qualidade de representante do Ministério da Educação - MEC, integrar o Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, publicada em 29/10/2019, seção 2, página 24 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 002, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 - Dispõe sobre a implementação do Projeto Sinais, no âmbito do Ministério da Cidadania e do Ministério da Educação, publicada em 19/12/2019, seção 1, página 109 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.855, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 - Designação de membros titular e suplente, para, na qualidade de representantes do Ministério da Educação, integrarem o Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Pelotas- UFPEL, publicada em 20/12/2019, seção 2, página 27 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.857, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 - Designação de membros titular e suplente, para, na qualidade de representantes do Ministério da Educação, integrarem o Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, publicada em 20/12/2019, seção 2, página 27 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.858, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 - Designação de membros titular e suplente, para, na qualidade de representantes do Ministério da Educação, integrarem o Conselho de Curadores da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, publicada em 20/12/2019, seção 2, página 27 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.713, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019 - Altera a Portaria 1.160, de 29 de dezembro de 2015, que estabelece regras, critérios e procedimentos para a progressão funcional e promoção aos integrantes da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais - ATPS, no âmbito do Ministério da Educação, publicada em 03/10/2019, seção 1, página 77 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.751, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019 - Reversão da aposentadoria concedida a DIANA CHIARA OLIVEIRA, em virtude do Laudo Médico Pericial apresentado, emitido por junta médica da Universidade Federal de Sergipe, que declarou insubsistentes os motivos que a levaram à aposentadoria por invalidez, publicada em 16/10/2019, seção 2, página 21 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.922, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019 - Destinação de vaga do cargo de Professor do Magistério Superior, para fins de reversão voluntária, publicada em 06/11/2019, seção 1, página 170 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 2.090, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019 - Divulga o resultado da Avaliação de Desempenho Institucional do Ministério da Educação no período de 12 de novembro de 2018 a 31 de outubro de 2019, publicada em 04/12/2019, seção 1, página 37 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 277, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020 - Designação de representantes para compor a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, publicada em 19/02/2020, seção 2, página 21 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 395, DE 4 DE MARÇO DE 2020 - Designação de representantes para compor o Conselho Curador da Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB, publicada em 05/03/2020, seção 2, página 21 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 410, DE 5 DE MARÇO DE 2020 - Designação de representantes para compor o Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), publicada em 09/03/2020, seção 2, página 20 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 32, DE 20 DE JANEIRO DE 2020 - Estabelece diretrizes e procedimentos para planejamento, organização, instrução das contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito do Ministério da Educação, publicada em 21/01/2020, seção 1, página 32 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 278, DE 30 DE JANEIRO DE 2020 - Manual de procedimentos para realização e fiscalização de eventos do Ministério da Educação, publicada no Boletim de Serviços nº 3/2020, Suplemento C;

- PORTARIA Nº 204, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 - Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do País e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, no interesse da Administração, e delega competência a dirigentes do Ministério da Educação - MEC e das entidades vinculadas para a prática dos atos que menciona, publicada em 07/02/2020, seção 1, página 29 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 205, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 - Delega competência a dirigentes do Ministério da Educação - MEC e das entidades vinculadas para a prática dos atos que menciona, publicada em 07/02/2020, seção 1, página 34 do Diário Oficial da União;



- PORTARIA Nº 242, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020 - Reversão de Aposentadoria por Invalidez do servidor Francisco de Paula Ramalho Junior, publicada em 13/02/2020, seção 2, página 23 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 243, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020 - Delega competência para autorizações de governança nas contratações de bens e serviços e para as locações de imóveis, no âmbito do Ministério da Educação e entidades vinculadas, publicada em 13/02/2020, seção 1, página 35 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 382, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020 - Subdelega competências às autoridades que mencionam para autorizarem a celebração de contratos administrativos, e suas prorrogações, para atividades de custeio com valores inferiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), publicada em 28/02/2020, seção 1, página 46 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 329, DE 11 DE MARÇO DE 2020 - Institui o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação - COE/MEC, no âmbito do Ministério da Educação, publicada em 12/03/2020, seção 1, página 165 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 331, DE 12 DE MARÇO DE 2020 - Designação de membros para compor o Comitê Operativo Emergencial do Ministério da Educação - COE/MEC, publicada em 13/03/2020, seção 2, página 26 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 491, DE 19 DE MARÇO DE 2020 - Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Ministério da Educação, publicada em 19/03/2020, seção 1- Extra, página 1 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 534, DE 23 DE MARÇO DE 2020 - Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) a serem adotadas no âmbito do Ministério da Educação, no que se refere aos prestadores de serviços terceirizados, publicada em 23/03/2020, seção 1 - Extra, página 1 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 375, DE 3 DE ABRIL DE 2020 - Altera dispositivos da Portaria nº 331, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre a designação dos membros para compor o Comitê Operativo Emergencial do Ministério da Educação - COE/MEC, publicada em 06/04/2020, seção 1, página 66 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 661, DE 09 DE ABRIL DE 2020 - Altera o art. 5º da Portaria nº 491, de 19 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus - Covid-19, no âmbito do Ministério da Educação;

- PORTARIA Nº 90, DE 20 DE JANEIRO DE 2020 - Revogação os atos de criação de colegiados extintos, publicada em 21/01/2020, seção 1, página 32 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 211, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020 - Recondução e designação, respectivamente, de membros titular e suplente, para representarem o Ministério da Educação junto ao Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC, no Estado do Amazonas, publicada em 07/02/2020, seção 2, página 22 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 213, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 - Recondução de membros titular e suplente, para representarem o Ministério da Educação junto ao Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC, no Estado do Ceará, publicada em 07/02/2020, seção 2, página 22 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 264, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - Designação de Representante para compor o CG-FIES e GT-CGFIES, publicada em 14/02/2020, seção 2, página 29 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 277, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020 - Designação de representantes para compor a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, publicada em 19/02/2020, seção 2, página 21 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 395, DE 4 DE MARÇO DE 2020 - Designação de representantes para compor o Conselho Curador da Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB, publicada em 05/03/2020, seção 2, página 21 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 410, DE 5 DE MARÇO DE 2020 - Designação de representantes para compor o Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), publicada em 09/03/2020, seção 2, página 20 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 470, DE 11 DE MAIO DE 2020 - Atualização de representante na composição do Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil - CG-FIES, publicada em 13/05/2020, seção 2, página 23 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 12, DE 03 DE JANEIRO DE 2020 - Reversão a aposentadoria concedida a DENESCLEIDE BARBOSA DOS SANTOS, em virtude do Laudo Médico Pericial apresentado, emitido por junta médica da Universidade Federal de Sergipe, que declarou insubsistentes os motivos que a levaram à aposentadoria por invalidez, publicada em 06/01/2020, seção 2, página 17 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 460, DE 06 DE MAIO DE 2020 - Altera dispositivo da Portaria nº 331, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre a designação dos membros para compor o Comitê Operativo Emergencial do Ministério da Educação - COE/MEC, publicada em 08/05/2020, seção 2, página 18;

- PORTARIA Nº 460, DE 06 DE MAIO DE 2020 - Altera dispositivo da Portaria nº 331, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre a designação dos membros para compor o Comitê Operativo Emergencial do Ministério da Educação - COE/MEC, publicada em 08/05/2020, seção 2, página 18; Portaria nº 1.478, de 27 de novembro de 2014, dispõe sobre os serviços contínuos;

- Portaria nº 120, de 9 de março de 2016, institui o rito do Processo de Apuração de Responsabilidade - PAAR;

- Portaria nº 118, de 10 de março de 2016, define parâmetros para a realização do acompanhamento e fiscalização de execução de contratos de terceirização no âmbito do Ministério da Educação, em Brasília - DF.

- Portaria nº 1.920, de 22 de setembro 2017 - Altera a composição da Comissão e das Subcomissões Permanentes de Avaliação de Documentos do Ministério da Educação e dá outras providências.

- Portaria nº 1.393, de 20 de dezembro de 2018 - Constitui a Subcomissão de Coordenação integrante do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, da Administração Pública federal, no Ministério da Educação, e revoga a Portaria MEC nº 1.005, de 8 de agosto de 2012.

- Portaria nº 863, de 15 de julho de 2008 - Institui o Comitê de Eventos do Ministério da Educação - MEC, objetivando assegurar a uniformidade, padronização de produtos e serviços, racionalidade burocrática e de procedimentos, qualidade e melhores custos na realização de eventos.

- Portaria nº 2.227, de 31 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do país e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, a serviço, no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria SAA nº 350, de 5/10/2017 - Subdelegar competência ao CGGA. I - aprovar planos de trabalho, projetos básicos e termos de referência, inclusive nos casos de inexigibilidade e dispensas de licitação; e II - celebrar contratos, convênios, termos de execução descentralizada, acordos, ajustes específicos e designar comissões inerentes às atividades de gestão administrativa da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, atendidas as disposições legais pertinentes;

- Norma Operacional nº 03, de 19 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre as normas e os procedimentos para estabelecer critérios de controle e administração de bens móveis, padronizando e atualizando procedimentos, de forma a contribuir para a correta aplicação da legislação vigente. (1641845)

- Norma Operacional nº 01/SE/MEC, de 21 de agosto de 2007 - Dispõe sobre o exercício e jornada de trabalho de servidores que exercem atividade de secretaria no âmbito dos órgãos da administração direta do Ministério da Educação - MEC;

- Portaria nº 263, de 25 de julho de 2019 - Institui a Comissão Especial de Classificação e Avaliação de Bens Permanentes no âmbito do Ministério da Educação. (1646880)

- Norma Operacional nº 1, de 12 de abril de 1999 - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, no âmbito da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação;

- Norma Operacional nº 1, de 21 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Serviço de Transporte oficial e terceirizado, no âmbito do Ministério da Educação.

- Portaria nº 1.042, de 4 de novembro de 2015 - Dispõe sobre a implantação e o funcionamento do processo eletrônico no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria nº 1.920, de 22 de setembro de 2017 - Altera a composição da Comissão e das Subcomissões Permanentes de Avaliação de Documentos do Ministério da Educação e dá outras providências;

- Portaria nº 1.393, de 20 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Arquivos - SIGA, da Administração Pública Federal;

- Portaria nº 1.624, de 19 de setembro de 2019 - Estabelece procedimentos para o tratamento de demandas oriundas de órgãos de controle, órgãos de defesa do Estado, órgãos de defesa do consumidor, órgãos do Poder Judiciário e órgãos essenciais à função jurisdicional do Estado no âmbito do Ministério da Educação;

- Orientação Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2020 - Dispõe sobre procedimentos de segurança para controle de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências do Ministério da Educação.

- Portaria nº 1.779, de 25 de outubro de 2018 - Institui o Programa de Saúde Bucal do Ministério da Educação;

- Portaria nº 396, de 8 de março de 2001 - Aprova o programa de Assistência Médica aos servidores do MEC;

- Portaria nº 1.006, de 8 de outubro de 2013 - Institui o Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho - Viver com Qualidade;

- Portaria nº 1.118, de 7 de junho de 2019 - Estabelece critérios e procedimentos da avaliação de desempenho individual e institucional da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGE, da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS, no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria nº 1.482, de 28 de agosto de 2019 - Altera Portaria nº 1.118, de 7 de junho de 2019, que estabelece critérios e procedimentos da avaliação de desempenho individual e institucional da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGE, da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS, no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria nº 1.160, de 29 de dezembro de 2015 - Estabelece regras, critérios e procedimentos para a progressão funcional e promoção aos integrantes da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais - ATPS, no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria nº 1.713, de 2 de outubro de 2019 - Altera a Portaria nº 1.160, de 29 de dezembro de 2015, que estabelece regras, critérios e procedimentos para a progressão funcional e promoção aos integrantes da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais - ATPS, no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria nº 1.714, de 2 de outubro de 2019 - Define as ações e metas do exercício de 2018/2019 relativas a programas, projetos e atividades prioritárias para a avaliação de desempenho institucional do Ministério da Educação;

- Portaria nº 35, de 21 de janeiro de 2020 - Constitui o Comitê de Acompanhamento da Avaliação Institucional da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGE, no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria nº 363, de 9 de outubro de 2018 - Constitui a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD;

- Portaria nº 1.507, de 28 de outubro de 2010 - Dispõe sobre o desenvolvimento de pessoas no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria nº 238, 23 de março de 2018 - Dispõe sobre a retribuição devida a servidor público federal pelo desempenho eventual de atividades de instrutoria no Ministério da Educação, por meio da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso;

- Portaria nº 1.670, de 6 de setembro de 2018 - Define critérios e procedimentos do Programa de Estágio Supervisionado no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria nº 128, de 25 de fevereiro de 2013 - Instituir o Programa Incentivo ao Estudo de Idioma Estrangeiro, sob forma de concessão de bolsas de estudo, para o custeio parcial de cursos de idiomas estrangeiros, aos servidores do Ministério da Educação;

- Portaria nº 129, de 25 de fevereiro de 2013 - Instituir o Programa Incentivo Educacional à Graduação e Pós-Graduação, sob forma de concessão de bolsas de estudo para o custeio parcial de cursos de graduação e pós-graduação, lato sensu e stricto sensu, aos servidores efetivos do Ministério da Educação;

- Memorando-Circular nº 6, de 25 de abril de 2016 - Orientações para uniformizar procedimentos decorrentes de nomeações/designações;

- Portaria nº 96, de 30 de abril de 2003 - Subdelegar competência ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto;

- Portaria nº 205, de 6 de fevereiro de 2010 - Delega competência a dirigentes do Ministério da Educação - MEC e das entidades vinculadas para a prática dos atos que menciona;

- OFÍCIO-CIRCULAR Nº 1/2020/ATOS/CAP/CGGP/SAA - MEC - Procedimentos para Posse e Exercício em Cargo ou Função Comissionada;

- NORMA INTERNA Nº 01 DE 22 DE ABRIL DE 2008 - Dispõe sobre as normas relativas à jornada de trabalho, registro, controle e apuração de frequência, funcionamento do ponto eletrônico e utilização do cartão de identidade funcional no âmbito do Ministério da Educação;

- ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2020 - Dispõe sobre procedimentos de segurança para controle de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências do Ministério da Educação;

- Portaria nº 1.128, de 15 de dezembro de 2015, do Ministério da Educação - Dispõe sobre a autorização de cessão de servidores do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

- Portaria nº 1.561, de 28 de agosto de 2019, da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação - Subdelega competência a dirigentes e autoridades do Ministério da Educação e entidades vinculadas para a prática dos atos que menciona;

- Memorando-Circular nº 3, de 9 de novembro de 2017, e nº 49, de 16 de novembro de 2017 - Orientações para instrução de processos de Auxílio Moradia;

- Memorando-Circular nº 2, de 7 de novembro de 2017, e nº 47, de 16 de novembro de 2017 - Orientações para instrução de processos de Ajuda de Custo;

- Memorando-Circular nº 1, de 2 de agosto de 2018 - Comunica a implantação, pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, do módulo "Moradia" no Sigepe, destinado à automação do processo de solicitação, concessão e gestão dos benefícios de ocupação de imóvel funcional e auxílio moradia;

- Memorando-Circular nº 3, de 14 de novembro de 2017 - Comunica a implantação, pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, do módulo "Férias Web" do Sigepe, que tem como objetivo facilitar e agilizar o processo de marcação de férias dos servidores, onde o próprio servidor consulta, programa, altera e acompanha a solicitação de suas férias, sem a intervenção da área de recursos humanos, e evitando o envio de formulários e/ou memorandos requerendo férias;

- Memorando-Circular nº 7, de 21 de outubro de 2015 - Orientações quanto à programação de férias de empregados Celetistas;

- Memorando-Circular nº 3, de 23 de maio de 2016 - Orientações quanto à programação de férias de empregados Celetistas;

- Portaria nº 173, de 28 de fevereiro de 2018 - Delega competência aos titulares das unidades administrativas do Ministério da Educação para autorizar a interrupção de férias de seus servidores, por necessidade de serviço, devidamente justificada interrupção ou cancelamento, no interesse da Administração;

- Nota Técnica nº 385/2012 - Versa sobre o pagamento da vantagem de 28,86% após publicação da Medida Provisória;

- Nota Técnica nº 435/2012 - orientações sobre o pagamento de adicionais ocupacionais;

- Nota Técnica nº 199/2013 - Concessão de auxílio transporte;

- Nota Técnica nº 60/2013 - Versa sobre a redução de jornada de trabalho;

- Nota Técnica nº 61/2013 - Versa sobre a redução de jornada de trabalho;



- Nota Técnica nº 384/2012 - Concessão de diárias e passagens aéreas;
- Nota Técnica nº 621/2013 - Exercícios anteriores;
- Nota Técnica nº 404/2012 - Percentual do Incentivo à Qualificação;
- Nota Técnica nº 32/2013 - Progressão Funcional - PCCTAE;
- Nota Técnica nº 433/2013 - Progressão Funcional - PCCTAE;
- Nota Técnica nº 531/2013 - Concessão da Gratificação de Atividade Executiva - GAE;
- Nota Técnica nº 110/2013 - Concessão de Gratificação por encargo de curso e concurso - GECC;
- Nota Técnica nº 381/2012 - Incorporação de quintos e décimos - VPNI;
- Nota Técnica nº 1/2020 - Instrução Processual;
- Nota Técnica nº 38/2019 - Efeitos Financeiros decorrentes da Progressão Funcional;
- Nota Técnica nº 15/2016 - Concessão de Aposentadoria;
- Nota Técnica nº 12/2017 - Aposentadoria Especial;
- Nota Técnica nº 43/2019 - Pendências de ajuda de custo;
- Memorando-Circular nº 2/2017 - Orientações sobre a concessão de ajuda de custo;
- Ofício-Circular nº 15/2019 - Acumulação de cargos com jornada superior a 60 horas semanais;
- Ofício-Circular nº 1/2020 - Orientações para cadastro de professor substituto;
- Ofício-Circular nº 4/2020 - Complementa as informações do Ofício-Circular nº 1/2020 (Professor Substituto);
- Ofício-Circular nº 2/2020 - Instrução Processual;
- Ofício-Circular nº 17/2019 - Redistribuição entre cargos da Carreira do Magistério Federal;
- Ofício-Circular nº 39/2019-SAA - Titulação para fins de pagamento de retribuição por titulação e incentivo à qualificação;
- Ofício-Circular nº 3/2017 - Cumprimento de decisão judicial que determina Remoção;
- Ofício-Circular nº 6/2016 - Aposentadoria especial: Não deve ser computado o período de licença/afastamento;
- OFÍCIO-CIRCULAR Nº 71/2020/GAB/SAA/SAA-MEC - procedimentos e critérios a serem observados quando da interposição de requerimento de auxílio-moradia.
Área: Secretaria de Ensino Superior - Sesu
- Portaria Normativa MEC nº 1, de 22 de janeiro de 2010 - Regulamenta a adesão das mantenedoras ao Fies;
- Portaria Normativa MEC nº 10, de 30 de abril de 2010 - Dispõe sobre os procedimentos de inscrição e contratação do Fies;
- Portaria Normativa MEC nº 15, de 8 de julho de 2011- Dispõe sobre o aditamento dos contratos do Fies;
- Portaria Normativa MEC nº 25, de 22 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre a transferência de curso e/ou IES referente aos contratos do Fies;
- Portaria Normativa MEC nº 2, de 1º de fevereiro de 2012 - Dispõe sobre a cobrança pelas IES dos valores de encargos educacionais no âmbito do Prouni e do Fies;
- Portaria SESu nº 87, de 3 de abril de 2012 - Regulamenta a Portaria Normativa nº 2, de 1º de fevereiro de 2012;
- Portaria Normativa MEC nº 19, de 31 de outubro de 2012 - Dispõe sobre o encerramento antecipado dos contratos do Fies;
- Portaria Normativa MEC nº 28, de 28 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre suspensão temporária dos contratos do Fies;
- Portaria Normativa MEC nº 7, de 26 de abril de 2013 - Regulamenta o disposto no art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001;
- Portaria Normativa nº 14, de 11 de maio de 2016 - Dispõe sobre a ampliação do número de vagas anuais autorizadas nos cursos de IES sem prerrogativa de autonomia em razão da oferta de vagas nos processos seletivos do Fies;
- Portaria MEC nº 209, de 7 de março de 2018 - Dispõe sobre o Fies a partir do primeiro semestre de 2018;
- Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fies e do P-Fies referente ao primeiro semestre de 2018;
- Portaria MEC nº 475, de 25 de maio de 2018 - Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fies referente ao primeiro semestre de 2018;
- Portaria MEC nº 536, de 6 de junho de 2018 - Dispõe sobre as regras e os procedimentos a serem realizados para a oferta de financiamento estudantil do Fies e do P-Fies referente ao processo seletivo do segundo semestre de 2018;
- Portaria MEC nº 638, de 5 de julho de 2018 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fies e do P-Fies referente ao segundo semestre de 2018;
- Portaria MEC nº 961, de 18 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fies referente ao segundo semestre de 2018;
- Portaria MEC nº 1.209, de 19 de novembro de 2018 - Dispõe sobre as regras e os procedimentos a serem realizados para a oferta de financiamento estudantil mediante o Fies e o P-Fies referentes ao processo seletivo do primeiro semestre de 2019;
- Portaria MEC nº 1.435, de 28 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fies e do P-Fies referente ao primeiro semestre de 2019;
- Portaria MEC nº 952, de 3 de maio de 2019 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fies e do P-Fies referente ao segundo semestre de 2019;
- Portaria MEC nº 1.499, de 29 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fies referente ao segundo semestre de 2019;
- Portaria Normativa nº 19, de 20 de novembro de 2008 - Regulamenta os procedimentos de manutenção de bolsas do Prouni;
- Portaria Normativa MEC nº 2, de 1º de fevereiro de 2012 -Dispõe sobre a cobrança pelas IES dos valores de encargos educacionais no âmbito do Prouni e do Fies;
- Portaria SESu nº 87, de 3 de abril de 2012 - Regulamenta a Portaria Normativa nº 2, de 1º de fevereiro de 2012;
- Portaria Normativa nº 8, de 26 de abril de 2013 - Regulamenta os procedimentos de supervisão de bolsistas do Prouni;
- Portaria Normativa nº 6, de 27 de fevereiro de 2014 -Regulamenta a ocupação das bolsas remanescentes do Prouni;
- Portaria Normativa nº 18, de 6 de novembro de 2014 - Regulamenta a adesão e emissão de Termos aditivos no Prouni;
- Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2015 - Regulamenta os processos seletivos do Prouni;
- Portaria Normativa nº 19, de 14 de setembro de 2011 - Regulamenta o art. 11 da Lei nº 11.180, de 2005, e dispõe sobre a bolsa permanência do Prouni;
- Portaria Normativa MEC nº 26, de 5 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos para oferta de bolsas e seleção de bolsistas de que trata o Proies, instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012;
- Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012 - Dispõe sobre a implementação da reserva de vagas de que trata a Lei nº 12.711, de 2012;
- Portaria Normativa MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012 - Dispõe sobre o Sisú;
- Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2010 - Institui o PNAEST, destinado a ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública estadual;
- Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010 - Dispõe sobre o PET;
- Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013 - Dispõe sobre o PET;
- Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013 - Institui o Programa Bolsa Permanência, destinado à concessão de bolsas de permanência a estudantes de graduação de instituições federais de educação superior;
- Portaria Normativa MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007 - Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES;
- Portaria Interministerial MEC/MS nº 51, de 8 de setembro de 2015 - Dispõe sobre a convalidação de certificados dos egressos dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde nas modalidades multiprofissional e uniprofissional, com turmas iniciadas anteriormente a 30 de junho de 2005;
- Portaria Interministerial MEC/MS nº 53, de 5 de outubro de 2015 - Nomeia membros natos e não natos para a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde;

- Portaria Interministerial nº 16, de 22 de dezembro de 2014 - pg 1 e pg 2
- Altera a Portaria Interministerial nº 1.077/MEC/MS, de 12 de novembro de 2009, a Portaria Interministerial nº 1.320/MEC/MS, de 11 de novembro de 2010 e revoga a Portaria Interministerial nº 1.224/MEC/MS, de 3 de outubro de 2012, para atualizar o processo de designação dos membros da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) e para incluir áreas profissionais para a realização de Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde;
- Portaria nº 43, de 16 de setembro de 2014 - Nomeia o Secretário Executivo da CNRMS;
- Portaria Interministerial MEC/MS nº 34, de 10 de abril de 2014 - Nomeia a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS;
- Portaria nº 754, de 18 de abril de 2012 - Altera a Portaria nº 1.111/GM/MS, de 5 de julho de 2005, que fixa normas para a implementação e a execução do Programa de Bolsas para a Educação pelo Trabalho;
- Portaria Interministerial nº 1.320, de 11 de novembro de 2010 - pg 1 e 2
- Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS (Vigente - alterada pela Portaria Interministerial nº 16, de 22 de dezembro de 2014 - pg 1 e pg 2);
- Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 - Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências;
- Portaria Interministerial nº 2.538, de 19 de outubro de 2006 - Constitui Grupo de Trabalho para elaborar proposta de composição, atribuições e funcionamento da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (GT-CNRMS) - PERDEU O EFEITO APÓS A PUBLICAÇÃO DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO DA CNRMS;
- Portaria MS nº 399, de 22 de fevereiro de 2006 - Divulga o Pacto pela Saúde 2006 - Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto;
- Portaria Interministerial nº 2.117, de 3 de novembro de 2005 - Institui no âmbito dos Ministérios da Saúde e da Educação, a Residência Multiprofissional em Saúde e dá outras providências;
- Portaria Interministerial nº 2.118, de 3 de novembro de 2005 - Institui parceria entre Ministério da Educação e o Ministério da Saúde para cooperação técnica na formação e desenvolvimento de recursos humanos na saúde;
- Portaria nº 1.111/GM de 5 de julho de 2005 - Fixa normas para a implementação e a execução do Programa de Bolsas para a educação pelo Trabalho. (VIGENTE - alterada pela Portaria nº 754, de 18 de abril de 2012);
- Resolução CNRM nº 27, de 18 de abril de 2019 - Disciplina a oferta de estágio optativo no âmbito dos programas de residência médica;
- Resolução CNRM nº 26, de 22 de abril de 2019 - Aprova a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica na Área de Atuação em Neurorradiologia;
- Resolução CNRM nº 25, de 16 de abril de 2019 - Dispõe sobre a cooperação entre a CNRM e as sociedades médicas de especialidades nas visitas de avaliação in loco dos Programas de Residência Médica no Brasil;
- Resolução CNRM nº 23, de 16 de abril de 2019 - Aprova a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Radioterapia no Brasil;
- Resolução CNRM nº 24, de 16 de abril de 2019 - Aprova a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Medicina Nuclear;
- Resolução CNRM nº 22, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia;
- Resolução CNRM nº 21, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Otorrinolaringologia;
- Resolução CNRM nº 20, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Genética médica;
- Resolução CNRM nº 19, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Urologia;
- Resolução CNRM nº 18, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Gastroenterologia;
- Resolução CNRM nº 17, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Endocrinologia e Metabolologia;
- Resolução CNRM nº 16, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Pneumologia;
- Resolução CNRM nº 15, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Patologia;
- Resolução CNRM nº 14, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Hepatologia;
- Resolução CNRM nº 13, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Medicina do Trabalho;
- Resolução CNRM nº 12, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Alergia e Imunologia;
- Resolução CNRM nº 11, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Anestesiologia;
- Resolução CNRM nº 10, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Oncológica;
- Resolução CNRM nº 9, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Neurocirurgia;
- Resolução CNRM nº 8, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Dermatologia;
- Resolução CNRM nº 7, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Plástica;
- Resolução CNRM nº 6, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia da Mão;
- Resolução CNRM nº 5, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia do Aparelho Digestivo;
- Resolução CNRM nº 4, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Oncologia Clínica;
- Resolução CNRM nº 3, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia;
- Resolução CNRM nº 2, de 4 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Cardiovascular no Brasil;
- Resolução CNRM nº 1, de 4 de abril de 2019 - Aprova a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia de Cabeça e Pescoço no Brasil;
- Nota Técnica nº 7/2019 - Orientações sobre Processos Seletivos para Programa de Residência médica;
- Resolução CNRM nº 48, de 28 de junho de 2018 - Dispõe sobre a Matriz de Competências do Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral e do Programa de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica no Brasil;
- Resolução CNRM nº 35, de 9 de janeiro de 2018 - PROVAB - Altera a Resolução CNRM nº 2, de 27 de agosto de 2015;
- Resolução CNRM nº 1, de 3 de janeiro de 2018 - Dispõe sobre transferência de médicos residentes nos Programas de Residência Médica no Brasil;
- Revoga a Resolução CNRM nº 6, de 20 de outubro de 2010;
- Resolução CNRM nº 1/2017 - Estabelece o Calendário, a partir de 2017, para matrícula de médicos residentes no Sistema de Informação da Comissão Nacional de Residência Médica e para o ingresso nos Programas de Residência Médica, e dá outras providências;
- Revogada a resolução CNRM nº 2/2011;
- Nota Técnica nº 35 - Orientações sobre editais de processos seletivos para Programas de Residência Médica;
- Resolução CNRM 1/2016 - Dispõe sobre os requisitos mínimos do Programa de Residência Médica em Pediatria e dá outras providências;
- Resolução CNRM nº 1/2015 - Regulamenta os requisitos mínimos do Programa de Residência Médica em Medicina Geral de Família e Comunidade - R1 e R2 e dá outras providências;
- Resolução nº 4 de 29 de setembro de 2014 - Institui as Câmaras Técnicas Temáticas e o Comitê de Sistematização da Comissão Nacional de Residência Médica, e dá outras providências;



- Resolução nº 3 de 1 de agosto de 2014 - Prorroga o prazo para solicitação de credenciamento dos Programas de Residência Médica;

- Resolução nº 2 de 10 de junho de 2014 - Prorroga o prazo para solicitação de credenciamento dos Programas de Residência Médica;

- Resolução nº 1 de 2 de janeiro de 2014 - Altera a Resolução nº 3, de 16 de setembro de 2011, da Comissão Nacional de Residência Médica, acerca do processo de seleção pública dos candidatos aos Programas de Residência Médica;

- Revogada pela Resolução CNRM nº 2, de 27/8/2015;

- Resolução nº 1 de 3 de julho de 2013 - Altera a Resolução CNRM nº1, de 16 de junho de 2011, republicada no Diário Oficial da União nº 183, seção I, Página 638, de 22 de setembro de 2011. Altera o Art. 1º § 2º da Resolução CNRM nº 1/2011;

- Resolução nº 2 de 3 de julho de 2013 - Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento das Comissões de Residência Médica das instituições de saúde que oferecem programas de Residência Médica e dá outras providências;

- Resolução CNRM Nº 1, de 16 de junho de 2011 - Dispõe sobre o estabelecimento e condições de descanso obrigatório para o residente que tenha cumprido plantão noturno;

- Resolução CNRM Nº 2, de 1º de setembro de 2011 - Dispõe sobre a data de início dos Programas de Residência Médica em território nacional, a partir do ano de 2012, e dá outras providências;

- Revogada pela resolução CNRM nº 1/2017;

- Resolução CNRM Nº 3, de 16 de setembro de 2011 - Dispõe sobre o processo de seleção pública dos candidatos aos Programas de Residência Médica;

- Revogada pela Resolução CNRM nº 2, de 27 de agosto de 2015;

- Resolução CNRM N º 4, de 30 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a reserva de vaga para residente médico que presta Serviço Militar;

- Resolução CNRM nº 1, de 08 de abril de 2010 - Dispõe sobre a duração, conteúdo programático e as condições para oferta do ano adicional de capacitação em transplantes;

- Resolução nº 4, de 12 de julho de 2010 - Proíbe plantão de sobre aviso para Médicos Residentes;

- Resolução nº 05, de 20 de julho de 2010 - Dispõe sobre a não ocorrência de provas de seleção para os Programas de Residência Médica no mesmo dia do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante (ENADE);

- Resolução CNRM nº 6, de 20 de outubro de 2010 - Dispõe sobre a transferência de médicos residentes. Revogada pela Resolução CNRM nº 1, de 3 de janeiro de 2018;

- Resolução CNRM nº 7, de 20 de outubro de 2010 - Dispõe sobre a isenção de cobrança de taxa de inscrição para participação em processo seletivo público para ingresso em Programa de Residência Médica ao candidato que declarar-se impossibilitado de arcar com a taxa de inscrição, e comprovar renda familiar mensal igual ou inferior a três salários mínimos ou renda individual igual ou inferior a dois salários mínimos;

- Resolução nº 4, de 23 de outubro de 2007 - Dispõe sobre os critérios para confecção e publicação de edital para processo seletivo de Residência Médica;

- Transferência de médicos residentes. Resolução revogada pela Resolução Nº 06/2010 - Transferência de médicos residentes;

- Resolução CNRM nº 2, de 20 de agosto de 2007 - Duração e conteúdo programático da Residência Médica em Cirurgia de Mão;

- Resolução CNRM nº 1, de 31 de julho de 2007 - Duração e conteúdo programático da Residência Médica de Cancerologia Clínica;

- Resolução CNRM nº 9, de 18 de outubro de 2006 - Duração e conteúdo programático da área de atuação em Medicina Intensiva e Pediátrica;

- Resolução CNRM nº 8, de 30 de outubro de 2006 - Pré-requisitos para o Programa de Residência Médica em Endoscopia;

- Resolução CNRM nº 7, de 5 de setembro de 2006 - Duração e conteúdo programático do Programa de residência médica em Cancerologia/Cirúrgica;

- Resolução CNRM nº 6, de 5 de setembro de 2006 - Avaliação dos programas de residência médica;

- Resolução CNRM nº 4, de 15 de setembro de 2006 - Cancelamento de Programa de Residência Médica pela não-matricula de médicos residentes - Com retificação do art. 1º publicado no DOU de 23 de outubro de 2006;

- Resolução CNRM nº 2, de 17 de maio de 2006 - Carga horária mínima de Programa de Residência Médica;

- Resolução CNRM nº 1, de 3 de janeiro de 2006 - Comissões Estaduais - CEREM - Criação, estrutura e competência;

- Resolução CNRM nº 8, de 7 de julho de 2005 - Normas para revalidação de certificados de residência médica expedidos por instituições estrangeiras;

- Resolução CNRM nº 7, de 7 de julho de 2005 - Registro dos certificados de anos opcionais dos Programas de Residência Médica;

- Resolução CNRM nº 6, de 7 de julho de 2005 - Curso Livre com metodologia de ensino a distância para aperfeiçoamento teórico de médicos residentes;

- Resolução CNRM nº 5, de 7 de julho de 2005 - Estágio voluntário para residentes, como estágio optativo, em localidades de fronteira e/ou difícil acesso no país, onde haja organizações militares de saúde ou unidades civis;

- Resolução CNRM nº 4, de 7 de julho de 2005 - Intercâmbio interinstitucional para criação e aprimoramento de Programas de Residência Médica em regiões carentes;

- Resolução CNRM nº 2, de 07 de julho de 2005 - Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento da Comissão Nacional de Residência Médica;

- Resolução CNRM nº 1, de 11 de janeiro de 2005 - Revogada pela Resolução CNRM nº 4/2011 de 30/09/2011;

- Resolução CNRM nº 8, de 05 de agosto de 2004 - Revogada pela Resolução CNRM nº 3 de 16/9/2011;

- Resolução CNRM nº 5, de dezembro de 2003 - Registro dos certificados de Programas de Residência Médica;

- Resolução CNRM nº 3/2002 - Revogada pela Resolução CNRM 2/2011 de 01/09/2011;

- Resolução 3/2001, de 1 de setembro de 2001 - Impossibilidade de realização de Processo Seletivo com programas em diligência;

- Resolução CNRM nº 2, de 1 de setembro de 2001 - Registro de Certificados de Programas de Residência Médica em exigência e diligência;

- Resolução Nº 2, de 27 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a transferência dos profissionais residentes de Programas de Residência em Área Profissional da Saúde no Brasil", no Portal do MEC em "Legislação Específica;

- Resolução Nº 1, de 27 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o número de Programas da Residência em Área Profissional da Saúde, nas modalidades multiprofissional e uniprofissional, cursados por egressos de programas;

- Resolução CNRMS nº 1 de 21 de julho de 2015 - Dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições da Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU) das instituições que ofertam programas de residência em área profissional da saúde na modalidade multiprofissional e uniprofissional (Revogou Resolução CNRMS nº 2, de 4 de maio de 2010);

- Retificação da Resolução CNRMS nº 7, de 13 de novembro de 2014 - RETIFICA a Resolução CNRMS nº 7, de 13 de novembro de 2014;

- Resolução CNRMS nº 7, de 13 de novembro de 2014 - Regulamenta os processos de avaliação, supervisão e regulação de programas de Residência em Área Profissional da Saúde;

- Resolução CNRMS nº 5, de 7 de novembro de 2014 - Dispõe sobre a duração e a carga horária dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde nas modalidades multiprofissional e uniprofissional e sobre a avaliação e frequência dos profissionais de saúde residentes (VIGENTE - revoga a Resolução CNRMS nº 03, de 04 de maio de 2010 - pg 1 e 2);

- Resolução CNRMS nº 6, de 7 de novembro de 2014 - Dá nova redação ao artigo 3º e 8º da Resolução CNRMS nº 1, de 6 de fevereiro de 2013 que institui o banco de avaliadores da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS e dá outras providências (VIGENTE - alterou Resolução CNRMS nº 1, de 6 de fevereiro de 2013);

- Resolução AD REFERENDUM nº 4, de 30 de agosto de 2013 - Nomeia avaliadores para composição do Banco de Avaliadores da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde;

- Resolução CNRMS nº 3, de 20 de junho de 2013 - Dá nova redação ao artigo 3º da Resolução CNRMS nº 1, de 6 de fevereiro de 2013, que institui o banco de avaliadores da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS e dá outras providências;

- Resolução CNRMS nº 1, de 6 de fevereiro de 2013 - Institui o banco de avaliadores da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS e dá outras providências (VIGENTE - alterada pela Resolução CNRMS nº 3, de 20 de junho de 2013 e Resolução CNRMS nº 6, de 7 de novembro de 2014);

- Resolução CNRMS nº 5, de 23 de novembro de 2012 - Institui o Sistema de Informação da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - SisCNRMS;

- Resolução CNRMS nº 4, de 17 de outubro de 2012 - Nomeia os integrantes das Câmaras Técnicas - CT da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS;

- Resolução da CNRMS nº 3, de 16 de abril de 2012 - Dispõe sobre a data de início dos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde, preenchimentos de vagas e desistências;

- Resolução CNRMS nº 2, de 13 de abril de 2012 - pag 24 e 25 - Dispõe sobre Diretrizes Gerais para os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional de Saúde;

- Resolução CNRMS nº 1, de 30 de janeiro de 2012 - pag 29 e 30 - Institui as Câmaras Técnicas da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde e dá outras providências;

- Resolução CNRMS nº 3, de 17 de fevereiro de 2011 - Dispõe sobre licenças, trancamentos e outras ocorrências de afastamento de profissionais da saúde residentes;

- Retificação da resolução nº 3, de 4 de maio de 2010 - Retifica os artigos 6º, 7º e 8º da Resolução nº 3 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde, de 4 de maio de 2010;

- Retificação da resolução nº 2, de 4 de maio de 2010 - Retifica os 5º e 6º da Resolução nº 2 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde, de 4 de maio de 2010;

- Resolução CNS nº 330, de 4 de novembro de 2003 - Aplicar "NOB/RH-SUS" como Política Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, no âmbito do SUS, e publicar e divulgar nacionalmente o inteiro teor do documento;

- Resolução CNS nº 335, de 27 de novembro de 2003 - Afirmar a aprovação da "Política Nacional de Formação e Desenvolvimento para o SUS: Caminhos para a Educação Permanente em Saúde" e a estratégia de "Polos ou Rodas de Educação Permanente em Saúde," como instâncias locais e interinstitucionais de gestão da Educação Permanente;

- Resolução CNS nº 287, 8 de outubro de 1998 - Relaciona 14 (quatorze) categorias profissionais de saúde de nível superior para fins de atuação no CNS;

- Resolução nº 2, de 12 de fevereiro de 2014 - Institui o cadastro nacional de oferta de cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) das instituições credenciadas no Sistema Federal de Ensino;

- Resolução nº 7 de 8 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a revogação das normas para o credenciamento especial de instituições não educacionais, na modalidade presencial e a distância, e dá outras providências;

- Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização (VIGENTE - alterada pela Resolução nº 7 de 8 de setembro de 2011);

- Resolução nº 24, de 24 de maio de 2011 - Regulamenta o pagamento do Auxílio de Avaliação Educacional no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

- Portaria normativa MEC nº 7, de 24 de março de 2017 - Dispõe sobre os procedimentos de monitoramento para o funcionamento dos cursos de graduação em Medicina em instituições de educação superior privadas, no âmbito do Programa Mais Médicos;

- Portaria Interministerial nº 1.821, de 20 de julho de 2017 - Altera a Portaria Interministerial n. 2.554/MS/MEC, de 30 de novembro de 2016, no que se refere ao representante suplente da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS) e aos membros da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC);

- Portaria MEC nº 14, de 20 de abril de 2017 - Dar publicidade a relação dos nomes dos membros, titulares e suplentes, indicados para a Comissão Executiva dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde, nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 10, de 20 de agosto de 2014;

- Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017 - Estabelece prazos de validade para atos regulatórios de credenciamento e credenciamento das Instituições de Educação Superior;

- Portaria Interministerial MEC/MS nº 56, de 11 de novembro de 2017 - Nomeia os membros da CAMEM;

- Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.554, de 30 de novembro de 2016 - Designa os representantes, titular e suplente, da Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil;

- Portaria Conjunta MEC/MS nº 31, de 5 de junho de 2015 - Dispõe sobre o Módulo de Acolhimento e Avaliação do Projeto Mais Médicos para o Brasil;

- Portaria Interministerial MS/MEC nº 285, de 24 de março de 2015 - Redefine o Programa de Certificação de Hospitais de Ensino;

- Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.127, de 04 de agosto de 2015 - Institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), para fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde;

- Portaria MEC nº 585, de 15 de junho de 2015 - Dispõe sobre a regulamentação da Supervisão Acadêmica no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil e dá outras providências;

- Portaria nº 27, de 14 de julho de 2015 - Dispõe sobre a adesão de instituições de ensino e programas de residência ao Projeto Mais Médicos para o Brasil enquanto das instituições supervisoras;

- Portaria Normativa MEC nº 28, de 14 de julho de 2015 - Dispõe sobre a criação e organização do Grupo Especial de Supervisão para áreas de difícil cobertura de supervisão, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, e dá outras providências;

- Portaria Normativa MEC nº 17 de 31 de julho de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de adesão das instituições públicas estaduais e municipais de educação superior e de saúde; programas de residência em Medicina de Família e Comunidade, Medicina Preventiva e Social e Clínica Médica; e de escolas de governo em saúde pública ao Programa Mais Médicos para o Brasil e dá outras providências;

- Portaria Normativa nº 16, de 25 de agosto de 2014 - Estabelece os parâmetros para a contrapartida a ser oferecida ao Sistema Único de Saúde - SUS para implantação e funcionamento de cursos de graduação em Medicina, por instituições de educação superior privada;

- Portaria Interministerial MEC/MS nº 10 de 20 de agosto de 2014 - Institui a Comissão Executiva dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde e o Comitê Nacional dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde;

- Portaria Interministerial nº 208 de 5 de junho de 2014 - Autorizar a contratação de 91 (noventa e um) professores nos termos do inciso XI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no âmbito do Ministério da Educação, para atender a demanda do Projeto Mais Médicos para o Brasil, instituído pela Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que visa o aperfeiçoamento de médicos na área de atenção básica em saúde em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde - SUS, mediante integração ensino-serviço;

- Portaria Interministerial MEC/MS nº 216 de 12 de fevereiro de 2014 - Altera e acresce dispositivos à Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, que dispõe sobre a implantação do Projeto Mais Médicos para o Brasil;



- Portaria Conjunta MEC/MS nº 2 de 24 de janeiro de 2014 - Dispõe sobre a equivalência dos termos Medicina de Família e Comunidade e Medicina Geral de Família e Comunidade no âmbito das atividades de formação em saúde e institui Grupo de Estudos voltado ao tema;

- Portaria Conjunta MEC/MS nº 1 de 21 de janeiro de 2014 - Dispõe sobre o Módulo de Acolhimento e Avaliação de Médicos Intercambistas nas ações educacionais e de aperfeiçoamento desenvolvidas no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil (Revogada pela Portaria Conjunta MEC/MS nº 31, de 5 de junho de 2015);

- Portaria Normativa nº 2, de 1º de fevereiro de 2013 - Estabelece os procedimentos e o padrão decisório para os pedidos de autorização dos cursos de graduação em medicina ofertados por Instituições de Educação Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, protocolados no Ministério da Educação até o dia 31 de janeiro de 2013;

- Portaria Interministerial MEC/MS Nº 1.369, de 8 de julho de 2013 - Dispõe sobre a implementação do Projeto Mais Médicos para o Brasil;

- Portaria Normativa MEC nº 15, de 22 de julho de 2013 - Institui a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas;

- Portaria Normativa MEC nº 13 de 9 de julho de 2012 - Estabelece os procedimentos para pré-seleção de município para a autorização de funcionamento de curso de medicina por instituição de educação superior privada, precedida de chamamento público, e para a celebração de termo de adesão ao chamamento público pelos gestores locais do SUS, a serem observados pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES;

- Portaria Interministerial MEC/MS nº 3.320 de 27 de dezembro de 2013 - Acresce parágrafo único ao art. 3º da Portaria Interministerial nº 2.891/MS/MEC, de 27 de novembro de 2013, que altera e acresce dispositivos à Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, que dispõe sobre a implantação do Projeto Mais Médicos para o Brasil;

- Portaria Interministerial nº 2.891 de 27 de novembro de 2013 - Altera e acresce dispositivos à Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, que dispõe sobre a implantação do Projeto Mais Médicos para o Brasil;

- Portaria MS nº 2.921, de 28 de novembro de 2013 - Dispõe sobre a constituição das Comissões Estaduais e Distrital do Projeto Mais Médicos para o Brasil e institui incentivo financeiro de custeio para a manutenção e execução de suas atividades para os próximos 12 meses a contar da data de repasse do incentivo financeiro pelo Fundo Nacional de Saúde;

- Portaria Normativa MEC nº 14 de 9 de julho de 2013 - Dispõe sobre os procedimentos de adesão das instituições federais de educação superior ao Projeto Mais Médicos para o Brasil e dá outras providências;

- Portaria MS nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

- Portaria MS nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010 - Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

- Portaria MS nº 1996, de 20 de agosto de 2007 - Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde;

- Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências;

- Resolução nº 1, de 12 de fevereiro de 2014 - Dispõe sobre a aplicação de penalidades no caso de ausência injustificada das atividades do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Instituto Benjamin Constant - IBC

- Portaria nº 310, de 3 de abril de 2018 - Altera o Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant - IBC, aprovado pela Portaria nº 325, de 17 de abril de 1998.

Instituto Nacional de Educação de Surdos - Ines

- Portaria nº 323, de 8 de abril de 2019 - Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Câmara de Educação Superior (CES)

- Resolução n.º 1, de 19 de agosto de 1996 - Fixa condições para que os estabelecimentos isolados de ensino superior vinculados ao sistema federal de ensino, de acordo com a demanda e as necessidades locais e regionais, possam aumentar ou reduzir em até 25% o número de vagas iniciais de seus cursos.

- Resolução n.º 2 de 19 de Agosto de 1996 - Fixa normas para autorização de cursos presenciais de pós-graduação lato sensu fora de sede, para qualificação do corpo docente, e dá outras providências.

- Resolução nº 1, de 26 de Fevereiro de 1997 - Fixa condições para validade de diplomas de cursos de graduação e de pós-graduação em níveis de mestrado e doutorado, oferecidos por instituições estrangeiras, no Brasil, nas modalidades semi-presenciais ou à distância.

- Resolução nº 2, de 13 de agosto de 1997 - Fixa prazo para adaptação dos estatutos e regimentos das instituições de ensino superior do sistema federal de ensino à Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- Resolução n.º 3, de 13 de agosto de 1997 - Dispõe sobre o registro de diplomas nos dois primeiros anos de vigência da Lei 9.394/96.

- Resolução n.º 4, de 13 de agosto de 1997 - Altera a redação do artigo 5º da Resolução 12/83 do Conselho Federal de Educação.

- Resolução n.º 5, de 13 de agosto de 1997 - Dispõe sobre a autorização para o prosseguimento das atividades dos cursos na área de saúde, criados e implantados por universidades credenciadas, no período compreendido entre a data da vigência da Lei 9.394, de 20/12/96, e do Decreto 2.207, de 15/4/97.

- Resolução n.º 1, de 7 de abril de 1998 - Prorroga o prazo para adaptação à Lei 9.394/96 dos Estatutos das Universidades e Centros Universitários credenciados em 1996 e 1997.

- Resolução n.º 2, de 7 de abril de 1998 - Estabelece indicadores para comprovar a produção intelectual institucionalizada, para fins de credenciamento, nos termos do Art. 46 do Art. 52, inciso I, da Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

- Resolução nº 3, de 20 de julho de 1998 - Dispõe sobre a alteração de turnos de funcionamento de cursos das instituições de educação superior não-universitárias.

- Resolução n.º 4, de 14 de agosto de 1998 - Prorroga prazo para adaptação dos estatutos e regimentos das instituições de ensino superior do sistema federal de ensino à Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- Resolução nº 1, de 27 de janeiro de 1999 - Dispõe sobre os cursos sequenciais de educação superior, nos termos do art. 44 da Lei 9.394/96.

- Resolução nº 2, de 19 de maio de 1999 - Dispõe sobre a plenificação de licenciaturas curtas por faculdades e faculdades integradas do sistema federal de ensino.

- Resolução nº 3, de 5 de outubro de 1999 - Fixa condições de validade dos certificados de cursos presenciais de especialização.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 3 de abril de 2001 - Dispõe sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 7 de novembro de 2001 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 28 de janeiro de 2002 Estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 19 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 19 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 19 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fonoaudiologia.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Biológicas.

- Resolução CNE/CES nº 8, de 11 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Química.

- Resolução CNE/CES nº 9, de 11 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física.

- Resolução CNE/CES nº 10, de 11 de março de 2002 - Dispõe sobre o credenciamento, transferência de mantença, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Educação Superior.

- Resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.

- Resolução CNE/CES nº 12, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Filosofia.

- Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História.

- Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia.

- Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

- Resolução CNE/CES nº 16, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e suas habilitações.

- Resolução CNE/CES nº 17, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

- Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

- Resolução CNE/CES nº 19, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia.

- Resolução CNE/CES nº 20, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Arquivologia.

- Resolução CNE/CES nº 21, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Museologia.

- Resolução CNE/CES nº 22, de 5 de novembro de 2002 - Altera a redação dos arts. 2º, parágrafo único, 9º, parágrafo único, 16, parágrafo único, e 24 e demais dispositivos da Resolução CNE/CES 10, de 11 de março de 2002.

- Resolução CNE/CES n.º 23, de 5 de novembro de 2002 - Dispõe sobre o credenciamento de universidades e centros universitários do sistema federal de educação superior.

- Resolução CNE/CES n.º 24, de 5 de novembro de 2002 - Altera a redação do parágrafo 4º do artigo 1º e o artigo 2º, da Resolução CNE/CES 01/2001.

- Resolução CNE/CES n.º 1, de 18 de fevereiro de 2003 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Medicina Veterinária.

- Resolução CNE/CES n.º 2, de 18 de fevereiro de 2003 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Biomedicina.

- Resolução CNE/CES n.º 3, de 18 de fevereiro de 2003 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Matemática.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 8 de março de 2004 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 8 de março de 2004 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Dança e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 8 de março de 2004 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 8 de março de 2004 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Design, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 10 de março de 2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

- Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Psicologia.

- Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 1/2005, de 1º de fevereiro de 2005 - Estabelece normas para o apostilamento, em diplomas de cursos de graduação em Pedagogia, do direito ao exercício do magistério nos quatro anos iniciais do Ensino Fundamental.

- Resolução CNE/CES nº 2/2005, de 9 de junho de 2005 - Altera a Resolução CNE/CES nº 2, de 3 de abril de 2001, que dispõe sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais.

- Resolução CNE/CES nº 3/2005, de 23 de junho de 2005 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 4/2005, de 13 de julho de 2005 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônoma ou Agronomia e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrícola e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Florestal e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 2 de fevereiro de 2006 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Zootecnia e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Engenharia de Pesca e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências.



- Resolução CNE/CES nº 7, de 29 de março de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 8, de 29 de março de 2006 - Altera a Resolução CNE/CES nº 1, de 1º de fevereiro de 2005, que estabelece normas para o apostilamento, no diploma do curso de Pedagogia, do direito ao exercício do magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

- Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006 - Dispõe sobre a delegação de competência da Câmara de Educação Superior ao Secretário de Educação Superior e ao Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação para os atos e nas condições que especifica.

- Resolução CNE/CES nº 10, de 27 de junho de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Cinema e Audiovisual e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 11, de 10 de julho de 2006 - Revogação de atos normativos no âmbito da Câmara de Educação Superior do CNE.

- Resolução CNE/CES nº 12, de 18 de julho de 2006 - Altera o prazo previsto no art. 3º da Resolução CNE/CES nº 2, de 9 de junho de 2005, que dispõe sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais.

- Resolução CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006 - Prorrogação de prazo de delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previsto na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônômica ou Agronomia e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrícola e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Florestal e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 2 de fevereiro de 2006 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Zootecnia e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Engenharia de Pesca e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 29 de março de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 8, de 29 de março de 2006 - Altera a Resolução CNE/CES nº 1, de 1º de fevereiro de 2005, que estabelece normas para o apostilamento, no diploma do curso de Pedagogia, do direito ao exercício do magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

- Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006 - Dispõe sobre a delegação de competência da Câmara de Educação Superior ao Secretário de Educação Superior e ao Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação para os atos e nas condições que especifica.

- Resolução CNE/CES nº 10, de 27 de junho de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Cinema e Audiovisual e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 11, de 10 de julho de 2006 - Revogação de atos normativos no âmbito da Câmara de Educação Superior do CNE.

- Resolução CNE/CES nº 12, de 18 de julho de 2006 - Altera o prazo previsto no art. 3º da Resolução CNE/CES nº 2, de 9 de junho de 2005, que dispõe sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais.

- Resolução CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006 - Prorrogação de prazo de delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previsto na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007 - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 4 de setembro de 2007 - Altera o prazo previsto no art. 3º da Resolução CNE/CES nº 2, de 9 de junho de 2005, que dispõe sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007 - Dispõe sobre a delegação de competência da Câmara de Educação Superior ao Secretário de Educação Superior e ao Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação para os atos e nas condições que especifica.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 4 de outubro de 2007 - Altera o § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

- Resolução CNE/CES nº 8, de 4 de outubro de 2007 - Altera o art. 4º e revoga o art. 10 da Resolução CNE/CES nº 1/2002, que estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

- Resolução CNE/CES nº 9, de 4 de outubro de 2007 - Estabelece normas para o apostilamento, em diplomas de cursos de graduação em Pedagogia, do direito ao exercício do magistério da Educação Infantil.

- Resolução CNE/CES nº 10, de 4 de outubro de 2007 - Dispõe sobre normas e procedimentos para o credenciamento e o credenciamento de Centros Universitários.

- Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007 - Prorrogação de prazo de delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no § 4º do art. 10 do Decreto nº 5.773/2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007.

- Resolução CNE/CES nº 12, de 13 de dezembro de 2007 - Dispõe sobre o registro de diplomas expedidos por instituições não-universitárias.

- Resolução CNE/CES nº 13, de 20 de dezembro de 2007 - Prorrogação de prazo de delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 22 de abril de 2008 - Dispõe sobre o registro de diplomas de cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) expedidos por instituições não detentoras de prerrogativas de autonomia universitária.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 26 de junho de 2008 - Alteração da Resolução CNE/CES nº 9, de 4 de outubro de 2007, que estabelece normas para o apostilamento, em diplomas de cursos de graduação em Pedagogia, do direito ao exercício do magistério da Educação Infantil.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2008 - Prorrogação do prazo de delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no § 4º do art. 10 do Decreto nº 5.773/2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de agosto de 2008 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Meteorologia, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 25 de setembro de 2008 - Estabelece normas para o credenciamento especial de Instituições não Educacionais para oferta de cursos de especialização.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 24 de novembro de 2008 - Prorrogação do prazo de delegação de competência para a prática de ato de regulação compreendido no Decreto nº 5.773/2006, previsto na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007, prorrogado pela Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007, e pela Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2008.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 28 de novembro de 2008 - Dispõe sobre a utilização de denominações e siglas por Instituições de Educação Superior.

- Resolução CNE/CES nº 8, de 28 de novembro de 2008 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Estatística, de graduação plena, em nível superior, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 16 janeiro de 2009 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 29 janeiro de 2009 - Alteração da Resolução CNE/CES nº 1, de 1º de fevereiro de 2005, que estabelece normas para o apostilamento, no diploma do curso de Pedagogia, do direito ao exercício do magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental, modificada pela Resolução CNE/CES nº 8, de 29 de março de 2006.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 10 de fevereiro de 2009 - Delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006, e pela Resolução CNE/CES nº 13, de 20 de dezembro de 2007.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de abril de 2009 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 6 de agosto de 2009 - Prorrogação do prazo de delegação de competência para a prática de ato de regulação compreendido no Decreto nº 5.773/2006, previsto na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007, prorrogado pela Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007, pela Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2008, e pela Resolução CNE/CES nº 6, de 24 de novembro de 2008.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 25 de setembro de 2009 - Altera o § 3º do art. 4º da Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 25 de setembro de 2009 - Altera o § 2º do art. 8º da Resolução CNE/CES nº 8, de 4 de outubro de 2007, que estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Centros Universitários.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de outubro de 2010 - Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2011 - Delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006, pela Resolução CNE/CES nº 13, de 20 de dezembro de 2007, e pela Resolução CNE/CES nº 3, de 10 de fevereiro de 2009.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 13 de janeiro de 2011 - Delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007, pela Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2008, pela Resolução CNE/CES nº 6, de 24 de novembro de 2008, e pela Resolução CNE/CES nº 5, de 6 de agosto de 2009.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 1º de fevereiro de 2011 - Dispõe sobre o reconhecimento de títulos de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, obtidos nos Estados Partes do MERCOSUL.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 16 de fevereiro de 2011 - Dispõe sobre normas transitórias acerca do credenciamento especial de instituições não educacionais, na modalidade presencial e a distância, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 8 de julho de 2011 - Delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006, pela Resolução CNE/CES nº 13, de 20 de dezembro de 2007, pela Resolução CNE/CES nº 3, de 10 de fevereiro de 2009, e pela Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2011, e para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007, pela Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2008, pela Resolução CNE/CES nº 6, de 24 de novembro de 2008, pela Resolução CNE/CES nº 5, de 6 de agosto de 2009, e pela Resolução CNE/CES nº 2, de 13 de janeiro de 2011.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 8 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a revogação das normas para o credenciamento especial de instituições não educacionais, na modalidade presencial e a distância, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 27 de setembro de 2013 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 12 de fevereiro de 2014 - Institui o cadastro nacional de oferta de cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) das instituições credenciadas no Sistema Federal de Ensino.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências.



- Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de janeiro de 2015 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Geologia, abrangendo os cursos de bacharelado em Geologia e em Engenharia Geológica e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016 - Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 13 de maio de 2016 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da Educação Básica.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 22 de junho de 2016 - Dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 16 de setembro de 2016 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Teologia e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 16 de novembro de 2016 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação, abrangendo os cursos de bacharelado em Ciência da Computação, em Sistemas de Informação, em Engenharia de Computação, em Engenharia de Software e de licenciatura em Computação, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 22 de maio de 2017 - Dispõe sobre os cursos sequenciais.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 23 de junho de 2017 - Altera a Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010, que dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Centros Universitários.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de julho de 2017 - Altera o Art. 7º da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 4 de outubro de 2017 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 19 de outubro de 2017 - Altera a Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de outubro de 2010, que dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Universidades.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de outubro de 2017 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de dezembro de 2017 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018 - Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 12 de julho de 2018 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Oceanografia, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 12 de julho de 2018 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Ciências Aeronáuticas, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018 - Altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 3.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 19 de março de 2019 - Extensão da delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 8 de julho de 2011.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 15 de agosto de 2019 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina Veterinária e dá outras providências.

Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - Conjor

- Portaria nº 1, de 23 de abril de 2019 - Convalida atos praticados pela Consultoria Jurídica Adjunta;

- Portaria nº 2, de 11 de setembro de 2019 - dispensa de aprovação as manifestações jurídicas referentes aos atos autorizativos da educação superior, em trâmite no Sistema e-MEC;

- Portaria nº 208, de 07 de março de 2018 - aprova o Regimento Interno da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação.

Secretaria de Supervisão e Regulação da Educação Superior - SERES/MEC

- Portaria nº 920, de 20 de julho de 2010 - Dispõe sobre o cadastramento das entidades beneficentes atuantes na área educacional no SISCEBAS;

- Portaria Normativa nº 26, de 05 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos para oferta de bolsas e seleção de bolsistas de que trata o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - Proies, instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e dá outras providências;

- Portaria Normativa nº 06, de 17 de agosto de 2012 - Dispõe sobre o requerimento de concessão de moratória e parcelamento de dívidas tributárias federais pelas mantenedoras de instituições integrantes do sistema de ensino federal, de que trata a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012;

- Portaria Normativa nº 14/2012 - Altera dispositivos das Portarias Normativas nº 1, de 22 de janeiro de 2010, nº 10, de 20 de abril de 2010, e 23, de 10 de novembro de 2011, que dispõem sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES);

- Portaria nº 1.342/2012 - Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior deste Ministério, e cria no âmbito da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, o encargo de Ouvidor;

- Portaria nº 1.006/2012 - Institui o Programa de Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior - PARES;

- Portaria Normativa nº 24/2013 - Regulamenta o Decreto no 8.142, de 21 de novembro de 2013, que altera o Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006;

- Portaria Normativa nº 19/2013 - Dá nova redação ao artigo 3º da Portaria Normativa nº 14, de 9 de julho de 2013, que dispõe sobre os procedimentos de adesão das instituições federais de educação superior ao Projeto Mais Médicos e dá outras providências;

- Portaria Normativa nº 015/2013 - Institui a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das Instituições Federais de Educação Superior;

- Portaria Normativa nº 14/2013 - Dispões sobre os procedimentos de adesão das instituições federais de educação superior ao Projeto Mais Médicos e dá outras providências;

- Portaria Normativa nº 12/2013 - Altera a Portaria Normativa MEC nº 01, de 25 de janeiro de 2013, e a Portaria Normativa MEC nº 3, de 1º de Fevereiro de 2013. Publicado no DOU EM 03/07/2013;

- Portaria Normativa nº 08/2013- Dispõe sobre procedimentos de supervisão dos bolsistas do Programa Universidade para Todos - ProUni;

- Portaria Normativa nº 2 /2013 - Estabelece os procedimentos e o padrão decisório para os pedidos de autorização dos cursos de graduação em medicina ofertados por Instituições de Educação Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, protocolados no Ministério da Educação até o dia 31 de janeiro de 2013;

- Portaria Normativa nº 1/2013 - Estabelece o Calendário 2013 de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema e-MEC;

- Portaria nº 504, de 10 de junho de 2014 - Institui o Comitê Técnico Consultivo de Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social da Educação;

- Portaria Interministerial nº 376/2014 - Dispõe sobre os procedimentos relacionados ao pagamento de prestação do parcelamento no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES), previsto nos arts. 10 e 13 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012;

- Portaria Normativa nº 7/2014 - Altera os Anexos II e IV da Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2014;

- Portaria Normativa nº 1/2014 - Estabelece o Calendário 2014 de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema e-MEC;

- Portaria nº 1.005/2014 - Dispõe sobre a criação de unidades vinculadas e cursos superiores de tecnologia, na modalidade presencial, pelas Instituições de Educação Superior mantidas pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem;

- Portaria nº 863/2014 - Regulamenta o procedimento para qualificação das Instituições de Educação Superior como Instituições Comunitárias de Educação Superior, nos termos da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013;

- Portaria nº 543/2014 - Divulga a relação dos municípios selecionados no âmbito do Edital nº 3, de 22/10/2013, para implantação de cursos de graduação em medicina por instituição de educação superior privada;

- Portaria nº 143/2014 - Dispõe sobre a divulgação do resultado da seleção das propostas apresentadas em atenção à chamada pública para adesão ao processo de transferência assistida de alunos do Centro Universitário da Cidade;

- Portaria nº 41/2014 - Altera a Portaria Normativa nº 18, de 1º de agosto de 2013;

- Portaria Interministerial nº 10/2014 - Institui a Comissão Executiva dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde e o Comitê Nacional dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde;

- Portaria Normativa nº 5/2015 - Estabelece os procedimentos de pré-seleção e adesão de municípios para autorização de funcionamento de curso de graduação em medicina por instituição de educação superior privada, precedida de chamamento público;

- Portaria Normativa nº 22/2016 - Dispõe sobre normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;

- Portaria Normativa nº 1.442, de 9 de dezembro de 2016 - Disciplina os procedimentos para apuração de denúncias de irregularidades praticadas pelas Instituições de Educação Superior - IES no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade;

- Portaria Normativa nº 24, de 21 de dezembro de 2017 - retificação do item 3 da Portaria Normativa nº 24, de 21 de dezembro de 2017;

- Portaria Normativa nº 24, de 21 de dezembro de 2017 - Estabelece o Calendário Anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2018;

- Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos;

- Portaria Normativa nº 22, de 21 de dezembro de 2017- Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino;

- Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC;

- Portaria Normativa Nº 20, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino;

- Portaria nº 1.382, de 31 de outubro de 2017 - Aprova, em extratos, os indicadores dos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, credenciamento e transformação de organização acadêmica nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes;

- Portaria Normativa nº 15, de 11 de agosto de 2017 - Dispõe sobre o processo de Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social com atuação na área de educação;

- Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017 - Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017;

- Portaria FNDE nº 432, de 31 de maio de 2017 - Dispõe sobre o prazo para realização de aditamentos dos contratos de financiamento concedidos com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies;

- Portaria Normativa nº 01, de 3 de janeiro de 2017 - Estabelece os prazos de validade para atos regulatórios de credenciamento e credenciamento das Instituições de Educação Superior;

- Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018 - Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância;

- Portaria nº 328, de 05 de abril de 2018 - Dispõe sobre a suspensão do protocolo de pedidos de aumento de vagas e de novos editais de chamamento público para autorização de cursos de graduação em Medicina e institui o Grupo de Trabalho para análise e proposição acerca da reorientação da formação médica;

- Portaria nº 329, de 05 de abril de 2018 - Dispõe sobre a autorização e o funcionamento de cursos de graduação em Medicina nos sistemas de ensino dos estados e do Distrito Federal;

- Portaria nº 330, de 05 de abril de 2018 - Dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino;

- Portaria MEC nº 523, de 01 de junho de 2018 - Dispõe sobre as Instituições de Ensino Superior que ofertem cursos de Medicina autorizados no âmbito dos editais de chamamento público em tramitação ou concluídos, segundo o rito estabelecido no art. 3º da Lei nº 12.871, de 2013, ou ofertem cursos de Medicina pactuados no âmbito da política de expansão das universidades federais, poderão protocolizar pedidos de aumento de vagas destes cursos, uma única vez, por meio de ofício formal à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, que serão analisados de acordo com as regras estabelecidas nesta Portaria;

- Portaria nº 572, de 18 de junho de 2018 - Dispõe sobre os procedimentos de monitoramento para o funcionamento dos cursos de graduação em Medicina em instituições de educação superior privadas, no âmbito dos editais de chamamento público referentes ao Programa Mais Médicos;

- Portaria Normativa nº 741, de 02 agosto de 2018 - Altera a Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino;



- Portaria Normativa nº 742, de 2 de agosto de 2018 - Altera a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos;

- Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018 - Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes;

- Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018 - Dispõe sobre a expedição e o registro de diplomas de cursos superiores de graduação no âmbito do sistema federal de ensino;

- Portaria Nº 1.186, de 12 de novembro de 2018 - Institui a Avaliação Especial da Educação Superior no âmbito do Sistema Federal de Ensino;

- Portaria MEC nº 1.302, de 04 de dezembro de 2018 - Altera a Portaria MEC nº 328, de 5 de abril de 2018;

- Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017 - Republicada em 03 de setembro de 2018 para consolidação do texto normativo publicado no Diário Oficial da União nº 245 de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 25 a 29 - Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, reconhecimento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino;

- Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 - Republicada em 03 de setembro de 2018 para consolidação do texto normativo publicado no Diário Oficial da União nº 245 de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 35 a 40 - Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 3 de agosto de 2018);

- Portaria nº 1.421, de 28 de dezembro de 2018 - Estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2019;

- Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial;

- Portaria MEC nº 554, de 11 de março de 2019 - Dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;

- Portaria MEC nº 30, de 31 de janeiro de 2019 - Altera a Portaria nº 12, de 11 de janeiro de 2019, que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2019;

- Portaria MEC nº 21, de 11 de janeiro de 2019 - Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC;

- Portaria MEC nº 12, de 11 de janeiro de 2019 - Altera a Portaria nº 1.421, de 28 de dezembro de 2018, que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 20;

- Resolução/CNE/CES nº 03, de 14 de outubro de 2010 - Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e reconhecimento de universidades do Sistema Federal de Ensino;

- Resolução/CNE/CES nº 01, de 20 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e reconhecimento de Centros Universitários;

- Resolução/CD/FNDE nº 24, de 24 de maio de 2011 - Regulamenta o pagamento do Auxílio de Avaliação Educacional no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

- Resolução nº 4/2013 - O Presidente do Conselho Consultivo do Programa de Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior - CC - PARES, órgão colegiado de assessoramento da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso VIII, do Regimento Interno do referido Conselho, aprovado pela Portaria nº 382, de 7 de maio de 2013, do Ministério da Educação, resolve instituir câmaras consultivas temáticas;

- Resolução nº 02/2014 - Institui o cadastro nacional de oferta de cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) das instituições credenciadas no Sistema Federal de Ensino;

- Resolução/CNE/CP nº 02, de 02 de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

- Resolução/CNE/CES nº 03, de 22 de junho de 2016 - Dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;

- Resolução/CNE/CES nº 01, de 06 de abril de 2018 - Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências;

- Resolução/CNE/CES nº 01, de 19 de março de 2019 - Extensão da delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 8 de julho de 2011.

- Instrução Normativa nº 2/2013 - Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução e supervisão de celebração de Termo de Ajuste de Gratuidade a ser firmado entre o Ministério da Educação e as entidades beneficentes de assistência social da área de educação que tiverem seus pedidos de renovação e ou concessão de certificados indeferidos unicamente por não terem cumprido o percentual de gratuidade ou o número mínimo de bolsas de estudo previsto nos arts. 13, 13-A e 13-B da Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, conforme art. 17 da referida Lei;

- Instrução Normativa nº 4/2014 - Dispõe sobre a alteração do prazo para cadastro dos cursos de pós-graduação lato sensu no sistema e-MEC pelas Instituições de Ensino Superior, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 1, de 16 de maio de 2014, da Secretaria de regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES/MEC;

- Instrução Normativa nº 1/2014 - Estabelece prazo para o cumprimento da Resolução nº 2, de 12 de fevereiro de 2014, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação -CES/CNE;

- Instrução Normativa nº 1/2015 - Estabelece os procedimentos para o cumprimento da Instrução Normativa nº 1, de 16 de maio de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação;

- Instrução Normativa nº 1/2017 - Estabelece os procedimentos e o padrão decisório para os pedidos de autorização dos cursos de graduação em direito ofertados por Instituições de Educação Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, na modalidade presencial;

- Instrução Normativa nº 2/2017 - Regulamenta o art. 15, § 2º da Portaria Normativa nº 26, de 5 de dezembro de 2012, que trata do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Educação Superior - Proies;

- Instrução Normativa nº 2/2018 - Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de competência do Inep referentes à avaliação de IES, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes;

- Instrução Normativa nº 1/2018 - Regulamenta o art. 29 da Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017, alterada pela Portaria Normativa nº 741, de 02 de agosto de 2018.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.297, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

Estabelece o cronograma para a publicação das normas revisadas e consolidadas e publica a listagem dos atos normativos vigentes no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pelo inciso XLVII do art. 1º da Portaria nº 544, de 28 de setembro de 2020, que altera a Portaria nº 32, de 17 de janeiro de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e tendo em vista o disposto nos art. 12 e art. 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido, no Ministério da Justiça e Segurança Pública, o cronograma para a publicação das normas revisadas e consolidadas, na forma do Anexo I.

Art. 2º O Anexo II traz listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TERCIO ISSAMI TOKANO

ANEXO I

Cronograma das etapas de revisão, consolidação e revogação dos atos normativos inferiores à Decreto no Ministério da Justiça e Segurança Pública		
Fase	Atividade	Prazo
2 - Exame	Instituição de GT Temática 1 - AN e DTIC	05/10/2020
2.1 - Exame	Realização da revisão Temática 1	12/10/2020
2.2 - Consolidação	Portaria consolidação Temática 1 Minutagem, análise e publicação	23/11/2020
3 - Exame	Solicitação de indicação de membros do GT Temática 2 - SAA, CE, OG, CG e CONJUR	30/11/2020
3.1 - Exame	Instituição de GT Temática 2 - SAA, CE, OG, CG e CONJUR	07/12/2020
3.2 - Exame	Realização da revisão Temática 2 e minuta da portaria	14/12/2020
3.3 - Consolidação	Portaria consolidação Temática 2 - análise e publicação	19/02/2020
4 - Exame	Solicitação de indicação de membros do GT Temática 3 - SPO, SENACON, SENAIUS, SENAD	26/02/2021
4.1 - Exame	Instituição de GT Temática 3 - SPO, SENACON, SENAIUS, SENAD	05/03/2021
4.2 - Exame	Realização da revisão Temática 3 e minuta da portaria	12/03/2021
4.3 - Consolidação	Portaria consolidação Temática 3 - análise e publicação	24/05/2021
5 - Exame	Solicitação de indicação de membros do GT Temática 4 - SENASP, SEOPI, SEGEN	31/05/2021
5.1 - Exame	Instituição de GT Temática 4 - SENASP, SEOPI, SEGEN	07/06/2021
5.2 - Exame	Realização da revisão Temática 4 e minuta da portaria	14/06/2021
5.3 - Consolidação	Portaria consolidação Temática 4 - análise e publicação	24/08/2021
6 - Exame	Solicitação de indicação de membros do GT Temática 5 - DEPEN, PF, PRF	31/08/2021
6.1 - Exame	Instituição de GT Temática 5 - DEPEN, PF, PRF	07/09/2021
6.2 - Exame	Realização da revisão Temática 5 e minuta da portaria	14/09/2021
6.3 - Consolidação	Portaria consolidação Temática 5 - análise e publicação	23/11/2021

ANEXO II

- I. Portaria DEPEN nº 34, de 18/1/2016;
- II. Portaria DEPEN nº 6, de 25/1/2019;
- III. Resolução DEPEN nº 9, de 18/11/2011;
- IV. Resolução DEPEN nº 2, de 12/4/2018;
- V. Resolução DEPEN nº 6, de 13/12/2018;
- VI. Portaria DEPEN nº 25, de 15/6/2018;
- VII. Portaria DEPEN nº 327, de 11/9/2018;
- VIII. Portaria DEPEN nº 590, de 29/12/2016;
- IX. Portaria DEPEN nº 281, de 25/9/2018;
- X. Portaria DEPEN nº 34, de 15/1/2016;
- XI. Portaria DEPEN nº 578, de 16/12/2016;
- XII. Portaria DEPEN nº 357, de 2/7/2019;
- XIII. Portaria DEPEN nº 193, de 3/7/2018;
- XIV. Instrução Normativa DEPEN nº 2, de 12/9/2018;
- XV. Instrução Normativa DEPEN nº 207, de 21/10/2019;
- XVI. Portaria DEPEN nº 225, de 2018;
- XVII. Portaria DEPEN nº 226, de 2018;
- XVIII. Portaria DEPEN nº 128, de 2017;
- XIX. Portaria DEPEN nº 1.171, de 2017;
- XX. Portaria DEPEN nº1.414, de 2016;
- XXI. Portaria DEPEN nº 222, de 2018;
- XXII. Portaria DEPEN nº 879, de 2019;
- XXIII. Portaria DEPEN nº 1, de 01/01/2014;
- XXIV. Portaria Interministerial DEPEN nº 210, de 01/16/2014;
- XXV. Portaria DEPEN nº 95, de 06/16/2008;
- XXVI. Portaria DEPEN nº 98, de 06/19/2008;
- XXVII. Portaria DEPEN nº 11, de 12/06/2015;
- XXVIII. Portaria DEPEN nº 10, de 05/23/2018;
- XXIX. Portaria DEPEN nº 13, de 07/23/2018;
- XXX. Protocolo DEPEN, de 02/19/2018;
- XXXI. Portaria DEPEN nº 167, de 04/24/2012;
- XXXII. Portaria DEPEN nº 213, de 06/04/2018;
- XXXIII. Portaria DEPEN nº 187, de 06/06/2018;
- XXXIV. Portaria DEPEN nº 129, de 03/18/2019;
- XXXV. Portaria DEPEN nº 3123, de 4/12/2011;
- XXXVI. Portaria DEPEN nº 377, de 26/12/2013;
- XXXVII. Portaria DEPEN nº 63, de 31/1/2020;
- XXXVIII. Instrução Normativa DEPEN nº 5, de 25/6/2018;
- XXXIX. Portaria DEPEN nº 118;
- XL. Portaria DEPEN nº 825;
- XLI. Portaria DEPEN nº 3, de 18/01/2019;
- XLII. Portaria DEPEN nº 6, de 23/01/2019;
- XLIII. Portaria DEPEN nº 8, de 24/01/2019;
- XLIV. Portaria DEPEN nº 9, de 25/01/2019;
- XLV. Portaria DEPEN nº 10, de 25/01/2019;
- XLVI. Portaria DEPEN nº 114, de 28/02/2019;
- XLVII. Portaria DEPEN nº 133, de 21/03/2019;
- XLVIII. Portaria DEPEN nº 134, de 17/03/2019;
- XLIX. Portaria DEPEN nº 149, de 28/03/2019;
- L. Portaria DEPEN nº 203, de 19/05/2019;
- LI. Portaria DEPEN nº 228, de 27/05/2019;
- LII. Portaria DEPEN nº 244, de 12/06/2019;
- LIII. Portaria DEPEN nº 245, de 06/06/2019;



LIV. Portaria DEPEN nº 437, de 01/10/2019;
LV. Portaria DEPEN nº 544, de 02/12/2019;
LVI. Portaria DEPEN nº 552, de 09/12/2019;
LVII. Portaria DEPEN nº 556, de 08/12/2019;
LVIII. Portaria DEPEN nº 562, de 09/12/2019;
LIX. Portaria DEPEN nº 11, de 10/01/2020;
LX. Portaria DEPEN nº 24, de 17/01/2020;
LXI. Portaria DEPEN nº 63, de 03/02/2020;
LXII. Portaria DEPEN nº 69, de 03/02/2020;
LXIII. Portaria DEPEN nº 181, de 20/03/2020;
LXIV. Portaria SEOPÍ nº 1, de 29/10/2019;
LXV. Portaria SEOPÍ nº 15, de 10/03/2020;
LXVI. Portaria SEOPÍ nº 115, de 13/03/2020;
LXVII. Portaria SEOPÍ nº 18, de 28/04/2020;
LXVIII. Portaria SEOPÍ nº 20, de 20/05/2020;
LXIX. Portaria SEOPÍ nº 18, de 20/01/2020;
LXX. Portaria Conjunta CGCTSA nº 3, de 01/07/2019;
LXXI. Portaria CGCTSA nº 1, de 17/09/2019;
LXXII. Portaria CGCTSA nº 19, de 29/08/2019;
LXXIII. Portaria CGCTSA nº 1, de 24/07/2019;
LXXIV. Portaria CGCTSA nº 618, de 01/07/2019;
LXXV. Portaria CGCTSA nº 16, de 24/06/2019;
LXXVI. Portaria CGCTSA nº 263, de 23/03/2019;
LXXVII. Portaria CGCTSA nº 81, de 23/01/2002;
LXXVIII. Portaria CGCTSA nº 2.658, de 22/12/2003;
LXXIX. Portaria CGCTSA nº 2.014, de 13/10/2008;
LXXX. Portaria CGCTSA nº 49, de 12/03/2009;
LXXXI. Portaria CGCTSA nº 3.083, de 25/09/2013;
LXXXII. Portaria CGCTSA nº 4, de 13/03/1998;
LXXXIII. Portaria CGCTSA nº 3, de 19/03/1999;
LXXXIV. Portaria CGCTSA nº 3, de 15/01/2001;
LXXXV. Portaria CGCTSA nº 5, de 27/08/2002;
LXXXVI. Portaria CGCTSA nº 7, de 03/09/2003;
LXXXVII. Portaria CGCTSA nº 14, de 20/03/2020;
LXXXVIII. Ordem de Serviço CGCTSA nº 1, de 17/02/2020;
LXXXIX. Nota CGCTSA nº 20, de 13/01/2020;
XC. Nota CGCTSA nº 4, de 09/01/2020;
XCI. Nota CGCTSA nº 6, de 07/01/2020;
XCII. Portaria CGCTSA nº 27, de 19/11/2019;
XCIII. Recomendação CGCTSA nº 1, de 19/11/2019;
XCIV. Portaria CGCTSA nº 71, de 28/02/2020;

XCV. Ordem de Serviço CGCTSA nº 2, de 16/03/2020;
XCVI. Portaria GM/SENACON nº 2314, de 26/11/2018;
XCVII. Portaria SENACON/DPPDCD nº 9, de 21/05/2019;
XCVIII. Portaria SENACON/DPPDCD nº 1, de 17/09/2019;
XCIX. Portaria SENACON/GAB nº 25, de 01/11/2019;
C. Resolução SDE/CFDD nº 2, de 30/05/1995;
CI. Resolução SDE/CFDD nº 3, de 29/09/1995;
CII. Resolução SDE/CFDD nº 4, de 20/12/1995;
CIII. Resolução SDE/CFDD nº 5, de 07/10/1996;
CIV. Resolução SDE/CFDD nº 7, de 25/06/1999;
CV. Resolução SDE/CFDD nº 10, de 28/08/2003;
CVI. Resolução SDE/CFDD nº 19, de 28/02/2007;
CVII. Resolução SDE/CFDD nº 23, de 04/08/2009;
CVIII. Resolução SDE/CFDD nº 24, de 04/08/2009;
CIX. Resolução SDE/CFDD nº 27, de 25/03/2011;
CX. Resolução SENACON/CFDD nº 29, de 29/04/2013;
CXI. Resolução SENACON/CFDD nº 30, de 26/11/2013;
CXII. Resolução SENACON/CFDD nº 2, de 13/05/2015;
CXIII. Resolução SENACON/CFDD nº 31, de 20/11/2018;
CXIV. Resolução SENACON/CFDD nº 32, de 21/11/2018;
CXV. Resolução SENACON/CFDD nº 33, de 04/12/2018;
CXVI. PORTARIA SENACON-CNCP nº 232, de 25/06/2020;
CXVII. PORTARIA SENACON/CGEMM nº 156, de 01/04/2020;
CXVIII. PORTARIA SINDEC nº 24, de 31/10/2019;
CXIX. PORTARIA SINDEC nº 877, de 09/12/2019;
CXX. PORTARIA SINDEC nº 329, de 09/04/2019;
CXXI. PORTARIA SINDEC nº 15, de 27/03/2020;
CXXII. PORTARIA SENACON nº 19, de 23/06/2020;
CXXIII. PORTARIA SENACON nº 1387, de 13/08/2007;
CXXIV. PORTARIA SENACON nº 24, de 31/10/2019;
CXXV. PORTARIA SENACON nº 877, de 09/12/2019;
CXXVI. PORTARIA SENACON nº 329, de 09/04/2019;
CXXVII. PORTARIA CONJUNTA SENACON nº 3, de 01/07/2019;
CXXVIII. PORTARIA SENACON nº 1, de 17/09/2019;
CXXIX. PORTARIA SENACON nº 19, de 29/08/2019;
CXXX. PORTARIA SENACON nº 1, de 24/07/2019;
CXXXI. PORTARIA SENACON nº 618, de 01/07/2019;
CXXXII. PORTARIA SENACON nº 16, de 24/06/2019;
CXXXIII. PORTARIA SENACON nº 263, de 23/03/2019;
CXXXIV. PORTARIA SENACON nº 81, de 23/01/2002;
CXXXV. PORTARIA SENACON nº 2658, de 22/12/2003;
CXXXVI. PORTARIA SENACON nº 2014, de 13/10/2008;
CXXXVII. PORTARIA SENACON nº 49, de 12/03/2009;
CXXXVIII. PORTARIA SENACON nº 3083, de 25/09/2013;
CXXXIX. PORTARIA SENACON nº 4, de 13/03/1998;
CXL. PORTARIA SENACON nº 3, de 19/03/1999;
CXLI. PORTARIA SENACON nº 3, de 15/01/2001;
CXLII. PORTARIA SENACON nº 5, de 27/08/2002;
CXLIII. PORTARIA SENACON nº 7, de 03/09/2003;
CXLIV. PORTARIA SENACON nº 14, de 20/03/2020;
CXLV. ORDEM DE SERVIÇO SENACON nº 1, de 17/02/2020;
CXLVI. NOTA TÉCNICA SENACON nº 20, de 13/01/2020;
CXLVII. NOTA TÉCNICA SENACON nº 4, de 09/01/2020;
CXLVIII. NOTA TÉCNICA SENACON nº 6, de 07/01/2020;
CXLIX. PORTARIA SENACON nº 27, de 19/11/2019;
CL. RECOMENDAÇÃO SENACON nº 1, de 19/11/2019;
CLI. PORTARIA SENACON nº 71, de 28/02/2020;
CLII. ORDEM DE SERVIÇO SENACON nº 2, de 16/03/2020;
CLIII. Resolução Normativa SENAJUS nº 18, de 30/04/2014;
CLIV. Resolução Normativa SENAJUS nº 22, de 22/10/2015;
CLV. Resolução Normativa SENAJUS nº 23, de 30/09/2016;
CLVI. Resolução Normativa SENAJUS nº 24, de 28/07/2017;
CLVII. Resolução Normativa SENAJUS nº 26, de 26/03/2018;
CLVIII. Resolução Normativa SENAJUS nº 27, de 30/10/2018;

CLIX. Resolução Normativa SENAJUS nº 28, de 20/12/2018;
CLX. Resolução Normativa SENAJUS nº 29, de 14/06/2019;
CLXI. Resolução Normativa SENAJUS nº 31, de 13/11/2019;
CLXII. Resolução Conjunta Conanda/Conare/CNig/DPU SENAJUS nº 1, de 01/08/2017;
CLXIII. Resolução Conjunta Conare/CNig SENAJUS nº 1, de 09/10/2018;
CLXIV. Portaria do Presidente do Conare SENAJUS nº 1, de 25/01/2018;
CLXV. Portaria do Presidente do Conare SENAJUS nº 2, de 20/03/2020;
CLXVI. Portaria do Ministro SENAJUS nº 756, de 05/11/1998;
CLXVII. Portaria SENAJUS nº 31, de 20/08/2009;
CLXVIII. Portaria SENAJUS nº 41, de 06/11/2009;
CLXIX. Portaria SENAJUS nº 718, de 02/09/2019;

CLXX. Portaria SENAJUS nº 720, de 02/09/2019;
CLXXI. Resolução Normativa SENAJUS nº 1, de 01/12/2017;
CLXXII. Resolução Normativa SENAJUS nº 2, de 01/12/2017;
CLXXIII. Resolução Normativa SENAJUS nº 3, de 01/12/2017;
CLXXIV. Resolução Normativa SENAJUS nº 4, de 01/12/2017;
CLXXV. Resolução Normativa SENAJUS nº 5, de 01/12/2017;
CLXXVI. Resolução Normativa SENAJUS nº 6, de 01/12/2017;
CLXXVII. Resolução Normativa SENAJUS nº 7, de 01/12/2017;
CLXXVIII. Resolução Normativa SENAJUS nº 8, de 01/12/2017;
CLXXIX. Resolução Normativa SENAJUS nº 9, de 01/12/2017;
CLXXX. Resolução Normativa SENAJUS nº 10, de 01/12/2017;
CLXXXI. Resolução Normativa SENAJUS nº 11, de 01/12/2017;
CLXXXII. Resolução Normativa SENAJUS nº 12, de 01/12/2017;
CLXXXIII. Resolução Normativa SENAJUS nº 13, de 12/12/2017;
CLXXXIV. Resolução Normativa SENAJUS nº 14, de 12/12/2017;
CLXXXV. Resolução Normativa SENAJUS nº 15, de 12/12/2017;
CLXXXVI. Resolução Normativa SENAJUS nº 16, de 12/12/2017;
CLXXXVII. Resolução Normativa SENAJUS nº 17, de 12/12/2017;
CLXXXVIII. Resolução Normativa SENAJUS nº 18, de 12/12/2017;
CLXXXIX. Resolução Normativa SENAJUS nº 19, de 12/12/2017;
CXC. Resolução Normativa SENAJUS nº 20, de 12/12/2017;
CXCI. Resolução Normativa SENAJUS nº 21, de 12/12/2017;
CXCI. Resolução Normativa SENAJUS nº 22, de 12/12/2017;
CXCI. Resolução Normativa SENAJUS nº 23, de 12/12/2017;
CXCI. Resolução Normativa SENAJUS nº 24, de 20/02/2018;
CXCV. Resolução Normativa SENAJUS nº 25, de 20/02/2018;
CXCVI. Resolução Normativa SENAJUS nº 26, de 20/02/2018;
CXCVII. Resolução Normativa SENAJUS nº 27, de 10/04/2018;
CXCVIII. Resolução Normativa SENAJUS nº 28, de 10/04/2018;
CXCI. Resolução Normativa SENAJUS nº 29, de 12/06/2018;
CC. Resolução Normativa SENAJUS nº 30, de 12/06/2018;
CCI. Resolução Normativa SENAJUS nº 31, de 12/06/2018;
CCII. Resolução Normativa SENAJUS nº 32, de 14/08/2018;
CCIII. Resolução Normativa SENAJUS nº 33, de 12/06/2018;
CCIV. Resolução Normativa SENAJUS nº 34, de 14/08/2018;
CCV. Resolução Normativa SENAJUS nº 35, de 14/08/2018;
CCVI. Resolução Normativa SENAJUS nº 36, de 09/10/2018;
CCVII. Resolução Normativa SENAJUS nº 37, de 28/08/2019;
CCVIII. Resolução Normativa SENAJUS nº 38, de 28/08/2019;
CCIX. Resolução Normativa SENAJUS nº 39, de 28/08/2019;
CCX. Resolução Normativa SENAJUS nº 40, de 02/10/2019;
CCXI. Resolução Normativa SENAJUS nº 41, de 02/10/2019;
CCXII. Resolução Conjunta/CONARE SENAJUS nº 1, de 09/10/2018;
CCXIII. Resolução Administrativa SENAJUS nº 1, de 14/08/2018;
CCXIV. Resolução Administrativa SENAJUS nº 2, de 28/08/2019;
CCXV. Resolução Administrativa SENAJUS nº 3, de 28/08/2019;
CCXVI. Resolução Administrativa SENAJUS nº 4, de 28/08/2019;
CCXVII. Portaria Interministerial SENAJUS nº 3, de 27/02/2018;
CCXVIII. Portaria Interministerial SENAJUS nº 5, de 27/02/2018;
CCXIX. Portaria SENAJUS nº 218, de 27/02/2018;
CCXX. Portaria Interministerial SENAJUS nº 6, de 08/03/2018;
CCXXI. Portaria Interministerial SENAJUS nº 7, de 13/03/2018;
CCXXII. Portaria Interministerial SENAJUS nº 7, de 19/08/2019;

CCXXIII. Portaria Interministerial SENAJUS nº 8, de 13/03/2018;
CCXXIV. Portaria Interministerial SENAJUS nº 9, de 14/03/2018;
CCXXV. Portaria Interministerial SENAJUS nº 11, de 03/05/2018;
CCXXVI. Portaria Interministerial SENAJUS nº 12, de 13/06/2018;
CCXXVII. Portaria Interministerial SENAJUS nº 15, de 27/08/2018;
CCXXVIII. Portaria Interministerial SENAJUS nº 16, de 03/10/2018;
CCXXIX. Portaria Interministerial SENAJUS nº 18, de 19/12/2018;
CCXXX. Portaria SENAJUS nº 197, de 06/03/2019;
CCXXXI. Portaria Interministerial SENAJUS nº 2, de 15/05/2019;
CCXXXII. Portaria SENAJUS nº 432, de 17/06/2019;
CCXXXIII. Portaria Interministerial SENAJUS nº 3, de 03/07/2019;
CCXXXIV. Portaria Interministerial SENAJUS nº 4, de 26/07/2019;
CCXXXV. Portaria Interministerial SENAJUS nº 5, de 26/07/2019;
CCXXXVI. Portaria SENAJUS nº 748, de 27/09/2019;
CCXXXVII. Portaria Interministerial SENAJUS nº 8, de 08/10/2019;
CCXXXVIII. Portaria Interministerial SENAJUS nº 9, de 08/10/2019;
CCXXXIX. Portaria SENAJUS nº 770, de 11/10/2019;
CCXL. Portaria Interministerial SENAJUS nº 10, de 05/12/2019;
CCXLI. Portaria Interministerial SENAJUS nº 12, de 20/12/2019;
CCXLII. Portaria SENAJUS nº 32, de 17/02/2020;
CCXLIII. Portaria SENAJUS nº 87, de 23/03/2020;
CCXLIV. Portaria SENAJUS nº 1.876, de 27/10/2006;
CCXLV. Portaria SENAJUS nº 1, de 27/10/2005;
CCXLVI. Portaria SENAJUS nº 231, de 17/12/2015;
CCXLVII. Portaria SENAJUS nº 501, de 21/03/2012;
CCXLVIII. Portaria SENAJUS nº 500, de 21/03/2012;
CCXLIX. Portaria SENAJUS nº 522, de 03/05/2016;
CCL. Portaria SENAJUS nº 217, de 27/02/2018;
CCLI. Portaria SENAJUS nº 572, de 11/05/2016;
CCLII. Portaria SENAJUS nº 89, de 14/02/2018;
CCLIII. Portaria SENAJUS nº 242, de 29/09/2014;
CCLIV. Portaria SENAJUS nº 264, de 25/03/2019;
CCLV. Portaria SENAJUS nº 82, de 28/01/2019;
CCLVI. Portaria SENAJUS nº 572, de 11/05/2016;
CCLVII. Portaria SENAJUS nº 2832, de 26/12/2018;
CCLVIII. Portaria SENAJUS nº 863, de 28/11/2019;
CCLIX. Portaria SENAJUS nº 1.189, de 03/08/2018;
CCLX. Portaria SENAJUS nº 864, de 28/11/2019;
CCLXI. Portaria SENAJUS nº 362, de 01/03/2016;
CCLXII. Portaria SENAJUS nº 537, de 04/07/2017;
CCLXIII. Portaria Interministerial SENAJUS nº 7, de 19/08/2019;
CCLXIV. Portaria SENAJUS nº 791, de 15/09/2017;
CCLXV. Resolução Recomendatória SENAJUS nº 1, de 30/09/2011;
CCLXVI. Resolução Recomendatória SENAJUS nº 2, de 31/10/2012;
CCLXVII. Resolução Recomendatória SENAJUS nº 1, de 24/09/2010;
CCLXVIII. PORTARIA SAA nº 30, de 09/10/01;
CCLXIX. PORTARIA SAA nº 682, de 15/08/2017;
CCLXX. PORTARIA SAA nº 2.999, de 27/11/2012;
CCLXXI. PORTARIA SAA nº 26, de 15/08/08;
CCLXXII. PORTARIA SAA nº 70, de 06/08/15;
CCLXXIII. PORTARIA SAA nº 2040, de 31/12/10;
CCLXXIV. PORTARIA SAA nº 530, de 26/04/16;
CCLXXV. PORTARIA SAA nº 499, de 26/04/13;
CCLXXVI. PORTARIA SAA nº 770, de 22/07/15;
CCLXXVII. PORTARIA SAA nº 182, de 20/02/14;
CCLXXVIII. PORTARIA SAA nº 151, de 13/02/14;
CCLXXIX. PORTARIA SAA nº 1678, de 12/11/12;
CCLXXX. PORTARIA SAA nº 1210, de 08/11/04;
CCLXXXI. PORTARIA SAA nº 896, de 08/09/14;
CCLXXXII. PORTARIA SAA nº 778, de 08/07/13;
CCLXXXIII. PORTARIA SAA nº 133, de 07/02/14;
CCLXXXIV. CONVÊNIO SAA nº 3, de 29/06/11;
CCLXXXV. PORTARIA SAA nº 804, de 13/11/18;
CCLXXXVI. PORTARIA SAA nº 926, de 31/10/17;



CCLXXXVII. PORTARIA SAA nº 954, de 04/11/19;
CCLXXXVIII. PORTARIA SAA nº 1094, de 06/11/19;
CCLXXXIX. PORTARIA SAA nº 574, de 05/11/16;
CCXC. PORTARIA SAA nº 3, de 01/07/15;
CCXCI. PORTARIA SAA nº 11, de 03/06/20;
CCXCII. PORTARIA SAA nº 667, de 15/04/2014;
CCXCIII. PORTARIA SPO nº 3, de 27/06/18;
CCXCIV. Portaria SPO nº 720, de 21/09/2018;
CCXCV. Portaria SPO nº 7, de 22/05/2019;
CCXCVI. Portaria SPO nº 8, de 22/05/2019;
CCXCVII. Portaria SPO nº 1, de 17/01/2020;
CCXCVIII. Portaria SPO nº 7, de 13/05/2020;
CCXCIX. Portaria GM nº 675, de 14/08/2017;
CCC. Portaria SE nº 1684, de 10/11/2017;
CCCI. Portaria SE nº 1775, de 08/12/2017;
CCCII. Portaria CGE SE nº 1, de 19/01/2018;
CCCIII. Portaria CGE SE nº 2, de 10/04/2018;
CCCIV. Portaria CGE SE nº 3, de 22/05/2018;
CCCV. Portaria SE nº 500, de 19/06/2018;
CCCVI. Portaria CGE SE nº 4, de 16/07/2018;
CCCVII. Portaria CGE SE nº 5, de 29/08/2018;
CCCVIII. Portaria SE nº 753, de 11/10/2018;
CCCIX. Portaria GM nº 521, de 15/05/2019;
CCCX. Portaria SE nº 1155, de 28/05/2019;
CCCXI. Portaria SE nº 1307, de 05/07/2019;
CCCXII. Resolução SE nº 6, de 01/08/2019;
CCCXIII. Portaria SE nº 1595, de 30/09/2019;
CCCXIV. Portaria CGE SE nº 7, de 30/09/2019;
CCCXV. Portaria CGE SE nº 8, de 10/12/2019;
CCCXVI. Portaria GM nº 895, de 19/12/2019;
CCCXVII. Portaria CGE SE nº 9, de 10/03/2020;
CCCXVIII. Portaria GM nº 86, de 23/03/2020;
CCCXIX. Portaria GM nº 3.403, de 30/10/2013;
CCCXX. ortaria SE nº 1.523, de 19/09/2019;
CCCXXI. Portaria SE nº 1.660, de 21/10/2019;
CCCXXII. Portaria SE nº 139, de 03/02/2020;
CCCXXIII. Portaria GM nº 821, de 31/10/2019;
CCCXXIV. Portaria GM nº 492, de 27/04/2016;
CCCXXV. Portaria GM nº 34, de 11/01/2017;
CCCXXVI. Portaria GM nº 653, de 04/08/2017;
CCCXXVII. PORTARIA MJ/SE/DTIC nº 771, de 22/07/15;
CCCXXVIII. PORTARIA MJ/SE/DTIC nº 980, de 05/09/13;
CCCXXIX. PORTARIA MJ/SE/DTIC nº 496, de 19/04/2016;
CCCXXX. PORTARIA GM/DTIC nº 3530, de 03/12/2013;
CCCXXI. PORTARIA CE nº 430, de 15/4/2019;
CCCXXII. PORTARIA SENAD nº 473, de 27/02/2014;
CCCXXXIII. RESOLUÇÃO SENAD nº 1, de 19/08/2015;
CCCXXXIV. PORTARIA INTERMINISTERIAL MJ/MDA SENAD nº 1, de 03/05/2016;
CCCXXXV. RESOLUÇÃO SENAD nº 3, de 30/08/2016;
CCCXXXVI. RESOLUÇÃO SENAD nº 1, de 09/03/2018;
CCCXXXVII. PORTARIA SENAD nº 11, de 03/07/2019;
CCCXXXVIII. PORTARIA SENAD nº 18, de 27/08/2019;
CCCXXXIX. PORTARIA SENAD nº 20, de 17/09/2019;
CCCXL. PORTARIA SENAD nº 22, de 04/12/2019;
CCCXLI. PORTARIA SENAD nº 1, de 10/01/2020;
CCCXLII. RESOLUÇÃO SENASP nº 1, de 22/09/2015;
CCCXLIII. RESOLUÇÃO SENASP nº 2, de 26/10/2015;
CCCXLIV. Instrução Normativa SENASP nº 9, de 09/06/2017;
CCCXLV. PORTARIA SENASP nº 46, de 20/02/2020;
CCCXLVI. PORTARIA SENASP nº 63;
CCCXLVII. PORTARIA SENASP nº 229, de 10/12/2018;
CCCXLVIII. PORTARIA SENASP nº 975, de 15/04/2019;
CCCXLIX. PORTARIA SENASP nº 114, de 26/07/2019;
CCCL. PORTARIA SENASP nº 845, de 19/11/2019;

CCCLI. PORTARIA SENASP nº 879, de 03/12/2019;
CCCLII. PORTARIA SENASP nº 880, de 12/12/2019;
CCCLIII. PORTARIA SENASP nº 885, de 18/12/2019;
CCCLIV. PORTARIA SENASP nº 104, de 13/03/2020;
CCCLV. PORTARIA SENASP nº 91, de 13/03/2020;
CCCLVI. PORTARIA SENASP nº 92, de 17/03/2020;
CCCLVII. PORTARIA SENASP nº 100, de 19/03/2020;
CCCLVIII. PORTARIA SENASP nº 144, de 03/09/2019;
CCCLIX. PORTARIA SENASP nº 145, de 03/09/2019;
CCCLX. PORTARIA SENASP nº 20;
CCCLXI. Portaria do Ministro CAT-GM nº 868;
CCCLXII. Extrato de Acordo de Cooperação Técnica nº 8/2019/NAT/GM;
CCCLXIII. Portaria CONJUR nº 1.075, de 21/11/2017;
CCCLXIV. Portaria CONJUR nº 1 - CCI, de 04/05/2018;
CCCLXV. Portaria CONJUR nº 1, de 31/01/2020;
CCCLXVI. PORTARIA OUVG nº 1275, de 19/07/2019;
CCCLXVII. RESOLUÇÃO OUVG nº 1, de 25/09/2019;
CCCLXVIII. PORTARIA OUVG nº 825, de 19/11/2019;
CCCLXIX. PORTARIA OUVG nº 681, de 05/12/2019;
CCCLXX. PORTARIA OUVG nº 880, de 12/12/2019;
CCCLXXI. PORTARIA OUVG nº 16, de 29/01/2020;
CCCLXXII. Instrução Normativa PRF nº 12/2020, de 13/03/2020;
CCCLXXIII. Instrução Normativa PRF nº 10/2020, de 18/02/2020;
CCCLXXIV. Instrução Normativa PRF nº 09/2020, de 11/02/2020;
CCCLXXV. Instrução Normativa PRF nº 05/2020, de 11/09/2019;
CCCLXXVI. Instrução Normativa PRF nº 04/2019, de 09/04/2019;
CCCLXXVII. Instrução Normativa PRF nº 01/2019, de 17/06/2019;
CCCLXXVIII. Instrução Normativa PRF nº 142/2019, de 01/04/2019;
CCCLXXIX. Instrução Normativa PRF nº 140/2019, de 18/03/2019;
CCCLXXX. Instrução Normativa PRF nº 138/2018, de 14/12/2018;
CCCLXXXI. Instrução Normativa PRF nº 135/2018, de 06/12/2018;
CCCLXXXII. Instrução Normativa PRF nº 134/2018, de 27/11/2018;
CCCLXXXIII. Instrução Normativa PRF nº 133/2018, de 27/11/2018;
CCCLXXXIV. Instrução Normativa PRF nº 132/2018, de 27/11/2018;
CCCLXXXV. Instrução Normativa PRF nº 131/2018, de 27/11/2018;
CCCLXXXVI. Instrução Normativa PRF nº 128/2018, de 21/11/2018;
CCCLXXXVII. Instrução Normativa PRF nº 127/2018, de 14/11/2018;
CCCLXXXVIII. Instrução Normativa PRF nº 126/2018, de 21/11/2018;
CCCLXXXIX. Instrução Normativa PRF nº 125/2018, de 07/11/2018;
CCCXC. Instrução Normativa PRF nº 123/2018, de 26/09/2018;
CCCXCI. Instrução Normativa PRF nº 122/2018, de 21/09/2018;
CCCXCII. Instrução Normativa PRF nº 121/2018, de 21/09/2018;
CCCXCIII. Instrução Normativa PRF nº 119/2018, de 11/04/2018;
CCCXCIV. Instrução Normativa PRF nº 117/2018, de 19/03/2018;
CCCXCV. Instrução Normativa PRF nº 116/2018, de 19/03/2018;
CCCXCVI. Instrução Normativa PRF nº 115/2018, de 02/02/2018;
CCCXCVII. Instrução Normativa PRF nº 114/2017, de 28/12/2017;
CCCXCVIII. Instrução Normativa PRF nº 113/2017, de 19/12/2017;
CCCXCIX. Instrução Normativa PRF nº 112/2017, de 06/12/2017;
CD. Instrução Normativa PRF nº 111/2017, de 04/12/2017;
CDI. Instrução Normativa PRF nº 110/2017, de 20/11/2017;
CDII. Instrução Normativa PRF nº 109/2017, de 20/11/2017;
CDIII. Instrução Normativa PRF nº 108/2017, de 30/10/2017;

CDIV. Instrução Normativa PRF nº 106/2017, de 10/10/2017;
CDV. Instrução Normativa PRF nº 105/2017, de 09/10/2017;
CDVI. Instrução Normativa PRF nº 103/2017, de 09/10/2017;
CDVII. Instrução Normativa PRF nº 102/2017, de 26/09/2017;
CDVIII. Instrução Normativa PRF nº 101/2017, de 20/09/2017;
CDIX. Instrução Normativa PRF nº 100/2017, de 09/08/2017;
CDX. Instrução Normativa PRF nº 99/2017, de 19/07/2017;
CDXI. Instrução Normativa PRF nº 98/2017, de 21/07/2017;
CDXII. Instrução Normativa PRF nº 97/2017, de 21/07/2017;
CDXIII. Instrução Normativa PRF nº 94/2017, de 21/07/2017;
CDXIV. Instrução Normativa PRF nº 93/2017, de 08/05/2017;

CDXV. Instrução Normativa PRF nº 92/2017, de 03/05/2017;
CDXVI. Instrução Normativa PRF nº 89/2016-CGO, de 03/10/2016;
CDXVII. Instrução Normativa PRF nº 88/2016, de 20/01/2017;
CDXVIII. Instrução Normativa PRF nº 87/2017, de 19/01/2017;
CDXIX. Instrução Normativa PRF nº 85/2016-CGRH, de 21/08/2016;
CDXX. Instrução Normativa PRF nº 83/2016, de 06/10/2016;
CDXXI. Instrução Normativa PRF nº 82/2016, de 11/11/2016;
CDXXII. Instrução Normativa PRF nº 80/2016, de 01/08/2016;
CDXXIII. Instrução Normativa PRF nº 73/2016-CGO, de 11/05/2016;
CDXXIV. Instrução Normativa PRF nº 71/2016, de 16/06/2016;
CDXXV. Instrução Normativa PRF nº 69/2016, de 19/04/2016;
CDXXVI. Instrução Normativa PRF nº 68/2016, de 14/04/2016;
CDXXVII. Instrução Normativa PRF nº 67/2016, de 06/04/2016;
CDXXVIII. Instrução Normativa PRF nº 66/2016, de 21/03/2016;
CDXXIX. Instrução Normativa PRF nº 65/2016, de 22/02/2016;
CDXXX. Instrução Normativa PRF nº 61/2015, de 13/11/2015;
CDXXXI. Instrução Normativa PRF nº 58/2015, de 18/05/2015;
CDXXXII. Instrução Normativa PRF nº 54/2015, de 16/04/2015;
CDXXXIII. Instrução Normativa PRF nº 53/2015, de 09/04/2015;
CDXXXIV. Instrução Normativa PRF nº 50/2015-CGRH, de 20/01/2015;
CDXXXV. Instrução Normativa PRF nº 47/2014, de 07/10/2014;
CDXXXVI. Instrução Normativa PRF nº 46/2014-CGO, de 18/09/2014;
CDXXXVII. Instrução Normativa PRF nº 45/2014-CGO, de 18/09/2014;
CDXXXVIII. Instrução Normativa PRF nº 44/2014, de 15/09/2014;
CDXXXIX. Instrução Normativa PRF nº 42/2014-CGO, de 17/07/2014;
CDXL. Instrução Normativa PRF nº 40/2014, de 21/03/2014;
CDXLI. Instrução Normativa PRF nº 39/2014, de 20/03/2014;
CDXLII. Instrução Normativa PRF nº 38/2014, de 07/03/2014;
CDXLIII. Instrução Normativa PRF nº 37/2014, de 25/02/2014;
CDXLIV. Instrução Normativa PRF nº 36/2014, de 25/02/2014;
CDXLV. Instrução Normativa PRF nº 34/2014-CGO, de 10/01/2014;
CDXLVI. Instrução Normativa PRF nº 32/2013, de 29/11/2013;
CDXLVII. Instrução Normativa PRF nº 31/2013, de 29/11/2013;
CDXLVIII. Instrução Normativa PRF nº 30/2013-CGO, de 29/11/2013;
CDXLIX. Instrução Normativa PRF nº 25/2013, de 03/10/2013;
CDL. Instrução Normativa PRF nº 23/2013, de 27/08/2013;
CDLI. Instrução Normativa PRF nº 22/2013, de 19/08/2013;
CDLII. Instrução Normativa PRF nº 21/2013, de 17/06/2013;
CDLIII. Instrução Normativa PRF nº 20/2013, de 10/06/2013;
CDLIV. Instrução Normativa PRF nº 18/2013, de 31/05/2013;
CDLV. Instrução Normativa PRF nº 15/2013, de 21/05/2013;
CDLVI. Instrução Normativa PRF nº 13/2013, de 15/03/2013;
CDLVII. Instrução Normativa PRF nº 07/2012, de 29/02/2012;
CDLVIII. Instrução Normativa PRF nº 01/2012-CGO, de 02/05/2012;
CDLIX. Instrução Normativa PRF nº 01/2012-CG, de 31/01/2012;
CDLX. Instrução Normativa PRF nº 01/2012, de 16/01/2012;
CDLXI. Instrução Normativa PRF nº 08/2011, de 08/12/2011;
CDLXII. Instrução Normativa PRF nº 06/2011, de 28/09/2011;
CDLXIII. Instrução Normativa PRF nº 02/2011-CG, de 31/03/2011;
CDLXIV. Instrução Normativa PRF nº 02/2011, de 16/02/2011;
CDLXV. Instrução Normativa PRF nº 01/2011, de 20/01/2011;
CDLXVI. Instrução Normativa PRF nº 04/2010-CGO, de 07/06/2010;
CDLXVII. Instrução Normativa PRF nº 02/2010, de 10/02/2010;
CDLXVIII. Instrução Normativa PRF nº 01/2010-CG, de 27/01/2010;
CDLXIX. Instrução Normativa PRF nº 07/2009, de 05/08/2009;
CDLXX. Instrução Normativa PRF nº 06/2009, de 11/05/2009;
CDLXXI. Instrução Normativa PRF nº 02/2009, de 13/03/2009;
CDLXXII. Instrução Normativa PRF nº 13/2008, de 03/10/2008;
CDLXXIII. Instrução Normativa PRF nº 12/2008, de 24/09/2008;
CDLXXIV. Instrução Normativa PRF nº 11/2008, de 19/09/2008;
CDLXXV. Instrução Normativa PRF nº 09/2008, de 17/06/2008;
CDLXXVI. Instrução Normativa PRF nº 08/2008, de 20/05/2008;
CDLXXVII. Instrução Normativa PRF nº 07/2008, de 12/05/2008;
CDLXXVIII. Instrução Normativa PRF nº 06/2008, de 02/04/2008;

CDLXXIX. Instrução Normativa PRF nº 15/2007, de 29/10/2007;
CDLXXX. Instrução Normativa PRF nº 13/2007, de 30/08/2007;
CDLXXXI. Instrução Normativa PRF nº 10/2007, de 15/08/2007;
CDLXXXII. Instrução Normativa PRF nº 09/2007, de 18/07/2007;
CDLXXXIII. Instrução Normativa PRF nº 07/2007, de 20/06/2007;
CDLXXXIV. Instrução Normativa PRF nº 06/2007, de 13/03/2007;
CDLXXXV. Instrução Normativa PRF nº 05/2007, de 16/02/2007;
CDLXXXVI. Instrução Normativa PRF nº 04/2007, de 16/02/2007;
CDLXXXVII. Instrução Normativa PRF nº 11/2006, de 25/10/2006;
CDLXXXVIII. Instrução Normativa PRF nº 10/2006, de 06/10/2006;
CDLXXXIX. Instrução Normativa PRF nº 09/2006, de 06/10/2006;
CDXC. Instrução Normativa PRF nº 03/2006, de 08/02/2006;
CDXCI. Instrução Normativa PRF nº 03/2005, de 03/03/2005;
CDXCII. Instrução Normativa PRF nº 02/2005, de 03/03/2005;
CDXCIII. Instrução Normativa PRF nº 11/2004, de 23/09/2004;
CDXCIV. Instrução Normativa PRF nº 07/2004, de 28/05/2004;
CDXCV. Instrução Normativa PRF nº 05/2004, de 14/04/2004;
CDXCVI. Instrução Normativa PRF nº 04/2004, de 15/03/2004;
CDXCVII. Instrução Normativa PRF nº 24/2003, de 22/10/2003;
CDXCVIII. Instrução Normativa PRF nº 23/2003, de 14/10/2003;
CDXCIX. Instrução Normativa PRF nº 20/2003, de 06/08/2003;
D. Instrução Normativa PRF nº 15/2003, de 5/2/2003;
DI. Instrução Normativa PRF nº 08/2003, de 28/02/2003;
DII. Portaria PRF nº 114/2020-DG, de 16/04/2020;
DIII. Portaria PRF nº 97/2020-DG, de 24/03/2020;
DIV. Portaria PRF nº 90/2020-DG, de 01/04/2020;
DV. Portaria Normativa PRF nº 05/2019-DG, de 24/09/2019;
DVI. Portaria Normativa PRF nº 04/2019-DG, de 16/09/2019;
DVII. Portaria Normativa PRF nº 01/2019-DG, de 29/07/2019;
DVIII. Portaria Normativa PRF nº 223/2019-DG, de 31/01/2019;
DIX. Portaria Normativa PRF nº 222/2019-DG, de 01/04/2019;
DX. Portaria Normativa PRF nº 220/2018-DG, de 26/12/2018;
DXI. Portaria Normativa PRF nº 218/2018-DG, de 11/12/2018;
DXII. Portaria Normativa PRF nº 217/2018-DG, de 22/11/2018;
DXIII. Portaria Normativa PRF nº 216/2018-DG, de 22/11/2018;
DXIV. Portaria Normativa PRF nº 215/2018-DG, de 20/11/2018;
DXV. Portaria Normativa PRF nº 214/2018-DG, de 07/11/2018;
DXVI. Portaria Normativa PRF nº 213/2018-DG, de 25/10/2018;
DXVII. Portaria Normativa PRF nº 212/2018-DG, de 19/10/2018;
DXVIII. Portaria Normativa PRF nº 210/2018-CGO, de 27/09/2018;



DXIX. Portaria Normativa PRF nº 209/2018-CGO, de 27/09/2018;
DXX. Portaria Normativa PRF nº 203/2018-DG, de 19/09/2018;
DXXI. Portaria Normativa PRF nº 202/2018-CGO, de 14/09/2018;
DXXII. Portaria Normativa PRF nº 201/2018-CGO, de 14/09/2018;
DXXIII. Portaria Normativa PRF nº 200/2018-DG, de 13/09/2018;
DXXIV. Portaria Normativa PRF nº 199/2018-DG, de 05/09/2018;
DXXV. Portaria Normativa PRF nº 198/2018-DG, de 05/09/2018;
DXXVI. Portaria Normativa PRF nº 197/2018-CGO, de 03/09/2018;
DXXVII. Portaria Normativa PRF nº 196/2018-DG, de 28/08/2018;
DXXVIII. Portaria Normativa PRF nº 195/2018-CGO, de 27/08/2018;
DXXIX. Portaria Normativa PRF nº 194/2018-CGI, de 27/08/2018;
DXXX. Portaria Normativa PRF nº 193/2018-CGI, de 24/08/2018;
DXXXI. Portaria Normativa PRF nº 192/2018-CGI, de 24/08/2018;
DXXXII. Portaria Normativa PRF nº 191/2018-CGI, de 24/08/2018;
DXXXIII. Portaria Normativa PRF nº 190/2018-CGI, de 24/08/2018;
DXXXIV. Portaria Normativa PRF nº 189/2018-CGO, de 20/08/2018;
DXXXV. Portaria Normativa PRF nº 188/2018-CGO, de 15/08/2018;
DXXXVI. Portaria Normativa PRF nº 187/2018-CGO, de 15/08/2018;
DXXXVII. Portaria Normativa PRF nº 186/2018-CGO, de 25/07/2018;
DXXXVIII. Portaria Normativa PRF nº 185/2018-CGO, de 17/07/2018;
DXXXIX. Portaria Normativa PRF nº 184/2018-DG, de 10/07/2018;
DXL. Portaria Normativa PRF nº 183/2018-CGO, de 29/07/2018;
DXLI. Portaria Normativa PRF nº 182/2018-CGO, de 29/07/2018;
DXLII. Portaria Normativa PRF nº 181/2018-CGO, de 29/06/2018;

DXLIII. Portaria Normativa PRF nº 179/2018-CGO, de 05/06/2018;
DXLIV. Portaria Normativa PRF nº 178/2018-CGO, de 14/05/2018;
DXLV. Portaria Normativa PRF nº 177/2018-DG, de 27/04/2018;
DXLVI. Portaria Normativa PRF nº 176/2018-DG, de 21/03/2018;
DXLVII. Portaria Normativa PRF nº 175/2018-CGO, de 08/02/2018;
DXLVIII. Portaria Normativa PRF nº 174/2018-DG, de 16/01/2018;
DXLIX. Portaria Normativa PRF nº 173/2018-CGO, de 11/01/2018;
DL. Portaria Normativa PRF nº 172/2017-DG, de 28/12/2017;
DLI. Portaria Normativa PRF nº 171/2017-DG, de 27/12/2017;
DLII. Portaria Normativa PRF nº 170/2017-CGO, de 12/12/2017;
DLIII. Portaria Normativa PRF nº 167/2017-CGO, de 13/10/2017;
DLIV. Portaria Normativa PRF nº 166/2017-CGO, de 13/10/2017;
DLV. Portaria Normativa PRF nº 165/2017-CGO, de 13/10/2017;
DLVI. Portaria Normativa PRF nº 164/2017-CGO, de 10/10/2017;
DLVII. Portaria Normativa PRF nº 163/2017-DG, de 22/08/2017;
DLVIII. Portaria Normativa PRF nº 162/2017-DG, de 01/07/2017;
DLIX. Portaria Normativa PRF nº 161/2017-DG, de 26/05/2017;
DLX. Portaria Normativa PRF nº 160/2017-DG, de 26/05/2017;
DLXI. Portaria Normativa PRF nº 159/2017-CGO, de 21/06/2017;
DLXII. Portaria Normativa PRF nº 158/2017-CGO, de 12/06/2017;
DLXIII. Portaria Normativa PRF nº 156/2017-CGO, de 27/04/2017;
DLXIV. Portaria Normativa PRF nº 155/2017-CGO, de 09/03/2017;
DLXV. Portaria Normativa PRF nº 154/2017-CGO, de 03/03/2017;
DLXVI. Portaria Normativa PRF nº 153/2017-CGO, de 10/02/2017;
DLXVII. Portaria Normativa PRF nº 152/2017-CGO, de 10/02/2017;
DLXVIII. Portaria Normativa PRF nº 151/2017-CGO, de 03/02/2017;
DLXIX. Portaria Normativa PRF nº 150/2017-CGO, de 03/02/2017;
DLXX. Portaria Normativa PRF nº 148/2017-CGO, de 20/01/2017;
DLXXI. Portaria Normativa PRF nº 146/2016-CGO, de 30/12/2016;
DLXXII. Portaria Normativa PRF nº 145/2017-DG, de 19/01/2017;
DLXXIII. Portaria Normativa PRF nº 141/2016-CGO, de 20/10/2016;
DLXXIV. Portaria Normativa PRF nº 139/2016-DG, de 27/12/2016;
DLXXV. Portaria Normativa PRF nº 138/2016-CGO, de 09/09/2016;
DLXXVI. Portaria Normativa PRF nº 137/2016-CGO, de 25/08/2016;
DLXXVII. Portaria Normativa PRF nº 136/2016-CGO, de 04/08/2016;
DLXXVIII. Portaria Normativa PRF nº 135/2016-CGO, de 19/08/2016;
DLXXIX. Portaria Normativa PRF nº 134/2016-CGO, de 01/08/2016;
DLXXX. Portaria Normativa PRF nº 133/2016-CGO, de 27/07/2016;
DLXXXI. Portaria Normativa PRF nº 132/2016-CGO, de 07/07/2016;
DLXXXII. Portaria Normativa PRF nº 131/2016-CGO, de 04/07/2016;
DLXXXIII. Portaria Normativa PRF nº 129/2016-DG, de 27/06/2016;
DLXXXIV. Portaria Normativa PRF nº 126/2016-CGO, de 06/06/2016;
DLXXXV. Portaria Normativa PRF nº 125/2016-DG, de 01/06/2016;
DLXXXVI. Portaria Normativa PRF nº 124/2016-CGI;
DLXXXVII. Portaria Normativa PRF nº 123/2016-CGO, de 01/06/2016;
DLXXXVIII. Portaria Normativa PRF nº 122/2016-CGI;
DLXXXIX. Portaria Normativa PRF nº 120/2016-CGO, de 17/05/2016;
DXC. Portaria Normativa PRF nº 119/2016-DG, de 12/05/2016;
DXCI. Portaria Normativa PRF nº 118/2016-CGO, de 18/05/2016;
DXCII. Portaria Normativa PRF nº 117/2016-CGRH, de 11/05/2016;
DXCIII. Portaria Normativa PRF nº 116/2016-CGRH, de 11/05/2016;
DXCIV. Portaria Normativa PRF nº 115/2016-CGO, de 10/05/2016;
DXCV. Portaria Normativa PRF nº 114/2016-CGO, de 10/05/2016;
DXCVI. Portaria Normativa PRF nº 113/2016-CGO, de 10/05/2016;
DXCVII. Portaria Normativa PRF nº 112/2016-CGO, de 10/05/2016;
DXCVIII. Portaria Normativa PRF nº 111/2016-CGO, de 10/05/2016;
DXCIX. Portaria Normativa PRF nº 110/2016-CGO, de 10/05/2016;
DCV. Portaria Normativa PRF nº 109/2016-CGO, de 10/05/2016;
DCI. Portaria Normativa PRF nº 108/2016-CGO, de 10/05/2016;
DCII. Portaria Normativa PRF nº 107/2016-CGO, de 10/05/2016;
DCIII. Portaria Normativa PRF nº 106/2016-CGO, de 10/05/2016;
DCIV. Portaria Normativa PRF nº 105/2016-CGO, de 10/05/2016;
DCV. Portaria Normativa PRF nº 104/2016-CGO, de 10/05/2016;
DCVI. Portaria Normativa PRF nº 103/2016-CGO, de 10/05/2016;

DCVII. Portaria Normativa PRF nº 102/2016-CGO, de 10/05/2016;
DCVIII. Portaria Normativa PRF nº 101/2016-CGO, de 10/05/2016;
DCIX. Portaria Normativa PRF nº 100/2016-CGO, de 10/05/2016;
DCX. Portaria Normativa PRF nº 99/2016-CGO, de 10/05/2016;
DCXI. Portaria Normativa PRF nº 98/2016-CGO, de 10/05/2016;
DCXII. Portaria Normativa PRF nº 88/2015-CGO, de 04/12/2015;
DCXIII. Portaria Normativa PRF nº 87/2015-DG, de 30/11/2015;
DCXIV. Portaria Normativa PRF nº 86/2015-DG, de 30/11/2015;
DCXV. Portaria Normativa PRF nº 83/2015-CGO, de 27/11/2015;
DCXVI. Portaria Normativa PRF nº 81/2015-CGO, de 27/11/2015;
DCXVII. Portaria Normativa PRF nº 77/2015-CGO, de 13/11/2015;
DCXVIII. Portaria Normativa PRF nº 76/2015-CGO, de 13/11/2015;
DCXIX. Portaria Normativa PRF nº 75/2015-CGO, de 13/11/2015;
DCXX. Portaria Normativa PRF nº 70/2015-CGO, de 29/10/2015;
DCXXI. Portaria Normativa PRF nº 68/2015-CGO, de 23/10/2015;
DCXXII. Portaria Normativa PRF nº 67/2015-CGO, de 23/10/2015;
DCXXIII. Portaria Normativa PRF nº 66/2015-CGO, de 23/10/2015;
DCXXIV. Portaria Normativa PRF nº 64/2015-CGO, de 15/10/2015;
DCXXV. Portaria Normativa PRF nº 63/2015-CGO, de 15/10/2015;
DCXXVI. Portaria Normativa PRF nº 62/2015-CGO, de 15/10/2015;
DCXXVII. Portaria Normativa PRF nº 61/2015-CGO, de 15/10/2015;
DCXXVIII. Portaria Normativa PRF nº 60/2015-CGO, de 15/10/2015;
DCXXIX. Portaria Normativa PRF nº 58/2015-CGO, de 09/10/2015;
DCXXX. Portaria Normativa PRF nº 56/2015-CGO, de 09/10/2015;
DCXXXI. Portaria Normativa PRF nº 55/2015-CGO, de 25/09/2015;
DCXXXII. Portaria Normativa PRF nº 54/2018-CGO, de 25/09/2015;
DCXXXIII. Portaria Normativa PRF nº 50/2015-CGO, de 27/08/2015;

DCXXXIV. Portaria Normativa PRF nº 48/2015-CGO, de 19/08/2015;
DCXXXV. Portaria Normativa PRF nº 45/2015-CGO, de 27/07/2015;
DCXXXVI. Portaria Normativa PRF nº 44/2015-CGO, de 27/07/2015;
DCXXXVII. Portaria Normativa PRF nº 43/2015-CGO, de 29/07/2015;
DCXXXVIII. Portaria Normativa PRF nº 38/2015-DG, de 12/06/2015;
DCXXXIX. Portaria Normativa PRF nº 31/2014-CGO, de 12/11/2014;
DCXL. Portaria Normativa PRF nº 30/2014-CGO, de 27/10/2014;
DCXLI. Portaria Normativa PRF nº 29/2014-DG, de 24/10/2014;
DCXLII. Portaria Normativa PRF nº 28/2014-DG, de 22/08/2014;
DCXLIII. Portaria Normativa PRF nº 24/2014-CGO, de 03/07/2014;
DCXLIV. Portaria Normativa PRF nº 23/2014-DG, de 25/06/2014;
DCXLV. Portaria Normativa PRF nº 20/2014-CGO, de 23/05/2014;
DCXLVI. Portaria Normativa PRF nº 16/2014-DG, de 05/02/2014;
DCXLVII. Portaria Normativa PRF nº 14/2013-DG, de 25/11/2013;
DCXLVIII. Portaria Normativa PRF nº 13/2013-CGO, de 21/11/2013;
DCXLIX. Portaria Normativa PRF nº 11/2013-CGO, de 21/06/2013;
DCL. Portaria Normativa PRF nº 09/2013-DG, de 31/05/2013;
DCLI. Portaria Normativa PRF nº 04/2013-CGO, de 07/03/2013;
DCLII. Portaria Normativa PRF nº 01/2012-CGO, de 04/09/2012;
DCLIII. Portaria Arquivo Nacional nº 3, de 02/01/2020;
DCLIV. Portaria Arquivo Nacional nº 47, de 14/02/2020;
DCLV. Portaria Arquivo Nacional nº 7, de 10/01/2019;
DCLVI. Port. Arquivo Nacional nº 12, de 22/01/2019;
DCLVII. Portaria MJSP Arquivo Nacional nº 187, de 28/02/2019;
DCLVIII. Portaria Arquivo Nacional nº 14, de 24/01/2019;
DCLIX. Portaria Arquivo Nacional nº 19, de 31/01/2019;
DCLX. Portaria Arquivo Nacional nº 34, de 31/01/2019;
DCLXI. Portaria Arquivo Nacional nº 84, de 14/03/2019;
DCLXII. Portaria Arquivo Nacional nº 89, de 14/03/2019;
DCLXIII. Portaria Arquivo Nacional nº 104, de 25/03/2019;
DCLXIV. Portaria Arquivo Nacional nº 113, de 02/04/2019;
DCLXV. Portaria Arquivo Nacional nº 174, de 27/05/2019;
DCLXVI. Portaria Arquivo Nacional nº 331, de 04/10/2019;
DCLXVII. Portaria Arquivo Nacional nº 333, de 07/10/2019;
DCLXVIII. Portaria Arquivo Nacional nº 352, de 16/10/2019;
DCLXIX. Portaria Arquivo Nacional nº 396, de 22/11/2019;
DCLXX. Portaria Interministerial MJSP/ME Arquivo Nacional nº 11, de 25/11/2019;

DCLXXI. Portaria MJSP Arquivo Nacional nº 681, de 05/12/2019;
DCLXXII. Portaria Arquivo Nacional nº 103, de 19/04/2018;
DCLXXIII. Portaria Arquivo Nacional nº 125, de 10/05/2018;
DCLXXIV. Portaria Arquivo Nacional nº 193, de 24/05/2018;
DCLXXV. Portaria Arquivo Nacional nº 130, de 04/06/2018;
DCLXXVI. Portaria Arquivo Nacional nº 159, de 21/06/2018;
DCLXXVII. Portaria Arquivo Nacional nº 160, de 21/06/2018;
DCLXXVIII. Portaria Arquivo Nacional nº 224, de 14/08/2018;
DCLXXIX. Portaria Arquivo Nacional nº 227, de 15/08/2018;
DCLXXX. Portaria Arquivo Nacional nº 259, de 16/08/2019;
DCLXXXI. Portaria Arquivo Nacional nº 296, de 01/10/2018;
DCLXXXII. Ordem de Serviço Arquivo Nacional nº 1, de 15/10/2018;
DCLXXXIII. Portaria Arquivo Nacional nº 328, de 08/11/2018;
DCLXXXIV. Portaria Arquivo Nacional nº 341, de 23/11/2018;
DCLXXXV. Portaria Arquivo Nacional nº 398, de 25/11/2019;
DCLXXXVI. Portaria Arquivo Nacional nº 350, de 26/12/2018;
DCLXXXVII. Portaria Arquivo Nacional nº 7, de 11/01/2017;
DCLXXXVIII. Portaria Arquivo Nacional nº 47, de 17/02/2017;
DCLXXXIX. Portaria Arquivo Nacional nº 125, de 05/04/2017;
DCXC. Portaria Arquivo Nacional nº 193, de 04/07/2017;
DCXCI. Portaria Arquivo Nacional nº 287, de 04/05/2017;
DCXCII. Portaria Arquivo Nacional nº 289, de 04/05/2017;
DCXCIII. Portaria Arquivo Nacional nº 291, de 04/05/2017;
DCXCIV. Portaria Arquivo Nacional nº 295, de 04/05/2017;
DCXCV. Portaria Arquivo Nacional nº 297, de 04/05/2017;
DCXCVI. Portaria Arquivo Nacional nº 299, de 04/05/2017;
DCXCVII. Portaria Arquivo Nacional nº 301, de 04/05/2017;
DCXCVIII. Portaria Arquivo Nacional nº 306, de 04/05/2017;
DCXCIX. Portaria Arquivo Nacional nº 310, de 04/05/2017;
DCC. Portaria Arquivo Nacional nº 324, de 04/05/2017;
DCCI. Portaria Arquivo Nacional nº 339, de 10/07/2017;
DCCII. Portaria Arquivo Nacional nº 340, de 10/07/2017;
DCCIII. Portaria Arquivo Nacional nº 341, de 10/07/2017;
DCCIV. Portaria Arquivo Nacional nº 342, de 10/07/2017;
DCCV. Portaria Arquivo Nacional nº 343, de 10/07/2017;
DCCVI. Portaria Arquivo Nacional nº 344, de 10/07/2017;
DCCVII. Portaria Arquivo Nacional nº 345, de 10/07/2017;
DCCVIII. Portaria Arquivo Nacional nº 346, de 10/07/2017;
DCCIX. Portaria Arquivo Nacional nº 347, de 10/07/2017;
DCCX. Portaria Arquivo Nacional nº 348, de 10/07/2017;
DCCXI. Portaria Arquivo Nacional nº 349, de 10/07/2017;
DCCXII. Portaria Arquivo Nacional nº 350, de 10/07/2017;
DCCXIII. Portaria Arquivo Nacional nº 351, de 10/07/2017;
DCCXIV. Portaria Arquivo Nacional nº 352, de 10/07/2017;
DCCXV. Portaria Arquivo Nacional nº 353, de 10/07/2017;
DCCXVI. Portaria Arquivo Nacional nº 354, de 10/07/2017;
DCCXVII. Portaria Arquivo Nacional nº 355, de 10/07/2017;
DCCXVIII. Portaria Arquivo Nacional nº 519, de 01/11/2017;
DCCXIX. Portaria Arquivo Nacional nº 573, de 13/11/2017;
DCCXX. Portaria Arquivo Nacional nº 579, de 13/11/2017;
DCCXXI. Portaria Arquivo Nacional nº 580, de 13/11/2017;
DCCXXII. Portaria Arquivo Nacional nº 581, de 13/11/2017;
DCCXXIII. Portaria Arquivo Nacional nº 582, de 13/11/2017;
DCCXXIV. Portaria Arquivo Nacional nº 583, de 13/11/2017;
DCCXXV. Portaria Arquivo Nacional nº 584, de 13/11/2017;
DCCXXVI. Portaria Arquivo Nacional nº 585, de 13/11/2017;
DCCXXVII. Portaria Arquivo Nacional nº 586, de 13/11/2017;
DCCXXVIII. Portaria Arquivo Nacional nº 613, de 16/11/2017;
DCCXXIX. Portaria Arquivo Nacional nº 615, de 16/11/2017;
DCCXXX. Portaria Arquivo Nacional nº 623, de 21/11/2017;
DCCXXXI. Portaria Arquivo Nacional nº 624, de 21/11/2017;
DCCXXXII. Portaria Arquivo Nacional nº 652, de 27/12/2017;
DCCXXXIII. Portaria Arquivo Nacional nº 653, de 28/12/2017;
DCCXXXIV. Portaria MJC Arquivo Nacional nº 910, de 14/10/2016;

DCCXXXV. Ordem de Serviço Arquivo Nacional nº 1, de 22/01/2016;
DCCXXXVI. Portaria Arquivo Nacional nº 199, de 11/08/2016;
DCCXXXVII. Portaria Arquivo Nacional nº 291, de 23/11/2016;
DCCXXXVIII. Portaria Arquivo Nacional nº 290, de 22/11/2016;
DCCXXXIX. Portaria Arquivo Nacional nº 114, de 16/06/2015;
DCCXL. Portaria Interm. MJ/MPOG Arquivo Nacional nº 1677, de 07/10/2015;
DCCXLI. Ordem de Serviço Arquivo Nacional nº 1, de 16/10/2015;
DCCXLII. Portaria Arquivo Nacional nº 252, de 30/12/2015;
DCCXLIII. Portaria Arquivo Nacional nº 259, de 31/12/2015;
DCCXLIV. Portaria Interm. MJ/MPOG Arquivo Nacional nº 2.320, de 30/12/2014;
DCCXLV. Portaria Arquivo Nacional nº 59, de 13/04/2013;
DCCXLVI. Ordem de Serviço Arquivo Nacional nº 3, de 25/09/2013;
DCCXLVII. Portaria Arquivo Nacional nº 154, de 18/10/2013;
DCCXLVIII. Portaria Arquivo Nacional nº 72, de 04/07/2012;



DCCLXIX. Portaria Arquivo Nacional nº 92, de 23/09/2011;
DCCL. Portaria MJ Arquivo Nacional nº 2.433, de 24/10/2011;
DCCLI. Portaria Arquivo Nacional nº 70, de 13/08/2007;
DCCLII. Portaria Arquivo Nacional nº 10, de 11/03/2002;
DCCLIII. Portaria Arquivo Nacional nº 18, de 05/08/1998;
DCCLIV. PORTARIA CG-RIBPG - SENASP nº 1;
DCCLV. PORTARIA CG-RIBPG - SENASP nº 5;
DCCLVI. PORTARIA CG-RIBPG - SENASP nº 3;
DCCLVII. PORTARIA CG-RIBPG - SENASP nº 4;
DCCLVIII. RESOLUÇÃO CG-RIBPG - SENASP nº 1;
DCCLIX. RESOLUÇÃO CG-RIBPG - SENASP nº 10;
DCCLX. RESOLUÇÃO CG-RIBPG - SENASP nº 11;
DCCLXI. RESOLUÇÃO CG-RIBPG - SENASP nº 12;
DCCLXII. RESOLUÇÃO CG-RIBPG - SENASP nº 13;
DCCLXIII. RESOLUÇÃO CG-RIBPG - SENASP nº 14;
DCCLXIV. Portaria CGPLAN/SPO/SE nº 7, de 09/11/2015;
DCCLXV. Portaria CGPLAN/SPO/SE nº 6, de 04/11/2016;
DCCLXVI. Portaria CGPLAN/SPO/SE nº 4, de 03/11/2017;
DCCLXVII. Portaria CGPLAN/SPO/SE nº 8, de 05/11/2018;
DCCLXVIII. Portaria CGGE/SPO/SE nº 9, de 05/11/2019;
DCCLXIX. PORTARIA SINDEC nº 15, de 27/03/2020;
DCCLXX. PORTARIA INTERMINISTERIAL SENAJUS nº 7, de 19/08/2019;
DCCLXXI. Portaria SENAJUS nº 503, de 02/05/2019;
DCCLXXII. Portaria SENAJUS nº 514, de 06/05/2019;
DCCLXXIII. Portaria SENAJUS nº 2832, de 26/12/2018;
DCCLXXIV. Portaria SENAJUS nº 8, de 27/08/2018;
DCCLXXV. Portaria SENAJUS nº 5, de 14/08/2018;
DCCLXXVI. Portaria SENAJUS nº 6, de 14/08/2018;
DCCLXXVII. Portaria SENAJUS nº 3, de 19/03/2020;
DCCLXXVIII. Portaria SENAJUS nº 7, de 14/08/2018;
DCCLXXIX. Portaria SENAJUS nº 13, de 19/12/2018;
DCCLXXX. Portaria SENAJUS nº 1, de 04/03/2020;
DCCLXXXI. Portaria SENAJUS nº 10, de 23/10/2018;
DCCLXXXII. Portaria SENAJUS nº 2, de 04/03/2020;
DCCLXXXIII. Portaria SENAJUS nº 9, de 23/10/2018;
DCCLXXXIV. Portaria SENAJUS nº 4, de 04/02/2019;
DCCLXXXV. Portaria SENAJUS nº 6, de 13/03/2019;
DCCLXXXVI. Portaria SENAJUS nº 12, de 19/12/2018;
DCCLXXXVII. Portaria SENAJUS nº 11, de 01/11/2018;
DCCLXXXVIII. Portaria SENAJUS nº 8, de 23/08/2019;
DCCLXXXIX. Portaria SENAJUS nº 3, de 03/01/2019;
DCCXC. Portaria SENAJUS nº 7, de 05/08/2019;
DCCXCI. Portaria SENAJUS nº 1, de 29/10/2019;
DCCXCII. Portaria SENAJUS nº 880, de 12/12/2019;
DCCXCIII. PORTARIA SENACON-CNCP nº 232, de 25/06/2020;
DCCXCIV. Portaria SEGEN nº 14, 29/6/2020;
DCCXCV. Portaria do Ministro COGER nº 868, de 11/12/2019.
DCCXCVI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 161, de 23/03/2020;
DCCXCVII. PORTARIA DG/DPF nº 12568, de 20/03/2020;
DCCXCVIII. PORTARIA DG/DPF nº 9905, de 12/07/2019;

DCCXCIX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 130, de 18/10/2018;
DCCC. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 124, de 13/06/2018;
DCCCI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 63, de 05/07/2012;
DCCCII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 60, de 17/04/2012;
DCCCIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 59, de 14/03/2012;
DCCCIV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 7, de 12/06/2018;
DCCCV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 4, de 01/03/2018;
DCCCVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO CONJUNTA DGP/PF DIREX/PF nº 1, de 05/06/2017;
DCCCVII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 5, de 31/03/2017;
DCCCVIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 112, de 08/03/2017;
DCCCIX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF DIREX/PF COGER/PF nº 1, de 24/06/2015;
DCCCX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 2, de 2020;
DCCCXI. PARECER NORMATIVO DELP/CRH/DGP/PF nº 1006, de 2015;
DCCCXII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 8, de 31/07/2018;
DCCCXIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 20, de 24/09/2014;
DCCCXIV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 17, de 20/08/2014;
DCCCXV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 13, de 2019;
DCCCXVI. PORTARIA DG/PF nº 9012, de 13/12/2018;
DCCCXVII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 9, de 15/08/2018;
DCCCXVIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 21, de 10/10/2014;
DCCCXIX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 2, de 20/02/2014;
DCCCXX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 1, de 18/02/2014;
DCCCXXI. PORTARIA DGP/PF nº 12228, de 17/01/2020;
DCCCXXII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 4, de 06/03/2015;
DCCCXXIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP nº 21, de 30/11/2015;
DCCCXXIV. PARECER NORMATIVO DELP/CRH nº 1259/2012, de 2012;
DCCCXXV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 58, de 2010;
DCCCXXVI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 40, de 25/08/2010;
DCCCXXVII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 11, de 31/03/2010;
DCCCXXVIII. PARECER NORMATIVO DELP/CRH nº 1118, de 2007;
DCCCXXIX. PARECER NORMATIVO DELP/CRH nº 613, de 2006;
DCCCXXX. INSTRUÇÃO NORMATIVA SEAP/DRH nº 05, de 1999;
DCCCXXXI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 133, de 19/11/2018;
DCCCXXXII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP nº 9, de 15/08/2018;
DCCCXXXIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 88, de 18/12/2014;
DCCCXXXIV. ENUNCIADO CRH/DGP/PF nº 12, de 2018;
DCCCXXXV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 20, de 30/04/2009;
DCCCXXXVI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 33, de 20/05/2008;
DCCCXXXVII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 32, de 20/05/2008;
DCCCXXXVIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 351, de 2008;
DCCCXXXIX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 09, de 2006;
DCCCXL. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 10, de 20/05/2005;
DCCCXLI. PORTARIA DG/PF nº 491, de 11/11/2004;
DCCCXLII. PORTARIA DG/PF nº 2369, de 17/12/2003;
DCCCXLIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 8, de 14/10/1986;
DCCCXLIV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 6, de 06/08/1986;
DCCCXLV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 7, de 25/09/2019;
DCCCXLVI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DITEC/PF nº 1, de 25/07/2019;
DCCCXLVII. ENUNCIADO CRH/DGP/PF nº 18, de 27/05/2019;
DCCCXLVIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 15, de 25/10/2018;
DCCCXLIX. ENUNCIADO CRH/DGP nº 14, de 2008;
DCCL. PORTARIA DG/PF nº 5.660, de 11/08/2015;
DCCCLI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 2, de 12/01/2010;
DCCCLII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP nº 20, de 30/04/2009;
DCCCLIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DG/PF nº 05, de 2008;
DCCCLIV. PORTARIA DGP/PF nº 810, de 13/06/2005;
DCCCLV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 3, de 22/03/2004;
DCCCLVI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DG/PF nº 17, de 07/01/2020;
DCCCLVII. PORTARIA DG/PF nº 9803, de 14/06/2019;
DCCCLVIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 145, de 12/06/2019;
DCCCLIX. ENUNCIADO CRH/DGP/PF nº 17, de 2019;
DCCCLX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 136, de 06/12/2018;
DCCCLXI. PORTARIA DGP/PF nº 9695, de 19/11/2018;
DCCCLXII. ENUNCIADO CRH/DGP/PF nº 16, de 2018;

DCCCLXIII. ENUNCIADO CRH/DGP/PF nº 15, de 2018;
DCCCLXIV. ENUNCIADO CRH/DGP/PF nº 13, de 2018;
DCCCLXV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DG/PF nº 3, de 08/02/2018;
DCCCLXVI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 02, de 04/09/2017;
DCCCLXVII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 86/2014, de 01/12/2014;
DCCCLXVIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 84, de 18/11/2014;
DCCCLXIX. PORTARIA nº 4450, de 12/05/2014;
DCCCLXX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DG/DPF nº 16, de 2010;
DCCCLXXI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 9, de 09/10/2009;
DCCCLXXII. PORTARIA DG/DPF nº 524, de 08/12/2006;
DCCCLXXIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/DPF nº 25, de 2006;
DCCCLXXIV. OFÍCIO CIRCULAR DG/DPF nº 330/2004;
DCCCLXXV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 3, de 27/02/2020;
DCCCLXXVI. ENUNCIADO CRH/DGP/PF nº 3, de 2018;
DCCCLXXVII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 5, de 27/04/2018;
DCCCLXXVIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 8, de 15/05/2017;
DCCCLXXIX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP nº 21, de 19/09/2016;
DCCCLXXX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 17, de 26/07/2016;
DCCCLXXXI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 27, de 05/12/2014;
DCCCLXXXII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 61, de 2010;
DCCCLXXXIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 34, de 15/06/2010;
DCCCLXXXIV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 30, de 25/05/2010;
DCCCLXXXV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 28, de 19/05/2010;
DCCCLXXXVI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 42, de 17/09/2009;
DCCCLXXXVII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 14, de 15/04/2009;
DCCCLXXXVIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 2, de 02/02/2009;
DCCCLXXXIX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 12, de 2006;
DCCCXC. MEMORANDO CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 6, de 17/05/2005;
DCCCXCI. PARECER NORMATIVO DELP/CRH nº 1130, de 2005;
DCCCXCII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 2, de 11/03/2003;
DCCCXCIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 100, de 22/03/2016;
DCCCXCIV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 21, de 30/11/2015;
DCCCXCV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 12, de 31/03/2010;
DCCCXCVI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 40, de 03/09/2009;
DCCCXCVII. ENUNCIADO CRH/DGP nº 20, de 11/10/2019;
DCCCXCVIII. ENUNCIADO CRH/DGP nº 5, de 2018;
DCCCXCIX. ENUNCIADO CRH/DGP nº 4, de 2018;
CM. PORTARIA DGP/PF nº 8114, de 11/04/2018;
CMI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP nº 2, de 30/01/2018;
CMII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 11, de 04/07/2017;
CMIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP nº 1, de 25/01/2017;
CMIV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 18, de 08/08/2016;
CMV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 13, de 2016;
CMVI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 22, de 30/11/2015;
CMVII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 9, de 22/07/2015
CMVIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 20, de 2015;
CMIX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 67, de 25/10/2012;
CMX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 1, de 23/01/2008;
CMXI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 18, de 2007;
CMXII. PORTARIA DG/PF nº 10978, de 31/12/2019;
CMXIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 13, de 14/08/2019;
CMXIV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP nº 4, de 10/05/2019;
CMXV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP nº 1, de 24/01/2019;
CMXVI. PORTARIA DG/PF nº 9073, de 31/12/2018;
CMXVII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CONJUNTA DGP/PF, DLOG/PF nº 17, de 2017;
CMXVIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 22, de 05/12/2017;
CMXIX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 97, de 13/08/2015;
CMXX. PORTARIA DG/DPF nº 6959, de 16/02/2017;
CMXXI. PORTARIA DG/DPF nº 1253, de 13/08/2010;
CMXXII. PORTARIA DG/DPF nº 1252, de 13/08/2010;
CMXXIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CONJUNTA DGP/PF, DIREX/PF nº 4, de 2016;
CMXXIV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 11, de 16/09/2016;
CMXXV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 8, de 13/05/2016;
CMXXVI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 22, de 2007;

CMXXVII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 15, de 15/10/2019;
CMXXVIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 14, de 04/09/2019;
CMXXIX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 100, de 22/03/2016;
CMXXX. PORTARIA DGP/PF nº 3.024, de 18/03/2016;
CMXXXI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 3, de 17/02/2017;
CMXXXII. MEMORANDO CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 24, de 2016;
CMXXXIII. MEMORANDO CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 05, de 2015;
CMXXXIV. MEMORANDO CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 23, de 2014;
CMXXXV. MEMORANDO CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 15, de 2011;
CMXXXVI. MEMORANDO CIRCULAR CRH/DGP/PF nº 08, de 2011;
CMXXXVII. MEMORANDO CIRCULAR CRH/DGP nº 76, de 2008;
CMXXXVIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP nº 12, de 04/05/2016;
CMXXXIX. ENUNCIADO CRH/DGP nº 2, de 2018;
CML. ENUNCIADO CRH/DGP nº 19, de 2019;
CMLI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 161, de 23/03/2020;
CMLII. PORTARIA DG/DPF nº 12568, de 20/03/2020;
CMLIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/DPF nº 7, de 12/06/2018;
CMLIV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/DPF nº 3, de 31/01/2018;
CMLV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 11, de 16/09/2016;
CMLVI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CONJUNTA DGP/PF, DIREX/PF e COGER/PF nº 1, de 24/06/2015;
CMLVII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 45, de 01/03/2011;
CMLVIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 2, de 02/02/2009;
CMLIX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/DPF nº 34, de 20/05/2008;
CML. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/DPF nº 33, de 20/05/2008;
CMLI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/DPF nº 32, de 20/05/2008;
CMLII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 6, de 31/03/2008;
CMLIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 9, de 31/05/2007;
CMLIV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 13, de 2009;
CMLV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 15, de 22/07/2013;
CMLVI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 2, de 20/02/2014;
CMLVII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF nº 24, de 22/05/2009;
CMLVIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/DPF nº 22, de 31/11/2015;
CMLIX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/DPF nº 16, de 28/09/2015;
CMLX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/DPF nº 10, de 09/12/2019;
CMLXI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/DPF nº 9, de 11/03/2010;
CMLXII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/DPF nº 16, de 27/09/2017;
CMLXIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/DPF nº 15, de 08/08/2014;
CMLXIV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CRH/DGP/DPF nº 11, de 24/07/2014;
CMLXV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 12, de 30/10/2008;
CMLXVI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DGP/PF; DLOG/PF nº 6, de 30/04/2019;
CMLXVII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 153, de 14/01/2020;
CMLXVIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 137, de 10/12/2018;
CMLXIX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 90, de 27/03/2015;
CMLXX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 11, de 30/10/2008;
CMLXXI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 5, de 02/04/2002;
CMLXXII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 2, de 21/04/2000;
CMLXXIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 4, de 07/04/1987;
CMLXXIV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 151, de 27/11/2019;
CMLXXV. PORTARIA DG/PF nº 10655, de 29/07/2019;
CMLXXVI. PORTARIA DG/PF nº 9912, de 18/07/2019;
CMLXXVII. PORTARIA DG/PF nº 9911, de 17/07/2019;
CMLXXVIII. PORTARIA DG/PF nº 9765, de 30/05/2019;
CMLXXIX. PORTARIA DG/PF nº 9003, de 11/12/2018;



CMLXXX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 113, de 04/05/2017;
CMLXXXI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 103, de 30/05/2016;
CMLXXXII. PORTARIA DG/PF nº 6387, de 27/05/2016;
CMLXXXIII. PORTARIA DG/PF nº 6220, de 21/03/2016;
CMLXXXIV. PORTARIA DGP/PF nº 3.024, de 18/03/2016;
CMLXXXV. PORTARIA DG/PF nº 6198, de 17/03/2016;
CMLXXXVI. PORTARIA DG/PF nº 6194, de 16/03/2016;
CMLXXXVII. PORTARIA DG/PF nº 5962, de 08/12/2015;
CMLXXXVIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 88, de 18/12/2014;
CMLXXXIX. PORTARIA DG/PF nº 4524, de 10/06/2014;
CMXC. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 81, de 27/05/2014;

CMXCI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO ANP/PF nº 1, de 06/06/2013;
CMXCII. PORTARIA DG/PF nº 3511, de 22/05/2013;
CMXCIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 35, de 04/08/2010;
CMXCIV. ORDEM DE SERVIÇO ANP/PF nº 1, de 30/04/2010;
CMXCV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 10, de 08/06/2007;
CMXCVI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 15, de 30/06/2005;
CMXCVII. PORTARIA DGP/PF nº 810, de 13/06/2005;
CMXCVIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DGP/PF nº 12, de 08/08/2001;
CMXCIX. INSTRUÇÃO NORMATIVA ANP/PF nº 2, de 27/03/1996;
M. PORTARIA ANP/PF nº 12063, de 18/12/2019;
MI. PORTARIA ANP/PF nº 11269, de 28/11/2019;
MII. PORTARIA ANP/PF nº 11240, de 18/07/2019;
MIII. PORTARIA ANP/PF nº 11123, de 30/10/2019;
MIV. PORTARIA ANP/PF nº 10808, de 24/09/2019;
MIV. PORTARIA ANP/PF nº 10653, de 24/09/2019;
MVI. PORTARIA ANP/PF nº 10620, de 12/07/2019;
MVII. PORTARIA ANP/PF nº 10397, de 28/05/2019;
MVIII. PORTARIA ANP/PF nº 10326, de 10/05/2019;
MIX. PORTARIA ANP/PF nº 8803, de 26/04/2018;
MX. PORTARIA ANP/PF nº 8680, de 19/10/2018;
MXI. PORTARIA ANP/PF nº 8613, de 30/05/2018;
MXII. PORTARIA ANP/PF nº 8614, de 14/03/2018;
MXIII. PORTARIA ANP/PF nº 8678, de 03/04/2018;
MXIV. PORTARIA ANP/PF nº 8428, de 27/12/2017;
MXV. PORTARIA ANP/PF nº 7508, de 09/05/2017;
MXXVI. PORTARIA ANP/PF nº 2019, de 15/12/2010;
MXVII. PORTARIA ANP/PF nº 463, de 29/09/2009;
MXVIII. PORTARIA ANP/PF nº 464, de 29/09/2009;
MXIX. PORTARIA ANP/PF nº 28, de 16/02/2009;
MXX. PORTARIA ANP/PF nº 92, de 27/02/2008;
MXXI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR ANP/DGP nº 2, de 05/03/2018;
MXXII. PORTARIA ANP/DPF nº 23, de 14/04/1970;
MXXIII. PORTARIA ANP/DGP/PF nº 7043, de 30/01/2017;
MXXIV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 3, de 09/03/2005;
MXXV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 1, de 12/06/1998;
MXXVI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 153, de 14/01/2020;
MXXVII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 118, de 13/09/2017;
MXXVIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 114, de 06/06/2017;
MXXIX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 13, de 30/10/2008;
MXXX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 11, de 30/10/2008;
MXXXI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 5, de 02/04/2002;
MXXXII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 5, de 05/04/2001;
MXXXIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 5, de 14/12/1999;
MXXXIV. PORTARIA DG/PF nº 12568, de 20/03/2020;
MXXXV. PORTARIA DG/PF nº 11984, de 23/03/2020;
MXXXVI. PORTARIA DG/PF nº 11366, de 04/02/2020;
MXXXVII. PORTARIA DG/PF nº 9996, de 23/09/2019;
MXXXVIII. PORTARIA DG/PF nº 9906, de 12/07/2019;
MXXXIX. PORTARIA DG/PF nº 9359, de 28/02/2019;
MXL. PORTARIA DG/PF nº 8711, de 09/08/2018;
MXLI. PORTARIA DG/PF nº 7413, de 08/09/2017;
MXLII. PORTARIA DG/PF nº 6387, de 27/05/2016;
MXLIII. PORTARIA DG/PF nº 5633, de 04/08/2015;
MXLIV. PORTARIA DG/PF nº 4453, de 16/05/2014;
MXLV. PORTARIA DG/PF nº 4405, de 02/05/2014;
MXLVI. PORTARIA DG/PF nº 4401, de 29/04/2014;
MXLVII. PORTARIA DG/PF nº 1253, de 13/08/2010;
MXLVIII. PORTARIA DG/PF nº 1252, de 13/08/2010;
MXLIX. PORTARIA DG/PF nº 1244, de 09/08/2010;
ML. PORTARIA DG/PF nº 173, de 15/05/2007;
MLI. PORTARIA DG/PF nº 158, de 10/05/2007;
MLII. PORTARIA DG/PF nº 500, de 11/11/2005;
MLIII. PORTARIA DG/PF nº 256, de 04/07/2005;
MLIV. PORTARIA DG/PF nº 528, de 26/11/2004;

MLV. PORTARIA DG/PF nº 1292, de 13/12/2002;
MLVI. PORTARIA DG/PF nº 471, de 10/05/2002;
MLVII. PORTARIA DG/PF nº 297, de 02/04/2002;
MLVIII. PORTARIA DG/PF nº 462, de 28/04/2000;
MLIX. PORTARIA DG/PF nº 1204, de 16/11/1999;
MLX. PORTARIA DG/PF nº 788, de 1983;
MLXI. PORTARIA nº 4394, de 23/04/2014;
MLXII. RESOLUÇÃO CONSELHO SUPERIOR DE POLÍCIA nº 4, de 26/03/2015;
MLXIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 29, de 24/5/2010;
MLXIV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 5, de 10/3/2005;
MLXV. Portaria DLOG/PF nº 131, de 3/12/2009;
MLXVI. IS nº 1, de 7/6/2006;
MLXVII. IN DG/PF nº 6, de 15/3/2005;
MLXVIII. Portaria DLOG/PF nº 20, de 9/2/2005;
MLXIX. IN DG/PF nº 3, de 25/7/2000;
MLXX. PORTARIA nº 11479, de 12/2/2020;
MLXXI. PORTARIA nº 10482, de 13/10/2019;
MLXXII. IN DG/PF nº 143, de 26/12/2018;
MLXXIII. IN DG/PF nº 51, de 23/12/2011;
MLXXIV. PORTARIA nº 12, de 1982;
MLXXV. PORTARIA nº 7154, de 17/5/2017;
MLXXVI. IN DG/PF nº 22, de 24/8/2005;
MLXXVII. PORTARIA nº 10006, de 4/10/2019;
MLXXVIII. PORTARIA nº 5604, de 24/7/2015;
MLXXIX. IN DG/PF nº 74, de 16/7/2013;
MLXXX. IN DG/PF nº 34, de 2/7/2010;
MLXXXI. IN DG/PF nº 3, de 5/3/2009;
MLXXXII. Portaria DLOG/PF nº 157, de 27/8/2008;
MLXXXIII. Portaria DLOG/PF nº 75, de 19/10/11;
MLXXXIV. PORTARIA nº 66, de 18/2/2008;
MLXXXV. IN DG/PF nº 11, de 2/6/2005;
MLXXXVI. IN DG/PF nº 152, de 20/12/2019;
MLXXXVII. PORTARIA nº 465, de 4/4/2019;
MLXXXVIII. PORTARIA nº 9023, de 19/12/2018;
MLXXXIX. IN DG/PF nº 121, de 23/3/2018;
MXC. PORTARIA nº 7025, de 22/3/2017;
MXCI. PORTARIA nº 5993, de 21/12/2015;
MXCII. PORTARIA nº 5410, de 1/6/2015;
MXCIII. PORTARIA nº 5410, de 1/6/2015;
MXCIV. PORTARIA nº 4858, de 21/10/2014;

MXCV. PORTARIA nº 3403, de 17/4/2013;
MXCVI. PORTARIA nº 851, de 9/2/2010;
MXCVII. IN DG/PF nº 141, de 19/12/2018;
MXCVIII. IS DLOG/PF nº 3, de 2/2/2018;
MXCIX. PORTARIA nº 7785, de 28/12/2017;
MC. IN DG/PF nº 119, de 18/10/2017;
MCI. PORTARIA nº 6475, de 5/7/2016;
MCII. Portaria DLOG/PF nº 130, de 29/8/2005;
MCIII. PORTARIA nº 250, de 14/4/2009;
MCIV. Mensagem Oficial Circular CRH/DGP nº 12, de 2017;
MCV. PORTARIA nº 5354, de 7/5/2015;
MCVI. PORTARIA nº 4947, de 18/11/2014;
MCVII. Mensagem Oficial Circular DLOG/PF nº 13, de 2011;
MCVIII. IN DG/PF nº 33, de 21/06/2010;
MCIX. PORTARIA nº 5019, de 15/12/2014;
MCX. PORTARIA nº 2000, de 03/12/2010;
MCXI. PORTARIA nº 458, de 19/10/2007;
MCXII. PORTARIA nº 9944, de 20/08/2019;
MCXIII. PORTARIA nº 9543, de 03/04/2019;
MCXIV. PORTARIA nº 9020, de 19/12/2018;
MCXV. PORTARIA nº 8727, de 21/08/2018;
MCXVI. PORTARIA nº 3244, de 20/12/2012;
MCXVII. PORTARIA nº 2821, de 24/01/2012;
MCXVIII. PORTARIA nº 756, de 24/12/2009;

MCXIX. PORTARIA nº 2014, de 14/12/2010;
MCXX. PORTARIA nº 531, de 02/09/2009;
MCXXI. PORTARIA nº 6335, de 12/05/2016;
MCXXII. PORTARIA nº 1436, de 20/09/2010;
MCXXIII. PORTARIA nº 619, de 20/10/2009;
MCXXIV. PORTARIA nº 9620, de 17/04/2019;
MCXXV. PORTARIA nº 8765, de 04/09/2018;
MCXXVI. PORTARIA nº 7784, de 28/12/2017;
MCXXVII. PORTARIA nº 7193, de 13/06/2017;
MCXXVIII. PORTARIA nº 7159, de 25/05/2017;
MCXXIX. PORTARIA nº 6837, de 09/12/2016;
MCXXX. PORTARIA nº 6360, de 17/05/2016;
MCXXXI. PORTARIA nº 5467, de 23/06/2015;
MCXXXII. PORTARIA nº 5342, de 04/05/2015;
MCXXXIII. PORTARIA nº 4864, de 29/10/2014;
MCXXXIV. PORTARIA nº 3997, de 24/10/2013;
MCXXXV. IS DLOG/PF nº 2, de 14/10/2016;
MCXXXVI. IN DG/PF nº 39, de 05/10/2010;
MCXXXVII. IN DG/PF nº 5, de 14/04/2009;
MCXXXVIII. IN DG/PF nº 17, de 08/12/2008;
MCXXXIX. IN DG/PF nº 15, de 21/11/2008;
MCXL. PORTARIA nº 50, de 23/02/2007;
MCXLI. IN DG/PF nº 13, de 15/06/2005;
MCXLII. PORTARIA nº 7117, de 25/04/2017;
MCXLIII. PORTARIA nº 4862, de 27/10/2014;
MCXLIV. PORTARIA nº 3978, de 16/10/2013;
MCXLV. PORTARIA nº 3092, de 24/08/2012;
MCXLVI. PORTARIA nº 1178, de 24/06/2010;
MCXLVII. PORTARIA nº 925, de 22/02/2010;
MCXLVIII. PORTARIA nº 831, de 02/02/2010;
MCXLIX. PORTARIA nº 789, de 20/01/2010;
MCL. PORTARIA nº 780, de 18/01/2010;
MCLI. PORTARIA nº 703, de 08/12/2009;
MCLII. PORTARIA nº 656, de 30/10/2008;
MCLIII. PORTARIA nº 455, de 29/07/2008;
MCLIV. PORTARIA nº 422, de 22/07/2008;
MCLV. PORTARIA nº 370, de 26/06/2008;
MCLVI. PORTARIA nº 49, de 13/02/2008;
MCLVII. PORTARIA nº 450, de 16/10/2007;
MCLVIII. PORTARIA nº 178, de 17/05/2007;
MCLIX. PORTARIA nº 411, de 14/09/2006;
MCLX. PORTARIA nº 283, de 23/06/2006;
MCLXI. PORTARIA nº 220, de 09/06/2005;
MCLXII. PORTARIA nº 114, de 10/03/2006;
MCLXIII. PORTARIA nº 102, de 24/02/2006;
MCLXIV. PORTARIA nº 470, de 26/10/2005;
MCLXV. PORTARIA nº 399, de 28/09/2005;
MCLXVI. PORTARIA nº 318, de 09/08/2005;
MCLXVII. PORTARIA nº 220, de 09/06/2005;
MCLXVIII. PORTARIA nº 337, de 25/06/2004;
MCLXIX. PORTARIA nº 2365, de 12/12/2003;
MCLXX. PORTARIA nº 1459, de 30/10/2002;
MCLXXI. PORTARIA nº 1303, de 18/12/2002;
MCLXXII. PORTARIA nº 150, de 21/02/2002;
MCLXXIII. PORTARIA nº 1036, de 03/12/2001;
MCLXXIV. PORTARIA nº 847, de 17/09/2001;
MCLXXV. PORTARIA nº 721, de 06/08/2001;
MCLXXVI. PORTARIA nº 1308, de 20/12/2000;
MCLXXVII. PORTARIA nº 1255, de 07/12/2000;
MCLXXVIII. PORTARIA nº 1254, de 06/12/2000;
MCLXXIX. PORTARIA nº 1221, de 23/11/2000;
MCLXXX. PORTARIA nº 1220, de 22/11/2000;
MCLXXXI. PORTARIA nº 1014, de 26/09/2000;
MCLXXXII. PORTARIA nº 982, de 20/09/2000;

MCLXXXIII. PORTARIA nº 837, de 18/08/2000;
MCLXXXIV. PORTARIA nº 734, de 17/07/2000;
MCLXXXV. PORTARIA nº 683, de 30/06/2000;
MCLXXXVI. PORTARIA nº 651, de 21/06/2000;
MCLXXXVII. PORTARIA nº 500, de 15/05/2000;
MCLXXXVIII. PORTARIA nº 414, de 18/04/2000;
MCLXXXIX. PORTARIA nº 413, de 18/04/2000;
MCXC. PORTARIA nº 366, de 06/04/2000;
MCXCI. PORTARIA nº 365, de 06/04/2000;
MCXCII. PORTARIA nº 364, de 06/04/2000;
MCXCIII. PORTARIA nº 307, de 28/03/2000;
MCXCIV. PORTARIA nº 306, de 28/03/2000;
MCXCV. PORTARIA nº 276, de 15/03/2000;
MCXCVI. PORTARIA nº 275 , de 15/03/2000;
MCXCVII. PORTARIA nº 109, de 01/02/2000;
MCXCVIII. PORTARIA nº 26, de 13/01/1999;
MCXCIX. PORTARIA nº 427, de 16/05/1997;
MCC. PORTARIA nº 877, de 10/09/1996;
MCCI. PORTARIA nº 876, de 10/09/1996;
MCCII. PORTARIA nº 624, de 30/12/1994;
MCCIII. PORTARIA nº 613, de 26/12/1994;
MCCIV. PORTARIA nº 890, de 08/11/1984;
MCCV. PORTARIA nº 521, de 2/7/1984;
MCCVI. PORTARIA nº 167, de 04/06/1905;
MCCVII. PORTARIA nº 943, de 01/06/1905;
MCCVIII. PORTARIA nº 909, de 01/06/1905;
MCCIX. PORTARIA nº 649, de 01/06/1905;



MCCX. PORTARIA nº 648, de 01/06/1905;
MCCXI. PORTARIA nº 640, de 01/06/1905;
MCCXII. PORTARIA nº 592, de 01/06/1905;
MCCXIII. PORTARIA nº 411, de 01/06/1905;
MCCXIV. PORTARIA nº 944, de 12/12/1979;
MCCXV. PORTARIA nº 827 , de 25/10/1979;
MCCXVI. PORTARIA nº 826, de 25/10/1979;
MCCXVII. Portaria nº 757, de 28/09/1979;
MCCXVIII. Portaria nº 68, de 23/01/1979;
MCCXIX. Portaria nº 898, de 17/11/1978;
MCCXX. Portaria nº 895, de 14/11/1978;
MCCXXI. Portaria nº 846, de 27/10/1978;
MCCXXII. Portaria nº 812, de 19/10/1978;
MCCXXIII. Portaria nº 811, de 19/10/1978;
MCCXXIV. Portaria nº 807, de 17/10/1978;
MCCXXV. Portaria nº 804, de 16/10/1978;
MCCXXVI. Portaria nº 792, de 16/10/1978;
MCCXXVII. Portaria nº 1457, de 21/11/1977;
MCCXXVIII. Portaria nº 1284, de 13/09/1977;
MCCXXIX. Portaria nº 858, de 27/04/1977;
MCCXXX. Portaria nº 1582, de 22/12/1976;
MCCXXXI. Portaria nº 162, de 13/07/1976;
MCCXXXII. Portaria nº 161, de 13/07/1976;
MCCXXXIII. Portaria nº 110, de 01/07/576;
MCCXXXIV. Portaria nº 41, de 18/03/1975;
MCCXXXV. Portaria nº 16, de 13/02/1975;
MCCXXXVI. Portaria nº 226, de 02/05/1973;
MCCXXXVII. Portaria nº 195, de 02/04/1973;
MCCXXXVIII. PORTARIA nº 1545, de 11/12/1972;
MCCXXXIX. PORTARIA nº 1544, de 11/12/1972;
MCCXL. Portaria nº 1389, de 27/10/1970;
MCCXLI. Portaria nº 698, de 16/06/1970;
MCCXLII. Portaria nº 325, de 24/06/1965;
MCCXLIII. Portaria nº 527, de 24/12/1964;
MCCXLIV. Portaria nº 408, de 05/10/1964;
MCCXLV. Portaria nº 393, de 25/09/1964;
MCCXLVI. Portaria nº 392, de 25/09/1964;

MCCXLVII. Portaria nº 391, de 25/09/1964;
MCCXLVIII. Portaria nº 89, de 20/09/1963;
MCCXLIX. Portaria nº 44, de 07/06/1963;
MCCL. PORTARIA DG/PF nº 12038, de 26/03/2020;
MCCLI. PORTARIA DG/PF nº 10756, de 10/12/2019;
MCCLII. PORTARIA DG/PF nº 10405, de 07/11/2019;
MCCLIII. PORTARIA DG/PF nº 10144, de 21/10/2019;
MCCLIV. PORTARIA DG/PF nº 9971, de 09/09/2019;
MCCLV. PORTARIA DG/PF nº 9965, de 30/08/2019;
MCCLVI. PORTARIA DG/PF nº 9933, de 14/08/2019;
MCCLVII. PORTARIA DG/PF nº 9895, de 10/07/2019;
MCCLVIII. PORTARIA DG/PF nº 9793, de 11/06/2019;
MCCLIX. PORTARIA DG/PF nº 9787, de 06/06/2019;
MCCLX. PORTARIA DG/PF nº 9763, de 30/05/2019;
MCCLXI. PORTARIA DG/PF nº 9760, de 29/05/2019;
MCCLXII. PORTARIA DG/PF nº 9751, de 28/05/2019;
MCCLXIII. PORTARIA DG/PF nº 9727, de 16/05/2019;
MCCLXIV. PORTARIA DG/PF nº 9287, de 20/02/2019;
MCCLXV. PORTARIA DG/PF nº 8929, de 13/11/2018;
MCCLXVI. PORTARIA DG/PF nº 8928, de 13/11/2018;
MCCLXVII. PORTARIA DG/PF nº 8851, de 01/10/2018;
MCCLXVIII. PORTARIA DG/PF nº 8841, de 26/09/2018;
MCCLXIX. PORTARIA DG/PF nº 8833, de 25/09/2018;
MCCLXX. PORTARIA DG/PF nº 8764, de 03/09/2018;
MCCLXXI. PORTARIA DG/PF nº 8483, de 16/05/2018;
MCCLXXII. PORTARIA DG/PF nº 8390, de 24/04/2018;
MCCLXXIII. PORTARIA DG/PF nº 8322, de 11/04/2018;
MCCLXXIV. PORTARIA DG/PF nº 8321, de 11/04/2018;
MCCLXXV. PORTARIA DG/PF nº 8253, de 29/03/2018;
MCCLXXVI. PORTARIA DG/PF nº 8140, de 15/03/2018;
MCCLXXVII. PORTARIA DG/PF nº 8035, de 14/02/2018;
MCCLXXVIII. PORTARIA DG/PF nº 8034, de 14/02/2018;
MCCLXXIX. PORTARIA DG/PF nº 8033, de 14/02/2018;
MCCLXXX. PORTARIA DG/PF nº 8032, de 14/02/2018;
MCCLXXXI. PORTARIA DG/PF nº 7424, de 12/09/2017;
MCCLXXXII. PORTARIA DG/PF nº 7211, de 22/06/2017;
MCCLXXXIII. PORTARIA DG/PF nº 7201, de 19/06/2017;
MCCLXXXIV. PORTARIA DG/PF nº 7050, de 29/03/2017;
MCCLXXXV. PORTARIA DG/PF nº 6977, de 20/02/2017;
MCCLXXXVI. PORTARIA DG/DPF nº 5945, de 27/11/2015;
MCCLXXXVII. PORTARIA DG/DPF nº 5687, de 18/08/2015;
MCCLXXXVIII. PORTARIA DG/DPF nº 5027, de 17/12/2014;
MCCLXXXIX. PORTARIA DG/DPF nº 4661, de 31/07/2014;
MCCXC. PORTARIA DG/DPF nº 4511, de 05/06/2014;
MCCXCI. PORTARIA DG/DPF nº 4509, de 03/06/2014;
MCCXCII. PORTARIA DG/DPF nº 4499, de 02/06/2014;
MCCXCIII. PORTARIA DG/DPF nº 4498, de 02/06/2014;
MCCXCIV. PORTARIA DG/DPF nº 3866, de 12/09/2013;
MCCXCV. PORTARIA DG/DPF nº 2994, de 11/06/2012;
MCCXCVI. PORTARIA DG/DPF nº 2990, de 06/06/2012;
MCCXCVII. PORTARIA DG/DPF nº 2970, de 14/05/2012;
MCCXCVIII. PORTARIA DG/DPF nº 2258, de 10/05/2011;
MCCXCIX. PORTARIA DG/DPF nº 2140, de 10/03/2011;
MCCC. PORTARIA DG/DPF nº 1991, de 30/11/2010;
MCCCI. PORTARIA DG/DPF nº 1990, de 30/11/2010;
MCCCII. PORTARIA DG/DPF nº 1246, de 09/08/2010;
MCCCIII. PORTARIA DG/DPF nº 713, de 11/12/2009;
MCCCIV. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 1, de 16/12/2003;
MCCCIV. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 1, de 26/3/2007;
MCCCVI. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 2, de 26/3/2007;
MCCCVII. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 3, de 6/9/2007;
MCCCXII. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 1, de 12/4/2010;
MCCCIX. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 2, de 12/4/2010;
MCCCX. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 3, de 21/6/2010;

MCCCXI. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 6, de 26/8/2011;
MCCCXII. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 7, de 23/11/2011;
MCCCXIII. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 8, de 23/11/2011;
MCCCXIV. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 9, de 17/3/2014;
MCCCXV. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 10, de 11/2/2015;
MCCCXVI. Instrução de Serviço DITEC/PF nº Conjunta 1 DITEC/DICOR, de 11/2/2015;
MCCCXVII. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 15, de 29/12/2015;
MCCCXVIII. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 22, de 17/12/2018;
MCCCXIX. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 23, de 17/5/2019;
MCCCXX. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 24, de 19/8/2019;
MCCCXXI. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 25, de 12/8/2019;
MCCCXXII. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 12, de 28/5/2015;
MCCCXXIII. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 17, de 25/1/2016;
MCCCXXIV. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 19, de 9/8/2016;

MCCCXXV. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 26, de 23/12/2019;
MCCCXXVI. Instrução de Serviço DITEC/PF nº 2, de 18/9/2019;
MCCCXXVII. Instrução Técnica DITEC/PF nº 1, de 4/5/2004;
MCCCXXVIII. Instrução Técnica DITEC/PF nº 2, de 5/6/2006;
MCCCXXIX. Instrução Técnica DITEC/PF nº 1, de 5/6/2006;
MCCCXXX. Instrução Técnica DITEC/PF nº 6, de 27/7/2006;
MCCCXXXI. Instrução Técnica DITEC/PF nº 7, de 14/8/2006;
MCCCXXXII. Instrução Técnica DITEC/PF nº 8, de 14/8/2006;
MCCCXXXIII. Instrução Técnica DITEC/PF nº 1, de 18/2/2010;
MCCCXXXIV. Instrução Técnica DITEC/PF nº 2, de 10/3/2010;
MCCCXXXV. Instrução Técnica DITEC/PF nº 3, de 11/3/2010;
MCCCXXXVI. Instrução Técnica DITEC/PF nº 5, de 12/8/2010;
MCCCXXXVII. Instrução Técnica DITEC/PF nº 8, de 14/10/2010;
MCCCXXXVIII. Instrução Técnica DITEC/PF nº 9, de 30/12/2010;
MCCCXXXIX. Instrução Técnica DITEC/PF nº 12, de 4/6/2011;
MCCCXL. Instrução Técnica DITEC/PF nº 16, de 5/10/2012;
MCCCXLI. Instrução Técnica DITEC/PF nº 15, de 15/10/2012;
MCCCXLII. Instrução Técnica DITEC/PF nº 17, de 25/1/2013;
MCCCXLIII. Instrução Técnica DITEC/PF nº 18, de 12/4/2013;
MCCCXLIV. Instrução Técnica DITEC/PF nº 20, de 3/10/2013;
MCCCXLV. Instrução Técnica DITEC/PF nº 21, de 2/6/2014;
MCCCXLVI. Instrução Técnica DITEC/PF nº 23, de 9/7/2014;
MCCCXLVII. Instrução Técnica DITEC/PF nº 26, de 22/3/2016;
MCCCXLVIII. Instrução Técnica DITEC/PF nº 29, de 16/6/2016;
MCCCXLIX. Instrução Técnica DITEC/PF nº 28, de 4/4/2016;
MCCCL. Instrução Técnica DITEC/PF nº 30, de 29/12/2016;
MCCCLI. Instrução Técnica DITEC/PF nº 32, de 4/5/2017;
MCCCLII. Instrução Técnica DITEC/PF nº 36, de 7/5/2018;
MCCCLIII. Instrução Técnica DITEC/PF nº 38, de 10/1/2019;
MCCCLIV. Instrução Técnica DITEC/PF nº 39, de 5/2/2019;
MCCCLV. Instrução Técnica DITEC/PF nº 40, de 17/7/2019;
MCCCLVI. Orientação Técnica DITEC/PF nº 1, de 19/3/2010;
MCCCLVII. Orientação Técnica DITEC/PF nº 2, de 12/8/2010;
MCCCLVIII. Orientação Técnica DITEC/PF nº 3, de 12/8/2010;
MCCCLIX. Orientação Técnica DITEC/PF nº 4, de 2/9/2010;
MCCCLX. Orientação Técnica DITEC/PF nº 5, de 10/10/2011;
MCCCLXI. Orientação Técnica DITEC/PF nº 8, de 17/9/2014;
MCCCLXII. Orientação Técnica DITEC/PF nº 9, de 6/10/2014;
MCCCLXIII. Orientação Técnica DITEC/PF nº 10, de 26/7/2016;
MCCCLXIV. Orientação Técnica DITEC/PF nº 11, de 14/7/2017;
MCCCLXV. Orientação Técnica DITEC/PF nº 12, de 3/10/2017;
MCCCLXVI. Orientação Técnica DITEC/PF nº 13, de 22/12/2017;
MCCCLXVII. Orientação Técnica DITEC/PF nº 14, de 3/7/2018;
MCCCLXVIII. Orientação Técnica DITEC/PF nº 15, de 20/5/2019;
MCCCLXIX. Orientação Técnica DITEC/PF nº 16, de 6/8/2019;
MCCCLXX. Orientação Técnica DITEC/PF nº 17, de 12/9/2019;
MCCCLXXI. Portaria DITEC/PF nº 20, de 15/2/2005;
MCCCLXXII. Portaria DITEC/PF nº 101, de 17/12/2008;
MCCCLXXIII. Portaria DITEC/PF nº 61, de 1/7/2010;
MCCCLXXIV. Portaria DITEC/PF nº 15, de 10/2/2011;

MCCCLXXV. Portaria DITEC/PF nº 79, de 28/9/2011;
MCCCLXXVI. Portaria DITEC/PF nº 141, de 10/8/2012;
MCCCLXXVII. Portaria DITEC/PF nº 152, de 24/10/2012;
MCCCLXXVIII. Portaria DITEC/PF nº 1, de 13/11/2012;
MCCCLXXIX. Portaria DITEC/PF nº 178, de 20/3/2013;
MCCCLXXX. Portaria DITEC/PF nº 189, de 3/4/2013;
MCCCLXXXI. Portaria DITEC/PF nº 198, de 24/6/2013;
MCCCLXXXII. Portaria DITEC/PF nº 199, de 25/6/2013;
MCCCLXXXIII. Portaria DITEC/PF nº 235, de 25/11/2013;
MCCCLXXXIV. Portaria DITEC/PF nº 236, de 25/11/2013;
MCCCLXXXV. Portaria DITEC/PF nº 275, de 14/5/2014;
MCCCLXXXVI. Portaria DITEC/PF nº 276, de 14/5/2014;
MCCCLXXXVII. Portaria DITEC/PF nº 281, de 26/5/2014;
MCCCLXXXVIII. Portaria DITEC/PF nº 288, de 14/7/2014;
MCCCLXXXIX. Portaria DITEC/PF nº 340, de 25/11/2014;
MCCCXC. Portaria DITEC/PF nº 374, de 31/3/2015;
MCCCXCI. Portaria DITEC/PF nº 379, de 13/4/2015;
MCCCXCII. Portaria DITEC/PF nº 384, de 7/5/2015;
MCCCXCIII. Portaria DITEC/PF nº 402, de 27/8/2015;
MCCCXCIV. Portaria DITEC/PF nº 433, de 4/4/2016;
MCCCXCV. Portaria DITEC/PF nº 436, de 7/4/2016;
MCCCXCVI. Portaria DITEC/PF nº 439, de 20/4/2016;
MCCCXCVII. Portaria DITEC/PF nº 453, de 27/6/2016;
MCCCXCVIII. Portaria DITEC/PF nº 550, de 3/7/2017;
MCCCXCIX. Portaria DITEC/PF nº 564, de 6/9/2017;
MCD. Portaria DITEC/PF nº 585, de 12/12/2017;
MCDI. Portaria DITEC/PF nº 590, de 29/12/2017;
MCDII. Portaria DITEC/PF nº 618, de 15/3/2018;
MCDIII. Portaria DITEC/PF nº 636, de 26/4/2018;
MCDIV. Portaria DITEC/PF nº 658, de 29/6/2018;
MCDV. Portaria DITEC/PF nº 682, de 1/10/2018;
MCDVI. Portaria DITEC/PF nº 689, de 9/11/2018;
MCDVII. Portaria DITEC/PF nº 697, de 7/12/2018;
MCDVIII. Portaria DITEC/PF nº 748, de 3/6/2019;
MCDIX. Portaria DITEC/PF nº 824, de 13/11/2019;
MCDX. Portaria DITEC/PF nº 822, de 11/11/2019;
MCDXI. Portaria DITEC/PF nº 817, de 18/11/2019;
MCDXII. Portaria DITEC/PF nº 845, de 23/12/2019;
MCDXIII. Portaria DITEC/PF nº 859, de 8/1/2020;
MCDXIV. Portaria DITEC/PF nº 865, de 13/2/2020;
MCDXV. Portaria DITEC/PF nº 869, de 18/2/2020;
MCDXVI. Portaria DITEC/PF nº 97, de 10/1/2012;
MCDXVII. Portaria DITEC/PF nº 271, de 29/4/2014;
MCDXVIII. Portaria DITEC/PF nº 549, de 3/7/2017;
MCDXIX. Portaria DITEC/PF nº 583, de 7/12/2017;
MCDXX. Portaria DITEC/PF nº 602, de 26/1/2018;
MCDXXI. Portaria DITEC/PF nº 638, de 7/5/2018;
MCDXXII. Portaria DITEC/PF nº 685, de 10/10/2018;
MCDXXIII. Portaria DITEC/PF nº 730, de 8/4/2019;
MCDXXIV. Portaria DITEC/PF nº 746, de 28/5/2019;
MCDXXV. Portaria DITEC/PF nº 4, de 25/6/2013;
MCDXXVI. Portaria DITEC/PF nº 5, de 11/3/2014;
MCDXXVII. Portaria DITEC/PF nº 3, de 30/4/2014;
MCDXXVIII. Portaria DITEC/PF nº 5, de 23/7/2015;
MCDXXIX. Portaria DITEC/PF nº 7, de 28/2/2020;
MCDXXX. Portaria DITEC/PF nº 3, de 15/3/2001;
MCDXXXI. Portaria DITEC/PF nº 13, de 27/6/2006;
MCDXXXII. Portaria DITEC/PF nº 17, de 6/7/2006;
MCDXXXIII. Portaria DITEC/PF nº 18, de 6/7/2006;
MCDXXXIV. Portaria DITEC/PF nº 20, de 4/8/2006;
MCDXXXV. Portaria DITEC/PF nº 2, de 16/1/2007;
MCDXXXVI. Portaria DITEC/PF nº 5, de 20/3/2007;
MCDXXXVII. Portaria DITEC/PF nº 7, de 11/4/2007;
MCDXXXVIII. Portaria DITEC/PF nº 8, de 8/4/2007;



MCDXXXIX. Portaria DITEC/PF nº 1, de 14/1/2009;
MCDXL. Portaria DITEC/PF nº 1, de 21/1/2010;
MCDXLI. Portaria DITEC/PF nº 8, de 4/5/2010;
MCDXLII. Portaria DITEC/PF nº 19, de 22/12/2010;
MCDXLIII. Portaria DITEC/PF nº 3, de 4/2/2011;
MCDXLIV. Portaria DITEC/PF nº 36, de 30/4/2014;
MCDXLV. Portaria DITEC/PF nº 39, de 13/5/2014;
MCDXLVI. Portaria DITEC/PF nº 48, de 10/2/2015;
MCDXLVII. Portaria DITEC/PF nº 51, de 2/6/2015;
MCDXLVIII. Portaria DITEC/PF nº 56, de 19/2/2016;
MCDXLIX. Portaria DITEC/PF nº 61, de 14/7/2016;
MCDL. Portaria DITEC/PF nº 69, de 6/2/2017;
MCDLI. Portaria DITEC/PF nº 72, de 8/6/2017;
MCDLII. Portaria DITEC/PF nº 77, de 24/1/2018;
MCDLIII. Portaria DITEC/PF nº 86, de 19/10/2018;
MCDLIV. Portaria DITEC/PF nº 89, de 29/11/2018;
MCDLV. Portaria DITEC/PF nº 90, de 28/1/2019;
MCDLVI. Portaria DITEC/PF nº 101, de 3/11/2019;
MCDLVII. Portaria DITEC/PF nº 105, de 22/1/2020;
MCDLVIII. Portaria DITEC/PF nº 110, de 10/2/2020;
MCDLIX. Portaria DITEC/PF nº 879, de 10/3/2020;
MCDLX. Portaria DITEC/PF nº 113, de 26/2/2020;
MCDLXI. Portaria DITEC/PF nº 14, de 21/10/2009;
MCDLXII. Portaria DITEC/PF nº 2, de 19/1/2011;
MCDLXIII. Portaria DITEC/PF nº 66, de 20/12/2016;
MCDLXIV. Portaria DITEC/PF nº 98, de 18/9/2019;
MCDLXV. Portaria DITEC/PF nº 114, de 27/2/2020;
MCDLXVI. Portaria DITEC/PF nº 1, de 1/9/2015;
MCDLXVII. Portaria DITEC/PF nº 4, de 3/4/2019;
MCDLXVIII. Portaria DITEC/PF nº 3, de 10/10/2018;
MCDLXIX. Portaria DITEC/PF nº 1, de 22/1/2015;
MCDLXX. Portaria DITEC/PF nº 3, de 23/4/2013;
MCDLXXI. Portaria DITEC/PF nº 4, de 24/9/2013;
MCDLXXII. Portaria DITEC/PF nº 6, de 27/10/2014;
MCDLXXIII. Portaria DITEC/PF nº 12, de 12/2/2019;
MCDLXXIV. Portaria DITEC/PF nº 2, de 31/7/2013;
MCDLXXV. Portaria DITEC/PF nº 3, de 14/7/2014;
MCDLXXVI. Portaria DITEC/PF nº 4, de 21/7/2014;
MCDLXXVII. Portaria DITEC/PF nº 5, de 11/8/2014;
MCDLXXVIII. Portaria DITEC/PF nº 6, de 8/9/2014;
MCDLXXIX. Portaria DITEC/PF nº 7, de 22/4/2015;
MCDLXXX. Portaria DITEC/PF nº 10, de 11/4/2017;
MCDLXXXI. Ofício Circular DITEC/PF nº 1771, de 28/5/2003;
MCDLXXXII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 149, de 13/09/2019;
MCDLXXXIII. INSTRUÇÃO TÉCNICA COGER/PF nº 1, de 12/06/2019;
MCDLXXXIV. ORIENTAÇÃO NORMATIVA COGER/PF nº 3, de 12/03/2019;
MCDLXXXV. ORIENTAÇÃO NORMATIVA COGER/PF nº 2, de 28/02/2019;
MCDLXXXVI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 139, de 10/12/2018;
MCDLXXXVII. ORIENTAÇÃO NORMATIVA COGER/PF nº 1, de 20/10/2018;
MCDLXXXVIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 109, de 07/11/2016;
MCDLXXXIX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 108, de 07/11/2016;
MCDXC. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 94, de 25/06/2015;
MCDXCI. PORTARIA DG/DPF nº 4231, de 10/02/2014;
MCDXCII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 76, de 26/12/2013;
MCDXCIII. ORIENTAÇÃO NORMATIVA COGER/PF nº 2, de 09/10/2013;
MCDXCIV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 32, de 14/06/2010;
MCDXCV. PORTARIA DG/DPF nº 1083, de 29/04/2010;
MCDXCVI. ORIENTAÇÃO NORMATIVA COGER/PF nº 38, de 23/04/2010;
MCDXCVII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 5, de 25/04/2006;
MCDXCVIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 7, de 22/05/2002;
MCDXCIX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 6, de 06/08/1986;
MD. ENUNCIADO nº 1, de 15/08/2018;
MDI. ENUNCIADO nº 2, de 14/08/2018;
MDII. ENUNCIADO nº 3, de 14/08/2018;

MDIII. ENUNCIADO nº 4, de 26/10/2018;
MDIV. ENUNCIADO nº 5, de 26/04/2019;
MDV. ENUNCIADO nº 6, de 26/04/2019;
MDVI. ENUNCIADO nº 7, de 26/04/2019;
MDVII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CONJUNTA COGER/PF, DICOR/PF e DITEC/PF nº 1, de 23/01/2020;
MDVIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CONJUNTA COGER/PF, DICOR/PF e DITEC/PF nº 2, de 05/02/2020;
MDIX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 1, de 30/01/2019;
MDX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 2, de 06/02/2019;
MDXI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 3, de 07/02/2019;
MDXII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 4, de 12/02/2019;
MDXIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 5, de 22/02/2019;
MDXIV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 6, de 03/07/2019;
MDXV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 7, de 12/07/2019;
MDXVI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 9, de 10/07/1905;
MDXVII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 10, de 14/08/2019;
MDXVIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR CONJUNTA COGER/PF; e DITEC/PF nº 1, de 25/07/2019;
MDXIX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 1, de 09/01/2018;
MDXX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 3, de 03/10/2018;
MDXXI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 4, de 30/12/1899;
MDXXII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 6, de 18/10/2018;
MDXXIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 7, de 24/08/2018;
MDXXIV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 1, de 11/04/2016;
MDXXV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 2, de 24/05/2016;
MDXXVI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 3, de 28/07/2016;
MDXXVII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF; e DIREX/PF nº 2, de 31/05/2016;
MDXXVIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 4, de 27/04/2015;
MDXXIX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 7, de 31/08/2015;
MDXXX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 5, de 18/02/2014;
MDXXXI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 8;
MDXXXII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 1, de 29/11/2013;
MDXXXIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 4;
MDXXXIV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 5, de 10/05/2013;
MDXXXV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 11, de 30/07/2013;
MDXXXVI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 2;
MDXXXVII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 3;
MDXXXVIII. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 5, de 11/05/2012;
MDXXXIX. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR COGER/PF nº 12, de 29/10/2010;
MDXL. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR nº 47, de 03/03/2011;
MDXLI. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR nº 2, de 14/02/2014;
MDXLII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 77, de 7/2/2014;
MDXLIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 75, de 29/7/2013;
MDXLIV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 66, de 18/10/2012;
MDXLV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 54, de 12/1/2012;
MDXLVI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 47, de 2/6/2011;
MDXLVII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 27, de 16/4/2010;
MDXLVIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 25, de 16/3/2010;
MDXLIX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 19, de 2/12/2009;
MDL. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 10, de 4/8/2008;
MDLI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 24, de 25/10/2005;
MDLII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 13, de 15/6/2005;
MDLIII. PORTARIA DG/PF nº 11337, de 31/1/2020;

MDLIV. PORTARIA DG/PF nº 10734, de 6/12/2019;
MDLV. PORTARIA DG/DPF nº 5968, de 10/12/2015;
MDLVI. PORTARIA DG/DPF nº 5633, de 4/8/2015;
MDLVII. PORTARIA DG/DPF nº 4859, de 23/10/2014;
MDLVIII. PORTARIA DG/DPF nº 3025, de 4/7/2012;
MDLIX. PORTARIA DG/DPF nº 3004, de 19/6/2012;
MDLX. PORTARIA DG/DPF nº 2749, de 7/12/2011;
MDLXI. PORTARIA DG/DPF nº 779, de 18/1/2010;
MDLXII. PORTARIA DG/DPF nº 778, de 18/01/2010;
MDLXIII. PORTARIA DG/DPF nº 2042, de 3/1/2010;
MDLXIV. PORTARIA DG/DPF nº 330, de 9/6/2009;
MDLXV. PORTARIA DG/DPF nº 156, de 20/3/2009;
MDLXVI. PORTARIA DG/DPF nº 462, de 28/04/2000;

MDLXVII. PORTARIA CTI/DPF nº 23, de 2/4/2013;
MDLXVIII. PORTARIA CTI/DPF nº 47, de 24/11/2011;
MDLXIX. PORTARIA CTI/DPF nº 45, de 28/10/2011;
MDLXX. PORTARIA CTI/DPF nº 11, de 23/3/2011;
MDLXXI. PORTARIA CTI/DPF nº 5, de 28/01/2011;
MDLXXII. PORTARIA CTI/DPF nº 35, de 29/7/2010;
MDLXXIII. PORTARIA CTI/DPF nº 27, de 1/6/2010;
MDLXXIV. PORTARIA CTI/DPF nº 25, de 8/6/2010;
MDLXXV. PORTARIA CTI/DPF nº 7, de 18/2/2010;
MDLXXVI. PORTARIA CTI/DPF nº 4, de 10/2/2010;
MDLXXVII. PORTARIA CTI/DPF nº 23, de 20/11/2009;
MDLXXVIII. PORTARIA CTI/DPF nº 9, de 30/9/2009;
MDLXXIX. PORTARIA CTI/DPF nº 8, de 30/9/2009;
MDLXXX. PORTARIA CTI/DPF nº 7, de 29/10/2009;
MDLXXXI. PORTARIA CTI/DPF nº 6, de 18/9/2009;
MDLXXXII. PORTARIA CTI/DPF nº 5, de 2/9/2009;
MDLXXXIII. PORTARIA CTI/DPF nº 4, de 4/9/2009;
MDLXXXIV. PORTARIA CTI/DPF nº 3, de 14/8/2009;
MDLXXXV. PORTARIA CTI/DPF nº 1, de 14/8/2009;
MDLXXXVI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 2, de 28/01/2002;
MDLXXXVII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 3, de 21/02/2002;
MDLXXXVIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 5, de 25/04/2006;
MDLXXXIX. PORTARIA DG/DPF nº 50, de 23/02/2007;
MDXC. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 28, de 14/05/2010;
MDXCI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 42, de 23/11/2010;
MDXCII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 61, de 26/04/2012;
MDXCIII. RESOLUÇÃO CSP/DPF nº 5, de 26/03/2015;
MDXCIV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 94, de 25/06/2015;
MDXCV. PORTARIA DG/DPF nº 5877, de 05/11/2015;
MDXCVI. PORTARIA DG/DPF nº 5947, de 30/11/2015;
MDXCVII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 116, de 06/09/2017;
MDXCVIII. PORTARIA DG/PF nº 7605, de 23/11/2017;
MDXCIX. ORIENTAÇÃO NORMATIVA COGER/PF nº 1, de 20/09/2018;
MDC. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 128, de 24/09/2018;
MDCI. RESOLUÇÃO CSP/DPF nº 1, de 28/11/2018;
MDCII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 139, de 10/12/2018;
MDCIII. INSTRUÇÃO TÉCNICA DICOR/PF nº 1, de 19/12/2018;
MDCIV. INSTRUÇÃO TÉCNICA DICOR/PF nº 2, de 20/12/2018;
MDCV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 144, de 28/12/2018;
MDCVI. INSTRUÇÃO TÉCNICA CONJUNTA DICOR/PF; DIP/PF nº 1, de 28/12/2018;
MDCVII. ORIENTAÇÃO NORMATIVA COGER/PF nº 2, de 28/02/2019;
MDCVIII. PORTARIA CGPRE/DICOR/PF nº 108, de 03/05/2019;
MDCIX. INSTRUÇÃO TÉCNICA COGER/PF nº 1, de 12/06/2019;
MDCX. PORTARIA DICOR/PF nº 14, de 18/07/2019;
MDCXI. PORTARIA COGER/PF; DICOR/PF nº 1, de 12/08/2019;
MDCXII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 148, de 30/08/2019;
MDCXIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 152, de 20/12/2019;
MDCXIV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 156, de 02/03/2020;
MDCXV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 157, de 02/03/2020;
MDCXVI. PORTARIA DG/DPF nº 737, de 16/04/2003;
MDCXVII. PORTARIA DG/DPF nº 200, de 14/04/2008;
MDCXVIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 26, de 23/03/2010;
MDCXIX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 98, de 17/11/2015;
MDCXX. PORTARIA DIP/PF nº 13, de 15/08/2017;
MDCXXI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 126, de 18/07/2018;
MDCXXII. PORTARIA DIP/PF nº 22, de 01/08/2018;
MDCXXIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 128, de 24/09/2018;
MDCXXIV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 133, de 19/11/2018;
MDCXXV. INSTRUÇÃO TÉCNICA CONJUNTA DIP/PF e DICOR/PF nº 1, de 28/12/2018;
MDCXXVI. PORTARIA DIP/PF nº 3, de 23/04/2019;
MDCXXVII. PORTARIA DIP/PF nº 4, de 03/07/2019;
MDCXXVIII. PORTARIA DIP/PF nº 8, de 17/02/2020;
MDCXXIX. PORTARIA DIP/PF nº 9, de 03/03/2020;
MDCXXX. PORTARIA DIP/PF nº 9, de 04/03/2020;

MDCXXXI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 80, de 27/05/2014;
MDCXXXII. PORTARIA DG/DPF nº 785, de 22/07/1999;
MDCXXXIII. PORTARIA DG/DPF nº 530, de 13/05/1999;
MDCXXXIV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 103, de 30/05/2016;
MDCXXXV. ORDEM DE SERVIÇO DDH/CGDI/DIREX nº 1, de 10/05/2005;
MDCXXXVI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 6, de 20/04/2001;
MDCXXXVII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 154, de 31/01/2020;
MDCXXXVIII. PORTARIA DG/PF nº 11264, de 24/01/2020;
MDCXXXIX. PORTARIA DG/PF nº 9985, de 19/09/2019;
MDCXL. PORTARIA DIREX/PF nº 9, de 16/04/2019;
MDCXLI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 127, de 26/07/2018;
MDCXLII. PORTARIA DG/PF nº 8166, de 21/03/2018;
MDCXLIII. PORTARIA DG/DPF nº 5831, de 14/10/2015;
MDCXLIV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 3, de 18/02/2008;
MDCXLV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 10, de 27/06/2001;
MDCXLVI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 2, de 05/08/1999;
MDCXLVII. PORTARIA DG/DPF nº 815, de 28/07/1999;
MDCXLVIII. PORTARIA DG/DPF nº 197, de 16/05/1991;
MDCXLIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO nº 1, de 02/05/1984;
MDCL. PORTARIA DIREX/PF nº 10, de 16/04/2019;
MDCLI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 132, de 14/11/2018;
MDCLII. PORTARIA DG/DPF nº 3233, de 10/12/2012;
MDCLIII. PORTARIA DG/DPF nº 346, de 03/08/2006;
MDCLIV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 19, de 19/08/2005;
MDCLV. PORTARIA DG/PF nº 9797, de 12/06/2019;
MDCLVI. PORTARIA DG/PF nº 2, de 14/03/2019;
MDCLVII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 131, de 14/11/2018;
MDCLVIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 129, de 17/10/2018;
MDCLIX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 111, de 31/01/2017;
MDCLX. PORTARIA DG/DPF nº 5305, de 16/04/2015;
MDCLXI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 78, de 10/02/2014;
MDCLXII. PORTARIA DG/DPF nº 2259, de 10/05/2011;
MDCLXIII. PORTARIA DG/PF nº 8483, de 16/05/2018;
MDCLXIV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 116, de 06/09/2017;
MDCLXV. MENSAGEM OFICIAL CIRCULAR DG/PF nº 3, de 19/04/2017;
MDCLXVI. PORTARIA DG/DPF nº 6008, de 31/12/2015;
MDCLXVII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 86, de 01/12/2014;
MDCLXVIII. PORTARIA DG/DPF nº 4780, de 15/09/2014;
MDCLXIX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 57, de 17/02/2012;



MDCLXX. INSTRUÇÃO DE SEVIÇO CGCI/DIREX/DPF nº 1, de 27/01/2011;
MDCLXXI. PORTARIA DG/DPF nº 2019, de 15/12/2010;
MDCLXXII. PORTARIA CGCI/DIREX/DPF nº 1, de 14/11/2008;
MDCLXXIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 1, de 13/01/2003;
MDCLXXIV. PORTARIA DG/DPF nº 968, de 20/11/1998;
MDCLXXV. PORTARIA DG/DPF nº 700, de 11/08/1997;
MDCLXXVI. PORTARIA DG/DPF nº 300, de 09/04/1997;
MDCLXXVII. PORTARIA DG/DPF nº 265, de 15/04/1996;
MDCLXXVIII. PORTARIA DG/DPF nº 376, de 26/09/1994;
MDCLXXIX. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 3, de 23/03/1994;
MDCLXXX. INSTRUÇÃO TÉCNICA DIREX/PF nº 1, de 22/01/2019;
MDCLXXXI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 144, de 28/12/2018;
MDCLXXXII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 5, de 03/04/2008;
MDCLXXXIII. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/DPF nº 14, de 30/06/2005;
MDCLXXXIV. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 146, de 02/07/2019;
MDCLXXXV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO CONJUNTA DIREX/PF; DGP/PF nº 1, de 05/06/2017;
MDCLXXXVI. INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF nº 112, de 08/03/2017;
MDCLXXXVII. ORDEM DE SERVIÇO DPF/FIG/PR nº 1, de 14/06/2010;
MDCLXXXVIII. PORTARIA DPF/FIG/PR nº 75, de 29/03/2016;
MDCLXXXIX. PORTARIA DPF/FIG/PR nº 75, de 29/03/2016;
MDCXC. PORTARIA DPF/FIG/PR nº 121, de 07/10/2016;
MDCXCI. PORTARIA DPF/FIG/PR nº 121, de 07/10/2016;
MDCXCII. PORTARIA DPF/FIG/PR nº 147, de 24/02/2017;
MDCXCIII. PORTARIA DPF/FIG/PR 147, de 24/02/2017;
MDCXCIV. PORTARIA DPF/FIG/PR nº 176, de 10/04/2017;

MDCXCV. PORTARIA DPF/FIG/PR nº 176, de 10/04/2017;
MDCXCVI. PORTARIA DPF/FIG/PR nº 179, de 23/05/2017;
MDCXCVII. PORTARIA DPF/FIG/PR nº 248, de 11/06/2018;
MDCXCVIII. PORTARIA DPF/FIG/PR nº 248, de 11/06/2018;
MDCXCIX. PORTARIA DPF/FIG/PR nº 252, de 20/06/2018;
MDCC. PORTARIA COR/SR/PF/SP nº 001/01/2018, de 08/03/2018;
MDCCI. PORTARIA COR/SR/PF/SP nº 001/2016, de 27/10/2016;
MDCCII. Instrução de Serviço DPF/ANS/GO nº 003/2015, de 22/05/2015;
MDCCIII. Portaria DPF/ANS/GO nº 006/2014, de 05/05/2014;
MDCCIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/ARS/RJ nº 001/2020-PF/ARS/RJ, de 14/02/2020;
MDCCV. PORTARIA DPF/ARU/SP nº 001/2020, de 19/02/2020;
MDCCVI. PORTARIA DPF/ARU/SP nº 002/2020, de 20/02/2020;
MDCCVII. PORTARIA DPF/ARU/SP nº 003/2020, de 20/02/2020;
MDCCVIII. PORTARIA DPF/ARU/SP nº 004/2020, de 19/03/2020;
MDCCIX. PORTARIA DPF/ARU/SP nº 1190/2020, de 02/03/2020;
MDCCX. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 001/2016, de 12/05/2016;
MDCCXI. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 001/2020, de 29/01/2020;
MDCCXII. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 002/2016, de 02/06/2016;
MDCCXIII. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 002/2017, de 25/01/2017;
MDCCXIV. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 002/2018, de 19/03/2018;
MDCCXV. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 002/2020, de 29/01/2020;
MDCCXVI. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 003/2020, de 29/01/2020;
MDCCXVII. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 004/2017, de 06/02/2017;
MDCCXVIII. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 004/2018, de 25/04/2018;
MDCCXIX. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 004/2019, de 27/05/2019;
MDCCXX. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 004/2020, de 18/02/2020;
MDCCXXI. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 005/2018, de 14/05/2018;
MDCCXXII. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 005/2020, de 18/02/2020;
MDCCXXIII. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 006/2017, de 30/03/2017;
MDCCXXIV. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 006/2018, de 12/06/2018;
MDCCXXV. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 006/2019, de 23/09/2019;
MDCCXXVI. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 006/2020, de 18/02/2020;
MDCCXXVII. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 007/2017, de 04/04/2017;
MDCCXXVIII. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 007/2020, de 02/03/2020;
MDCCXXIX. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 008/2018, de 08/10/2018;
MDCCXXX. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 008/2019, de 04/12/2019;
MDCCXXXI. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 008/2020, de 02/03/2020;
MDCCXXXII. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 009/2017, de 20/06/2017;
MDCCXXXIII. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 009/2018, de 19/10/2018;
MDCCXXXIV. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 009/2020, de 02/03/2020;
MDCCXXXV. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 010/2015, de 11/09/2015;
MDCCXXXVI. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 010/2018, de 04/12/2018;
MDCCXXXVII. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 014/2015, de 14/10/2015;
MDCCXXXVIII. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 020/2014, de 16/10/2014;
MDCCXXXIX. PORTARIA DPF/CAS/SP nº 125/2018, de 27/04/2018;
MDCCXL. ORDEM DE SERVIÇO DPF/CRU/PE nº 1, de 31/07/2019;
MDCCXLI. Instrução de Serviço DPF/CZO/SP nº 001/2008, de 13/03/2020;
MDCCXLII. PORTARIA DPF/CZO/SP nº 001/2018, de 10/09/2018;
MDCCXLIII. PORTARIA DPF/CZO/SP nº 001/2019, de 05/06/2019;
MDCCXLIV. PORTARIA DPF/CZO/SP nº 001/2020, de 05/03/2020;
MDCCXLV. Instrução de Serviço DPF/CZO/SP nº 001/2020, de 03/04/2018;
MDCCXLVI. Instrução de Serviço DPF/CZO/SP nº 002/2018, de 10/09/2018;
MDCCXLVII. PORTARIA DPF/CZO/SP nº 002/2018, de 20/09/2018;
MDCCXLVIII. PORTARIA DPF/CZO/SP nº 002/2020, de 05/03/2020;
MDCCXLIX. Instrução de Serviço DPF/CZO/SP nº 002/2020, de 10/09/2018;
MDCCL. PORTARIA DPF/CZO/SP nº 003/2020, de 05/03/2020;
MDCCLI. PORTARIA DPF/CZO/SP nº 004/2020, de 05/03/2020;
MDCCLII. PORTARIA DPF/CZO/SP nº 005/2020, de 05/03/2020;
MDCCLIII. PORTARIA DPF/CZO/SP nº 006/2020, de 13/03/2020;
MDCCLIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/DCQ/SC nº 1, de 30/12/1899;
MDCCLV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/DCQ/SC nº 1, de 30/12/1899;
MDCCLVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/IJI/SC nº 1, de 30/12/1899;
MDCCLVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/JGO/RS nº 1, de 11/08/2014;
MDCCLVIII. PORTARIA DPF/JLS/SP nº 001/2018, de 08/01/2018;

MDCCLIX. PORTARIA DPF/JLS/SP nº 002/2018, de 08/01/2018;
MDCCLX. PORTARIA DPF/JLS/SP nº 003/2018, de 08/01/2018;
MDCCLXI. PORTARIA DPF/JLS/SP nº 004/2018, de 08/01/2018;
MDCCLXII. ORDEM DE SERVIÇO DPF/LGE/SC nº 02, de 30/12/1899;
MDCCLXIII. ORDEM DE SERVIÇO DPF/LGE/SC nº 1, de 30/12/1899;
MDCCLXIV. ORDEM DE SERVIÇO DPF/LGE/SC nº 3, de 30/12/1899;
MDCCLXV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/MCE/RJ nº 001/2018-PF/MCE/RJ, de 08/05/2018;
MDCCLXVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/MCE/RJ nº 002/2018-PF/MCE/RJ, de 08/05/2018;
MDCCLXVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/MCE/RJ nº 003/2018-PF/MCE/RJ, de 08/05/2018;
MDCCLXVIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/MCE/RJ nº 004/2018-PF/MCE/RJ, de 08/05/2018;
MDCCLXIX. PORTARIA DPF/MII/SP nº 18/2008, de 31/10/2008;
MDCCLXX. PORTARIA DPF/MII/SP nº 26/2016, de 02/02/2016;
MDCCLXXI. PORTARIA DPF/MII/SP nº 29/2016, de 15/02/2016;
MDCCLXXII. PORTARIA DPF/MII/SP nº X, de 02/02/2016;
MDCCLXXIII. PORTARIA DPF/MII/SP nº X, de 02/02/2016;
MDCCLXXIV. PORTARIA DPF/MII/SP nº X, de 02/02/2016;
MDCCLXXV. PORTARIA DPF/PCA/SP nº 01/2017, de 28/07/2019;
MDCCLXXVI. PORTARIA DPF/PCA/SP nº 01/2018, de 18/12/2018;
MDCCLXXVII. PORTARIA DPF/PCA/SP nº 01/2019, de 12/03/2019;
MDCCLXXVIII. PORTARIA DPF/PCA/SP nº 02/2017, de 05/09/2017;
MDCCLXXIX. PORTARIA DPF/PDE/SP nº 001/2019, de 21/03/2019;
MDCCLXXX. PORTARIA DPF/PDE/SP nº 002/2015, de 12/03/2015;
MDCCLXXXI. PORTARIA DPF/PDE/SP nº 002/2019, de 04/04/2019;
MDCCLXXXII. PORTARIA DPF/PDE/SP nº 003/2018, de 02/10/2018;
MDCCLXXXIII. PORTARIA DPF/PDE/SP nº 003/2019, de 21/11/2019;

MDCCCLXXXIV. PORTARIA DPF/PDE/SP nº 003/2019, de 21/11/2018;
MDCCCLXXXV. PORTARIA DPF/PDE/SP nº 004/2018, de 20/11/2018;
MDCCCLXXXVI. PORTARIA DPF/PDE/SP nº 005/2019, de 17/12/2019;
MDCCCLXXXVII. PORTARIA DPF/PDE/SP nº 373/2017, de 19/04/2017;
MDCCCLXXXVIII. PORTARIA DPF/PDE/SP nº 374/2017, de 19/04/2017;
MDCCCLXXXIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/PTS/RS nº 1, de 18/04/2016;
MDCCXC. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/PTS/RS nº 2, de 20/06/2016;
MDCCXCI. ORDEM DE SERVIÇO DPF/PTS/RS nº 2, de 12/09/2013;
MDCCXCII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/PTS/RS nº 3, de 22/03/2017;
MDCCXCIII. PORTARIA DPF/RPO/SP nº 001/2014, de 04/07/2014;
MDCCXCIV. PORTARIA DPF/RPO/SP nº 001/2017, de 10/01/2017;
MDCCXCV. PORTARIA DPF/RPO/SP nº 001/2018, de 16/01/2018;
MDCCXCVI. PORTARIA DPF/RPO/SP nº 002/2018, de 29/06/2018;
MDCCXCVII. PORTARIA DPF/RPO/SP nº 003/2016, de 07/03/2016;
MDCCXCVIII. PORTARIA DPF/RPO/SP nº 003/2018, de 10/10/2018;
MDCCXCIX. PORTARIA DPF/RPO/SP nº 004/2016, de 23/02/2016;
MDCCC. PORTARIA DPF/SCS/RS nº 1, de 02/04/2018;
MDCCCI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/SCS/RS nº 1, de 05/01/2015;
MDCCCII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/SCS/RS nº 2, de 05/01/2016;
MDCCCIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/SGO/PE nº 7, de 25/06/2012;
MDCCCIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/SGO/PE nº 20, de 04/03/2013;
MDCCCIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/SGO/PE nº 23, de 03/04/2013;
MDCCCVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/SGO/PE nº 24, de 03/04/2013;
MDCCCVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/SGO/PE nº 25, de 05/04/2013;
MDCCCVIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DPF/SGO/PE nº 26, de 05/04/2013;
MDCCCIX. PORTARIA DPF/SJE/SP nº 03/2014, de 03/04/2014;
MDCCCX. PORTARIA DPF/SJE/SP nº 001/2020, de 10/02/2020;
MDCCCXI. PORTARIA DPF/SJE/SP nº 002/2020, de 04/03/2020;
MDCCCXII. PORTARIA DPF/SJE/SP nº 003/2018, de 17/12/2018;
MDCCCXIII. PORTARIA DPF/SJE/SP nº 01/2014, de 09/01/2014;
MDCCCXIV. PORTARIA DPF/SJE/SP nº 02/2014, de 03/04/2014;
MDCCCXV. PORTARIA DPF/SJE/SP nº 02/2018, de 26/02/2018;
MDCCCXVI. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 001/2020, de 03/02/2020;
MDCCCXVII. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 002, de 2013;
MDCCCXVIII. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 002/2019, de 28/03/2019;
MDCCCXIX. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 002/2020, de 03/02/2020;
MDCCCXX. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 003/2019, de 28/03/2019;
MDCCCXXI. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 004, de 2014;
MDCCCXXII. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 004, de 2014;

MDCCCXXIII. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 004, de 2018;
MDCCCXXIV. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 004/2020, de 05/03/2020;
MDCCCXXV. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 005/2019, de 11/06/2019;
MDCCCXXVI. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 006/2019, de 11/06/2019;
MDCCCXXVII. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 007/2019, de 12/06/2019;
MDCCCXXVIII. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 011, de 2017;
MDCCCXXIX. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 012/2019, de 23/08/2019;
MDCCCXXX. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 017/2018, de 27/12/2018;
MDCCCXXXI. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 13/2018, de 25/09/2018;
MDCCCXXXII. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 13/2019, de 09/11/2019;
MDCCCXXXIII. PORTARIA DPF/SOD/SP nº 17, de 2013;
MDCCCXXXIV. PORTARIA DPF/SSB/SP nº 003/2020, de 04/02/2020;
MDCCCXXXV. PORTARIA DPF/SSB/SP nº 004/2020, de 04/02/2020;
MDCCCXXXVI. PORTARIA DPF/SSB/SP nº 005/2020, de 04/02/2020;
MDCCCXXXVII. PORTARIA DPF/SSB/SP nº 006/2020, de 04/02/2020;
MDCCCXXXVIII. PORTARIA DPF/SSB/SP nº 007/2020, de 04/02/2020;
MDCCCXXXIX. PORTARIA DPF/SSB/SP nº 008/2020, de 04/02/2020;
MDCCCL. Ordem de Serviço DPF/STS/SP nº 002/2020, de 31/01/2020;
MDCCCLII. PORTARIA DPF/STS/SP nº 462/2016, de 07/06/2016;
MDCCCLIII. PORTARIA DPF/STS/SP nº 510/2017, de 07/04/2017;
MDCCCLIII. PORTARIA DPF/STS/SP nº 561/2018, de 17/05/2018;
MDCCCLIV. PORTARIA DPF/STS/SP nº 563/2018, de 29/06/2018;
MDCCCLV. PORTARIA DPF/STS/SP nº 566/2018, de 13/09/2018;
MDCCCLVI. PORTARIA DPF/STS/SP nº 571/2019, de 19/03/2019;
MDCCCLVII. PORTARIA DPF/STS/SP nº 572/2019, de 02/08/2019;
MDCCCLVIII. PORTARIA DPF/STS/SP nº 573/2020, de 13/03/2020;
MDCCCLX. PORTARIA GAB/SR/PF/SP nº 1002/2019, de 03/04/2019;
MDCCCL. PORTARIA GAB/SR/PF/SP nº 402/2011, de 30/09/2011;
MDCCCLI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO NUCOR/COR/SR/PF/SP nº 02/2017, de 22/08/2017;
MDCCCLII. Instrução de Serviço SELOG/SR/PF/SP nº 001/2017, de 22/02/2017;
MDCCCLIII. Instrução de Serviço SELOG/SR/PF/SP nº 001/2018, de 19/03/2018;
MDCCCLIV. ORDEM DE SERVIÇO SETEC/SR/PF/SP nº 001/2009, de 17/04/2009;
MDCCCLV. ORDEM DE SERVIÇO SETEC/SR/PF/SP nº 001/2013, de 01/04/2013;
MDCCCLVI. ORDEM DE SERVIÇO SETEC/SR/PF/SP nº 004/2009, de 25/08/2009;
MDCCCLVII. ORDEM DE SERVIÇO SETEC/SR/PF/SP nº 005/2009, de 18/09/2009;
MDCCCLVIII. Portaria SR/DPF/GO nº 013/2012, de 10/02/2012;
MDCCCLIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/NRI/RJ nº 001/2013-PF/NRI/RJ, de 04/06/2013;
MDCCCLX. PORTARIA SR/PF/AC nº 1, de 03/02/2020;
MDCCCLXI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/AC nº 1, de 23/03/2018;
MDCCCLXII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/AC nº 1, de 04/02/2019;
MDCCCLXIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/AC nº 2, de 20/11/2018;
MDCCCLXIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/AC nº 2, de 04/02/2019;
MDCCCLXV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/AC nº 3, de 01/03/2019;
MDCCCLXVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/AC nº 4, de 30/12/1899;
MDCCCLXVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/AL nº 1, de 21/01/2014;
MDCCCLXVIII. Portaria SR/PF/AM nº 42491, de 01/01/2016;
MDCCCLXIX. Instrução de Serviço SR/PF/AM nº 001/2017, de 01/09/2017;
MDCCCLXX. Portaria SR/PF/AM nº 159/2017, de 05/05/2017;
MDCCCLXXI. Portaria SR/PF/AM nº 260/2020, de 30/01/2020;
MDCCCLXXII. Portaria SR/PF/AM nº 46/2016, de 08/03/2016;
MDCCCLXXIII. Portaria SR/PF/AM nº 654/2020, de 29/01/2020;
MDCCCLXXIV. Portaria SR/PF/AM nº 694/2020, de 29/01/2020;
MDCCCLXXV. Portaria SR/PF/AM nº 709/2020, de 19/02/2020;
MDCCCLXXVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/AP nº 1, de 29/08/2018;
MDCCCLXXVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/AP nº 3, de 03/10/2018;
MDCCCLXXVIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/AP nº 4, de 09/04/2019;
MDCCCLXXIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/AP nº 5, de 04/06/2019;
MDCCCLXXX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/AP nº 6, de 10/12/2019;
MDCCCLXXXI. PORTARIA SR/PF/AP nº 277, de 15/08/2018;
MDCCCLXXXII. PORTARIA SR/PF/AP nº 312, de 04/01/2019;
MDCCCLXXXIII. PORTARIA SR/PF/AP nº 313, de 04/01/2019;
MDCCCLXXXIV. PORTARIA SR/PF/AP nº 448, de 21/10/2019;
MDCCCLXXXV. PORTARIA SR/PF/AP nº 451, de 22/10/2019;
MDCCCLXXXVI. PORTARIA SR/PF/AP nº 485, de 13/01/2020;

MDCCCLXXXVII. PORTARIA SR/PF/AP nº 488, de 14/01/2020;
MDCCCLXXXVIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/AP nº 01, de 09/06/2015;
MDCCCLXXXIX. PORTARIA SR/PF/AP nº 21, de 21/01/2012;
MDCCCXC. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 001/2012, de 23/01/2012;
MDCCCXI. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 001/2013, de 10/01/2013;
MDCCCXCII. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 002/2011, de 30/09/2011;
MDCCCXCIII. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 002/2014, de 26/02/2014;
MDCCCXCIV. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 004/2013, de 04/09/2013;
MDCCCXCV. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 004/2015, de 19/11/2015;
MDCCCXCVI. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 005/2012, de 29/03/2012;
MDCCCXCVII. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 006/2016, de 02/02/2016;
MDCCCXCVIII. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 007/2018, de 17/05/2018;
MDCCCXCIX. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 008/2018, de 05/06/2018;



MCM. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 009/2018, de 07/08/2018;
MCM I. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 010/2018, de 11/09/2018;
MCM II. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 011/2019, de 25/04/2019;
MCM III. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 012/2019, de 30/12/1899;
MCM IV. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 013/2019, de 30/12/1899;
MCM V. Instrução de Serviço SR/PF/DF nº 014/2020, de 30/12/1899;
MCM VI. Portaria SR/PF/DF nº 344/2018, de 12/04/2018;
MCM VII. Portaria SR/PF/DF nº 354/2018, de 17/05/2018;
MCM VIII. Portaria SR/PF/DF nº 373/2018, de 12/07/2018;
MCM IX. Portaria SR/PF/DF nº 389/2018, de 02/10/2018;
MCM X. Portaria SR/PF/DF nº 396/2018, de 18/10/2018;
MCM XI. Portaria SR/PF/DF nº 402/2018, de 21/11/2018;
MCM XII. Portaria SR/PF/DF nº 410/2018, de 18/12/2018;
MCM XIII. Portaria SR/PF/DF nº 411/2018, de 24/12/2018;
MCM XIV. Portaria SR/PF/DF nº 413/2018, de 24/12/2018;
MCM XV. Portaria SR/PF/DF nº 430/2019, de 20/02/2019;
MCM XVI. Portaria SR/PF/DF nº 435/2019, de 21/03/2019;
MCM XVII. Portaria SR/PF/DF nº 452/2019, de 10/05/2019;
MCM XVIII. Portaria SR/PF/DF nº 491/2019, de 02/09/2019;
MCM XIX. Portaria SR/PF/DF nº 540/2019, de 17/09/2019;
MCM XX. Portaria SR/PF/DF nº 553/2019, de 16/10/2019;
MCM XXI. Portaria SR/PF/DF nº 559/2019, de 08/11/2019;
MCM XXII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/ES nº 1, de 30/07/2010;
MCM XXIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/ES nº 1, de 29/11/2013;
MCM XXIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/ES nº 1, de 08/01/2014;
MCM XXV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/ES nº 1, de 25/05/2017;
MCM XXVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/ES nº 1, de 19/06/2018;
MCM XXVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/ES nº 1, de 12/04/2019;
MCM XXVIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/ES nº 2, de 24/08/2010;
MCM XXIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/ES nº 2, de 25/04/2014;
MCM XXX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/ES nº 2, de 02/05/2019;
MCM XXXI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/ES nº 3, de 20/10/2017;
MCM XXXII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/ES nº 4, de 15/12/2017;
MCM XXXIII. Portaria SR/PF/GO nº 048/2016, de 20/04/2016;
MCM XXXIV. Portaria SR/PF/GO nº 1211/2019, de 21/05/2019;
MCM XXXV. Portaria SR/PF/GO nº 1217/2019, de 26/06/2019;
MCM XXXVI. Portaria SR/PF/GO nº 1273/2020, de 09/04/2020;
MCM XXXVII. Portaria SR/PF/GO nº 1275/2020, de 09/04/2020;
MCM XXXVIII. Portaria SR/PF/GO nº 1276/2020, de 09/04/2020;
MCM XXXIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MA nº 1, de 04/10/2019;
MCM XL. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MA nº 1, de 07/02/2017;
MCM XLI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MA nº 1, de 17/11/2016;
MCM XLII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MA nº 2, de 01/07/2015;
MCM XLIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MA nº 4, de 15/09/2017;
MCM XLIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MG nº 001/2008 - SR/PF/MG, de 18/01/2008;
MCM XLV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MG nº 001/2011 - SR/PF/MG, de 17/03/2011;
MCM XLVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MG nº 001/2013 - SR/PF/MG, de 05/09/2013;
MCM XLVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MG nº 001/2018 - SR/PF/MG, de 10/10/2018;
MCM XLVIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MG nº 001/2019 - SR/PF/MG, de 18/04/2019;
MCM XLIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MG nº 002/2008 - SR/PF/MG, de 07/03/2008;
MCM L. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MG nº 002/2009 - SR/PF/MG, de 07/12/2009;
MCM LI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MG nº 002/2011 - SR/PF/MG, de 01/04/2011;
MCM LII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MG nº 002/2015 - SR/PF/MG, de 22/05/2015;
MCM LIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MG nº 003/2008 - SR/PF/MG, de 10/03/2008;
MCM LIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MG nº 003/2011 - SR/PF/MG, de 02/08/2011;
MCM LV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MG nº 004/2011 - SR/PF/MG, de 02/08/2011;
MCM LVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/MG nº 01/2015 - SR/PF/MG, de 24/02/2015;
MCM LVII. PORTARIA SR/PF/MG nº 035/2017 - SR/PF/MG, de 06/01/2017;
MCM LVIII. PORTARIA SR/PF/MG nº 085/2015 - SR/PF/MG, de 08/04/2015;
MCM LIX. PORTARIA SR/PF/MG nº 203/2015 - SR/PF/MG, de 11/12/2015;
MCM LX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PA nº 1, de 04/11/2010;
MCM LXI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PA nº 1, de 02/05/2014;
MCM LXII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PA nº 1, de 25/09/2014;
MCM LXIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PA nº 1, de 30/03/2015;
MCM LXIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PA nº 1, de 20/02/2020;
MCM LXV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PA nº 1, de 01/03/2019;
MCM LXVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PA nº 2, de 31/10/2014;
MCM LXVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PB nº 2, de 12/06/2006;
MCM LXVIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PB nº 3, de 2006;
MCM LXIX. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/PB nº 1, de 21/12/2009;
MCM LXX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PB nº 1, de 16/12/2010;
MCM LXXI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PB nº 1, de 02/09/2011;
MCM LXXII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PB nº 1, de 1º/10/2014;
MCM LXXIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PB nº 1, de 23/10/2013;
MCM LXXIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PB nº 1, de 22/08/2016;
MCM LXXV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PB nº 1, de 03/07/2019;
MCM LXXVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PB nº 2, de 07/03/2019;
MCM LXXVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PB nº 3, de 08/03/2019;
MCM LXXVIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PB nº 4, de 18/09/2019;
MCM LXXIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PE nº 1, de 20/02/2018;
MCM LXXX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PE nº 2, de 20/02/2018;
MCM LXXXI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PI nº 1, de 06/11/2018;
MCM LXXXII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PI nº 1, de 23/05/2019;
MCM LXXXIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 1, de 05/06/2013;
MCM LXXXIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 1, de 14/06/2019;
MCM LXXXV. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 1, de 15/05/2012;
MCM LXXXVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 2, de 20/09/2019;
MCM LXXXVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 2, de 11/06/2013;
MCM LXXXVIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 2, de 20/09/2019;
MCM LXXXIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 3, de 23/10/2019;
MCM XC. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 3, de 03/09/2012;
MCM XCI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 4, de 08/11/2019;
MCM XCII. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 4, de 21/09/2009;
MCM XCIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 4, de 08/11/2019;
MCM XCIV. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 10, de 10/06/2014;
MCM XCV. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 10, de 10/06/2014;
MCM XCVI. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 11, de 19/09/2014;
MCM XCVII. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 13, de 15/01/2016;
MCM XCVIII. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 14, de 09/03/2016;
MCM XCIX. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 15, de 27/09/2016;
MM. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/PR nº 15, de 27/09/2016;
MMI. PORTARIA SR/PF/PR nº 67, de 17/02/2012;
MMII. Portaria SR/PF/PR nº 289, de 29/05/2015;
MMIII. PORTARIA SR/PF/PR nº 1110, de 14/03/2019;
MMIV. PORTARIA SR/PF/PR nº 1112, de 14/11/2019;
MMV. PORTARIA SR/PF/PR nº 1191, de 17/10/2019;
MMVI. PORTARIA SR/PF/PR nº 1221, de 06/02/2020;
MMVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RJ nº 001/2013-SR/PF/RJ, de 23/08/2013;
MMVIII. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/RJ nº 001/2014-DELEFAZ/DRCOR/SR/PF/RJ, de 07/01/2014;
MMIX. ORIENTAÇÃO NORMATIVA SR/PF/RJ nº 001/2014-SR/PF/RJ, de 04/12/2014;
MMX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RJ nº 001/2015-SETEC/SR/PF/RJ, de 23/10/2015;
MMXI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RJ nº 001/2015-SR/PF/RJ, de 29/05/2015;
MMXII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RJ nº 001/2016-SR/PF/RJ, de 09/12/2016;
MMXIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RJ nº 001/2018-SR/PF/RJ, de 18/07/2018;
MMXIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RJ nº 001/2018-SR/PF/RJ, de 17/09/2018;

MMXV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RJ nº 001/2019-SR/PF/RJ, de 13/02/2019;
MMXVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RJ nº 002/2014-SR/PF/RJ, de 04/04/2014;
MMXVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RJ nº 002/2019-SR/PF/RJ, de 21/05/2019;
MMXVIII. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/RJ nº 003/2014-DELEFAZ/DRCOR/SR/PF/RJ, de 31/07/2014;
MMXIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RJ nº 003/2019-SR/PF/RJ, de 29/05/2019;
MMXX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RJ nº 004/2014-SR/PF/RJ, de 11/09/2014;
MMXXI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RJ nº 004/2019-SR/PF/RJ, de 02/07/2019;
MMXXII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RJ nº 005/2019-SR/PF/RJ, de 12/07/2019;
MMXXIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 1, de 25/04/2008;
MMXXIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 1, de 23/10/2014;
MMXXV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 1, de 09/08/2013;
MMXXVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 1, de 28/07/2010;
MMXXVII. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 1, de 06/12/2012;
MMXXVIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 1, de 23/03/2012;
MMXXIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 1, de 27/06/2011;
MMXXX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 1, de 19/01/2009;
MMXXXI. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 1, de 08/09/2005;
MMXXXII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 2, de 31/03/2009;
MMXXXIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 2, de 09/08/2013;
MMXXXIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 2, de 28/07/2010;
MMXXXV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 2, de 27/12/2012;
MMXXXVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 2, de 05/12/0014;
MMXXXVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 2, de 12/08/2011;
MMXXXVIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 4, de 27/12/2007;
MMXXXIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RN nº 4, de 31/03/2015;
MML. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RS nº 1, de 08/06/2011;
MMLI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RS nº 2, de 30/10/2008;
MMLII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RS nº 2, de 11/06/2012;
MMLIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RS nº 2, de 13/09/2011;
MMLIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RS nº 3, de 08/12/2011;
MMLV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RS nº 3, de 27/09/2012;
MMLVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RS nº 4, de 18/10/2012;
MMLVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RS nº 5, de 23/10/2012;
MMLVIII. PORTARIA SR/PF/RS nº 1283, de 10/03/2014;
MMLIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RS nº 1, de 20/04/2016;
MML. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RS nº 1, de 20/04/2016;
MMLI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/RS nº 1, de 23/11/2018;
MMLII. PORTARIA SR/PF/RS nº 1642, de 15/04/2016;
MMLIII. PORTARIA SR/PF/RS nº 1669, de 18/05/2016;
MMLIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SC nº 13, de 30/12/1899;
MMLV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SC nº 15, de 30/12/1899;
MMLVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SC nº 16, de 30/12/1899;
MMLVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SC nº 17, de 30/12/1899;
MMLVIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SC nº 18, de 30/12/1899;
MMLIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SC nº 19, de 30/12/1899;
MMLX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SC nº 21, de 30/12/1899;
MMLXI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SC nº 22, de 30/12/1899;
MMLXII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SC nº 23, de 30/12/1899;
MMLXIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SC nº 24, de 30/12/1899;
MMLXIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SC nº 25, de 30/12/1899;
MMLXV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SC nº 12, de 30/12/1899;
MMLXVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SC nº 2, de 30/12/1899;
MMLXVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SC nº 3, de 30/12/1899;
MMLXVIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SC nº 9, de 30/12/1899;
MMLXIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SE nº 1, de 28/05/2015;
MMLXX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SE nº 1, de 09/04/2018;
MMLXXI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SE nº 1, de 30/07/2010;
MMLXXII. PORTARIA SR/PF/SP nº 6854, de 31/10/2017;
MMLXXIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 000, de 2003;
MMLXXIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 001/2007, de 28/08/2007;
MMLXXV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 001/2009, de 03/09/2009;
MMLXXVI. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 001/2012, de 02/03/2012;
MMLXXVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 001/2013, de 13/06/2013;
MMLXXVIII. Ordem de Serviço SR/PF/SP nº 001/2015, de 06/10/2015;
MMLXXIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 001/2018, de 26/02/2018;
MMLXXX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 001/2019, de 21/05/2019;
MMLXXXI. ORDEM DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 002, de 2004;
MMLXXXII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 002/2008, de 26/11/2008;
MMLXXXIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 002/2017, de 22/08/2017;
MMLXXXIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 002/2018, de 24/08/2018;
MMLXXXV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 003/1997, de 29/09/1997;
MMLXXXVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 003/2003, de 10/03/2003;
MMLXXXVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 003, de 2004,
MMLXXXVIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 003/2006, de 13/10/2006;
MMLXXXIX. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 003/2012, de 03/04/2012;
MMXC. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 003/2015, de 15/05/2015;
MMXCI. Instrução de Serviço SR/PF/SP nº 003/2015, de 15/05/2015;
MMXCII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 003/2019, de 26/08/2019;
MMXCIII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 004/2003, de 11/03/2003;
MMXCIV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 004/2019, de 03/09/2019;
MMXCV. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 005/2003, de 11/03/2003;
MMXCVI. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 006/2019, de 14/11/2019;
MMXCVII. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SR/PF/SP nº 007, de 2003;
MMXCVIII. PORTARIA SR/PF/SP nº 1014/2019, de 05/04/2019;
MMXCIX. PORTARIA SR/PF/SP nº 1015, de 2019;
MMC. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO GSR/SR/PF/SP, de 16/04/2019;
MMCI. PORTARIA SR/PF/SP nº 1127/2019, de 02/10/2019;
MMCII. PORTARIA SR/PF/SP nº 1189/2020, de 27/02/2020;
MMCIII. PORTARIA SR/PF/SP nº 1193/2020, de 06/03/2020;
MMCIV. PORTARIA SR/PF/SP nº 1194/2020, de 11/03/2020;
MMCV. PORTARIA SR/PF/SP nº 1195/2020, de 11/03/2020;
MMCVI. PORTARIA SR/PF/SP nº 1206/2020, de 20/03/2020;
MMCVII. PORTARIA SR/PF/SP nº 1206/2020, de 20/03/2020;
MMCVIII. PORTARIA SR/PF/SP nº 1207/2020, de 23/03/2020;
MMCIX. PORTARIA SR/PF/SP nº 46 A 50,57,71 A 75/2015;
MMCX. PORTARIA SR/PF/SP nº 822/2018, de 14/6/2018;
MMCXI. PORTARIA SR/PF/SP nº 46 A 50,57,71 A;
MMCXII. PORTARIA SR/PF/SP nº 822/2018, de 14/6/2018.

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 680, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

Torna pública a listagem dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no âmbito do Ministério do Turismo, para os fins do disposto no art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:



Art. 1º Tornar pública, na forma do Anexo I a esta Portaria, a listagem dos atos normativos inferiores a decretos vigentes no âmbito do Ministério do Turismo, que serão objeto de revisão e consolidação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO HENRIQUE TEIXEIRA DIAS
ANEXO I
Revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto (art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019).
FASE TRIAGEM
ANO 2020
PORTARIA Nº 666, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020
Aprova as normas gerais e critérios de aplicação dos recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, em operações de financiamento.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020
Estabelece, em caráter temporário, a suspensão da obrigatoriedade de pagamento dos débitos decorrentes de parcelamentos vigentes e dos prazos de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 23 de abril de 2019, do Ministério da Cidadania, no âmbito do Ministério do Turismo, tendo em vista a publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020
Aprova o Regulamento de Mediação e Arbitragem no âmbito da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo nos termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e do Decreto nº 9.574, de 22 de novembro de 2018.
PORTARIA Nº 654, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020
Dispõe sobre a alocação de Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento da Estrutura Regimental e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Turismo, aprovada pelo Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
PORTARIA Nº 644, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020
Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais afetos às autuações e atos públicos de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, de responsabilidade do Ministério do Turismo, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
PORTARIA Nº 643, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020
Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelo Ministério do Turismo quanto à notificação - pessoal, por via postal e por edital - de atos administrativos emanados em processos administrativos fiscalizatórios dos prestadores de serviços turísticos.
PORTARIA Nº 638, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020
Altera a Portaria nº 290, de 17 de setembro de 2019, que estabelece as Metas Institucionais do Ministério do Turismo, para fins de concessão de gratificação aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, referentes ao décimo primeiro ciclo de avaliação da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e ao oitavo ciclo da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE, que corresponde ao período de 1º de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020.
PORTARIA Nº 621, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020
Estabelece o Acordo de Cooperação Federativa como instrumento de integração dos entes federados ao Sistema Nacional de Cultura - SNC.
PORTARIA Nº 573, DE 18 DE AGOSTO DE 2020
Estabelece os critérios e procedimentos específicos de progressão funcional e promoção, para fins de desenvolvimento dos servidores ocupantes do cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais na Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, no âmbito do Ministério do Turismo.
PORTARIA Nº 541, DE 06 DE AGOSTO DE 2020
Dispõe sobre a alocação de Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento da Estrutura Regimental e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Turismo, aprovada pelo Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
PORTARIA Nº 529, DE 03 DE AGOSTO DE 2020
Permuta cargos em comissão do Grupo - DAS por FCPE de mesmo nível e categoria da Estrutura Regimental e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Turismo, aprovada pelo Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
PORTARIA Nº 482, DE 23 DE JULHO DE 2020
Dispõe sobre a alocação de Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE da Estrutura Regimental e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Turismo, aprovada pelo Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
PORTARIA Nº 459, DE 16 DE JULHO DE 2020
Estabelece os procedimentos específicos a serem observados para a concessão da Gratificação de Qualificação - GQ aos servidores do Plano Especial de Cargos da Embratur em extinção.
PORTARIA Nº 359, DE 17 DE JUNHO DE 2020
Institui o Comitê de Governança Digital no âmbito do Ministério de Turismo e dá outras providências.
PORTARIA Nº 331, DE 09 DE JUNHO DE 2020
Permuta cargos em comissão do Grupo-DAS por FCPE de mesmo nível e categoria da Estrutura Regimental e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Turismo, aprovada pelo Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
ANO 2019
PORTARIA Nº 390, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019
Dispõe sobre competência para realizar atos de gestão e para autorizar a celebração de contratos administrativos no âmbito do Ministério do Turismo e entidades a ele vinculadas, e dá outras providências.
PORTARIA Nº 290, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019
Estabelece as Metas Institucionais do Ministério do Turismo, para fins de concessão de gratificação aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, referentes ao décimo primeiro ciclo de avaliação da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e ao oitavo ciclo da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE, que corresponde ao período de 1º de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020.
PORTARIA Nº 36, DE 29 DE JANEIRO DE 2019
Aprova o Regimento Interno do Ministério do Turismo, revoga a Portaria nº 95, de 19 de junho de 2017, e dá outras providências
ANO 2018
PORTARIA Nº 192, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018
Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro.
PORTARIA Nº 185, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018
Valida as metas, diretrizes, linhas de atuação e respectivas iniciativas que compõem o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 a ser aprovado pelo Presidente da República
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 182, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018
Institui o Código de Conduta destinado à proteção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

PORTARIA Nº 181, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018
Dispõe sobre a institucionalização da prática de monitoramento e avaliação da atuação do MTur e da Embratur por meio da adoção de indicadores estratégicos de desempenho.
PORTARIA Nº 162, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018
Institui Grupo Técnico de Trabalho para a Promoção do Turismo Cinematográfico - GTT de Turismo Cinematográfico
PORTARIA Nº 105, DE 20 DE JUNHO DE 2018
Disciplina o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - Cadastur instituído pela Portaria MTur nº 130, de 26 de julho de 2011, e dá outras providências
PORTARIA Nº 104, DE 8 DE JUNHO DE 2018
Altera a Portaria nº 74, de 2 de abril de 2018, que institui o Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo - Prodetur+Turismo, aprova o documento com as Diretrizes Estratégicas do Programa e institui o Selo+Turismo
PORTARIA Nº 74, DE 2 DE ABRIL DE 2018
Institui o Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo - Prodetur+Turismo, aprova o documento com as Diretrizes Estratégicas do Programa e institui o Selo+Turismo
PORTARIA Nº 45, DE 12 DE MARÇO DE 2018
Dispõe sobre cursos de ensino à distância desenvolvidos pelo Ministério do Turismo na Plataforma de Engajamento e Aprendizagem - PEA.
PORTARIA Nº 30, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018
Altera os arts. 1º, 2º e 7º da Portaria MTur nº 144, de 27 de agosto de 2015, que estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, definido por meio da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências.
ANO 2017
PORTARIA Nº 228, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017
Altera a Portaria nº 39, de 10 de março de 2017, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos
PORTARIA Nº 197, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017
Define o Mapa do Turismo Brasileiro de 2017, e dá outras providências.
PORTARIA Nº 95, DE 19 DE JUNHO DE 2017
Aprova o Regimento Interno do Ministério do Turismo, revoga a Portaria nº 51, de 13 de abril de 2017, e dá outras providências.
PORTARIA Nº 113, DE 08 DE MAIO DE 2017
O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, efetuará a entrega ao Ministério do Turismo, nos termos do art. 79 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, das áreas de domínio da União, ainda que não incorporadas ao seu patrimônio, localizadas em áreas com potencial para o desenvolvimento do turismo.

PORTARIA Nº 51, DE 13 DE ABRIL DE 2017
Aprova o Regimento Interno do Ministério do Turismo, revoga a Portaria nº 86, de 10 de fevereiro de 2016, e dá outras providências.
PORTARIA Nº 47, DE 12 DE ABRIL DE 2017
Fica instituída Comissão Técnica Interministerial para dar cumprimento ao disposto no item 9.1 do Acórdão nº 311/2017 - Plenário, do Tribunal de Contas da União, que recomenda ao Ministério do Turismo que elabore, em conjunto com os Ministérios do Meio Ambiente e da Cultura, uma Política Nacional de Gestão do Patrimônio Mundial da Humanidade.
PORTARIA Nº 46 DE 4 DE ABRIL DE 2017
Institui o Canal Braços Abertos, com o objetivo de promover a elevação da qualidade no atendimento ao turista e aperfeiçoamento profissional, no âmbito da Plataforma de Engajamento e Aprendizagem - PEA, destinadas aos profissionais que atuam na linha de frente do turismo.
PORTARIA Nº 39, DE 10 DE MARÇO DE 2017
Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, e dá outras providências.
PORTARIA Nº 21, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017
Fica instituída a Junta de Recursos de Processos Administrativos dos Prestadores de Serviços Turísticos no âmbito do Ministério do Turismo.
PORTARIA Nº 16, DE 25 DE JANEIRO DE 2017
Altera a Portaria MTur nº 182, de 2016, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias.
PORTARIA Nº 8 DE 6 DE JANEIRO DE 2017
Institui o Programa de Qualificação Internacional em Turismo e Hospitalidade.
ANO 2016
PORTARIA Nº 268, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016
Da nova redação ao art. 3º da Portaria GM/MTur nº 205, de 9 de dezembro de 2015, que estabelece critérios para atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013.
PORTARIA Nº 230, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016
Fica delegada competência ao Chefe de Gabinete do Ministro a prática de atos de provimento de Função de Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função - FG, Gratificação dos Sistemas Estruturadores - GSISTE, Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - GSISP e Função Comissionada Técnica - FCT, no âmbito deste Ministério
PORTARIA Nº 222, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016
Divulga o resultado final da Avaliação de Desempenho Institucional do Ministério do Turismo, relativo ao período de 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016, para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.
PORTARIA Nº 221, DE 4 DE OUTUBRO DE 2016
Dá nova redação ao § 2º do art. 3º da Portaria GM/MTur nº 105, de 16 de maio de 2016, que institui o Programa de Regionalização do Turismo
PORTARIA CONJUNTA Nº 214, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016
Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar proposta de metodologia para atualização da grade de produtos e destinos turísticos promovidos pelo Ministério do Turismo e pela EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, no âmbito nacional e internacional.
PORTARIA Nº 207, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016
Fica revogada a Portaria GM/MTur nº 228, de 3 de setembro de 2013, que instituiu o Programa Viaja Mais
PORTARIA Nº 47, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016
Instituir Comissão Especial de Licitação para praticar os atos legais pertinentes ao cumprimento de procedimento licitatório relativo à Contratação de empresa especializada de comunicação e relações públicas para prestar serviços de consultoria, análise, planejamento estratégico, assessoria de comunicação e relações públicas;
Designar os servidores NEUZI DE OLIVEIRA LOPES, Matrícula SIAPE nº 0219989; MARINA BITTENCOURT DE OLIVEIRA ANGARTEN, Matrícula SIAPE nº 1989630, PRISCILLA DE ABREU SIQUEIRA ARAUJO, Matrícula SIAPE 1922379, ROBERTA BASTOS CARNEIRO CAMPOS, Matrícula SIAPE nº 1368292, ALESSANDRA BUNGENSTAB SALES Matrícula SIAPE nº 1578925, para, sob a presidência do primeiro, comporem a referida Comissão



PORTARIA Nº 206, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016
Estabelece as Metas Institucionais do Ministério do Turismo, para fins de concessão de gratificação aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, referentes ao oitavo ciclo de avaliação da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e ao quinto ciclo da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE, que corresponde ao período de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017
PORTARIA Nº 205, DE 31 DE AGOSTO DE 2016
Altera o Anexo da Portaria nº 177, de 13 de julho de 2016, que aprova o Plano de Ação do Ministério do Turismo para o exercício de 2016.
PORTARIA Nº 193, DE 10 DE AGOSTO DE 2016
Altera a Portaria 123, de 20 de abril de 2016.
PORTARIA Nº 187, DE 03 DE AGOSTO DE 2016
Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos
PORTARIA Nº 211, DE 28 DE JULHO DE 2016
Aprova o Plano de Dados Abertos do Ministério do Turismo, e dá outras providências.
PORTARIA Nº 182, DE 28 DE JULHO DE 2016
Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, e dá outras providência.
PORTARIA Nº 172, DE 11 DE JULHO DE 2016
Define o Mapa do Turismo Brasileiro 2016 e dá outras providências.
PORTARIA Nº 161, DE 23 DE JUNHO DE 2016
Designa membros para compor o Comitê Executivo do Programa de Regionalização do Turismo
PORTARIA Nº 07, DE 16 DE JUNHO DE 2016
Fica aprovado o Manual de Procedimentos para Acompanhamento de Contratos de Repasse
PORTARIA Nº 123, DE 20 DE ABRIL DE 2016
Institui a Comissão Técnica para acompanhar a execução e atestar os produtos do Termo de Execução Descentralizada nº 002/2015, celebrado entre o Ministério do Turismo e a Fundação Universidade de Brasília - FUB.
PORTARIA Nº 122, DE 18 DE ABRIL DE 2016
Dá nova redação ao art. 92 da Portaria GM/MTur nº 112, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.
PORTARIA Nº 119, DE 8 DE ABRIL DE 2016
Dá nova redação aos arts. 1º; 3º, § 2º; 4º, inciso III; e 5º, incisos II e III, da Portaria GM/MTur nº 105, de 16 de maio de 2013, que institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências.
PORTARIA Nº 144, DE 23 DE MARÇO DE 2016
Dispõe sobre a autorização ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, gestor do Fundo Nacional de Desestatização, a praticar os atos necessários à alienação das participações acionárias do FUNGETUR.
PORTARIA Nº 86, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016
Aprova o Regimento Interno do Ministério do Turismo.
ANO 2015
PORTARIA CONJUNTA Nº 215, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2015
Lista os países que terão seus nacionais dispensados da exigência de visto para fins de turismo no período de 1º de junho a 18 de setembro de 2016.
PORTARIA Nº 205, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015
Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria MTur nº 313, de 03 de dezembro de 2013, e dá outras providências.
PORTARIA Nº 198, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015
Dá nova redação aos arts. 26, 36, 37 e 38 da Portaria GM/MTur nº 112, de 24 de maio de 2013, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.
PORTARIA Nº170, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015
Delega competência às autoridades que menciona para prática de atos administrativos, no âmbito do Ministério do Turismo, e dá outras providências.
PORTARIA Nº 162, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015
Fica instituído Grupo de Trabalho com o objetivo de identificar, discutir e avaliar a viabilidade de integração das competências do Ministério do Turismo, ANTT e da Polícia Rodoviária Federal para efetivar, a fiscalização dos serviços turísticos (...)
PORTARIA Nº 144, DE 27 DE AGOSTO DE 2015
Estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, definido por meio da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências.
PORTARIA Nº 116, DE 9 DE JULHO DE 2015
Dá nova redação ao art. 4º da Portaria nº 313, de 3 de dezembro de 2013, que define o Mapa do Turismo Brasileiro.

PORTARIA Nº 83, DE 8 DE JUNHO DE 2015
Dá nova redação ao art. 99-A da Portaria GM/MTur nº 112, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.
PORTARIA Nº 75, DE 20 MAIO DE 2015
Aprova as normas gerais e critérios de aplicação dos recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, em operações de financiamento, e dá outras providências.
PORTARIA Nº 64, DE 29 ABRIL DE 2015
Aprova o Regimento Interno do Ministério do Turismo.
PORTARIA Nº 58, DE 15 DE ABRIL DE 2015
Dá nova redação ao inciso V do art. 9º da Portaria nº 27, de 30 de janeiro de 2014, que estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de Guia de Turismo.
PORTARIA Nº 57, DE 14 ABRIL DE 2015
Aprova o Plano de Ação Estratégico do Ministério do Turismo para o exercício de 2015.
ANO 2014
PORTARIA Nº 270, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014
Dá nova redação ao art. 53 da Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.
PORTARIA Nº 240, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014
Estabelece as Metas Institucionais do Ministério do Turismo para o sexto ciclo de avaliação, que corresponde ao período de 1º de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015, para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

PORTARIA Nº 208, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014
Delegar competência ao Diretor do Departamento de Infraestrutura Turística da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo para responder pelas atribuições da Coordenação- Geral de Programas Regionais I, do Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo da referida Secretaria
PORTARIA Nº 199, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014
Altera o Anexo II da Portaria nº 267, de 30 de setembro de 2013.
PORTARIA Nº 198, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014
Altera a composição do Grupo de Trabalho de Turismo Náutico.
PORTARIA Nº 191, DE 17 DE AGOSTO DE 2014
Institui Comitê e Subcomitês Gestores dos Planos de Providências Permanentes no âmbito do Ministério do Turismo.
PORTARIA Nº 153, DE 21 DE JULHO DE 2014
Estabelece procedimentos e critérios para contratações no âmbito do Ministério do Turismo.
PORTARIA Nº 119, DE 11 DE JUNHO DE 2014
Dá nova redação ao art. 5º da Portaria nº 312, de 3 de dezembro de 2013, que estabelece as regras e condições a serem observadas pelos prestadores de serviços de transporte turísticos de superfície terrestre nacional e internacional.
PORTARIA Nº 51, DE 6 MARÇO DE 2014
Institui o Comitê Gestor do Acordo de Cooperação Técnica nº 004/2013, celebrado entre o Ministério do Turismo, a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
PORTARIA Nº 46, DE 05 DE MARÇO DE 2014
Dá nova redação ao art. 99-A da Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.
PORTARIA Nº 44, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014
Dá nova redação aos arts. 5º e 13 da Portaria nº 281, de 11 de outubro de 2013, que estabelece regras e critérios de execução e monitoramento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Ministério do Turismo - PRONATEC TURISMO.
PORTARIA Nº 37, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014
Altera o Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo para o quadriênio 2012-2015 e aprova o Plano de Ação para o exercício de 2014.
PORTARIA Nº 35, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014
Dá nova redação ao art. 99-A da Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.
PORTARIA Nº 27, DE 30 DE JANEIRO DE 2014
Estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de Guia de Turismo e dá outras providências.
PORTARIA Nº 14, DE 15 DE JANEIRO DE 2014
Institui o Formulário Específico para as atividades de Supervisão de Contratos de Repasse.
PORTARIA Nº 13, DE 15 DE JANEIRO DE 2014
Acrescenta o art. 99-A à Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.
ANO 2013
PORTARIA Nº 335, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013
Acrescenta o art. 12-A À portaria Nº 112, DE 24 DE MAIO DE 2013. que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.
PORTARIA Nº 313, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013
Define o Mapa do Turismo Brasileiro e dá outras providências.
PORTARIA Nº 312, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013
Estabelece as regras e condições a serem observadas pelos prestadores de serviços de transporte turístico de superfície terrestre nacional e internacional.
PORTARIA Nº 311, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013
Institui a forma e os procedimentos de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos pelo Ministério do Turismo e seus órgãos delegados.
PORTARIA Nº 301, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013
Os atos que implicarem cessão ou prorrogação de cessão de servidores do Ministério do Turismo a outros órgãos e entidades deverão ser objeto de prévia autorização do Ministro de Estado do Turismo, sem prejuízo das competências já delegadas para tal finalidade.
PORTARIA Nº 288, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013
Institui Comissão Especial com o objetivo de selecionar e classificar estudantes para o Projeto de Cooperação entre o Brasil e Portugal na Área de Qualificação Profissional em Hospitalidade e Turismo.
PORTARIA Nº 281, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013
Estabelece regras e critérios de execução e monitoramento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Ministério do Turismo - PRONATEC TURISMO.
PORTARIA Nº 274, DE 08 DE OUTUBRO DE 2013
Vincula a Unidade de Coordenação do Programa - UCP do Programa de Apoio ao Prodetur Nacional ao Gabinete do Secretário-Executivo, e dá outras providências.
PORTARIA Nº 267, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013
Estabelece as Metas Institucionais do Ministério do Turismo para o quinto ciclo de avaliação, que corresponde ao período de 1º de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014, para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.
PORTARIA Nº 260, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013
Delega competência para a prática de atos de provimento de Função de Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função - FG, Gratificação dos Sistemas Estruturadores - GSISTE, Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - GSISP e Função Comissionada Técnica - FCT, no âmbito deste Ministério.
PORTARIA Nº 239, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013
Institui, no âmbito do Ministério do Turismo, o Projeto de Cooperação na Área de Qualificação Profissional em Hospitalidade e Turismo.
PORTARIA Nº 234, DE 13 DE SETEMBRO DE 2013
Delega competência para praticar atos de designação de servidores substitutos no âmbito deste Ministério.
PORTARIA Nº 228, DE 3 DE SETEMBRO DE 2013
Institui o Programa Viaja Mais, o Projeto Viaja Mais Melhor Idade e dá outras providências.
PORTARIA Nº 225, DE 30 DE AGOSTO DE 2013
Designar os integrantes do Conselho Nacional de Turismo - CNT, representantes da iniciativa privada de âmbito nacional.
PORTARIA Nº 222, DE 27 DE AGOSTO DE 2013
Acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 6º da Portaria nº 112, de 23 de maio de 2013, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.
PORTARIA Nº 205, DE 12 DE AGOSTO DE 2013
Acresce §§ 1º, 2º e 3º ao art. 1º e altera o art. 3º da Portaria nº 28, de 7 de fevereiro de 2013, que delega competência para a concessão de diárias e passagens no âmbito do Ministério do Turismo e dá outras providências.



PORTARIA Nº 204, DE 09 AGOSTO DE 2013
Declara, como relevantes, obras de infraestrutura turística a serem executadas com recursos do Orçamento Geral da União - OGU, com vistas à sua integração ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.
PORTARIA Nº 197, DE 31 DE JULHO DE 2013
Disciplina o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - Cadastur, o Comitê Consultivo do Cadastur - CCCad e dá outras providências.
PORTARIA Nº 196, DE 30 DE JULHO DE 2013
Aprova o Manual de Instruções para Celebração e Execução de Termos de Compromisso, contendo os procedimentos para a contratação de obras de infraestrutura turística, integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.
PORTARIA Nº 195, DE 30 DE JULHO DE 2013
Institui Grupo Executivo com o objetivo de definir e executar ações destinadas à implementação e manutenção do Sistema Nacional de Estatística de Turismo e à elaboração da Conta Satélite de Turismo no Brasil.
PORTARIA Nº 192, DE 24 DE JULHO DE 2013
Dá nova redação ao caput do art. 2º e altera os Anexos I e II da Portaria nº 325 de 2 de outubro de 2012.
PORTARIA Nº 112, DE 24 DE MAIO DE 2013
Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo e dá outras providências.
PORTARIA Nº 110, DE 23 DE MAIO DE 2013
Dispõe sobre o Plano Nacional de Turismo 2013-2016 - PNT, aprovado pelo Decreto nº 7.994, de 24 de abril de 2013.
PORTARIA Nº 108, DE 22 DE MAIO DE 2013
Institui a Política de Segurança da Informação e Comunicação - POSIC, no âmbito do Ministério do Turismo.
PORTARIA Nº 105, DE 16 DE MAIO DE 2013
Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências.
PORTARIA Nº 31, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
Estabelece critérios e os procedimentos específicos das avaliações de desempenho individual e institucional da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE, no âmbito do Ministério do Turismo, e dá outras providências.
PORTARIA Nº 30, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2013
Aprova, no âmbito do Ministério do Turismo, o Plano de Ação para o exercício de 2013.
PORTARIA Nº 28, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2013
Delega competência para a concessão de diárias e passagens no âmbito do Ministério do Turismo e dá outras providências.
PORTARIA Nº 27, DE 31 DE JANEIRO DE 2013
Altera a Portaria nº 112, de 9 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo e dá outras providências.
PORTARIA Nº 7, DE 9 DE JANEIRO DE 2013
Institui o Comitê Interno do Projeto Esplanada Sustentável - CIPES, define suas atribuições e designa os respectivos integrantes.
ANO 2012
PORTARIA Nº 387, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012
Altera o Anexo à Portaria nº 127/2012, que define limites para empenho de despesas com diárias e passagens no âmbito das unidades do Ministério do Turismo.
PORTARIA Nº 348, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012
Define as ações de qualificação profissional complementares às ofertadas pelos Programas PRONATEC COPA e COPA IN COMPANY, institui critérios de padronização das ações de qualificação profissional e empresarial e o Plano de Monitoramento das Ações de Qualificação Profissional e Empresarial apoiadas mediante transferência voluntária de recursos no âmbito do Ministério do Turismo, e dá outras providências
PORTARIA Nº 347, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012
Dá nova redação aos arts. 6º, 27, 33, 34 e 35 da Portaria nº 112, de 9 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.
PORTARIA Nº 293, DE 31 DE AGOSTO DE 2012
Altera o Anexo à Portaria que define limites para empenho de despesas com diárias e passagens no âmbito das unidades do Ministério do Turismo.
PORTARIA Nº 344, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012
Institui Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSIC e dispõe sobre suas competências, no âmbito do Ministério do Turismo.
PORTARIA Nº 343, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012
Institui Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CE TI , dispõe sobre suas competências e estabelece diretrizes para aquisição,desenvolvimento, governança e gestão dos recursos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério do Turismo.
PORTARIA Nº 340, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012
Divulga o Resultado Final da Avaliação do Índice de Desempenho Institucional, do 3º ciclo do GDPGPE, referente ao período de 1º de outubro de 2011 a 30 de setembro de 2012, para fins de cálculo de pagamento.
PORTARIA Nº 325, DE 2 DE OUTUBRO DE 2012
Estabelece as Metas Institucionais do Ministério do Turismo para o quarto ciclo de avaliação, que corresponde ao período de 1º de outubro de 2012 a 30 de setembro de 2013, para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.
PORTARIA Nº 321, DE 28 DE SETEMBRO DE 2012.
Dá nova redação aos arts. 74, 83 e 88 da Portaria nº 112, de 9 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.
PORTARIA Nº 318, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012
Dá nova redação às metas Global e Intermediária de que tratam os Anexos I e II da Portaria nº195, de 29 de setembro de 2011, que estabelece as Metas Institucionais do Ministério do Turismo para o terceiro ciclo de avaliação, que corresponde ao período de 1º de outubro de 2011 a 30 de setembro de 2012, para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.
PORTARIA Nº 284, DE 28 DE AGOSTO DE 2012
Altera o Anexo à Portaria que define limites para empenho de despesas com diárias e passagens no âmbito das unidades do Ministério do Turismo.
PORTARIA Nº 268, DE 31 JULHO DE 2012
Dispõe sobre a Comissão de Ética do Ministério do Turismo.
PORTARIA Nº 257, DE 18 DE JULHO DE 2012
Dá nova redação a alínea "b" do inciso I do art. 2º da Portaria nº 203 de 15 de maio de 2012.
PORTARIA Nº 248, DE 11 JULHO DE 2012
Estabelece procedimentos e critérios relativos à prestação de contas de instrumentos de transferência voluntária de recursos celebrados no âmbito do Ministério do Turismo, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 216, DE 12 JUNHO DE 2012
Dá nova redação aos arts. 3º, § 7º, 5º, 6º, inciso IV, 13 e 15 da Portaria nº 177, de 13 de setembro de 2011, que estabelece o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes - SNRHos, e regulamenta a adoção da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes - FNRH e do Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH.
PORTARIA Nº 209, DE 25 DE MAIO DE 2012
Delega competência ao Presidente da Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo para realizar a prática do ato que menciona.
PORTARIA Nº 204, DE 15 MAIO DE 2012
Institui Comitê Gestor para elaborar Plano de Ação que norteará a consecução do objeto do Acordo de Cooperação Técnica MTur/MDIC nº 3/2011, celebrado entre o Ministério do Turismo e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
PORTARIA Nº 203, DE 15 MAIO DE 2012
Institui o Comitê Gestor previsto na Cláusula Quarta do Acordo de Cooperação Técnica MTur/MPA nº5/2011, firmado com o objetivo de implementar ações conjuntas para identificar, ordenar e fortalecer a relação entre a pesca amadora e a atividade turística no Brasil.
PORTARIA Nº 188, DE 2 DE MAIO DE 2012
Acresce parágrafo único ao art. 3º da Portaria nº 138, de 11 de agosto de 2011, que estabelece procedimentos relativos à prestação de contas de convênios e instrumento congêneres celebrados no âmbito do Ministério do Turismo.
PORTARIA Nº 182, DE 26 DE ABRIL DE 2012
Dispõe sobre a competência do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação na aquisição de bens e contratação de serviços de TI no âmbito do Ministério do Turismo.
PORTARIA Nº 181, DE 26 DE ABRIL DE 2012
Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras pelo Ministério do Turismo e dá outras providências.
PORTARIA Nº 180, DE 26 DE ABRIL DE 2012
Dá nova redação aos arts. 5º e 54, revoga o art. 52 e acrescenta os arts. 96-A e 96-B à Portaria nº 112, de 9 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.

PORTARIA Nº 179, DE 26 DE ABRIL DE 2012
Aprova, no âmbito do Ministério do Turismo, o Planejamento Estratégico para o quadriênio de 2012-2015 e o Plano de Ação para o exercício de 2012.
PORTARIA Nº 146, DE 4 DE ABRIL DE 2012
Dá nova redação aos arts. 77 e 92 da Portaria nº 112, de 9 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.
PORTARIA Nº 127, DE 20 DE MARÇO DE 2012
Delega competência às autoridades que menciona para autorizar a celebração ou prorrogação de contratos administrativos relativos a atividades de custeio e para autorizar a concessão de diárias e passagens no âmbito do Ministério do Turismo.
PORTARIA Nº 112, DE 9 DE MARÇO DE 2012
Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.
PORTARIA Nº 30, DE 24 DE JANEIRO DE 2012
Institui o Comitê Gestor - CG COPATUR e o Grupo Técnico Executivo GTE COPATUR, para planejar, coordenar e acompanhar, no âmbito do Ministério do Turismo, a execução das ações estratégicas para a preparação das cidades sedes e do seu entorno turístico com vistas à Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, ; e dá outras providências.
PORTARIA Nº 29, DE 4 DE JANEIRO DE 2012
Delega competências no âmbito do Ministério do Turismo, para autorização de concessão de diárias e passagens.
ANO 2011
PORTARIA Nº 268, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011
Dá nova redação aos arts. 13 e 15 da Portaria nº 177, de 13 de setembro de 2011, que estabelece o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes - SNRHos, regulamenta a adoção da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes - FNRH e do Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH
PORTARIA Nº 250, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011
Revoga a alínea "n" e os §§ 1º e 2º do art. 16, da Portaria nº 88, de 10 de dezembro de 2010, que estabelece regras e critérios para a formalização de apoio a eventos do turismo e de incremento do fluxo turístico local, regional, estadual ou nacional, com o órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, direta ou indireta, e dá outras providências.
PORTARIA Nº 249, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011
Dá nova redação ao Anexo I da Portaria nº 65, de 28 de abril de 2011, que delega ao Secretário-Executivo competência para conceder diárias, passagens e locomoção aos servidores do Ministério do Turismo, conforme previsto no Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, obedecendo aos limites constantes do Anexo I desta Portaria.
PORTARIA Nº 239, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011
Subdelega competência ao Presidente da EMBRATUR - Instituto Brasileiro do Turismo, para a prática do ato que menciona.
PORTARIA Nº 246, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2011
Estabelece critérios para investimentos no Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional - PRODETUR NACIONAL.
PORTARIA Nº 228, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2011
Delega e subdelega competências ao Presidente da Embratur -Instituto Brasileiro de Turismo.
PORTARIA Nº 227, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2011
Delega competência ao Secretário Executivo do Ministério do Turismo para autorizar despesas.
PORTARIA Nº 202, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011
Divulga Resultado Final da Avaliação de Desempenho Institucional, relativo ao período de 1º de outubro de 2010 a 30 de setembro de 2011, para pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.
PORTARIA Nº 195, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011
Estabelece as Metas Institucionais do Ministério do Turismo para o terceiro ciclo de avaliação, que corresponde ao período de 1º de outubro de 2011 a 30 de setembro de 2012, para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.
PORTARIA Nº 194, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011
Transfere a base de dados dos Bacharéis em Turismo cadastrados no Ministério do Turismo para a Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo - ABBTUR e dá outras providências.
PORTARIA Nº 180, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011
Suspende, temporariamente, a execução e o repasse de recursos de todos os convênios e instrumentos congêneres celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, destinados à qualificação dos profissionais do setor do turismo, em especial aqueles firmados no âmbito do Programa Bem Receber Copa.
PORTARIA Nº 177, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011
Estabelece o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes - SNRHos, regulamenta a adoção da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes - FNRH e do Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH e dá outras providências.



PORTARIA Nº 138, DE 11 DE AGOSTO DE 2011 Estabelece procedimentos relativos à prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres celebrados no âmbito do Ministério do Turismo, e dá outras providências PORTARIA Nº 136, DE 9 DE AGOSTO DE 2011 Suspende temporariamente a celebração de convênios e instrumentos congêneres com entidade privada sem fins lucrativos. PORTARIA Nº 135, DE 3 DE AGOSTO DE 2011 Dispõe sobre critérios para celebração de convênios ou instrumentos congêneres com entidades privadas sem fins lucrativos. PORTARIA Nº 130, DE 26 DE JULHO DE 2011 Institui o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - Cadastur, o Comitê Consultivo do Cadastur - CCCad e dá outras providências. PORTARIA Nº 127, DE 26 DE JULHO DE 2011 Dispõe sobre delegação de competência do Ministério do Turismo - MTur a órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, para cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos. PORTARIA Nº 126, DE 26 DE JULHO DE 2011 Dispõe sobre a criação do Centro de Informações Turísticas 2014 - CIT-14 e dá outras providências. PORTARIA Nº 125, DE 26 DE JULHO DE 2011 Aprova normas para edital de chamada pública do segmento Turismo Religioso e dá outras providências. PORTARIA Nº 109, DE 30 DE JUNHO DE 2011 Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela Secretaria Executiva, Secretaria Nacional de Programas de desenvolvimento do Turismo e Secretaria Nacional de Políticas de Turismos, bem como pelos respectivos Departamentos. PORTARIA Nº 108, DE 30 DE JUNHO DE 2011 Aprova o Regimento Interno da Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo. PORTARIA Nº 106, DE 29 DE JUNHO DE 2011 Estabelece os procedimentos da avaliação de desempenho, institucional e individual e de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade da EMBRATUR - GDATUR, e dá outras providências. PORTARIA Nº 100, DE 16 DE JUNHO DE 2011 Institui o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), estabelece os critérios de classificação destes, cria o Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de Hospedagem (CTClass) e dá outras providências. ANO 2010 PORTARIA Nº 90, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010 Dispõe sobre as diretrizes do Programa Nacional de Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo e formaliza o Programa Bem Receber Copa. PORTARIA Nº 88, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010 Institui regras e critérios para a formalização de apoio a eventos do turismo e de incremento do fluxo turístico local, regional, estadual ou nacional, com o órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, direta ou indireta. PORTARIA Nº 75, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010 Fixar as Metas Institucionais do Ministério do Turismo para o segundo ciclo de avaliação, que corresponde ao período de 1º de outubro de 2010 a 30 de setembro de 2011. PORTARIA Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2010 Altera o artigo 17, da Portaria nº 153, de 06 de outubro de 2009, que institui regras e critérios para a formalização de apoio a eventos do turismo e de incremento do fluxo turístico local, regional, estadual ou nacional. PORTARIA Nº 72, DE 29 DE SETEMBRO DE 2010 Estabelece os procedimentos e requisitos necessários para o cadastro do prestador de serviços turísticos formalizado como Microempreendedor Individual perante o Ministério do Turismo. PORTARIA Nº 56, DE 30 DE JULHO DE 2010 Estabelece os procedimentos da avaliação de desempenho individual da Gratificação de Desempenho de Atividade da EMBRATUR - GDATUR e dá outras providências PORTARIA Nº 55, DE 30 DE JULHO DE 2010 Fixar as Metas Institucionais do Ministério do Turismo para o primeiro período de avaliação. PORTARIA Nº 54, DE 30 DE JULHO DE 2010 Estabelece os procedimentos da avaliação de desempenho institucional e individual da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, no âmbito do Ministério do Turismo e dá outras providências.	Constitui Grupo de Trabalho que permita o gerenciamento eficiente do Transporte Turístico Terrestre brasileiro, vinculando o sistema de Cadastro do Ministério do Turismo ao Sistema de Certificação da Agência Nacional de Transportes Terrestre. PORTARIA Nº 55, DE 02 DE ABRIL DE 2009 Aprovação do Regimento interno do Conselho Nacional de Turismo. PORTARIA Nº 54, DE 26 DE MARÇO DE 2009 Constitui Grupo de Trabalho visando o aperfeiçoamento de políticas que viabilizem uma gestão eficiente do Turismo Náutico brasileiro. PORTARIA Nº 32, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2009 Dispõe sobre o cancelamento de um dos números de inscrição do FUNGETUR no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ e a transferência de seu domicílio para esta Capital. ANO 2008 PORTARIA Nº 186, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 Institui a Comissão de Ética do Ministério do Turismo. PORTARIA Nº 294, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008 Designar os integrantes do Conselho Nacional de Turismo - CNT, representantes da iniciativa privada de âmbito nacional. PORTARIA Nº 187, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 Institui o Comitê de Coordenação dos Programas do Ministério do Turismo. PORTARIA Nº 171, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008 Estabelece regras e critérios para apoio a projetos de promoção de eventos e divulgação do turismo brasileiro no mercado nacional. PORTARIA Nº 193, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008 Dispõe sobre a descentralização de crédito orçamentário e repasse financeiro à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e dá outras providências. PORTARIA Nº 194, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008 Dispõe sobre a descentralização de crédito orçamentário e repasse financeiro à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e dá outras providências. PORTARIA Nº 192, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008 Autoriza o repasse e a utilização dos recursos orçamentários e financeiros à Fundação Universidade de Brasília - FUB, para implementar o Programa Viaja Mais Jovem - educação e inclusão pelo Turismo. PORTARIA Nº 188, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 Autorizar o repasse a utilização dos recursos orçamentários e financeiros ao Ministério das Relações Exteriores para Promoção do Brasil na Argentina. PORTARIA Nº 185, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 Institui o Sistema Integrado de Gestão do Turismo - SIGTur. PORTARIA Nº 160, DE 10 DE SETEMBRO DE 2008 Dispõe sobre a descentralização de crédito orçamentário e repasse financeiro ao Instituto Chico Mendes e dá outras providências. PORTARIA Nº 75, DE 16 DE JULHO DE 2008 Autorizar o repasse a utilização dos recursos orçamentários e financeiros ao Ministério das Relações Exteriores para Promoção do Brasil na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru e Uruguai. PORTARIA Nº 66, DE 4 DE JULHO DE 2008 Dispõe sobre a descentralização de crédito orçamentário e repasse financeiro ao Instituto Brasileiro do Turismo - EMBRATUR e dá outras providências. PORTARIA Nº 70, DE 7 DE JULHO DE 2008 Dispõe sobre a descentralização de crédito orçamentário e repasse financeiro ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e dá outras providências. PORTARIA Nº 65, DE 4 DE JULHO DE 2008 Dispõe sobre a descentralização de crédito orçamentário e repasse financeiro ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura e dá outras providências. PORTARIA Nº 46, DE 6 DE JUNHO DE 2008 Dispõe sobre a descentralização de crédito orçamentário e repasse financeiro à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e dá outras providências. PORTARIA Nº 47, DE 6 DE JUNHO DE 2008 Dispõe sobre a descentralização de crédito orçamentário e repasse financeiro à EMBRATUR - Instituto Brasileiro do Turismo e dá outras providências. PORTARIA Nº 30, DE 31 DE MARÇO DE 2008 Autorizar o repasse a utilização dos recursos orçamentários e financeiros ao Ministério das Relações Exteriores para Promoção do Brasil na Holanda. PORTARIA Nº 15, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2008 Dispõe sobre a implementação da Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD, no âmbito do Ministério do Turismo. ANO 2007 PORTARIA Nº 129, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 Estabelece regras e critérios para apoio a projetos de promoção de eventos e divulgação do turismo brasileiro no mercado nacional. PORTARIA Nº 125, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2007 Torna pública a relação de objetos de convênios passíveis de padronização, no âmbito do ministério do Turismo e da EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo. PORTARIA Nº 103, DE 18 DE OUTUBRO DE 2007 Autorizar o repasse a utilização dos recursos orçamentários e financeiros ao Ministério das Relações Exteriores para Promoção do Brasil na Argentina,Chile,Bolívia,Colômbia, Equador,Paraguai e Peru. PORTARIA Nº 94, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2007 Autorizar a utilização dos recursos orçamentários e financeiros já repassados ao Ministério das Relações Exteriores,para Promoção do Brasil no Uruguai, no Peru e na Argentina. ANO 2006 PORTARIA Nº 32, DE 22 DE MAIO DE 2006 Aprova as condições de operacionalização do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR e dá outras providências PORTARIA Nº 28, DE 28 DE ABRIL DE 2006 Estabelece Regras e Critérios para apoio a Projetos de Promoção de Eventos e Divulgação do Turismo Brasileiro no Mercado Nacional. PORTARIA Nº 3, DE 18 DE JANEIRO DE 2006 Dispõe sobre os procedimentos de credenciamento para as operações de câmbio pelas agências de turismo e meios de hospedagem e dá outras providências ANO 2005 PORTARIA Nº 57, DE 25 DE MAIO DE 2005 Estabelece os procedimentos e requisitos necessários para o cadastramento das sociedades empresárias, das sociedades simples e dos empresários individuais no Ministério do Turismo. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 33, DE 3 DE MARÇO DE 2005 Portaria conjunta com o Ministério da fazenda, define os atinentes à exploração de parques temáticos sujeitos do PIS/Pasep e COFINS. PORTARIA Nº 7, DE 3 DE JANEIRO DE 2005 Dispõe sobre o fim do exame de apreciação, no mérito, dos Planos de Cursos de Guia de Turismo. ANO 2004 PORTARIA CONJUNTA Nº 27, DE 28 DE ABRIL DE 2004 Destina recursos financeiros para que os estados e o Distrito Federal atendam a projetos específicos de promoção nos Mercados Nacional e Internacional de Turismo. PORTARIA Nº 1, DE 23 DE JANEIRO DE 2004 Institui no âmbito da Secretaria Executiva, a Câmara de governo Eletrônico do Ministério do Turismo. ANO 2003 PORTARIA Nº 281, DE 27 DE MAIO DE 2003 Institui o Boletim de Pessoal e Serviços.
--	---

